



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Rafael Rezende Borges de Araujo

**A construção de um sujeito político transnacional: o ativismo migrante em  
Buenos Aires**

Rio de Janeiro

2020

Rafael Rezende Borges de Araujo

**A construção de um sujeito político transnacional: o ativismo migrante em Buenos Aires**



Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Breno Marques Bringel

Rio de Janeiro

2020

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D – IESP

A663 Araujo, Rafael Rezende Borges de.  
A construção de um sujeito político transnacional: o ativismo migrante em Buenos Aires / Rafael Rezende Borges de Araujo. – 2020.  
186 f.

Orientador: Breno Marques Bringel  
Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Migração – Argentina – Teses. 2. Migração – Aspectos sociais – Teses. 3. Ativismo – Teses. I. Bringel, Breno Marques. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 314.74 (82)

Thaís Louzada CRB -7/ 6809 – Bibliotecária responsável pela ficha catalográfica.

Autorizo, para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Rafael Rezende Borges de Araujo

**A construção de um sujeito político transnacional: o ativismo migrante em Buenos Aires**

Tese apresentada, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em 08 de outubro de 2020.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Breno Marques Bringel (Orientador)  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. Carlos Roberto Sanchez Milani  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof. Dr. José Maurício Domingues  
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria del Carmen Villareal Villamar  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Teivo Teivainen  
Universidade de Helsinque

Rio de Janeiro

2020

*Se lucha donde se pisa.*

## AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos meus pais, Marcelo Rezende Borges de Araujo e Maria Fernanda de Hazaña, pelo carinho e amparo que sempre me ofertaram, bem como à Sara Brison, por encher minha vida de amor.

Agradeço aos professores e funcionários do Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP-UERJ), em especial, meu orientador, prof. Breno Bringel, um incentivador moral, um mentor intelectual, um amigo, alguém que acreditou nas minhas capacidades e me apoiou de forma generosa sempre que precisei. Também é necessário agradecer ao prof. José Maurício Domingues, com quem aprendi muito, seja em suas aulas, seja nos encontros do querido Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina (NETSAL).

A vida me deu uma família pequena, mas me permitiu ter núcleos de bons amigos que me acompanham. Deixo aqui meus agradecimentos aos tantos amigos e amigas que fiz no IESP-UERJ; e aos amigos que fiz na graduação, um círculo que carinhosamente foi apelidado de “mulecari”. Não mencionarei nomes próprios para não cometer nenhuma injustiça, mas abro uma exceção à Clarissa Alves da Cunha, grande amiga e companheira que esteve ao meu lado durante todo o processo de investigação e escrita desta tese.

Durante o período em que estive pesquisando em Buenos Aires, contei com a imprescindível ajuda de algumas pessoas. Agradeço aos militantes da CTEP (agora UTEP) na figura de Alexander Angulo Ordóñez, por terem gentilmente aberto as portas da sua organização, me permitindo desenvolver meu trabalho de campo; ao Ariel Goldstein, querido amigo e competente acadêmicos, que me recebeu na Universidade de Buenos Aires; a Nuria Pena, que me apoiou de muitas maneiras; a Wilmer Mario Canaviri, que me apontou os caminhos do ativismo migrante.

Esta tese foi revisada por Rita Brison e formatada pelo querido amigo Marcelo Borel. Aos dois, meu muito obrigado.

Em tempos de duros ataques à educação, ciência e tecnologia, menciono que meus estudos só foram possíveis graças ao financiamento que recebi da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por meio do Programa Bolsa Nota 10. Manifesto aqui todo o meu carinho, admiração e respeito à universidade pública e aos professores e professoras que trabalham sem as devidas condições e ainda assim conseguem ofertar grandes contribuições à sociedade.

Dedico este trabalho a Alessandro Amorim (*in memoriam*), que era dono de um coração gigante e de uma cabeça cheia de boas ideias. Certamente o maior dos tantos problemas desta

tese foi nunca ter recebido os comentários que o meu amigo prometeu enviar, mas a vida lamentavelmente não permitiu.

## RESUMO

ARAÚJO, Rafael Rezende Borges de. *A ação social que transgride fronteiras e a construção de um sujeito político transnacional: o ativismo migrante em Buenos Aires*. Orientador: Breno Marques Bringel. 2020. 186 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

Esta tese tem como objetivo iluminar as ações políticas que transgridem fronteiras, bem como a passagem de um dos seus protagonistas, o migrante, à posição de sujeito político. Partimos de duas hipóteses associadas: a de que o Estado-nacional se constitui como força centrípeta, isto é, uma força centralizadora e homogeneizante; e a de que a ação social muitas vezes pode se realizar como força centrífuga, isto é, uma força que expande os limites simbólicos e materiais sobre os quais foi constituída. Dessa forma, observaremos o migrante como um sujeito político que atravessa tais forças e se constitui serpenteando o conflito entre elas. Para tal objetivo, engendramos uma análise sobre a formação e a ação dos Estados-nacionais, entre outras coisas, como um movimento de estatização da política, ou seja, de autoconstrução como espaço hegemônico das disputas sobre a elaboração do mundo social. Em seguida, vamos observar como as ações sociais, a partir de uma espacialização da vida, desafiam os limites estabelecidos pelo processo de estatização da política. Por fim, ao observar o ativismo migrante na cidade de Buenos Aires, iremos analisar, de forma empiricamente orientada e com um foco específico ofertado às ambiguidades e contradições, as proposições apresentadas nos capítulos anteriores. Para a realização deste estudo, apoiamos-nos em uma parte do conjunto da Teoria Crítica e na literatura especializada em temas como transnacionalismo e migração. Também tratamos empreender um trabalho de campo com o intuito de interpelar a teoria a partir de observações empiricamente orientadas. Ao fim, veremos que o migrante é um ator político incontornável da contemporaneidade, o que acaba por colocar em cheque as tradicionais noções de cidadania e comunidade política.

Palavras-chave: transnacionalismo; migração; ativismo; estado; cidadania.



## ABSTRACT

ARAÚJO, Rafael Rezende Borges de. *Social action that transgress borders and the construction of a transnational political actor: immigrant activism in Buenos Aires*. Orientador: Breno Marques Bringel. 2020. 186 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

This thesis aims to illuminate the political actions that transgress borders, as well as the transition of one of its protagonists, the immigrant, to the position of political actor. We start from two associated hypotheses: that the nation-state is constituted as a centripetal force, a centralizing and homogenizing force; and that social action can often take place as a centrifugal force, that is, a force that expands the symbolic and material limits on which it was constituted. On that wise, we will observe an immigrant as a political actor who crosses such forces and the conflict between them. For that purpose, we will engender an analysis of the formation and action of national states, among other things, as a movement of politic statization, that is, self-construction as a hegemonic space for disputes over the elaboration of the social world. Next, we will observe how social actions, from the spatialization of life, challenge the limits established by the process of statization of politics. Finally, when looking at immigrant activism in the city of Buenos Aires, we will analyze, in an empirically oriented way and with a specific focus offered to the ambiguities and contradictions of such actions, the proposals presented in the previous chapters. For the realization of this study, we resort a part of the Critical Theory set and the specialized literature on topics such as transnationalism and immigration. We also try to undertake fieldwork in order to challenge the theory based on empirically oriented observations. In the end, we will see that the immigrant is an unavoidable political actor of contemporary times, which ends up questioning the traditional notions of citizenship and political community.

Keywords: transnationalism; migration; activism; state; citizenship.

## SUMÁRIO

|   |     |
|---|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b>   | 11  |
| <b>1 ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E CONSEQUÊNCIAS DA<br/>ESTATIZAÇÃO DA POLÍTICA</b> .....   | 20  |
| 1.1 <b>Sobre o Estado como movimento centrípeto</b> .....                               | 22  |
| 1.2 <b>Dicotomias estatais</b> .....  | 50  |
| 1.3 <b>Ambiguidades e ambivalências da política estatizada</b> .....                    | 54  |
| <b>2 A SOCIEDADE COMO FORÇA CENTRÍFUGA E O MIGRANTE<br/>COMO SUJEITO POLÍTICO</b> ..... | 57  |
| 2.1 <b>Os conceitos de internacionalismo e transnacionalismo</b> .....                  | 60  |
| 2.2 <b>Ação social que transgride fronteiras: de Paris a Porto Alegre</b> .....         | 64  |
| 2.3 <b>Migrante: condição social e sujeito político transnacional</b> .....             | 97  |
| <b>3 UM ESTUDO SOBRE O ATIVISMO MIGRANTE NA CIDADE DE<br/>BUENOS AIRES</b> .....        | 110 |
| 3.1 <b>Passado e presente migrante</b> .....  | 111 |
| 3.2 <b>Um estudo sobre trabalhadores migrantes</b> .....                                | 129 |
| 3.3 <b>Matrizes discursivas e campos políticos na construção da CTEP</b> .....          | 145 |
| 3.4 <b>Território, tradução e difusão</b> .....   | 154 |
| <b>4 COMPÊNDIO</b> .....  | 163 |
| <b>CONCLUSÃO</b> .....  | 166 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....  | 171 |

## INTRODUÇÃO

Era fim de tarde de uma fria sexta-feira na cidade de Buenos Aires. Marcos<sup>1</sup>, 27 anos, chegou à sede da organização política após mais um dia de trabalho como *cameramen freelancer* em uma rede de televisão comunitária. Tempo não era exatamente algo que ele tinha de sobra. Naquele mesmo dia, ainda iria assistir às aulas noturnas na faculdade de comunicação de uma universidade pública no subúrbio da cidade e, posteriormente, trabalhar em um bar onde jovens abastados iniciam seus fins de semana. Mesmo assim, Marcos fazia questão de estar presente no lançamento de uma organização pensada por e para pessoas como ele: imigrantes.

Marcos nasceu em La Paz e migrou para Buenos Aires, com a mãe, ainda na primeira infância. Devido à sua condição econômica, jamais teve a chance de retornar à capital boliviana. Na sua cabeça ficaram apenas algumas memórias da sua cidade natal e, em alguma gaveta de casa, um passaporte renovado escrito *Estado Plurinacional de Bolívia*. Apesar da distância física e temporal, Marcos é um apaixonado pela comida boliviana, comemora as datas nacionais e participa de grupos de dança e música folclórica. De certa forma, ele conheceu a Bolívia em Buenos Aires, seja dentro de casa, seja com seus vizinhos e amigos de bairro. Por outro lado, Marcos cresceu na Argentina e, apesar de não ter o hábito de tomar mate, tornou-se torcedor do Boca Juniors, peronista, admirador do Padre Mugica e apreciador do churrasco platense.

Quem é Marcos? Para o Estado argentino, pouco importa sua história, suas dores e alegrias; trata-se de mais um entre os aproximadamente 345 mil bolivianos que vivem na Argentina (INDEC, 2010), portanto, um estrangeiro. Apesar de ter vivido mais de dois terços da sua vida naquele país, Marcos possui um status legal que o difere objetivamente dos outros 95% da população, os nativos. É bem verdade que, a partir da regulamentação da Lei de Migrações 25871, em 2010, muitos dos direitos políticos, sociais e trabalhistas dos nativos foram também estendidos aos migrantes; ainda assim, continua existindo uma diferença formal e substancial entre os que nasceram em solo argentino ou são filhos de argentinos e os que nasceram em qualquer outro lugar do mundo.

Desde a reforma eleitoral de 1994, as províncias argentinas possuem autonomia para organizar as eleições locais. A partir de tal autonomia, na cidade e na província de Buenos Aires,

---

<sup>1</sup> Utilizamos um nome fictício para proteger a identidade do ativista.

os migrantes acabaram por conquistar o direito ao voto, algo que ainda é vedado aos estrangeiros no Brasil e em muitos outros Estados do mundo. Apesar de poder votar nos pleitos provincial e comunal, nem Marcos nem nenhum outro migrante podem votar em nível nacional. Entretanto, se ele não pode opinar na escolha do mandatário máximo do país onde vive, há poucos anos ele conquistou o direito de votar na eleição presidencial boliviana, configurando assim um interessante cenário em que ele influi em um processo eleitoral de um país no qual não pisa há mais de duas décadas e está apartado do processo de escolha do presidente cujas ações lhe geram inúmeras consequências no cotidiano.

O voto é apenas uma dimensão da política, e Marcos sabe bem disso. Ainda jovem, ele frequentou oficinas de jornalismo em uma favela de Buenos Aires e começou a participar da elaboração de um jornal feito por e distribuído para moradores das *villas* portenhas. Além disso, ele também participa da organização de festas folclóricas que, longe de serem apenas expressões culturais de uma comunidade, são atos de afirmação pública de um povo que se vê marginalizado e, portanto, são atos profundamente politizados. Por fim, a partir dos retrocessos promovidos pelo governo de Mauricio Macri no campo dos direitos humanos à migração, Marcos passou a se envolver com movimentos de migrantes e justamente por isso, mesmo muito atarefado, buscou algum espaço na sua agenda para participar do lançamento da Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes (STM), vinculada à Confederação de Trabalhadores da Economia Popular (CTEP).

Há muitas formas de observar a vida de Marcos. Grosso modo, uma delas seria a partir da sua condição de migrante, uma circunstância nada banal que incide na totalidade da sua experiência em território argentino. Poderíamos citar o preconceito que ele sofre diariamente devido à cor da sua pele e aos traços do seu rosto; as dificuldades encontradas para achar qualquer emprego que não aqueles que o senso comum alimenta como próprios para os migrantes bolivianos e sua fama de trabalhadores incansáveis, isto é, camponês ou trabalhador da construção civil; a dura vida em um bairro pobre; o sonho de um dia poder voltar à sua terra natal, para viver ou apenas visitar. Tudo isso faz parte de uma dimensão real do cotidiano de Marcos, uma vez que a condição migrante permeia as mais diferentes esferas da vida. No entanto, estamos tratando de um ser social complexo incapaz de ser reduzido a apenas uma categoria. Interessa-nos, portanto, observar Marcos como sujeito ativo, como militante político, como indivíduo parte de um grupo que é capaz de se organizar para produzir demandas e engendrar ações coletivas.

Este não é um trabalho sobre Marcos, mas sobre os milhões de Marcos ao redor do mundo. É uma tese sobre *a construção do migrante enquanto sujeito político transnacional*. Mais especificamente, nosso intuito aqui é pensar a ação política que transgride fronteiras, e, como veremos adiante, na contemporaneidade, o migrante é um sujeito arquétipo desse tipo de ação. Apesar disso, temos clareza que muitos outros Marcos existiram antes do nosso, muitas outras lutas foram empreendidas nos mais distantes rincões do mundo a partir da internacionalização e da transnacionalização da ação política. É por tal motivo que esta não é uma tese sobre migração em si, mas uma tese na qual a migração aparece como fenômeno exemplar da construção de ações políticas que atravessam fronteiras. Esta tampouco é uma tese sobre os Estados, mas eles são centrais para o nosso argumento, uma vez que sem a sua existência não haveria fronteiras dividindo os espaços nacional e internacional e, por conseguinte, parte dos temas que trataremos aqui: a associação entre comunidade política e nacionalidade; a cidadania marcada pela seletividade entre os “de dentro” e os “de fora”; o migrante como sujeito portador de uma condição social específica. Por fim, aclaramos que esta é uma tese sobre direitos humanos universais: o direito de se locomover; o direito de se organizar politicamente para reivindicar, denunciar e se afirmar; o direito de viver em paz e com dignidade onde bem se entender.

\*\*\*

Este é um trabalho de sociologia política e teoria social que estabelece algumas interfaces com as relações internacionais, a história e a antropologia. O diálogo com tais disciplinas, para além de espelhar a crença do autor na importância da interdisciplinaridade, se dá como uma exigência própria dos objetos aqui estudados. A migração e a ação política que ultrapassa os Estados-nacionais são fenômenos multifacetados sobre os quais distintos campos de estudo lançaram luz. Sendo assim, não há por que não enriquecer nosso trabalho com as contribuições concebidas pelas mais diferentes perspectivas analíticas.

Antes de mais nada, evidenciamos que nosso objetivo acadêmico mais geral é examinar a política para além dos Estados-nacionais como espaços legitimados. Como desdobramento disso, emerge a questão de como se forma, em termos históricos e teóricos, o migrante como sujeito político transnacional. Não escondemos que se trata de uma observação engajada. Tal engajamento não possui um sentido militante. Temos a clara noção de que não mudaremos o

mundo com algumas linhas escritas e de que a produção acadêmica pressupõe um mínimo afastamento do objeto de estudo. Entretanto, não podemos acobertar o fato de este autor possuir um manifesto posicionamento em defesa de um mundo no qual o local de nascimento não defina as possibilidades e os limites da vida de um indivíduo qualquer.

Começamos, por conseguinte, aclarando que trabalharemos a partir de três hipóteses gerais necessariamente articuladas. A primeira delas diz respeito ao entendimento da formação do Estado como um movimento centrípeto de concentração de poder, capital e legitimidade, que acabou por tornar-se, na modernidade, o espaço legitimado da política e, em associação com a ideia de nacionalidade, o atributo capaz de estipular quem pode ou não ser partícipe da comunidade política. A tal processo nos referimos como uma *estatização da política*. A segunda refere-se ao entendimento de que, apesar da estatização da política, a sociedade civil moderna formou-se como um corpo portador de uma força centrífuga que impulsiona sua ação para fora dos limites impostos pelo Estado. Algo que poderíamos chamar de *espacialidade da vida*, o que, em última instância, seria o oposto da famigerada ideia ratzeliana de espaço vital. Por fim, nossa última hipótese é a de que o migrante é um sujeito político que transpassa as forças centrípetas do Estado e centrífugas da sociedade a partir da sua condição singular, um fato social que, apesar de total, não resume indivíduos, famílias e grupos sociais multifacetados. Como veremos adiante, cada uma dessas hipóteses orientará um capítulo desta tese e, no último capítulo, apresentaremos um estudo de caso que interpelará todas elas de maneira associada.

No capítulo inicial, apresentaremos algumas abordagens sobre a formação do Estado moderno que permitirão explorar nossa hipótese sobre essa formação ser, essencialmente, fruto de um processo de concentração de poder e capital associada ao nascente modo de produção capitalista. Nesse ponto, trataremos menos de ser originais e mais de sermos sintéticos, isto é, não apresentaremos nenhuma abordagem inédita sobre os Estados modernos, mas articularemos proposições que consideramos bastante relevantes e, a partir delas, discutiremos nossa hipótese. Desde já adiantamos que não é nosso objetivo apresentar uma história da formação do Estado moderno ou engendrar uma revisão bibliográfica muito ampla sobre um tema cuja bibliografia é interminável. O que pretendemos é demonstrar, a partir de um enquadramento anteposto, como ocorreu o processo de formação do Estado como estatização da política. Em outras palavras, buscamos evidenciar como foi executada a divisão entre uma esfera nacional e uma internacional e como tal divisão autorizou e desautorizou indivíduos a se manifestarem politicamente de maneira legitimada dentro de um determinado território.

Nossa apresentação da formação dos Estados-nacionais modernos como compartimentalização de esferas políticas precisará necessariamente passar pela formação do modo capitalista de produção. O entendimento do capitalismo e dos Estados como ordenações econômicas e políticas associadas interessa-nos porque está assentado sobre um movimento entre expansão territorial do capitalismo e contração social do capital gerado. Ademais, muito longe de ser somente econômico, tal processo possui dimensões políticas e sociais objetivas e subjetivas relacionadas ao advento da raça como elemento medular do poder colonial e à divisão sexual do trabalho, incluindo o reprodutivo. Ambas as questões diretamente vinculadas ao assim chamado processo de acumulação primitiva que propiciou a emergência do modo capitalista de produção e do moderno Estado-nacional. O processo examinado articula-se com a questão da agência política dos migrantes, pois dele deriva a associação entre cidadania e nacionalidade, a produção de fronteiras territoriais que determinam espaços de soberania e a cristalização da herança colonial sobre a raça como marcador de diferenciação entre indivíduos e povos.

O segundo capítulo desta tese tratará de demonstrar a formação da moderna sociedade civil como um processo permeado por forças centrífugas que expandem, rompem ou transpassam as barreiras materiais e simbólicas do Estado nacional. Para tal objetivo, iniciaremos observando alguns eventos, processos e movimentos dos séculos XIX e XX por meios dos quais organizações e movimentos da sociedade civil se lançaram ao plano internacional articulando diferentes esferas de ação. Para esse fim, será preciso iniciarmos o capítulo com uma breve apresentação de possíveis conceitualizações sobre os termos internacionalismo e transnacionalismo. Em seguida, veremos que, embora os movimentos sociais sejam considerados habitualmente na modernidade como sinônimos de “movimentos nacionais”, da Comuna de Paris ao Fórum Social Mundial de Porto Alegre, raros foram os movimentos e organizações exclusivamente nacionais. As articulações estratégicas de escalas de ação, em maior ou menor grau, sempre se fizeram presentes nas mais distintas formas de ação política, e é isso que tentaremos demonstrar.

Por fim, ainda no segundo capítulo, vamos argumentar que o migrante é o sujeito político contemporâneo que transpassa as forças centrífugas da sociedade e centrípetas do Estado a partir da sua singular condição social e política. Sendo assim, trataremos de explorar tal condição sem, contudo, utilizá-la como subterfúgio para a generalização de seres multifacetados e portadores de uma complexidade própria. Nosso objetivo é justamente o contrário: examinar a passagem do migrante enquanto objeto portador de uma determinada condição ao migrante

sujeito político reflexivo. Longe de ser algo banal, tal passagem envolve um sem-número de ações locais e globais que produziram um giro a partir do qual o migrante pode ser observado não só como a vítima, o problema, o destino da solidariedade, mas também como o agente, o ator criativo, o produtor de solidariedade.

O tema da ação política dos migrantes, tratado no segundo capítulo a partir de uma abordagem teórica, será interpelado de maneira empiricamente orientada no terceiro e último capítulo. Tal fração deste trabalho será dedicada à observação e análise da Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes da Confederação de Trabalhadores da Economia Popular. A referida secretaria é uma organização criada em 2019, na cidade de Buenos Aires, com o objetivo de articular e representar os trabalhadores migrantes da economia popular, uma fração do circuito econômico inferior que emprega milhares de pessoas excluídas do trabalho formal.

Vamos iniciar o derradeiro capítulo com uma breve introdução sobre a importância dos fluxos migratórios para a conformação da cidade de Buenos Aires. Trataremos de fazer tal percurso histórico destacando que, apesar de os agentes de tais fluxos estarem todos englobados sob a mesma categoria, a de migrante, na prática há uma diferenciação nada desprezível conformada na sociedade de destino. Tal diferenciação estava fundada principalmente no racismo, o que, como veremos, acabou por colocar italianos e bolivianos, duas das nacionalidades mais comuns entre os indivíduos que migraram para a Argentina, em lados opostos no que toca ao acolhimento e ao lugar oferecido a eles na história oficial e no imaginário nacional.

Uma vez tendo observado a importância presente e histórica dos migrantes para a cidade de Buenos Aires, iremos apresentar e examinar uma organização de trabalhadores migrantes em formação. Essas análises e observações são fruto de um trabalho de campo empreendido pelo autor, que, durante quase seis meses, acompanhou a organização presencialmente e, posteriormente, a distância. Para produzir uma análise consistente, buscaremos, primeiramente, localizar a organização em um campo político a partir da ideia de campo apresentada por Bourdieu. Nosso intuito, ao mobilizar tal ferramenta, é tentar compreender as interações entre as posições existentes dentro de um determinado campo para, dessa forma, evidenciar como o campo se reproduz e como a organização nele se insere, auxiliando sua reprodução ao mesmo tempo em que disputa seus rumos. Ainda iremos ilustrar a matriz discursiva a partir da qual está organizado o sistema simbólico que provê sentido às ações da organização estudada. Faremos isso objetivando observar o campo político e a matriz discursiva como elementos distintos, porém associados e capazes de influenciar um ao outro. Em seguida, buscaremos investigar as



articulações de esferas de ação produzidas pela organização a partir de três chaves: a tradução, o território e a difusão.

Esperamos, ao fim, demonstrar que a organização analisada é e não é uma organização transnacional. Ela é transnacional uma vez que está composta por centenas de indivíduos migrantes inseridos em redes transnacionais cujos conteúdos variam desde a solidariedade política até a circulação de remessas financeiras. Por outro lado, não se trata de uma organização transnacional, pois ela está sediada e opera em território nacional, tratando de questões nacionais ou locais, e tentando influir na política nacional e local. Desse modo, ela é transnacionalizada em sua composição social e nacionalizada em seu escopo político primário, uma condição ambivalente que por si só demonstra a fluidez das divisões entre escalas de ação. Tal condição, como veremos, está assentada no conflito entre forças centrífugas e centrípetas que produzem espacialidades próprias da contemporaneidade.

Quanto à metodologia utilizada neste trabalho, entendemos que a opção pelo método etnográfico se justifica, uma vez que nos possibilita estabelecer uma observação empiricamente orientada que, em diferentes graus e escalas, interpela a discussão teórica previamente estabelecida. A partir de tal opção metodológica, pudemos apreciar dinâmicas políticas, econômicas e sociais; individuais e coletivas; comunitárias, nacionais e transnacionais; práticas e discursivas; que integram as teias de relações que moldam e são moldadas em conflitos e negociações multiescalares entre e intra Estados e sociedades.

Nosso trabalho de campo consistiu no acompanhamento presencial sistemático das atividades da Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes da Confederação de Trabalhadores da Economia Popular entre agosto e dezembro de 2019, o que incluiu a participação em marchas, reuniões, cursos de formação e atividades culturais, bem como o monitoramento contínuo das redes sociais e entrevistas com militantes e lideranças<sup>2</sup>. A escolha dessa organização específica como objeto de estudo se deu devido: à composição social majoritariamente migrante com a presença marcante da interseção entre classe e raça; à presença em uma cidade que é um tradicional destino de fluxos migratórios e que possui uma larga história de associativismo político de migrantes e nativos; à relevância da CTEP para o cenário político e social argentino; à possibilidade ímpar de poder observar *in loco* o nascimento e o debute público de uma organização;

---

<sup>2</sup> As entrevistas realizadas, bem como as conversas informais, são de enorme importância para as reflexões produzidas pelo autor, entretanto não as citaremos diretamente para não comprometer a segurança dos interlocutores. Todas as citações diretas de lideranças da CTEP nesta tese são oriundas de discursos públicos.

à conjuntura específica que incluía um alto grau de mobilização contra as políticas antimigratórias do então presidente argentino, Mauricio Macri.

Para além do trabalho de campo *stricto sensu*, empreendemos igualmente o que, na falta de um termo mais adequado, podemos chamar de um "trabalho de campo ampliado". Isso quer dizer que, para além das atividades diretamente vinculadas com a organização que pesquisamos, tratamos de interagir com o tema da migração e do transnacionalismo em suas mais distintas expressões na cidade de Buenos Aires. Isso quer dizer que fomos conhecer diversas regiões da cidade marcadas pela territorialidade migrante; visitamos o Museu da Imigração; participamos de atividades governamentais, acadêmicas e culturais relacionadas à semana do migrante; assistimos a desfiles folclóricos da comunidade boliviana; comparecemos ao Festival de Cinema Migrante; participamos da Buenos Aires Celebra, uma comemoração oficial do governo da cidade de Buenos Aires dedicada a exaltar as diferentes comunidades de migrantes que compõem o tecido social da cidade; observamos outras formas de organização migrante, como, por exemplo, uma rede de mulheres oriundas de três continentes que apresentam suas distintas culturas por meio da culinária. Tais apreciações, longe de serem secundárias, nos auxiliaram a engendrar uma observação holística sobre o tema de estudo desta tese.

Por meios das interpelações entre a discussão teórica que elaboramos e as observações que fizemos em campo, com esta tese pretendemos ofertar algumas contribuições à literatura sobre ativismo migrante e transnacionalismo, bem como às interfaces entre elas e a Teoria Crítica. A primeira delas diz respeito mais à forma do que ao conteúdo: o convite ao protagonismo do migrante como sujeito político ativo e reflexivo e não meramente reativo objetificado, o que se revela na assunção da sua capacidade de agenciamento sobre a própria vida e o território como premissa. A segunda diz respeito ao método de análise e exposição das questões. Em todo o percurso teórico-analítico aqui iniciado, trataremos de trabalhar estabelecendo uma oposição entre abstração e concretude, universalidade e particularidade, imposição e contestação. Observaremos os fenômenos relacionados ao transnacionalismo e à migração por meio de uma abordagem que busca evidenciá-los como processos e relações nos quais cultura, política, economia e espacialidade interagem sem nenhum tipo de privilégio ontológico. Finalmente, o terceiro aporte que acreditamos oferecer ao debate sobre o tema aqui abordado diz respeito ao próprio campo de estudos sobre a migração e seus pontos quase cegos. Antes de mais nada, é preciso ressaltar que boa parte dos estudos sobre ativismo migrante são muito empíricos e focados em

casos específicos. Nós, ao contrário, examinaremos um caso específico, mas trataremos de apresentar a fenômeno do ativismo migrante a partir de uma abordagem que se pretende realmente ampla, bem como teórica e historicamente orientada. Ademais, verificamos que os campos de estudos sobre migração e movimentos sociais, apesar de estabelecerem alguns diálogos, geralmente o fazem de maneira bastante autorreferenciada. Tendo isso em vista, nos dedicaremos a buscar um meio termo que nos impeça de tropeçar, de um lado, na ideia do ativismo e do associativismo como meras consequências da vida política do migrante, e, de outro lado, na ideia do ativismo migrante como mais uma forma de ação política e não como uma forma especificamente lotada de complexidades singulares.

Em resumo, trataremos de abordar ações políticas que transgridem fronteiras materiais e simbólicas. Nosso intuito nada mais é do que examinar como a política foi estatizada e como essa estatização é continuamente desafiada pela espacialidade da vida. Esse será o eixo que conduzirá este estudo nas próximas linhas.

## 1. ORIGEM, DESENVOLVIMENTO E CONSEQUÊNCIAS DA ESTATIZAÇÃO DA POLÍTICA

Levando em conta a capacidade de permanência temporal e de difusão global, o Estado é a mais bem sucedida comunidade política da história da humanidade. Tal reconhecimento não se deve a outros motivos que não a sua aptidão para a autossobrevivência, autolegitimação e autorreprodução, além, é claro, de sua incomparável capacidade de centralização de recursos coercitivos. Apesar das múltiplas leituras das últimas décadas que apontam a sua suposta crise ou superação após o aprofundamento da globalização, ele continua sendo o ator político hegemônico na modernidade. Hoje, bilhões de seres humanos possuem seus direitos e deveres garantidos pela cidadania, status legal necessariamente vinculado a um Estado, o que não significa afirmar que só é possível produzir direitos e organizar a distribuição de deveres por meio dele. Dessa maneira, percebemos que, a despeito da formal separação entre a sociedade e o Estado, ambos se interpenetram e, do ponto de vista da sociedade, a vida segue cada vez mais administrada, regulada e também violentada pelo Estado e por suas políticas de governança sobre os corpos humanos.

Uma enorme parcela das pesquisas em ciências sociais, de alguma maneira, envolve o Estado, e este estudo não será diferente. Entretanto, cabe-nos encarar um desafio: como abordar um elemento tão central da contemporaneidade sem, no entanto, tropeçar em alguma forma de estadocentrismo? Como resistir à tentação da quase automática simplificação e enclausuramento das dinâmicas sociais que envolvem o Estado, mas não se encerram nele? A nossa resposta se dará por meio da desnaturalização do Estado mediante a sua historicização. A assunção de que trataremos – de uma forma historicamente localizada cujo desenvolvimento não teve nada de necessário – parece-nos a melhor maneira de nos afastarmos de concepções fundamentadas na supostamente imperativa união entre o Estado e a Política. Aqui nos aproximamos da crítica de Pierre Clastres (2013) à disseminação e à consolidação de um etnocentrismo que pensa o Estado como o destino de qualquer sociedade, algo profundamente embasado em uma visão linear-progressista da história, o que rejeitamos veementemente.

Nas próximas páginas, recorreremos a uma série de abordagens sobre o desenvolvimento da aqui interpelada comunidade política, mais precisamente em sua formatação moderna, isto é, o Estado-nacional. Nossa intenção é não só desnaturalizar a forma Estado como descortinar

sua artificialidade que é a base de algumas dicotomias modernas. Tais dicotomias, assimiladas por boa parte da literatura das ciências sociais, escondem um sistema de poder assentado na regulação dos corpos e estreitamente vinculado a questões de raça, gênero e nacionalidade, operando em associação direta com o vigente modo de produção capitalista e a seu disciplinamento para a exploração.

Neste capítulo, nosso objetivo é apresentar algumas hipóteses sobre o que é o Estado e como ele foi formado a partir da estatização da política, salientando sua vinculação com o desenvolvimento do modo de produção capitalista em suas mais diferentes fases; sua instrumentalização como aparelho operador e legitimador de uma ordem fundada, entre outras coisas, pela domesticação e exploração dos seres humanos por outros seres humanos; e, em especial, sua natureza centralizadora e homogeneizadora, o que iremos chamar de uma força centrípeta.

Existem dois pontos que permearão toda nossa argumentação neste capítulo. O primeiro deles diz respeito ao caráter historicamente localizado do Estado. Esforçamo-nos para demonstrar que o objeto do qual estamos tratando nada tem de natural ou necessário. Pode parecer que estamos afirmando o óbvio, mas não é bem assim. A força da reprodução do Estado reside justamente na sua normalização. Se a dominação que ele impõe se sustenta nas supostas racionalidade e legalidade intrínsecas a tal formação, é porque o Estado é entendido como ponto alto do desenvolvimento das comunidades políticas, a organização racional que se apresenta nas leis. Estas, por sua vez, passam a ser entendidas como naturais. O segundo ponto refere-se à dinâmica dual de concentração e exclusão, própria ao Estado. Ao passo que concentra poder material e simbólico, assim como cria uma comunidade própria, ele também afasta os membros da própria comunidade do poder, assim como divide a comunidade humana excluindo todo aquele que não possui o status reconhecido de partícipe da comunidade política estatal.

Em suma, trataremos de demonstrar o desenvolvimento histórico do Estado como um encadeamento associado ao processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção e da nascente sociedade moderna para poder evidenciar o nascimento da cidadania como autorização ofertada aos nacionais para a participação na comunidade política. Argumentamos que tal processo se deu de forma contingente, tendo como características principais a centralização de recursos e a criação de dicotomias excludentes do outro: o não branco, a mulher, o estrangeiro. Tudo isso para, nas páginas seguintes, demonstrarmos que, para cada fronteira que o Estado produz, uma transgressão é inventada e exercitada.

A relevância dessa discussão para este estudo reside na apresentação e exame de um processo político, econômico e social que conformou o mundo como o conhecemos hoje. Se pretendemos discutir as ações políticas que transgridem fronteiras e, mais especialmente, o migrante como o sujeito político exemplar de tais transgressões, precisaremos observar a estruturação das estruturas estruturadas para a dominação por meio da segmentação entre agentes autorizados e desautorizados a participarem da comunidade política. É justamente a partir desse ponto que são desdobrados os interesses primordiais sobre os quais nos debruçamos: o Estado como legitimada estrutura de enunciação sobre os agentes partícipes das dinâmicas políticas e os excluídos; a hegemonia da forma Estado como espaço das relações políticas; a elevação do nacional à categoria de definidor da comunidade política autorizada. Tudo isso está diretamente relacionado não só às práticas transnacionais dos migrantes como à própria existência da categoria migrante.

### **1.1 Sobre o Estado como movimento centrípeto**

#### *Marx e Weber*

Duas das mais clássicas tentativas de interpretar o Estado moderno, não por acaso, nos foram fornecidas por dois dos mais importantes intelectuais que se debruçaram sobre as transformações pelas quais passou o mundo a partir daquilo que se convencionou chamar de transição da antiguidade à modernidade: Karl Marx e Max Weber. O primeiro vivenciou um período histórico de transformações sociais, econômicas e políticas sem precedentes. Nunca antes na história da humanidade tanta coisa mudou em tão pouco tempo. A sensação era de que tudo que era sólido desmanchava-se no ar, que tudo que era sagrado tornava-se profano (MARX; ENGELS, 2001). Já o segundo, nascido quase meio século depois, pôde observar as consequências mais radicais daquelas transformações, suas continuidades e discontinuidades. O fato é que, de diferentes perspectivas, ambos estavam interessados em observar economia e sociedade, de forma entrelaçada, em suas mais profundas transições. A conclusão à qual chegaram, mesmo partindo de diferentes pontos, é a de que o Estado era a incontornável comunidade política daqueles tempos.

Marx jamais se dedicou a escrever um livro que tratasse unicamente do Estado, porém planejava fazê-lo. Tal projeto nunca foi concretizado devido à chegada do único destino comum a todos os vivos. Entretanto, em boa parte da sua obra, o tema estava presente, seja na ruptura com os jovens hegelianos, quando ainda era moço, seja nas análises sobre as relações de exploração de uma classe sobre a outra, já na vida madura. Sendo assim, ao contrário do que alguns já ousaram afirmar, o filósofo de Trier jamais negligenciou a questão do Estado.

O encontro de Marx com o tema aqui abordado começou no seu desencontro com Hegel. Para este, o Estado seria necessário e divino, o espírito que se realiza enquanto consciência no mundo, a união da vontade racional e da vontade subjetiva. Sendo assim, a sociedade civil, vista como sistema das necessidades e vontades particulares, deveria subordinar-se ao Estado promovendo, dessa forma, a própria superação (*Aufhebung*) na vontade universal (HEGEL, 1997). No momento da superação, o racionalismo universalista de Hegel entende que as oposições entre o particular e o universal são canceladas, tornando o Estado um corpo universal. É justamente essa universalidade que é questionada por Marx em alguns dos seus primeiros trabalhos, publicados na Gazeta Renana. Em *Sobre a Questão Judaica*, Marx opôs concretude e abstração, método esse que utilizaria muitas outras vezes em suas obras. Segundo o filósofo, a igualdade alicerçada na cidadania é uma abstração real, ao passo que a desigualdade inerente à sociedade burguesa é concreta. Por conseguinte, igualdade abstrata e desigualdade concreta conformam uma “contradição secular universal entre o Estado político e a sociedade burguesa” (MARX, 2010, p. 46). Tal observação do filósofo de Trier é relevante, pois, se estamos apontando a cidadania como uma criação abstrata que autoriza e desautoriza indivíduos a participarem da comunidade política, Marx aponta que, mesmo entre os autorizados, existem diferenças concretas no tocante ao direito do exercício da cidadania.

O que Marx almejava desmistificar era o suposto caráter universal da igualdade em uma comunidade política assentada sobre uma sociedade fundamentalmente desigual. Curiosamente, até os dias vigentes, o imaginário contratualista, que não é totalmente homogêneo, mas que costuma representar o Estado como uma estrutura neutra e universal, segue hegemônico. Tal imaginário, entre outras coisas, é alimentado pelo mito fundacional de uma ordenação pactuada pelo interesse coletivo dos indivíduos em proteger suas liberdades e direitos ameaçados pela desordem e pela violência características de um estado de natureza pré-social. Dessa forma, contratualistas como John Locke ou Thomas Hobbes imaginaram o nascimento da sociedade como concomitante ao nascimento do Estado. Contra tal corrente,

Marx observou que o Estado não nasceu de uma hipotética necessidade de controlar as paixões individuais para que se possa viver em sociedade, mas sim de uma concreta necessidade de uma determinada classe em obter o poder político como condição imprescindível para exercer dominação. Isso porque, para Marx, o Estado é “a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns” apresentando-os como interesse geral (MARX, 2007, p. 76).

Ainda afirmando o particularismo do Estado, no prefácio da sua *Contribuição à crítica da economia política*, Marx o observou como parte da anatomia da sociedade burguesa que, para ser desvendada, deveria ser investigada a partir da Economia Política. Tal ideia, juntamente com a afirmação de que “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”<sup>3</sup> (MARX, 2008, p. 47), podem ser lidas de forma instrumental, entendendo que é a partir da estrutura econômica, o modo capitalista de produção, que se desenvolveu diretamente a superestrutura jurídica e política, o Estado. Preferimos uma leitura mais matizada, que pensa a Economia Política não só como modo de produção, mas como relações sociais de produção, por conseguinte relações de poder, isto é, políticas. Dessa forma encontramos um Marx mais aberto às contingências da história, inclusive e principalmente a do Estado na história.

A estruturação do Estado enquanto formação política a serviço de interesses privados, para Marx, fica evidente ao atentar para a assim chamada acumulação primitiva, isto é, o processo de espoliação dos bens comuns que separou os produtores dos meios de produção, viabilizando a superação do modelo feudal pelo modo capitalista e, por conseguinte, a acumulação de Capital nas mãos de uma nascente classe dominante: a burguesia. A referida classe utilizou vastamente do poder do Estado, ou seja, da violência concentrada e organizada para regular o salário e a jornada de trabalho da maneira que melhor convém à extração da mais-valia, assim como para esmagar movimentos de contestação e disciplinar corpos rebeldes. Foi nesse contexto, portanto, que Marx afirmou que a violência é a parteira de uma nova

---

<sup>3</sup> Durante décadas, a frase citada foi interpretada por uma nada desprezível parte dos leitores de Marx de maneira esquemática, como se o filósofo defendesse que a totalidade da consciência humana estivesse de fato determinada apenas pelas relações de produção nas quais os indivíduos estavam inseridos. Como consequência de tal interpretação, o interesse da classe oprimida era entendido como algo dado e fixado, bastando ao movimento comunista a tarefa de esclarecê-lo às massas arreflexivas. Até mesmo o brilhante Gyorgy Lukács incorreu em tal incorreção, para citarmos um exemplo. Logo após abundantes críticas ao marxismo mecanicista que abjurou da dialética, Lukács afirmou que o partido precisa fazer com que o proletariado esteja “consciente dos seus verdadeiros interesses, daquilo que se encontra efetivamente na base de suas ações inconscientes, de seus pensamentos vagos e seus sentimentos confusos” (LUKÁCS, 2012. p. 54 ).



sociedade. O filósofo claramente referia-se à violência do Estado para com as massas empobrecidas como fundamento da exploração necessária àquele novo modo de produção, sendo ela mesma “uma potência econômica” (MARX, 2013, p. 998).

O Estado também foi objeto do interesse de Marx quando ele se debruçou sobre um tema que segue terrivelmente atual: o endividamento público e a financeirização da economia. O filósofo percebeu que a dívida pública foi “uma das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva” (MARX, 2013, p. 1003), mas não apenas isso. Ela impulsionou um tipo de acumulação ultraparassitária na qual é possível acumular capital sem nem mesmo se expor aos riscos usuais de se investir numa indústria. De maneira simplificada, a dívida pública transforma dinheiro improdutivo em Capital, uma vez que os credores do Estado nada perdem, pois passam a ser possuidores de títulos (papéis negociáveis) que, na prática, possuem valor de troca, ao passo que a dívida em si torna-se a única riqueza nacional verdadeiramente socializada. Dessa forma, toda sorte de especuladores privados passam a acumular Capital por meio daquilo que se pode classificar como nada mais do que uma forma dinâmica e moderna de agiotagem<sup>4</sup>.

A abordagem de Weber sobre o Estado é fundamentalmente distinta da de Marx, seja por conta do individualismo metodológico abraçado por aquele, seja porque considerava as questões de classe secundárias em comparação com a importância dos valores e das ideias para as formações assumidas pela sociedade. Ou seja, para o alemão de Erfurt, os valores são os elementos basilares da instituição do social, enquanto, para o alemão de Trier, esse papel é ocupado pelas relações de produção. Tal distinção entre os dois mais destacados fundadores da sociologia moderna ficará evidente nas próximas linhas.

Sem mais delongas, vejamos aquela que se tornou a mais conhecida definição do objeto aqui em discussão. Segundo Weber (1982, p.98), “o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território”. A aparente simplicidade da descrição esconde interessantes minúcias. A primeira

---

<sup>4</sup> A atualidade da questão da dívida pública aparece quase 150 anos depois da publicação da *magnum opum* de Marx em obras como por exemplo *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*, de Wolfgang Streeck. Nela, entre outras coisas, o sociólogo alemão argumenta que ainda nos dias de hoje o Estado “cobre grande parte porventura, uma parte cada vez maior de suas despesas contraindo empréstimos e não cobrando impostos; acumulando, por conseguinte uma enorme dívida para cujo financiamento tem de utilizar uma porcentagem cada vez maior de suas receitas” (STREECK, 2018, p. 118). Em consonância com Marx, Streeck vai além e afirma que os credores do Estado endividado têm “interesse num Estado que não só deixe seu dinheiro em sua posse, mas também o absorva, depois, sob forma de crédito, que o guarde de forma segura, que, ainda por cima, lhes pague juros pelo montante emprestado...” (p.123).

delas diz respeito à ênfase oferecida ao caráter legítimo do uso da força. A questão da legitimidade é um tema caro à teoria weberiana. Para o sociólogo, dominação, poder e legitimidade são fenômenos associados. Tendo isso em vista, o poder do Estado pode ser entendido como fundamentado em um aparato de dominação tão legitimado que, em última instância, não só o uso da força física é entendido como legítimo, como só ele, o Estado, possui tal legitimidade e pode conferi-la a outras instituições ou pessoas. Dito isso, qual seria a origem da legitimidade do Estado? Não há dúvidas que tal fenômeno reside na mais moderna das formas de dominação: a racional-legal.

O Estado, portanto, é a forma medular sobre a qual, em nosso tempos, repousa a dominação de humanos sobre humanos<sup>5</sup>, Weber pensou. O poder legitimado, a dominação, é a concretização da obediência sem necessariamente apelar à violência física, mesmo que, em última instância, sempre seja possível recorrer a tal prática. A obediência, ainda segundo Weber, fundamenta-se na crença na validade do estatuto legal criado de maneira racional. Ou seja, obedecemos porque acreditamos na validade lógica das regras, mas não só por esse motivo. Ao fim, o tipo ideal de dominação moderna justifica-se pela crença na razão, mas é garantida pelo uso considerado legítimo da força.

Para Weber, o Estado também é uma associação política compulsória que não pode ser definida pelos seus fins, mas apenas pelos seus meios: o já citado uso da força. Por política, o sociólogo entende a disputa pela capacidade de influir na distribuição de poder. Este, por sua vez, é diretamente vinculado à posse de recursos materiais. É justamente na forma de administração de tais recursos que o Estado moderno se diferencia das antigas formas de associação política. Em sua formação corrente, supostamente, há uma total separação entre o quadro administrativo e os meios materiais de organização. Curiosamente, Weber entende o Estado moderno como um expropriador dos expropriadores dos meios de organização política, inclusive apontando um paralelo com a formação da empresa capitalista e a expropriação dos produtores independentes. Desse modo, a dominação estatal seria uma dominação de tipo autônoma.

Em suma, Marx e Weber possuem abordagens, pontos de vistas e conclusões muito distintas em relação a quase tudo; entretanto, em um ponto suas análises, convergem minimamente: o Estado moderno é compreendido como um agente centralizador e

---

<sup>5</sup> No original, Weber fala sobre “homens dominando homens” (WEBER, 1982, p.98). Trata-se de uma indiscutível exposição do individualismo metodológico weberiano em contraposição ao materialismo histórico de Marx e sua noção de antagonismo entre classes.

administrador. Para o alemão de Trier, o Estado, por meio da sua violência organizada, foi um dos agentes da expropriação dos bens comuns, processo fundamental para a centralização do Capital na mãos de uns poucos indivíduos pertencentes a uma classe. Já para o alemão de Erfurt, o Estado expropriou em vantagem própria os meios administrativos, de guerra e de organização financeira, outrora sob controle privado, concentrando em si os “meios totais de organização política” (WEBER, 1982, p. 102). Dessa forma, Marx e Weber apresentam o Estado como, ao mesmo tempo, sujeito e objeto da modernidade cujas formatações mais ostensivas são o modo capitalista de produção e a dominação por meio da fé na legalidade, na validade e na funcionalidade racional do Estado.

Ora, ambas as visões corroboram nossa metáfora explicativa do Estado como portador de uma força centrípeta. Mais do que isso, se o Estado sobrevive e se reproduz garantido por uma equação entre uso da força e legitimação por meio da dominação racional-legal, Marx e Weber demonstram como aquela estrutura se tornou portadora de tais faculdades. Veremos, agora, como Charles Tilly logrou articular ambas as contribuições teóricas produzindo assim uma síntese original sobre o tema.

### *A síntese de Tilly*

Charles Tilly foi um dos mais destacados cientistas sociais da segunda metade do século XX. Seus escritos articularam um sem-número de temas, sempre apresentando sólidas contribuições teóricas e metodológicas. Neste trabalho, interessa-nos observar suas reflexões acerca da constituição do Estado-nacional, o que foi seu ponto de partida para, posteriormente, dedicar-se ao tema das ações coletivas, como observou Breno Bringel (2012). Antecipamos que a hipótese defendida por Tilly parte de uma síntese de algumas teses defendidas por Weber e Marx e aqui anteriormente já debatidas.

Entre uma determinada gama de possibilidades, escolhemos Tilly para discutir a formação do Estado moderno não só pela consistência da sua proposta, mas principalmente por conta de uma das ilações que dela podemos extrair: a formação do Estado moderno é oriunda de um processo absolutamente contingente. Isso significa dizer que o Estado-nacional – e daqui em diante, em consonância com Tilly, assim nos referiremos ao Estado moderno – não é o ápice de um processo evolutivo das formas de organização política, assim como não foi uma necessidade histórica para garantir certas liberdades ameaçadas no estado de natureza, isto é,

na anarquia imaginada. O Estado-nacional é, portanto, nesse ponto de vista, um sistema de governo que assumiu uma dada formatação a partir de processos geográfica e historicamente localizados e não necessariamente arquitetados de maneira articulada e intencional.

Partindo da assunção marxiana de que a violência estatal foi uma ferramenta fundamental da edificação do modo capitalista de produção, Tilly (1996) buscou compreender o outro lado dessa via de mão dupla, ou seja, como a violência estatal se serviu do capital e, posteriormente, do capitalismo<sup>6</sup>. Ao debruçar sobre a gênese dos Estados modernos, o autor buscou demonstrar que a guerra foi o elemento central que induziu a forja daquela forma de comunidade política que veio a se tornar hegemônica. A persistência do estado de guerra no continente europeu levou os governantes a buscarem, cada vez mais, a acumulação e a concentração de capitais e de meios de coerção. Consequentemente, a estrutura burocrática do Estado surgiu a partir da necessidade de extrair e administrar tais recursos necessários à guerra. Por fim, Tilly argumenta que a forma assumida por cada Estado europeu foi suscitada pelas variações na distribuição de capital e de capacidade de coerção.

O primeiro ponto que nos interessa destacar é que, apesar de Tilly ter apresentado a guerra como o elemento transversal aos processos de formação dos Estados-nacionais, não entendeu tais processos como análogos, mas sim como portadores de propriedades específicas. Isso significa dizer que processos desiguais, mesmo que combinados, levaram a formações de Estados-nacionais idiossincráticos. Sendo assim, os Estados-nacionais são sistemas de governo que, em seu cerne, possuem características comuns, incluindo, é claro, a sua formação baseada na acumulação e concentração de capitais e recursos coercitivos. Entretanto, cabe ressaltar, a gênese dos Estados-nacionais é fruto de trajetórias heterogêneas e multifacetadas nas quais os processos de acumulação aqui descritos ocorreram de maneiras diversas.

Outro ponto interessante na argumentação apresentada por Tilly é a indicação de que o Estado-nacional não é, por si só, a forma mais elevada de organização política, mas a forma que mais se adequou às exigências dos processos históricos localizados em um determinado entroncamento espaço-temporal. Em outras palavras, o objeto aqui abordado, ao contrário de outras formas de organização da comunidade política então vigente, como, por exemplo, a

---

<sup>6</sup> Outro que produziu ricas reflexões sobre o papel fundacional da violência foi Walter Benjamin (2011). O filósofo apresentou uma divisão interessante entre a violência preservadora do direito, a do Estado moderno; e a violência fundadora do direito, a violência revolucionária (no caso, da greve geral que se torna revolucionária). Podemos então presumir que o próprio Estado foi fundado, em algum momento, pela força da violência da revolucionária burguesia que Marx e Engels reconheceram no Manifesto Comunista.

cidade-estado, melhor serviu ao mundo que era gestado a partir da direção assumida pelo desenvolvimento das forças produtivas e das conseqüentes relações conflituosas entre classes e frações de classes na disputa pelo controle de territórios e populações. Dessa forma, há um reconhecimento de que não só a coerção estatal foi relevante para o desenvolvimento do modo de produção capitalista, como também o capitalismo foi relevante para o incremento das capacidades coercitivas estatais. É bem verdade que o autor não apresenta essa relação como necessária, mas reconhece seu caráter associado ao afirmar que “onde o capital define um domínio de exploração, a coerção define um campo de dominação” (TILLY, 1996, p. 67). A associação entre exploração e dominação que, ao primeiro olhar, aparenta ser trivial, na verdade é um salto em direção ao que podemos conceber como uma via de mão dupla na constituição do Estado-nacional e do modo de produção capitalista, isto é, uma dinâmica de retroalimentação entre dois processos históricos ora paralelos, ora atravessados.

Em um instigante artigo escrito anos depois da publicação do seu livro *Coerção, Capital e Estados Europeus*, Tilly (2006) recorreu a uma interessante comparação para explicar sua tese sobre a formação dos Estados-nacionais. Para o autor, a formação e a atuação de tal sistema de governo se assemelham ao crime organizado. Isso porque, grosso modo, ambos ambicionam controlar um determinado território e nele administrar negócios e monopolizar o uso da violência. Para que não fiquem dúvidas, nas palavras de Tilly, Estados e gangues são

organizações relativamente centralizadas e diferenciadas cujos funcionários, com mais ou menos sorte, exercem controle sobre essas formas de violência monopolizadas por uma autoridade, sobre o conjunto da população que habita um território amplo e contíguo a outro (TILLY, 2006, p.2).

Tilly não afirmou que Estados-nacionais e organizações criminosas são a mesma coisa. Ambas se diferenciam, primordialmente, pela legitimação auferida à utilização da força. Entretanto, argumentou o autor, é tênue a linha que separa o uso legítimo e o uso ilegítimo da violência. Ademais, nos primórdios da construção do Estado-nacional, muitas vezes estava presente uma relação de amor e ódio entre os construtores que reivindicavam o direito de utilizar a força de maneira legítima e aqueles que viviam às margens da legitimidade, como, por exemplo, piratas e contrabandistas. Ou seja, a diferenciação entre uso legítimo e ilegítimo não ocorreu de uma hora para a outra. Como boa parte das fronteiras, sua fixação dependeu de um longo percurso histórico dentro do qual atores batalharam para obter reconhecimento e legitimidade.

Ao fim, para Tilly, o que diferencia os Estados-nacionais de qualquer outro sistema de governo é a legitimidade auferida ao uso da violência organizada e a sua capacidade de concentrá-la. Outrossim, a utilização da violência organizada pode ser observada em quatro atividades específicas: a guerra, em que a violência objetiva neutralizar rivais localizados fora do território; a construção do Estado, em que a violência objetiva neutralizar e eliminar rivais localizados dentro do território; a proteção, em que a violência objetiva neutralizar e eliminar os inimigos dos seus clientes; a extração, em que a violência objetiva adquirir os meios para o financiamento das atividades anteriormente descritas.

Pois bem, Tilly nos apresentou uma proposta de interpretação da formação do moderno e hegemônico sistema de governo, o Estado-nacional, a partir de um processo contingente marcado por distintos níveis de acumulação e centralização de recursos materiais necessários ao monopólio do uso legítimo da violência em um determinado território. Tal processo teve como pano de fundo o desenvolvimento do modo capitalista de produção e as guerras que eclodiram no continente europeu. Cabe então questionarmos: é só da centralização e acumulação de recursos materiais que se fez o Estado-nacional?

### *O simbólico de Bourdieu*

Tudo que nos apresenta, no mundo social-histórico, está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico (...) As instituições não se reduzem ao simbólico, mas elas só podem existir no simbólico, são impossíveis fora de um simbólico em segundo grau e constituem cada qual sua rede simbólica. Uma organização dada da economia, um sistema de direito, um poder instituído, uma religião existem socialmente como sistemas simbólicos sancionados. Eles consistem em ligar símbolos (a significantes) significados (representações, ordens, injunções ou incitações para fazer ou não fazer, consequências – significações no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado” (CASTORIADIS, 1982, p.142).

Pierre Bourdieu foi um sociólogo francês que ganhou notoriedade, entre outros motivos, porque se concentrou em explorar a dimensão simbólica da vida social, ou melhor dizendo, os sistemas simbólicos como estruturas estruturadas (BOURDIEU, 2012). Mas a que exatamente diz respeito o sistema simbólico? Estamos falando do aspecto ativo do conhecimento, da capacidade que a arte, a ciência e a linguagem têm de construir ativamente o mundo social.

Tendo em vista a importância dos sistemas simbólicos para a constituição do social, o que podemos aprender sobre o Estado a partir da observação de tal dimensão até aqui não

abordada? Bourdieu (2014), em seu curso oferecido no Collège de France, nos mostrou que as dimensões material e simbólica estão indelévelmente conectadas, inclusive nas estruturas do Estado. Desde já adiantamos que a conclusão central do sociólogo francês é que o Estado foi constituído não só a partir do monopólio da violência material, como também a partir do monopólio da violência simbólica legítima, sendo que esta é a condição do exercício daquela.

Como o leitor deve ter notado, em sua argumentação, Bourdieu estabelece um diálogo com a proposta weberiana acerca do que é o Estado. Não por acaso, as observações do sociólogo francês são fundamentadas em aproximações e afastamentos simultâneos de Weber e Marx. Começando por este, Bourdieu não discordou de Marx e dos marxistas sobre o Estado ser um aparelho de coerção em proveito de uma classe dominante, mas divergiu fundamentalmente da abordagem adotada por eles, uma vez que ela “não levanta o problema da existência do Estado, e o resolve pela definição das funções que ele preenche” (BOURDIEU, 2014, p. 36). Dessa forma, Bourdieu acusou Marx e os marxistas de flutuarem em uma espécie de superfície funcionalista que percebe o Estado pela ótica das suas ações e para quem estas são dirigidas, em vez de mergulharem na interrogação da existência do Estado e das suas fundamentações. A partir de tal assertiva, o sociólogo acusa os marxistas de constituírem a coroa da moeda da qual o contratualismo é a cara. Por conseguinte, os marxistas apresentariam o Estado por meio da sua funcionalidade diabólica, a coação da classe produtora pela classe parasitária, enquanto os contratualistas o apresentariam por meio da sua funcionalidade divina, o espaço neutro no qual é possível administrar os conflitos.

Se, como bem afirmou Bourdieu (2014, p. 38), “não se aprende nada sobre o mecanismo quando se interroga apenas a respeito das funções”, precisamos desvelar os mecanismos próprios ao Estado que são incompreensíveis por meio do aporte teórico e metodológico marxista. Para responder a tal indagação, o sociólogo recorre à ideia de integração lógica e moral, de seu compatriota Émile Durkheim (1996). Para ele, o Estado é o princípio da integração lógica, ou seja, do compartilhamento social de uma percepção e de construção de realidade; e da integração moral, ou seja, uma convenção coletiva sobre certos valores. Isso posto, o Estado seria uma nomeação oferecida a princípios latentes da ordem social, da dominação física e simbólica, da violência física e simbólica.

Dando continuidade ao exame da dimensão simbólica do Estado, Bourdieu questionou o poder de agência comumente conferido ao que considera uma sistema de governo. O Estado, para o sociólogo, não é um sujeito concreto, mas sim uma abstração que vive da crença coletiva.

Em última instância, o Estado existe porque acreditamos na sua existência e, dessa forma, a validamos. O objeto analisado, portanto, pode ser interpretado como um meio pelo qual sujeitos se autorizam a se manifestarem, “é o produto do conjunto dos agentes mandatados para exercerem a soberania e não o inverso”. Esses agentes mandatados “se fizeram como agentes de Estado fazendo o Estado tiveram de fazer o Estado para se fazerem detentores de um poder de Estado” (BOURDIEU, 2014, p. 92 – 93.). Vemos, então, que para o sociólogo francês o Estado não é o produtor de agentes detentores dos mais variados recursos simbólicos e materiais, mas um produto da ação de agentes detentores de recursos simbólicos e materiais que, por meio do Estado, reproduzem e legitimam o seu particular enquanto universal. E só o fazem porque cremos que eles podem fazer.

Quem eram então esses agentes detentores dos recursos simbólicos citados por Bourdieu? Antes de mais nada, recordemos que ele apresenta o Estado como uma moderna estrutura de legitimação da ordem social. Tal estrutura nasceu da concentração de recursos materiais e simbólicos que terminaram por instituir um monopólio do uso legítimo da violência material e simbólica. Portanto, se houve uma extração de tais recursos para que fossem concentrados, a questão aqui relevante deve ser: como pôde ter sido considerada legítima tal extração? A resposta reside na existência e disposição de um capital do tipo simbólico, quer dizer, um capital situado na ordem do conhecimento e do reconhecimento cujo campo político é por excelência o seu lugar de exercício. Não cabe, aqui, reproduzirmos toda a genealogia do Estado segundo Bourdieu. Interessa-nos destacar que aquela figura sobre a qual repousou o acúmulo inicial de capital simbólico que permitiu a legitimação da extração e monopolização de recursos simbólicos e materiais foi o figura do rei. Este não estava apenas investido de uma validação divina, o que já não é pouco. Em diálogo com a genealogia do Estado produzida por Norbert Elias, Bourdieu observou que o rei opera como uma espécie de metapoder que centraliza o que ele chama de uma “rede de interdependência de poderosos detentores de princípios de potências diferentes (...) A tal ponto que a estrutura desse espaço, em sua complexidade, torna-se o princípio gerador das decisões estatais” (BOURDIEU, 2014, p. 248). Ora, essa rede centralizada no rei é o entrelaçamento das potências burocrática, religiosa, econômica e jurídica que nasceram na Europa.

Vimos que a relevante contribuição de Bourdieu para a compreensão do Estado moderno parte do questionamento não da função da forma Estado, mas da fundamentação da sua existência. Para o sociólogo francês, o Estado repousa sobre o acúmulo de variados tipos



de capital, que, como bem argumenta José Mauricio Domingues (2014), estão relacionados com os mais diversos campos simbólicos e materiais e, em certa medida, podem ser transferidos de um para o outro. Dessa forma, concluímos que a extração e concentração de Capital e do uso legítimo da violência, que se torna monopolizado, nasceu associado à extração e concentração de Capital simbólico e da violência simbólica.

A questão da concentração de poder simbólico como força de sustentação do Estado interessa fundamentalmente a este estudo por conta da validação daquela estrutura administrativa como comunidade política autorizada. Se os agentes mandatados se fizeram agentes de Estado para deter o poder de Estado, parte desse poder diz respeito à capacidade de segmentar indivíduos entre os habilitados e os desabilitados a participarem da comunidade política. É justamente dessa divisão que surge a dicotomia entre o cidadão e o não cidadão, que ao fim se materializa como dicotomia entre o indivíduo portador integral de direitos e o indivíduo portador parcial ou não portador de direitos. Essa divisão, longe de ser banal, opera segundo os interesses dos agentes de Estado em se reproduzirem como tais.

### *O poder*

Comumente, o debate sobre o Estado acaba por desembocar na nada desprezível questão do poder e, conseqüentemente, da soberania. Afinal, como bem apontou Domingues (2018, p.130), “o Estado tem sido um meio crucial por meio do qual a questão existencial social, crucial, da distribuição do poder na vida social tem sido respondida na modernidade”. Tal tópico ocupa um espaço importante nos estudos de sociologia e política, instigando uma série de acadêmicos a refletirem sobre o tema. Aqui, recorreremos a alguns autores para expor uma parcela dos variados pontos de vista sobre a relação entre a corrente forma hegemônica de organização da comunidade política e as distintas concepções sobre o poder.

Para começar, é preciso interpelar a noção de soberania. A mais clássica das abordagens sobre Estado, soberania e poder foi aquela produzida por Hobbes (2003). O filósofo inglês, preocupado com a desordem em sua terra natal, argumentou que os homens são orientados por desejos egoístas, suas paixões. Esses mesmos homens, para garantir sua autoconservação, teriam feito uma escolha: abrir mão da liberdade existente no anárquico estado de natureza para garantir a segurança no hierárquico Estado soberano. Essa segurança estaria vinculada ao que ele entende como leis da natureza (justiça, equidade, modéstia e piedade), em contraposição ao

que seriam as paixões humanas (parcialidade, orgulho e vingança). Nas palavras do próprio, os indivíduos teriam produzido um pacto no qual conferem

toda a sua força e poder a um homem, ou a uma assembléia de homens, que possa reduzir todas as suas vontades, por pluralidade de votos, a uma só vontade. Isso equivale a dizer: designar um homem ou uma assembléia de homens como portador de suas pessoas, admitindo-se e reconhecendo-se cada um como autor de todos os atos que aquele que assim é portador de sua pessoa praticar ou levar a praticar, em tudo o que disser respeito à paz e à segurança comuns; todos submetendo desse modo as suas vontades à vontade dele, e as suas decisões à sua decisão (HOBBS, 2003, p. 147).

Dessa forma, o Estado torna-se o soberano, isto é, o portador único e inequívoco da autoridade central de agir pelo povo e sobre o povo em um determinado território. Como consequência, todos os indivíduos tornam-se súditos, abrindo mão do direito de autogoverno em prol dessa formação cujo ofício é empregar o poder e a autoridade que lhe foram concedidos para garantir a segurança daqueles que estão sob seu jugo. Sendo assim, inaugura-se uma concepção política sobre o Estado como legítimo soberano, ou seja, como ator capaz de exercer um poder que é indivisível, absoluto, ilimitado e que se manifesta no direito de fazer a guerra e a paz e no direito de instituir as regras que regulam as ações daqueles que vivem no espaço geográfico no qual sua soberania é vigente, isto é, as leis. Conseqüentemente, para Hobbes, poder e soberania são princípios indivisíveis investidos ao Estado.

A visão hobbesiana sobre Estado, poder e soberania, alguns séculos depois, influenciou o pensamento do jurista alemão Carl Schmitt. Para ele, o soberano é aquele que decide sobre o estado de exceção (SCHMITT, 2009), ou seja, sobre o momento no qual se suspende o Estado de Direito. O Estado, que para Hobbes é a origem absoluta das leis, para Schmitt também é aquele que as suspende se bem crer necessário. Sendo assim, o poder do Estado é um poder de decisão. Neste ponto, Schmitt e Hobbes se aproximam, uma vez que ambos pensaram o Estado como portador de um poder capaz de agir não só pela ordem, mas principalmente para a ordenação, incluindo, no caso de Schmitt, a garantia da diferenciação entre *nós* e *os outros*, ou, nas palavras dele, o amigo e o inimigo, distinção antagônica basilar do que ele entende como Política (SCHMITT, 2007). Isso porque, para ambos os pensadores, a função medular do Estado é a proteção – dos súditos, no caso de Hobbes; dos amigos (o nacional), no caso de Schmitt – contra as ameaças externas e a desordem interna.

Diferentemente de Hobbes e Schmitt, Foucault apresentou um ponto de vista baseado em uma concepção interacionista sobre a questão aqui interpelada. Para o filósofo francês, o

Estado não deve ser observado como um ator detentor de poder de tipo unitário e incontestado, uma vez que o poder é algo que se exerce muito mais do que se possui. Isso posto, o Estado deve ser observado como uma ferramenta da governamentalidade, ou seja, um conjunto de técnicas associadas à ideia de pastoreio, de direcionamento da conduta dos indivíduos (FOUCAULT, 2008). O Estado, para Foucault, não é uma formação que produz ordenamento diretamente, mas que cria condições para o ordenamento e o direciona. Tal direcionamento, ao contrário do que se pode imaginar, não é observado como operado de cima para baixo, com origem em um centro difusor, mas sim em uma dinâmica complexa que se desdobra na superfície da micropolítica a partir de uma racionalidade de governança. Vejamos o que ele afirmou sobre tal questão:

esse pastorado, esse poder pastoral não pode ser assimilado ou confundido com os procedimentos utilizados para submeter os homens a uma lei ou a um soberano. Tampouco pode ser assimilado aos métodos empregados para formar as crianças, os adolescentes e os jovens. Tampouco pode ser assimilado às receitas que são utilizadas para convencer os homens, persuadi-los, arrastá-los mais ou menos contra a vontade deles. Em suma, o pastorado não coincide nem com uma política, nem com uma pedagogia, nem com uma retórica. É uma coisa inteiramente diferente. É uma arte de governar os homens, e é por aí, creio, que devemos procurar a origem, o ponto de formação, de cristalização, o ponto embrionário dessa governamentalidade cuja entrada na política assinala, em fins do século XVI, séculos XVII-XVIII, o limiar do Estado moderno. O Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida (FOUCAULT, 2008, p. 219).

Se até agora falamos que para Foucault o Estado se vincula muito mais à lógica do governo/pastoreio do que à lógica do poder soberano, resta esclarecermos que isso não significa que para ele não tenha existido um poder de tipo soberano. Se, como bem afirmamos, o filósofo apresentou uma visão interacionista sobre o poder, é coerente pensar que, mais do que assinalar um soberano, é preciso observar os súditos em seus processos de sujeição. Para tal, é primordial orientar a análise “para o âmbito da dominação (e não da soberania), para o âmbito dos operadores materiais, para o âmbito das formas de sujeição [...], para o âmbito, enfim, dos dispositivos de saber” (FOUCAULT, 2005, p.40). A partir de uma análise de tal forma orientada, Foucault chegou à conclusão de que o poder soberano, aquele vinculado ao território e à extração dos bens nele produzidos, a partir dos séculos XVII e XVIII, passa a dar lugar a um poder de novo tipo, disciplinar, que opera muito mais sobre os corpos do que sobre a terra<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Cabe ressaltar que, no que tange aos sistemas jurídicos, para Foucault, a noção tradicional de soberania seguiu vigente mascarando os mecanismos disciplinares ao passo que era lastreada neles. Em outras palavras, o disciplinamento operava como mecanismo de dominação, mas a realização efetiva do poder era mascarada ao ser

Esse poder disciplinar domestica, controla e torna os corpos obedientes por meio de técnicas de racionalização baseadas em sistemas de vigilância, hierarquia e relatórios. É um poder de normalização que perpassa as instituições do Estado, mas nelas não se encerram.

Foucault também chamou atenção para o surgimento de um poder de novo tipo, a partir do século XIX, que não exclui o poder disciplinar, mas o complementa: o biopoder. Trata-se de um poder de regulamentação – esse sim, mais concentrado no Estado – que não foca no corpo-indivíduo, como faz o poder disciplinar, mas na população. É um poder fundamentado no direito de intervir para fazer viver, ao contrário do poder soberano, fundamentado no direito de fazer morrer. Em outros termos, podemos encarar o poder que surgiu no século XIX como um poder que tomou posse da vida e o poder que se estabeleceu no século XX como um poder que se incumbiu da vida, ou, nas palavras do próprio, “cobriu toda a superfície que se estende do orgânico ao biológico, do corpo à população, mediante o jogo duplo das tecnologias de disciplina, de uma parte, e das tecnologia de regulamentação, de outra” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Uma quarta, distinta e mais interessante concepção sobre Estado, poder e soberania é aquela que foi apresentada por Nicos Poulantzas, em seu livro *Estado, poder e socialismo*. O marxista heterodoxo citou nominalmente Foucault para ir com, contra e além das proposições formuladas pelo filósofo francês. Para Poulantzas (2005), o Estado é uma relação social e, como tal, deve ser observado como uma condensação material de relações entre classes e frações de classe. Isso significa, por um lado, um rompimento com uma visão monolítica e estática sobre o Estado que por tempos dominou uma significativa parcela do marxismo. Por outro lado, é também um afastamento de concepções pósestruturalistas, como a de Foucault, que estavam em evidência na Europa nos anos 1970. Não por acaso, a primeira linha da introdução do livro aqui referido é uma provocação a ambas as correntes aqui citadas: “quem escapa hoje do Estado e do poder?” (POULANTZAS, 2005, p. 5).

A provocação dirigida aos marxistas adeptos de uma visão monolítica, que entendem o Estado como um mero instrumento funcional à dominação exercida por uma classe, reside justamente no escape do debate sobre o Estado pela chave do poder, isto é, pensar os aparatos de tal formação política como redutíveis ao poder nela realizado. Em poucas palavras, para Poulantzas, o poder transborda os limites do Estado. Igualmente, a mesma frase pode ser lida

---

apresentada como parte do aparelho jurídico supostamente fundamentado na soberania democratizada no direito público.

como uma provocação dirigida aos pós-estruturalistas que, como Foucault, subestimam o papel que o Estado assume como o espaço próprio das relações de poder político, ou seja, da capacidade de uma ou várias classes em realizar seus interesses específicos tendo no Estado uma ferramenta fundamental para tal objetivo.

Concordando com Foucault, Poulantzas observou o poder como algo estritamente relacional. Entretanto, ao contrário do filósofo francês, ele o observa como uma relação estabelecida primordialmente entre classes, ou seja, na capacidade de uma classe realizar seus interesses necessariamente impedindo outra classe de realizar os seus, sem, no entanto, conformar um jogo de soma zero, uma vez que autor advoga pela incomensurabilidade do poder. Tal relação, do ponto de vista da política, se realiza no Estado sem que este possua algum tipo de poder intrínseco, mas sendo ele um espaço central para o exercício do poder.

Contra Foucault, Poulantzas atacou a ideia de um poder imanente, ou seja, uma relação invariavelmente fundada em si mesma sem que haja espaço para uma resistência que seja, de fato, possível e não somente uma afirmação de um princípio. Nesse ponto, o autor questionou os distintos pontos de vista que entendem o Estado como uma fortaleza impenetrável para as lutas populares. Entre os que pensam o Estado como a materialização de todo o mal e os que pensam a impossibilidade natural da resistência, Poulantzas defendeu a subversão do poder na relação de forças que é condensada no Estado e nos aparatos de poder que o transbordam. Ou seja, trata-se de uma defesa da inscrição das lutas populares no Estado e para além dele.

Apresentamos aqui três distintas concepções sobre a relação entre Estado e poder que, em comum, somente observam a existência de tal relação. Grosso modo, elas se distinguem ao pensar como se realiza o poder no Estado e a partir dele. A primeira vincula diretamente o poder e o Estado, entendendo este como o detentor e operador daquele. A segunda observa o poder como uma relação entre atores na qual o Estado opera como um aparato de uma relação de poder que lhe é externa. A terceira e última observa o Estado como uma síntese de uma relação de poder entre classes em que a relação perpassa a estrutura e vice-versa, sem, no entanto, um se encerrar no outro. Para essa tese, o que de fato importa é que, independente do ponto de vista sobre como se realiza o poder no, através ou em associação com o Estado, este é, indubitavelmente, uma formação política que envolve – e nela se desenvolve – a capacidade de determinação, imposição e coação a partir da centralização e da autolegitimação.

### *O gênero*

Como acabamos de discutir, distintas interpretações entendem o Estado como uma formação política de alguma forma vinculada à questão do poder. Se uma parte significativa dessas interpretações percebem aquele como um fenômeno relacional, cabe então identificarmos quem exerce e sobre quem é exercida tal força. Desde já adiantamos que o Estado, em especial sua versão moderna, formou-se e reproduz-se sobre imperativos machistas fundados, entre outras coisas, sobre a divisão sexual do trabalho no modo capitalista de produção. A separação prática entre esfera pública e privada e o enclausuramento da mulher nesta última é, ao mesmo tempo, causa e consequência da existência da forma Estado. Tal questão, como veremos adiante, está frontalmente associada a dois temas aqui já abordados: a assim chamada acumulação primitiva e a guerra.

Com Marx e para além dele, Silvia Federici (2010) produziu uma interessante investigação sobre as origens do modo capitalista de produção e do Estado a partir de um ponto de vista interessado em observar o papel das mulheres em tal processo, ou melhor dizendo, o papel de tal processo para a vida das mulheres. O argumento principal da autora é que a violenta domesticação daqueles corpos foi um dos elementos basilares para a abertura do processo de acumulação primitiva descrito por Marx e aqui alhures abordado. Tal domesticação, ainda segundo a autora, teria sido ideologicamente viabilizada pela Igreja Católica ao produzir a imagem da mulher rebelde como bruxa, herege e anticristã. Entretanto, na prática, ela foi operada pelos nascentes Estados europeus e intensificada a partir da colonização do novo mundo. Dessa forma, de maneira muito habilidosa, Federici demonstrou a associação existente entre divisão sexual do trabalho, domesticação dos corpos das mulheres, cristianização, acumulação primitiva e formação dos Estados modernos.

Partindo de um interessante ponto de vista, muito possivelmente influenciado pela tradição do operaísmo italiano, Federici observou o germinar do Estado e do modo capitalista de produção não como criativo, mas como reativo. Segundo a autora, durante a Idade Média, a Europa foi cenário de uma vasta gama de movimentos sociais, em sua maioria camponeses comunitaristas, que questionavam o sistema feudal e resistiam ao nascente capitalismo. É possível discutir se é plausível categorizar aquelas lutas e rebeliões como movimentos sociais, categoria essa comumente vinculada a organizações modernas, entretanto é intrigante pensá-los como núcleos de uma criatividade social em luta que mesclava a defesa de seus modos de

vida e a inventividade de alternativas ao estado das coisas. O que nos interessa, porém, é observar como esses movimentos desempenhavam um papel de empecilho à reprodução da ordem feudal e da produção da ordem capitalista, tendo o Estado, em parte, sido formado justamente para exterminar tal empecilho por meio da força centralizada e autolegitimada.

Não só por meio da força o Estado combateu os movimentos sociais da Idade Média. Era preciso cooptar e dividir as massas de trabalhadores possivelmente revoltosos. Para tal fim, os corpos das mulheres serviram de potente arma. Como consequência, a política sexual tornou-se uma das primeiras políticas de Estado. Federici mostrou que, em diversas localidades, foram abertos prostíbulos administrados pelos municípios, garantindo assim uma terrível distração para os jovens trabalhadores. Ademais, o estupro individual e coletivo tornou-se uma prática corriqueira e raramente penalizada. A finalidade dessas políticas sexuais não era outra senão fragmentar o proletariado medieval e disciplinar as mulheres.

Os corpos das mulheres não só foram utilizados como modo de distração e fragmentação do proletariado medieval, mas também como mecanismo reprodutor da força de trabalho. O enclausuramento da mulher na esfera privada e a política sexual também objetivavam tornar aquelas pessoas produtoras de produtores, isto é, mães proletárias. Em uma Europa recentemente arrasada pela peste, que acabou por dizimar uma significativa parte da população, o nascente modo capitalista de produção precisava daquilo que Marx (2013) chamou de trabalho vivo, fundamental para a acumulação primitiva, para o trabalho morto. Sendo assim, simultaneamente, as mulheres tinham seus corpos utilizados como instrumento de dominação e exploração.

O enclausuramento da mulher na esfera privada não tinha como objetivo somente torná-la uma produtora de produtores. Se, como bem afirmou Engels (1984), a primeira divisão social do trabalho foi a divisão sexual, o capitalismo nascente tratou de organizar o trabalho da mulher como trabalho doméstico, como produção não remunerada. Na palavras do filósofo prussiano, o trabalho delas “perdia agora sua importância, comparado com o trabalho produtivo do homem; este trabalho passou a ser tudo; aquele, uma insignificante contribuição.” (ENGELS, 1984, p. 182)<sup>8</sup>. Como consequência, notou Federici (2010), as mulheres passaram a ser mais

---

<sup>8</sup> Com o descobrimento e publicização de vários escritos de Marx na Marx-Engels-Gesamtausgabe (MEGA), recentemente pudemos descobrir algumas novas diferenças entre as análises dos dois filósofos. Sobre a questão do patriarcado, Marx parece ter uma visão mais dialética e matizada, entendendo que a dominação masculina e a sociedade de classes não são produtos diretos e necessários do colapso da sociedade clânica. Ver ANDERSON, Kevin. B. Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019. p. 300.

dependentes dos homens e mais suscetíveis ao poder do Estado e dos empregadores, que utilizam o salário masculino como instrumento de governo do trabalho das mulheres.

Na modernidade, a sujeição da mulher ao homem pode ser observada como parte de um contrato sexual: o casamento (PATEMAN, 1995). Essa relação, de funcionalidade basilar para uma sociedade organizada sob uma ordem patriarcal, carrega consigo uma ambiguidade alicerçada na dicotômica dupla-chave da sujeição ao homem e da aceitação voluntária do contrato. O segredo, aqui, é afastar-se da ideologia liberal, que apresenta a participação em uma determinada relação de subordinação como parte de um consentimento individual e objetivo de alguém que é possuidor de si mesmo, e buscar compreender a sujeição da mulher como parte de um sistema de dominação sob o qual ela já nasce inserida. Trata-se, portanto, de interpretar o fenômeno do contrato sexual muito mais a partir de um sujeição artificial do que a partir de uma suposta igualdade natural. Não por acaso, o contrato sexual do qual estamos falando, na prática, precisa da validação do Estado. No final das contas, é ele quem legitima a submissão da mulher ao homem por meio do reconhecimento legal.

A relação entre as mulheres e a produção e reprodução do Estado, assim como a relação entre o Estado e a exploração e submissão das mulheres, temas sobre os quais nos debruçamos nesta subseção, transparecem de maneira exemplar quando observamos a ação do Estado no sistema internacional, mais especificamente quando este atua para a suposta garantia da segurança nacional. Como bem notou Tickner (1992), em muitas sociedades o engajamento na defesa de segurança nacional, seja por meio da diplomacia ou da guerra, é considerado uma das mais altas formas de patriotismo, da qual as mulheres estão quase sempre excluídas. Para estas, restam as tarefas de ordenamento, conforto, cuidado e provisão, quase sempre confinadas no âmbito doméstico. Além do mais, a autora demonstra que o Estado, em especial quando atua no cenário internacional, apresenta um comportamento extremamente dependente do que a visão hegemônica no ocidente idealiza como masculinidade. Dessa forma, há uma construção histórica que associa as noções especiais de masculinidade ao Estado e de feminilidade ao lar, apartando as mulheres daquela associação que, na modernidade, se tornou o fundamental espaço de exercício de poder.

Quando, no sistema internacional, a política segue por outros meios, isto é, a guerra – aqui já observada como um dos catalisadores da formação dos Estados europeus –, os corpos das mulheres frequentemente são utilizados como armas a serem manuseadas e territórios a serem conquistados, revelando, dessa forma, o caráter mais cruel e truculento da subordinação



daquelas. Por conseguinte, o estupro não deve ser entendido como um efeito colateral das guerras, mas como parte indissociável delas. Tal violência pode ser lida como uma afirmação de masculinidade dos soldados perante aos seus iguais e também a eles mesmos, além de, é claro, ser um modo de imputar humilhação aos inimigos (BROWNMILLER, 1975). Outra motivação seria o entendimento dos soldados de que o corpo da mulher é um objeto, podendo, dessa forma, ser tomado como espólio de guerra. Trata-se, mais uma vez, de uma operação de submissão, exploração e violação das mulheres por parte dos Estados, dos homens e, muito especialmente, dos homens de Estado.

Para o que nos interessa mais diretamente neste estudo, o debate sobre gênero serve como lente para observar as diferenças históricas entre homens e mulheres no que toca ao trabalho e à migração. Como veremos adiante, a migração de mulheres responde a padrões específicos em cada momento histórico. Inicialmente, como mães e esposas acompanhando maridos, e, hoje em dia, cada vez mais como mulheres trabalhadoras que migram buscando melhores condições de vida, possibilidades de estudo e salários menos indignos para ajudar sua família ou comunidade na sociedade de origem.

### *A colonialidade*

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista (MARX, 2013, p. 998).

Como é possível notar, estava evidente para Marx não só que a violência do Estado foi de fundamental importância para a expropriação e disciplinamento dos produtores, mas também que o sistema colonial, baseado na “violência mais brutal” (ibid. p. 998), nada mais era do que a ponta de lança da abertura de um mercado global. Esta, entre outras coisas, estava marcada pela espoliação dos povos não europeus e foi levada a cabo pelas pesadas mãos dos Estados.

Em suas observações acerca das racializadas sociedades latino-americanas, Anibal Quijano (2002) notou que a colonialidade do poder, o capitalismo, o Estado moderno e o eurocentrismo são quatro formações intimamente entrelaçadas na sustentação de um padrão hegemônico e global de poder. Tal entrelaçamento, como já vimos, é oriundo da necessidade do capitalismo nascente de organizar e centralizar a violência que deveria ser exercida por uma formação, o Estado, contra os expropriados. Ademais, como também vimos, a violência estatal

serviu à acumulação primitiva como ferramenta para as espoliações das riquezas dos territórios americanos, asiáticos e africanos. É justamente a partir daí que a colonialidade surgiu como racialização do mundo, como sistema de dominação a serviço dos interesses de uma classe até então exclusivamente europeia.

A ideia de raça, ou seja, a codificação dos fenótipos humanos, é uma construção europeia fundamentalmente moderna e vinculada ao capitalismo e ao Estado. O desenrolar da mundialização do capitalismo como um processo de controle e exploração do trabalho também foi um processo de divisão entre os produtores que deveriam ser assalariados e os que deveriam ser escravizados. A divisão racial do trabalho, assentada na classificação racial produzida para naturalizar os novos papéis e lugares na estrutura de produção capitalista, tornou o racismo um elemento associado ao modo capitalista de produção. Nesse processo, o Estado não só atuou como agente legitimador como foi o operador dessa violência, seja no genocídio dos povos originários da América e da Oceania, na escravização dos povos subsaarianos ou na subjugação dos povos asiáticos.

Para além da evidente dimensão material da colonialidade, aqui já comentada em sua associação com o modo capitalista de produção, ela também possui uma nada desprezível dimensão ideológica, isto é, força de fazer ver e fazer crer. Como bem destacou Quijano em um outro artigo (2005), a raça é uma categoria mental moderna produzida por europeus com o objetivo inequívoco de inferiorizar o outro, o não europeu, legitimando, dessa forma, a ação dos conquistadores sobre os seus conquistados. Para esse fim, a hierarquização social baseada no fenótipo necessariamente precisou envolver a depreciação das descobertas mentais e culturais dos povos não europeus, implicando um processo de reidentificação histórica desses povos a partir da Europa. A articulação de heterogêneas culturas, histórias e intelectos sob uma categorização hegemônica europeia dos negros, indígenas e orientais não só produziu um giro intersubjetivo que aniquilou também simbolicamente um sem-número de povos, como forçou a internalização dessas categorias por essas pessoas como meio de dominação. Possivelmente Frantz Fanon tenha sido aquele que melhor conseguiu expressar em palavras tal perverso processo do ponto de vista do processado. Vejamos a citação abaixo, um pouco longa, porém paradigmática quando se trata do ser negro:

Cheguei ao mundo pretendendo descobrir um sentido nas coisas, minha alma cheia do desejo de estar na origem do mundo, e eis que me descobro objeto em meio a outros objetos. Enclausurado nesta objetividade esmagadora, implorei ao outro. Seu olhar libertador, percorrendo meu corpo subitamente livre de asperezas, me devolveu uma

leveza que eu pensava perdida e, extraindo-me do mundo, me entregou ao mundo. Mas, no novo mundo, logo me choquei com a outra vertente, e o outro, através de gestos, atitudes, olhares, fixou-me como se fixa uma solução com um estabilizador. Fiquei furioso, exigi explicações... Não adiantou nada. Explodi. Aqui estão os farelos reunidos por um outro eu. Enquanto o negro estiver em casa não precisará, salvo por ocasião de pequenas lutas intestinas, confirmar seu ser diante de um outro. Claro, bem que existe o momento de “ser para-o-outro”, de que fala Hegel, mas qualquer ontologia torna-se irrealizável em uma sociedade colonizada e civilizada. Parece que este fato não reteve suficientemente a atenção daqueles que escreveram sobre a questão colonial. Há, na *Weltanschauung* de um povo colonizado, uma impureza, uma tara que proíbe qualquer explicação ontológica. Pode-se contestar, argumentando que o mesmo pode acontecer a qualquer indivíduo, mas, na verdade, está se mascarando um problema fundamental. A ontologia, quando se admitir de uma vez por todas que ela deixa de lado a existência, não nos permite compreender o ser do negro. Pois o negro não tem mais de ser negro, mas sê-lo diante do branco. Alguns meterão na cabeça que devem nos lembrar que a situação tem um duplo sentido. Respondemos que não é verdade. Aos olhos do branco, o negro não tem resistência ontológica. De um dia para o outro, os pretos tiveram de se situar diante de dois sistemas de referência. Sua metafísica ou, menos pretensiosamente, seus costumes e instâncias de referência foram abolidos porque estavam em contradição com uma civilização que não conheciam e que lhes foi imposta (FANON, 2008, p. 103-104).

Assumimos que este trabalho acaba por reproduzir parte de uma visão eurocêntrica por ele mesmo apontada como algo nocivo às ciências sociais e ao mundo como um todo. Em que pesem as críticas à colonialidade do poder e a divisão sexual do trabalho, a maioria dos autores aqui discutidos seguem sendo homens, europeus e, sobretudo, brancos. Trata-se menos de uma má vontade do autor e mais da própria formação acadêmica que recebeu nas distintas instituições que frequentou e da suposta raiz europeia da sociologia. Entretanto, até mesmo tal raiz pode e deve ser questionada como parte do aqui já citado projeto de depreciação das descobertas mentais e culturais dos não europeus.

Em um interessante livro, John Hobson (2006) buscou demonstrar como boa parte das formações que chamamos de modernas, normalmente associadas à Europa, na verdade possuem origens diversas que foram apagadas da história oficial por uma operação fundamentada no racismo. Afinal, o projeto moderno é centralizador e homogeneizante, tal qual sua principal representação política: o Estado. Quanto a este, nosso objeto de interesse neste fragmento, Hobson demonstrou que é falsa a perspectiva culturalista – pincelada com racismo, é preciso acrescentar – de Weber sobre Estados culturalmente determinados como racionais em oposição a outros Estados culturalmente determinados patrimonialistas. O que o autor observou é que, de fato, todas as formações estatais estão permeadas, em maior ou menor grau, pela correspondência ambígua entre interesses públicos e privados. De certa forma, não teria Marx afirmado o mesmo no aqui já comentado *Sobre a questão judaica*?

Para além da depreciação dos feitos não europeus, o poder da colonialidade segue manifestando-se de maneira brutal, em vários países, através de uma necropolítica (MBEMBE, 2012) de Estado, o que Berenice Bento explicita como “diferenças abissais da ação do Estado em relação a determinados grupos e a distribuição diferencial de direito à vida.” (BENTO, 2018). Aqui poderíamos citar os Estados europeus negligentes e até mesmo coniventes com a morte de migrantes árabes e africanos que tentam atravessar o Mar Mediterrâneo.

Neste fragmento, a questão que nos esforçamos para salientar é o caráter racista da construção do Estado e da acumulação primitiva, processo diretamente relacionado com a colonização. Além disso, afirmamos a permanência do racismo como elemento nada desprezível da soberania moderna. São os não europeus que seguem como objetos do fazer morrer da necropolítica estatizada ao redor do mundo. Tal fenômeno, agora veremos, está intimamente relacionado com a xenofobia decorrente da realização da nação imaginada. No terceiro capítulo, retomaremos a esse debate para argumentar que parte do incômodo gerado pelos migrantes nas sociedades de destino nada mais é do que a manifestação dessa colonialidade enquanto ideologia racista que segmenta humanos a partir da sua cor de pele e fisionomia. Dessa forma, faz-se necessário examinar os fluxos migratórios de um ponto de vista que assuma a enorme relevância da questão racial.

### *A nação*

Até agora, tratamos de apresentar algumas linhas de pensamento sobre o Estado *stricto sensu*, isto é, sobre uma formação política que, como tentamos demonstrar, centraliza poder, se pretende universal, possui capacidade de autolegitimação e é fruto de processos políticos e sociais contingentes e não de um desenvolvimento necessário e natural. Nesta subseção, vamos nos debruçar sobre aquela associação que fundamentou a versão moderna de tal formação política: a associação entre o Estado e a nação.

Uma das primeiras reflexões produzidas acerca do tema foi fruto das observações liberais e utilitaristas de Stuart Mill (1981), em defesa do governo representativo. O britânico, ao pensar a ligação entre nacionalidade e governo representativo, no século XIX, afirmou que a nacionalidade é uma espécie de sentimento de simpatia comum que liga os homens e pode ser originado por diversas causas, como raça, língua, religião, geografia, mas principalmente pela “identidade de antecedentes políticos, a posse de uma história nacional e a consequente

comunhão de memórias, o orgulho e a humilhação, o prazer e a tristeza coletivos, ligados aos mesmos incidentes do passado” (MILL, 2001. p. 181). Ainda segundo Mill, as instituições livres seriam quase impossíveis em países lotados de distintas nacionalidades, uma vez que, para o bom funcionamento do governo representativo, seria necessário algum nível de coesão da opinião pública.

É curioso perceber que, para Mill, o compartilhamento de uma dada identidade seria um ponto necessário à formação de uma opinião pública coesa. Tal convicção, notadamente sustentada pelo entendimento social-darwinista de que há nações mais ou menos desenvolvidas, é justificada pelo autor em dois pontos: o acesso a diferentes recursos informacionais, que teriam as distintas nações sob um mesmo Estado; a impossibilidade de gerar um tipo de simpatia do exército pelo povo, já que a unidade do povo dependeria, na visão dele, de uma unidade nacional homogênea.

Interessa-nos notar, na abordagem produzida por Mill, duas questões por meio das quais o autor adianta uma parcela dos argumentos que aqui serão explorados. A primeira delas é a afirmação da nação como uma construção histórico-simbólica. Mill percebe a nação como um construto temporal baseado no compartilhamento de sentimentos e experiências comuns, o que propiciaria a cooperação entre os indivíduos. De certa forma, cremos que, ao pensar na cooperação fundamentada pelo compartilhamento de experiências e sentimentos, ele estava se referindo ao que posteriormente seria chamado de ação racional orientada por valores.

A segunda questão exposta por Mill adianta justamente aquele que é o ponto nodal desta parte da pesquisa: a vinculação moderna entre Estado e nação. Segundo o autor, um dos princípios gerais de um bom governo, ou seja, de um governo comprometido com o bom funcionamento de instituições livres, é a coincidência entre as fronteiras desse governo e as fronteiras de uma nacionalidade. É bem verdade que Mill admitiu exceções, seja a convivência de duas ou mais nacionalidades sob um mesmo governo, seja a incorporação de uma nacionalidade por outra, o que, segundo ele, em mais um patente atestado de adesão ao social-darwinismo, pode ser um ganho para a civilização, caso a nacionalidade incorporada seja menos desenvolvida do que a incorporadora.

Um ponto de vista oposto ao de Mill foi apresentado por Ernest Renan (2006), em uma conferência realizada em 1882. Tal conferência estava diretamente vinculada à conjuntura política daquele momento, quando ainda reverberavam as consequências da Guerra Franco-Prussiana, ocorrida pouco mais de uma década antes. Para justificar a anexação da Alsácia-

Lorena ao término da guerra, floresceram, na Alemanha, teorias que buscavam legitimar aquela região como parte do território alemão, uma vez que a população que lá residia era culturalmente vinculada às tradições germânicas. Foi contra essa linha argumentativa que Renan engendrou sua conferência. O argumento por ele defendido seguiu por duas linhas. A primeira, podemos dizer, trata-se de uma historicidade interessada. Renan reconhece que a raça, a religião, a língua e a geografia conformam o que hoje podemos chamar de um sistema simbólico compartilhado; entretanto, o bretão esforçou-se para demonstrar que as raízes europeias eram multiculturais e que tanto a raça como a língua, a religião e as fronteiras foram política e historicamente constituídas. Para finalizar, ele argumentou que existem Estado e nações que não só possuem trajetórias históricas distintas, como abrigam diferentes línguas e religiões<sup>9</sup>.

Mais do que qualquer compartilhamento cultural, para Renan, a nação repousa sobre o desejo dos indivíduos. Vejamos:

Uma nação é, então, uma grande solidariedade, constituída pelo sentimento dos sacrifícios que fizeram e daqueles que estão dispostos a fazer ainda. Ela supõe um passado; ela se resume, portanto, no presente por um fato tangível: o consentimento, o desejo claramente exprimido de continuar a vida comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação perpétua da vida (RENAN, 2006, p. 18).

Uma vez tendo percorrido a respeito de duas tentativas opostas e politicamente orientadas de categorizar a nação no século XIX, agora vamos recorrer a Hobsbawm (1990; 2010) para adentrarmos as interpretações do século XX sobre o surgimento do imaginário nacional e do fenômeno político do nacionalismo. Antecipamos que o historiador não apresenta uma definição *a priori* do que constitui uma nação. Se Mill e Renan indicaram respectivamente a cultura e o desejo como os elementos fundamentais da formação nacional, Hobsbawm qualificou como nação qualquer corpo de pessoas minimamente grande que se considera uma nação.

O primeiro esforço de Hobsbawm foi no sentido de desnaturalizar e localizar historicamente a nação, isto é, desfazer qualquer tipo de entendimento sobre ela ser uma entidade social imutável e originária. Indo além, o historiador afirma que a nação não tem nada de natural ou divina, mas, sim, foi inventada, fruto de um processo de engenharia social

---

<sup>9</sup> É exatamente por esse motivo que Tilly diferencia o Estado-nação do Estado-nacional. O primeiro caso, quando um Estado abriga uma só nação homogênea, segundo Tilly, é bastante raro.

característico da modernidade e fundamentalmente associado ao Estado moderno. Sem meias palavras, ele declara: “(...) o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM, 1990, p. 19). Hobsbawm também reconhece o caráter simbólico do processo de engenharia social que fomentou a nação. Segundo ele, tal processo teria sido uma operação de produção e mobilização de mitos históricos que, por muitas vezes, são arquitetados por meio da invenção e supressão de culturas preexistentes.

Para demonstrar o seu caráter historicamente localizado, Hobsbawm explica que o que entendemos conceitualmente, hoje, como nação é um fenômeno estritamente moderno. Até 1884, a palavra nação, na Europa, era utilizada com o mesmo sentido de povo<sup>10</sup>. Ainda no início do século XIX, o que chamamos de consciência nacional não havia penetrado nas massas em geral. Até então, a regular linha divisória entre os “de dentro” e os “de fora” era a religião. O nacionalismo, em sua fase inicial, era um instrumento político abraçado pela classe média e pela pequena nobreza, as classes educadas. Portanto, para Hobsbawm, um dos fatores de maior importância para o alastramento do ideal nacional foi o progresso educacional. Não por acaso, uma das tarefas assumidas pelos revolucionários franceses foi a disseminação da língua como elemento de unidade e conservação nacional.

Ainda sobre o nascimento da nação moderna, Hobsbawm argumenta que, se o nacionalismo nasceu do alto, da classe média e da pequena burguesia educada, ele também transpassou as classes mais baixas. Objetos da ação e propaganda de governos, ativistas e movimentos nacionalistas, as pessoas comuns também passaram a ser produtos e produtores de uma identificação nacional. É mister ressaltar que a identidade nacional não exclui um sem-número de outras identidades que constituem o ser social; no entanto, a partir do século XIX, tornou-se, se não a central, umas das fontes centrais das quais se nutriam as subjetividades individuais e coletivas.

Como toda identidade, a nacional não é monolítica, mas sim passível de transmutações de acordo com as condições econômicas, técnicas e políticas de cada momento. Hobsbawm argumenta que, principalmente a partir da penúltima década do século XIX, o nacionalismo europeu começou a ser associado à questão étnica. As consequências políticas foram muitas:

---

<sup>10</sup> Um bom exemplo dessa identificação conceitual entre povo e nação está presente na obra de Sieyès (2003), quando este defende que a nação eram todos aqueles representados pelo Terceiro Estado, durante a Revolução Francesa. Podemos ler, em Sieyès, a nação como a detentora do interesse comum contra aqueles defensores dos velhos privilégios.

por um lado, eram fortificados os já consolidados movimentos nacionalistas independentistas; por outro lado, crescia no seio do povo o sentimento antissemita, xenófobo e racista. São muitas as circunstâncias que elevaram esse tipo específico de nacionalismo à condição de hegemônico. Hobsbawm opta por defender que a formação de um Estado administrativo moderno e mobilizador, em conjunção com a massificação da política e do surgimento de novos fluxos migratórios, foram dois fatores preponderantes para a ascensão de um nacionalismo de tipo xenófobo, uma vez que era mais simples para as elites governantes justificarem as adversidades internas dos seus países a partir da criação de uma ameaça externa, um grande outro.

Um outro fator apontado por Hobsbawm como explicativo do crescente nacionalismo étnico é o descontentamento de grupos tradicionais com o veloz progresso da modernidade, isto é, com a urbanização e o surgimento de novas classes. Partindo dessa assertiva, conjecturamos que o nacionalismo europeu também se alimentou do que Löwy e Sayre (2015) denominaram de romantismo retrógrado. O romantismo seria, para eles, uma cosmovisão (*weltanschauung*) melancólica que rejeitava o presente geralmente a partir da mobilização de um passado real ou mítico. A partir de uma segmentação formulada de acordo com a postura política romântica frente ao mundo, Löwy e Sayre classificam os romantismos a partir de alguns tipos ideais. A nós, interessa o que eles chamam de romantismo conservador, um tipo específico de visão de mundo que acreditamos ter alentado o nacionalismo étnico. Trata-se da mobilização de um imaginário sobre uma comunidade pura e pré-moderna, fundadora da nação e ainda não corrompida pelo capitalismo, pelos migrantes e pela dissolução da família como núcleo social básico. Basicamente, estamos argumentando que o nacionalismo é um fenômeno moderno que também se alimenta da rejeição às consequências da modernidade.

Possivelmente Benedict Anderson (2008) seja o intelectual que mais aprofundou a agenda de pesquisa sobre nações e nacionalismos. Sua abordagem, bastante original, busca suprir o que ele chama de um incômodo para a teoria marxista: o nacionalismo, definido por ele mesmo como uma anomalia que surgiu da destilação do cruzamento de discretas forças históricas. Anderson concorda com Hobsbawm sobre a força do nacionalismo ser tamanha que nem mesmo os movimentos e os Estados marxistas resistiram ao impulso de se tornarem nacionalistas, na forma e na substância. Mas as concordâncias param por aí. O autor britânico, que nasceu na China, ataca frontalmente a ideia de que as nações foram inventadas ou fabricadas. Tal assertiva, diz ele, nasce de uma possível distinção entre comunidades verdadeiras e falsas, legítimas e ilegítimas. Contra a ideia de comunidades inventadas,



Anderson apresenta sua tese sobre comunidades imaginadas. Segundo ele, as nações são imaginadas porque mesmo os membros das menores nações jamais conseguiram conhecer todos os outros membros, mas, em suas cabeças, vivem com esses outros membros algum tipo de comunhão. Podemos ir além e pensar que elas são imaginadas porque estão associadas a uma rede simbólica, no sentido que Castoriadis (1982), aqui alhures citado, apresentou. Para Castoriadis, o imaginário não é inventado, mas sim uma dimensão constituída e constituinte da vida social, um sistema que ultrapassa os limites do que é e pode ser racionalizado.

São três as formas como, para Anderson, a nação é imaginada: como limitada, como soberana e como comunidade. Ela é imaginada como limitada pois não é imaginada como universal, isto é, os nacionais que compartilham o imaginário nacional o fazem impondo limites, sejam as fronteiras, seja o pertencimento ao grupo. Dessa forma, nenhum membro de uma determinada comunidade nacional imagina todos os seres humanos como parte de sua nação. A nação é imaginada como soberana porque se pensa livre, como um corpo capaz de se autogovernar sem a intromissão dos que lhe são alheios. Por fim, a nação é imaginada como comunidade porque, apesar de todas as desigualdades internas, o senso de companheirismo e fraternidade prevalece, a ponto de milhares de pessoas se engajarem em guerras, matando e se dispondo a morrer por essa construção imaginada.

Para fundamentar a expansão do nacionalismo na Europa, Anderson confere à produção editorial um papel central na edificação do que chama de consciência nacional. Algo próximo do que fez Hobsbawm quando pensou a alfabetização como elemento fundamental da origem da consciência nacional. Não por coincidência, Lukács (2011) se debruçou sobre a origem e a queda do romance histórico como meio de investigar não só um gênero literário como também as relações sociais de seu tempo, verificando, assim, uma transmutação no “agrupamento das classes e na relação destas com todas as questões importantes da vida social e da perspectiva da evolução da sociedade” (2011, p. 211).

Por fim, cabe ressaltarmos que o nacionalismo, enquanto fenômeno político, pode assumir diferentes formas e conteúdos. É possível, por exemplo, observarmos na Ásia, na África e na América Latina um nacionalismo anti-imperialista fruto de uma espécie de relação antropofágica com a ideia de nação. Trata-se de um movimento de ressignificação que preenche o nacionalismo tradicional com novos conteúdos não apenas fundamentalmente distintos do original como potencialmente opostos. Voltaremos a tal discussão, no próximo capítulo, a partir da leitura de Lenin sobre a questão nacional.

## 1.2 Dicotomias Estatais

Até aqui, tratamos de discutir brevemente, a partir de alguns debates selecionados, uma concepção sobre o Estado e a estatização da política. Isso porque, neste trabalho, nosso objetivo é observar as práticas políticas que atravessam os limites supostamente impostos por tal formação. Em outras palavras, dedicamos algumas páginas para compreender o Estado a partir de um entendimento de que, para tal objetivo, era preciso evidenciar o caráter associado entre tal formação e o despontar do modo de produção capitalista, assim como sua originalidade e historicidade. Outrossim, agora vamos discorrer sobre as dicotomias próprias de uma forma de instituir a política centralizada, ordenadora, homogeneizante e excludente que se tornou hegemônica, possibilitando assim a conformação do cenário que aqui queremos discutir: um mundo segmentado em territórios e comunidades políticas no qual o local de nascimento determina onde o indivíduo é autorizado a participar da vida política.

### *Nacional e internacional*

Em um momento histórico no qual a política é hegemoneizada pela forma Estado, tornou-se natural pensar o mundo a partir de dois sistemas separados: a esfera nacional e a internacional. Um bom exemplo disso é que, em qualquer meio de comunicação, as notícias estarão divididas entre a seção nacional e a seção internacional. É curioso, por exemplo, ler em um jornal gaúcho notícias sobre algo que aconteceu em Montevidéu (aproximadamente 700km de distância de Porto Alegre) na seção internacional e algo que aconteceu em Belém (aproximadamente 3000km de Porto Alegre) na seção nacional. Isso é fruto de uma das dicotomias que surgem do nascimento do Estado-nacional.

A assinatura do Tratado de Vestfália, também conhecido como Tratados de Münster e Osnabruque, em 1648, após a Guerra dos Trintas Anos devastar parte da Europa<sup>11</sup>, é comumente retratada como o marco fundador do moderno sistema internacional. Em tal momento, foi reconhecido o princípio da soberania estatal vinculado ao controle centralizado sobre um

---

<sup>11</sup> Aquela guerra que aparentemente tinha motivações religiosas era, na verdade, uma disputa de poder entre os Habsburgo e os Bourbon. A resolução da guerra inaugurou a ideia de equilíbrio de poder entre os Estados que surgiam na Europa.

determinado território e sua população. Teria, portanto, nascido ali não só o Estado moderno, muitas vezes também chamado de Estado vestefaliano, como também o sistema internacional.

O problema é que, como quase todo mito fundador, trata-se, em última instância, apenas de um mito. A formação do assim chamado sistema internacional, acreditamos, deve ser enxergada como um desenvolvimento de longo prazo e não como uma ruptura ou como um despertar. Tal formação está associada aos processos de produção dos Estados-nacionais e de mundialização da economia, ou seja, dois processos históricos, um primordialmente de tipo político-social e outro primordialmente de tipo econômico, vinculados ao desenvolvimento das forças produtivas e à expansão de um capitalismo primeiramente comercial e posteriormente industrial. Recordamos que o progresso de tais processos ocorreu de forma desigual e combinada, isto é, o desenvolvimento dos Estados e economias nacionais se deu de forma associada, porém díspar.

O fato é que a diferenciação entre as duas esferas aqui abordadas regula a política contemporânea, delineando espaços e formas distintas de ação, assim como o que vemos e imaginamos sobre o mundo. Quanto à esfera nacional, isto é, aquele campo identificado com o espaço concreto sobre qual o Estado possui soberania, há um entendimento quase consensual de que existe uma ordenação interna hierárquica fundada na divisão entre súditos e soberanos. Os marxistas ainda acrescentam a existência de uma divisão entre explorados e exploradores.

Já sobre a esfera internacional, aquela que não possui um espaço concreto e que diz respeito à interação entre atores estatais e não estatais de diferentes origens geográficas, há uma longa discussão. Os dois mais influentes paradigmas das relações internacionais, o realista e o liberal, apesar de serem significativamente heterogêneos em suas composições, possuem algumas premissas que, de maneira geral, definem seus sistemas de análises. Ambos entendem o sistema internacional como anárquico, isto é, sem nenhuma autoridade superior que possa estabelecer uma ordenação. A diferença crucial é que estes desejam minimamente regular a anarquia e, muitas vezes, buscar laços de cooperação, enquanto aqueles pensam que um sistema internacional não anárquico é algo irrealizável, tendo em vista a natureza egoísta dos homens e dos Estados (PONTES NOGUEIRA; MESSARI, 2005). Já os marxistas e seus tributários, apesar de minoritários no debate, produziram interessantes aportes geralmente baseados na observação das relações entre Estado e sociedade civil e a relação entre os Estados *stricto sensu*, para, por fim, lançar luz à inserção de cada unidade nacional na divisão internacional do trabalho. A partir desse último esquema analítico que apresentamos grosso modo, surgiram

interessantes teorias sobre o sistema internacional pensando os Estado a partir dos seus posicionamentos nas chaves centro/periferia, desenvolvimento/subdesenvolvimento, além de estudos sobre dependência, imperialismo e subimperialismo.

Outro tema que divide as diferentes abordagens paradigmáticas nas relações internacionais é o entendimento sobre a existência de um certo grau de autonomia ou não da esfera internacional em relação à nacional. Os realistas geralmente advogam pela existência de tal autonomia, uma vez que interpretam o Estado como uma caixa-preta, enquanto os marxistas a rejeitam veementemente. Já os liberais são mais heterogêneos e costumam assumir uma posição bem mais matizada. Independente da posição assumida, o que realmente nos importa é a existência de uma dicotomia entre dois sistemas que até podem ser analiticamente separados, mas que na prática, ao nosso ver, caminham associados. A separação criada entre questões nacionais e questões internacionais nada mais é do que o aquartelamento de uma série de questões políticas em uma espécie de esfera mais elevada inacessível para a gente comum. Por trás da nomeação “assuntos de Estado”, reside uma série de questões relacionadas às mais diversas áreas da vida cotidiana das pessoas. Questões essas alijadas dos mais básicos mecanismos democráticos e manejadas por um pequeno número de indivíduos. Não seriam esses indivíduos os agentes mandatados que se fizeram agentes de Estado, dos quais falou Bourdieu?

A divisão do mundo político entre uma esfera nacional e uma internacional provoca, além do mais, a divisão entre o que é considerado política interna e o que é considerado política externa. Essa divisão acaba por fragmentar as questões políticas em nacionais, isto é, aquelas que ocorrem dentro dos limites territoriais e jurídicos do Estado-nacional e que, dentro das democracias liberais, são operadas por pessoas eleitas e, portanto, incluem um certo grau de *accountability*. Já as questões consideradas como parte da política externa são comumente operadas por corpos de especialistas, uma espécie de sistema perito, que respondem ao governo central a partir de um posicionamento mais dificilmente influenciado pelas opiniões públicas. Ao fim, tal divisão atualmente está interpelada por uma série de questões que atravessam a dicotomia entre o nacional e o internacional. Podemos citar os riscos ambientais ou mesmo a questão dos fluxos migratórios, que começaremos a abordar no capítulo posterior.

### *O nativo e estrangeiro*

A segunda dicotomia criada a partir da existência do Estado-nacional é aquela entre o nativo, o portador autorizado da cidadania, e o estrangeiro, aquele para o qual a cidadania é parcial ou totalmente vedada. Tal dicotomia se realiza na divisão entre os que podem participar e os que não podem participar da política estatizada. Ela, de certo modo, é muito anterior ao próprio Estado e à modernidade. Já na democracia ateniense, como apontou Aristóteles (1989), a participação nas deliberações era facultada somente aos homens livres que eram parte da comunidade. Na democracia moderna, o direito de participar da política estatizada quase sempre é um privilégio daqueles que são considerados cidadãos, isto é, aqueles que possuem o reconhecimento legal, por parte do Estado, da sua condição de pertencente. Geralmente, na contemporaneidade, o direito de cidadania é vinculado ao *jus solis* e ao *jus sanguinis*, ou seja, ao direito do nascido em um determinado solo e ao direito do nascido sob determinada ascendência.

Se recorremos a etimologia da palavra “estrangeiro”, veremos que ela é oriunda do latim *extranĕus*, que significa estranho, de fora. Conseqüentemente, a *criação do Estado também foi a ressignificação do outro*, anteriormente muito mais vinculado à questão da religião e, agora, à nação. Por séculos, o outro era o cristão para o muçulmano ou o protestante para o católico, por exemplo. Com o surgimento do Estado como agente de enunciação do nós, a nação, e do outro, o estrangeiro, foi reconfigurada toda a ideia de comunidade política e de seus partícipes. Mirando a raiz dessa reconfiguração, veremos que a sua consequência principal é a redução da política à lógica amigo *versus* inimigo neste texto já mencionada.

Até certo ponto, a condição de estrangeiro se aproxima da lógica do estabelecido e do *outsider* como pensada por Norbert Elias e John Scotson (2000), isto é, a divisão existente entre a comunidade dos integrados e o outro estigmatizado. A perversa diferença se encontra no fato de o *outsider* chegar a ter a possibilidade de um dia tornar-se um estabelecido, enquanto o estrangeiro pode até lograr algum grau de integração e até mesmo conseguir nacionalizar-se, ou seja, obter cidadania; não obstante, jamais deixará de ser um estrangeiro, um migrante que, ao chegar a determinada localização geográfica, torna-se um estranho. Como discutiremos mais amplamente em um capítulo posterior, o imigrante é um fato social total (SAYAD, 1998), o que significa dizer que tal condição aciona a totalidade ou uma enorme parte da sociedade e das suas instituições (MAUSS, 2013).

Ora, se a divisão entre uma esfera nacional e uma internacional aparta uma enorme parte das populações de decisões políticas elementares para suas vidas, aquelas consideradas assuntos de Estado, a divisão entre o nacional e o estrangeiro cria uma espécie de exclusivismo da política estatizada, apartando do exercício de significativos poderes todo aquele que não o cidadão nacional. O Estado, como bem vimos, é portador de uma força centrípeta concentradora. A concentração pressupõe exclusão, que, no caso do estrangeiro, é fundamentada no estranhamento do outro.

Como discutiremos adiante, para o sujeito portador, a condição legal de estrangeiro e a condição social de migrante apresentam uma série de desafios. Alguns deles estão relacionados diretamente com algumas das questões mais simples do cotidiano: abrir uma conta no banco, conseguir emprego, professar sua fé e andar pelas ruas em segurança. Outros deles, diretamente relacionados com a política: como e para quem apresentar as demandas coletivas? Como participar das decisões que afetam diretamente a vida cotidiana? Como influenciar, de dentro do país de destino, as disputas que ocorrem no país de origem?

### **1.3 Ambiguidades e ambivalências da política estatizada**

Se, até agora, evidenciamos, de maneira mais ou menos linear, o processo de formação das estruturas econômicas e sociais que levaram a forma Estado à condição de organização política hegemônica na modernidade, agora vamos iluminar as ambivalências e ambiguidades decorrentes de tal processo. Destacamos, *a priori*, que tais ambivalências e ambiguidades estão diretamente relacionadas com o processo de estatização da política recém-apresentado.

Sobre as diferenciações entre o nativo e o estrangeiro, o internacional e o nacional, fundamentadas na ideia de cidadania e soberania, interessa-nos pensar como as tensões entre particularidade e universalidade na verdade não operam como antagonismo absoluto, mas sim como disputa. Neste capítulo, vimos que a pretensa universalidade do Estado em choque com as particularidades próprias das sociedades é uma questão que atravessa todo o debate sobre a ação política. A própria fronteira entre o que é estatal e o que é social está conformada dentro dessa lógica. Se outrora já relativizamos a referida fronteira a partir da ideia de Estado

ampliado, agora vamos observar como as próprias linhas divisórias entre um lado e outro, apesar de possuírem certas cristalizações, não estão exatamente fixadas como aparentam estar.

Pensando a nacionalidade como o elemento central da habitual definição sobre cidadania e como uma comunidade imaginada que compartilha uma identidade, podemos fazer uso de uma interessante reflexão de Ernesto Laclau (2011) sobre identidade, universalismo e particularismo. Ele argumenta – de certa forma, contra Marx e Hegel, de um lado, e contra Espinosa, de outro – em defesa da impossibilidade do fechamento e da superação do particular e do universal, sobretudo em sociedade cada vez mais heterogêneas. Em oposição frontal ao objetivismo essencialista e ao subjetivismo transcendental, Laclau rejeita tanto a ideia de uma fronteira rígida de exclusão mútua entre o universal e o particular (unicamente como dimensão diferencial) quanto a ideia de um polo universal totalmente cognoscível por meio da razão. Dessa forma, ele argumenta que toda identidade, como dimensão diferencial, é penetrada por uma falta constitutiva e é cancelada quando é incluída em um meio não diferencial; logo, a particularidade só se constitui em referência à universalidade como falta. Tal dinâmica se revela e pode ser mais bem explicada quando observamos, por exemplo, um determinado grupo social reivindicando o direito universal de ser diferente.

A relação necessária entre particular e universal, quando observamos a questão da ação política autorizada e da cidadania, leva-nos a pensar que a ideia de migrantes e nativos também repousa sobre um processo de coconstituição. E é justamente nesse ponto que residem as ambiguidades objetivas das categorias mobilizadas. A ideia moderna de cidadania envolve uma dimensão universal do indivíduo portador de direitos dentro de um determinado território sobre o qual o Estado exerce soberania. Ao mesmo tempo, a universalidade da cidadania na escala nacional envolve uma dimensão diferencial, a particularidade em relação ao estrangeiro. Sendo assim, algo que pode nos soar óbvio acaba por tomar contornos cruciais para este estudo: toda cidadania envolve uma ambivalência efetivada em uma universalidade nacional e em uma particularidade internacional.

Mas para que nos serve tal reflexão sobre universalismo e particularidade? Entendemos que tal paradoxo constitui o cerne da ambivalência da cidadania e, portanto, acreditamos que é a partir da exploração de tal ambivalência que o migrante pode se inserir parcialmente na comunidade política de destino, reconfigurando-a por meio da imposição da sua particularidade à universalidade sempre incompleta da nação que identifica a sociedade de destino. Tal afirmação vai de encontro à assertiva de Laclau sobre a insolubilidade do paradoxo entre

particular e universal. Para ele, o referido paradoxo não só é insolúvel como também é uma pré-condição para a democracia, que é a disputa entre distintos grupos para darem ao seu particularismo a condição temporária de universal, uma vez que este não possui nenhum conteúdo próprio permanente e imanente. O resultado dessa disputa é o que chamamos de hegemonia.

Se mirarmos, por exemplo, a tendência contemporânea de gradual dissociação da cidadania e da nacionalidade, bem como a vinculação da cidadania ao local de moradia, então estaremos mirando justamente o processo de reorientação da universalidade a partir das disputas entre as particularidades. O mesmo raciocínio nos servirá no capítulo posterior quando pensaremos a passagem do migrante da condição de objeto à condição de sujeito. Tal passagem não deve ser lida pela ótica da distinção completa entre sujeito e objeto, o que poderia nos levar a tropeçar nas teorias sobre a morte daquele ou, por outro lado, pensar o sujeito migrante como portador de uma consciência absoluta. Dessa forma, no próximo capítulo, apresentaremos o migrante como um sujeito político.

Em suma, neste capítulo, tratamos de apresentar o Estado como uma formação política contingente que, em associação com o nascente modo capitalista de produção e com a nação imaginada, tornou-se a forma legítima de ordenação da comunidade política. A esse processo estamos chamando de estatização da política. Não livre de ambiguidades e ambivalências, como acabamos de demonstrar, tal processo fundou uma ordenação global na qual a participação política ou a interdição dela frequentemente dependem do Estado e da sua legitimada capacidade de estabelecer limites entre os autorizados e os interditados. Tais limites nada mais são do que as fronteiras cujas transgressões nos interessam estudar. Por fim, ainda argumentamos que a ação estatal é permeada por uma força centrípeta que opera centralizando poder e capital material e simbólico. Veremos, então, nas próximas páginas, que as sociedades em ação produzem uma força centrífuga que se choca com a força centrípeta do Estado produzindo uma intensa relação conflituosa através da qual o migrante administra sua existência.



## 2 A SOCIEDADE COMO FORÇA CENTRÍFUGA E O MIGRANTE COMO SUJEITO POLÍTICO

No capítulo anterior, vimos que, na Europa, o processo de formação do Estado-nacional foi, sobretudo, um movimento de centralização do uso legitimado da violência, da administração da vida e da ação política, vinculando tais práticas a um determinado espaço geográfico delimitado por fronteiras e à uma comunidade imaginada. Dessa forma, apresentamos a formação do Estado como, essencialmente, um giro histórico de força centrípeta que empurra ao centro de tal formação toda forma de exercício de poder, configurando, portanto, o que se convencionou chamar de soberania moderna. De forma alguma tal movimentação pode ser considerada necessária, natural e isolada. Ela é, sim, um encadeamento histórico contingente associado ao nascente modo de produção capitalista.

O processo centralizador do Estado ocorreu vinculado ao processo de formação da nação, uma comunidade imaginada a partir de determinados signos compartilhados. Tal comunidade passou a ser reconhecida e legitimada como aquela autorizada, em maior ou menor grau, a participar da política, isto é, das disputas sobre a construção do mundo social. Dessa forma, a ideia moderna de cidadania nasceu a partir de um deslocamento que elevou o indivíduo nacional à condição de sujeito político autorizado. Já o não nacional passou a ser politicamente interdito, tornando assim a nação uma comunidade política autorizada e o Estado o espaço político prioritário. A esse processo chamamos no capítulo anterior de *estatização da política*.

Se, por um lado, verificamos o processo de formação dos Estados-nacionais como um movimento centrípeta, isto é, que arrasta as forças rumo a um centro, podemos observar comumente o ativismo político, no seio do que se convencionou chamar de sociedade civil, como uma força centrífuga, ou seja, uma força que arrasta para as margens, podendo romper ou ampliar os limites da ação, transgredindo, dessa forma, fronteiras políticas e sociais concretas ou imaginadas. A esse tipo de ação chamaremos de *espacialidade da vida*, isto é, o desenvolvimento de relações sociais em espaços sobredeterminados sobre os quais as fronteiras Estatais incidem parcialmente, porém sem capacidade de determinação em última instância. A tais questões nos dedicaremos com o intuito de evidenciar a extrapolação dos limites das ações políticas, o transbordamento das escalas de ação e as tensões recorrentes entre o nacional e o

internacional, a sociedade e o Estado, o socializado e o estatizado, o comum e o comodificado, o estrangeiro e o nativo.

Por fim, daremos uma especial atenção a um ator cuja operação da citada transgressão constitui o cerne da sua condição: o migrante. Trataremos de observar os indivíduos e grupos portadores de tal condição como potenciais sujeitos políticos conformados em ação. Interessamos entender a passagem de indivíduos sujeitados à migração para sujeitos políticos em conflito com a política estatizada.

Desde já, aclaramos que quando afirmamos a operação da forma Estado como uma força centrípeta e operação da sociedade como uma força centrífuga, não pretendemos estabelecer uma necessária relação de sociedade contra o Estado (CLASTRES, 2013), porém ressaltar o caráter centralizador daquele e o caráter criativo e associativo desta. É por isso que, como abordaremos melhor adiante, é possível observar a globalização como processo de longa duração e a partir de diferentes enquadramentos. A partir de um enquadramento centrado na economia e nos Estados, podemos ver a mundialização do modo capitalista de produção em seus mais distintos momentos – do comercial ao neoliberal –, assim como a criação de um sistema internacional que, por mais que não apresente algum tipo de autoridade soberana supraestatal, está conformado de forma hierárquica a partir da elaboração de agências estatais e interestatais, organismos multilaterais e instituições internacionais. Já a partir de um enquadramento centrado na sociedade, é possível observar a globalização como um processo de incremento da circulação global de pessoas e ideias, produção de redes de solidariedade e intensificação dos encontros, trocas e hibridismos culturais. Em poucas e claras palavras, estamos tratando de “uma intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa” (GIDDENS, 1991, p. 76)

Não se trata, porém, de uma observação de fundo moral, que identifica o Estado e o capitalismo como o mal em si e a sociedade como o bem para si. Especialmente porque Estado e sociedade não passam de divisões analíticas, isto é, fronteiras arbitrariamente produzidas para auxiliar nas análises. O fato é que sociedade e Estado podem ser mais bem compreendidos como um complexo que, nas palavras de Gramsci (2004), formam um “Estado ampliado”, ou seja, a conjunção entre o que ele chama de sociedade política, o Estado *stricto sensu*, e a sociedade civil, as associações como escolas, igrejas, jornais, sindicatos, partidos e movimentos sociais.

Como já afirmamos no capítulo anterior, o Estado possui uma autonomia relativa em relação à sociedade, não obstante isso não signifique o rompimento do complexo Estado-sociedade.

Outro ponto que é importante destacarmos antes de mais propriamente discorrermos sobre a formação da moderna sociedade civil é que de forma alguma estamos defendendo uma visão difusionista da modernidade. Se damos especial atenção a como esses processos se desenvolveram na Europa, é porque entendemos que, durante alguns séculos, por meio da ação colonial e imperial, as instituições europeias foram sendo impostas mundo afora, seja pela força das armas ou do capital. Dessa forma, entendemos que os processos aqui narrados não são específicos da Europa, mas parte de um processo de mundialização desigual e combinado que deu à Europa um dado protagonismo que, longe de ser iluminado pelas luzes da razão, na verdade foi manchado pelo sangue dos mais diversos povos.

Sendo assim, engendraremos nossa abordagem de maneira cronológica, isto é, seguindo uma certa linearidade histórica, argumentando que, na verdade, tal linearidade, fundada numa visão progressiva da história que entendemos como falsa, esconde movimentos marginais que operaram em direções opostas ao rumo tomado pela progressão. Isso quer dizer que, em um momento em que as sociedades se formavam dentro de uma lógica nacional, já havia algum grau de solidariedade internacional; em um momento em que a solidariedade internacionalista estava em voga, já havia embriões de ações transnacionais e assim por diante. De certa forma, nosso objetivo aqui será contar uma história oficial destacando o que nela foi negligenciado.

Concretamente, o que faremos nas linhas a seguir é, primeiramente, apresentar um breve debate sobre o que podemos entender como internacionalismo e transnacionalismo. Vamos expor o primeiro como uma prática política baseada em valores de solidariedade e operada a partir da escalada nacional em direção à escala internacional, ou seja, através de um movimento de internacionalização. Já o segundo, ao nosso ver, trata-se de uma conjunção entre uma apreciação da política para além da sua dimensão estatizada e a proliferação de circuitos políticos que atravessam escalas e fronteiras materiais e simbólicas. Em seguida, vamos apresentar um apanhado de eventos e movimentos que exemplificam o ponto aqui defendido: a existência de uma força centrífuga inerente à ação social.

Começaremos com a Comuna de Paris, na segunda metade do século XIX; passaremos pelos movimentos de 1968 e pelo levante Zapatista; e, enfim, chegaremos ao Fórum Social Mundial, fechando o século XX. Desde já adiantamos que não pretendemos fazer uma análise extensa e exaustiva de eventos tão heterogêneos e afastados geograficamente e temporalmente. Nosso

intuito é tão somente buscar evidenciar as tendências gerais de tais eventos e movimentos, bem como captar a presença do duplo movimento entre forças centrífugas e centrípetas. Por fim, ainda identificaremos o migrante como um ator social que atravessa e é atravessado por tais forças. Sobre esse ator, buscaremos apresentá-lo a partir de uma abordagem que confere a ele mais autonomia, reflexividade e capacidade de agenciamento. Isso significa dizer que vamos confrontar a ideia do migrante como mero objeto de estudos e de solidariedade e iluminar a sua real condição de sujeito político. Para tal, destacaremos a presença do migrante em eventos históricos e processos presentes, para, por fim, introduzirmos algumas questões que guiarão o terceiro e último capítulo, no qual trataremos da ação política do migrante a partir de uma discussão mais empiricamente orientada.

## 2.1 Os conceitos de Internacionalismo e transnacionalismo

Entendemos ser necessária uma breve introdução aos conceitos de internacionalismo e transnacionalismo. Uma breve introdução porque tal debate poderia, por si só, fundamentar uma tese. Tampouco é nossa intenção fazer uma revisão da vasta literatura produzida sobre o tema e os tantos debates internos gerados no âmago de tal campo de estudos. Por conseguinte, nossa finalidade é apresentar tais conceitos a partir de pontos de vista que auxiliem a compreensão do que aqui estamos apontando como ação política em diferentes escalas estratégicas.

Para fugir de qualquer forma de anacronismo, entendemos que só é possível falar sobre internacionalismo a partir da própria formação dos Estados-nacionais discutida no capítulo anterior e, conseqüentemente, da divisão da arena política em nacional e internacional. Em outras palavras, o internacionalismo nasce como movimento centrífugo em oposição ao nacionalismo, um movimento centrípeto, uma vez que este advoga pela comunhão dos iguais e apartamento dos estranhos.

Podemos partir de uma definição bastante ampla na qual o internacionalismo seria “o domínio das relações internacionais, como contato diplomático formal entre nações, assim como os movimentos (tanto linear quanto circular) de pessoas e suas ideias, redes e imaginações sobre as fronteiras” (REINISCH, 2016, p. 200). Tal definição, ao nosso ver, é um excelente

ponto de partida, uma vez que identifica a internacionalismo como um conjunto de ações que operam em uma dada esfera estratégica. Porém, por si só, ela não resolve nossa questão. É importante diferenciar o que é o internacionalismo do que são as relações internacionais, que, indubitavelmente, não significam a mesma coisa, apesar de serem tópicos relacionados.

As relações internacionais devem ser compreendidas, sobretudo, como relações entre atores estatais e paraestatais. Neste ponto assumimos um posicionamento próximo ao chamado campo realista das relações internacionais, isto é, a assunção de que Estados são atores interessados na autopreservação. Desse modo, suas ações são quase sempre fundamentadas em um cálculo racional-utilitarista em prol dos interesses próprios. A partir do referido cálculo, formaram-se e desformaram-se blocos internacionais, guerras e cessar-fogos foram declarados, e firmou-se todo tipo de negócios e acordos. Entretanto, é mister ressaltar que, para nós, ao contrário dos teóricos realistas, o entendimento dos Estados-nacionais como atores autointeressados é muito mais parte de uma tipificação do que uma lei natural. Como veremos adiante, a partir do exemplo do Estado cubano, nem sempre tais formações operam unicamente sob a força do autointeresse.

Lenin (1977a), ao pensar o internacionalismo a partir de uma questão bastante objetiva – a guerra – tratou de diferenciar o internacionalismo de outras formas de ação internacional de um ponto de vista de classe. Segundo o teórico e revolucionário, para o verdadeiro internacionalista, o caráter da guerra deve ser formulado não a partir de qual país atacou qual, ou em qual país se encontra o inimigo, mas do ponto de vista sobre qual classe conduz a guerra. Ainda que a posição assumida por Lenin nos interesse, uma vez que observa o internacionalismo como um fenômeno muito mais social e de classe do que estatal, ele também o interpela a partir de uma ótica utilitarista, no caso, o interesse do proletariado.

Uma visão não utilitarista sobre o tema aqui abordado pode ser encontrada nos escritos de Löwy, para quem, em um flerte kantiano incomum em sua obra, o internacionalismo deve ser “um princípio moral, um imperativo categórico” para os socialistas (LÖWY, 2000, p. 80). Ainda que Löwy estivesse certo, como explicar o que é o internacionalismo e como ele existe para os não socialistas?

Ao nosso ver, o internacionalismo é uma prática política que transborda as fronteiras dos Estados-nacionais sem, contudo, necessariamente negá-los. Tal prática pode ser operada por Estados, organizações da sociedade civil e indivíduos que podem ter interesses específicos, no entanto o conteúdo da sua ação deve ser fundamentalmente baseado na solidariedade e não

em interesses. Sendo assim, pensamos o internacionalismo como uma prática ou conjunto de práticas essencialmente antiutilitárias e operadas a partir da escala nacional em direção à escala internacional. E é justamente por conta desse caráter antiutilitário que as ações internacionalistas encontraram no movimento operário o seu ponto inicial de florescimento. Este, apesar do declarado interesse objetivo de suas organizações – seja o projeto universal da revolução comunista, sejam as demandas locais, como a luta pela ampliação do sufrágio – deu inúmeras provas de que é capaz de agir movido pelo puro sentimento de solidariedade, como bem veremos na sequência deste capítulo.

Já o transnacionalismo, enquanto conceito, é mais complexo do que em um primeiro momento pode aparentar ser. Em uma interessante introdução ao tema, Steven Vertovec (2009) apresenta seis possíveis pontos de partida para observar o transnacional: como morfologia social, tipo de consciência, modo de reprodução cultural, caminho para o capital, lugar de engajamento político e (re)construção da localidade. Ora, a multiplicidade de caminhos já nos fornece uma pista de que o conceito se tornou uma espécie de termo guarda-chuva para alguns campos de estudos contemporâneos, o que o próprio autor citado reconhece como um problema a ser combatido.

Tornou-se lugar-comum afirmar que um dada ação ou organização opera do local ao global e que isso seria transnacionalismo. Apesar de não ser totalmente incorreta, tal afirmação não nos diz muita coisa sobre o que o fenômeno de fato é. De maneira exploratória e partindo da comentada afirmação, podemos iniciar alegando que o transnacionalismo é um conjunto de práticas e interações que envolvem um determinado ponto de vista sobre as complexidades socioespaciais e seus atravessamentos, bem como vinculam pessoas e organizações transpassando fronteiras e conectando escalas de ação de maneira estratégica.

Ainda que nossa tentativa exploratória de definição já nos diga alguma coisa, ela segue insuficiente porque, por exemplo, não nos torna capazes de diferenciar claramente o internacionalismo e o transnacionalismo. Para tratar de responder a essa questão, podemos pensar que, em primeiro lugar, o transnacionalismo é uma ação paraestatal, isto é, ela transpassa os Estados, mas não se origina ou se encerra nele, apesar de admitir sua participação. Em segundo lugar, o transnacionalismo comumente opera em um movimento circular mais ou menos contínuo em redes policêntricas, ao contrário do internacionalismo, que se desdobra em movimentos comumente ocorridos em linhas retas (origem – destino). Por fim, o

transnacionalismo não deve ser interpretado como um mero transbordamento de escalas de ação, mas sim como a produção de uma articulação estratégica entre elas.

Carlos Milani e Ruthy Laniado apresentam uma concepção similar à que estamos engendrando aqui. Os autores, ao observarem a internacionalização na ordem política contemporânea, coincidem com a nossa abordagem uma vez que: a) apontam o transnacional como uma escala de ação organizada em redes com baixo grau de institucionalidade; b) reconhecem a opção estratégica de determinadas comunidades nacionais (e não nacionais, acrescentamos) por articular suas lutas na referida escala; c) observam o transnacionalismo como a articulação de “um *continuum* territorial do local ao global que redefine a identidade, a estratégia e os recursos das organizações-em-rede” (MILANI; LANIADO, 2006, p. 493); d) observam a construção de redes transnacionais de solidariedade como um desafio à tradicional noção de soberania e de território nacional<sup>12</sup>.

Ainda sim, é preciso destacar que há um transnacionalismo desde abaixo e um desde acima (GUARNIZO; SMITH, 1998), isto é, um transnacionalismo subalterno, dos migrantes, dos movimentos sociais, das redes de cultura, bem como um subalternizante, dos grandes conglomerados e do capital financeiro. Isso quer dizer que, ao contrário do internacionalismo, que aqui assumimos como forma e conteúdo preferencialmente associados, o transnacionalismo é muito mais uma forma cujo conteúdo é variável de acordo com a rede de atores que articula as escalas de ação.

Em suma, o transnacionalismo é um tipo de prática política que atravessa horizontalidades, desafia verticalidades, articula escalas de ação e transpassa os limites dos Estados-nacionais. Comumente organizada em redes, a ação em escala transnacional é caracterizada pela existência do que vamos chamar de circuito inferior e circuito superior do transnacionalismo. Por fim, cabe ressaltar que o fenômeno aqui debatido tornou-se um dos centros da atenção dos holofotes acadêmicos nas últimas décadas a partir da conversão das redes transnacionais naquilo que Domingues (2016) chama de tendência de desenvolvimento histórico, o que está firmemente relacionado com o processo de globalização em curso. Entretanto, isso não necessariamente quer dizer que não pudesse haver práticas transnacionais em outros momentos históricos, como bem notaram Milani e Laniado (2006), que observam o surgimento de formas positivas de solidariedade internacional como inseparáveis da dinâmica

---

<sup>12</sup> Adiante, argumentaremos que, para além dos desafios impostos à tradicional noção de soberania e território, interessa-nos e salta-nos aos olhos o desafio ao imaginário da nação.

de aproximação dos Estados europeus no século XIX. Mais adiante, veremos que o mais comum exemplo de redes transnacionais são as redes de migrantes, anteriores à própria produção do conceito aqui debatido.

Por fim, destacamos que o ponto de vista transnacional sobre as complexidades socioespaciais, bem como as práticas que alimentam o circuito transnacional, são capazes de produzir um espaço transnacional ambivalente que repousa sobre as dicotomias entre o internacional e o nacional, o interno e o externo. Tal processo de produção espacial, longe de configurar uma mera transferência de uma escala para outra, acaba por fomentar implicações subjetivas sobre questões vinculadas às identidades e à política. Bringel e Falero (2008), por exemplo, ao observarem a territorialização supranacional de determinados movimentos sociais, observam que estes, quando partícipes de redes transnacionais, acabam por suscitar vínculos comunitários, afetivos e solidários que geram sociabilidades de um novo tipo.

A questão do transnacionalismo como ponto de vista e como práticas que atravessam as complexidades socioespaciais, podendo suscitar novas sociabilidades, pode parecer um tanto fora de lugar, entretanto tal questão será retomada de maneira concreta, a partir de um estudo empírico, no último capítulo deste trabalho. Dito isso, passemos para a exposição dos eventos e movimentos sociais como forças centrífugas que se chocam com o Estado.

## 2.2 Ação social que transgride fronteiras: de paris a porto alegre

### *Movimento operário, nacionalismos e internacionalismos*

Imaginemos que uma pessoa instruída seja deslocada 150 anos - da França ou da Inglaterra do ano de 1710 para o mesmo país no ano de 1860. Essa pessoa não só ficaria espantada com as muitas transformações mas também seria difícil explicar-lhe o que é, por exemplo, um telégrafo ou uma máquina a vapor. Por milênios, os meios de transporte mais rápidos eram, na terra, o cavalo e, no mar, o barco a vela; agora, com as locomotivas e os barcos a vapor, transportava-se uma quantidade até então inimaginável de pessoas e bens em um período de tempo muito menor. Enquanto aquela pessoa de 1710 só conhecia manufaturas bem pequenas, que não representavam muito mais que a continuação de estabelecimentos artesãos, existiam agora as impressionantes e imensas fábricas capitalistas com máquinas gigantescas e chaminés fumegantes. Antigamente, o trabalho assalariado estava quase só existia sob a forma de remuneração diária, e a expressiva maioria da população vivia num ambiente rural; agora, um profundo processo de transformação estava em andamento: o campo se esvazia, enquanto as cidades se tornam cada vez maiores. O número de trabalhadores assalariados nas indústrias, em especial de trabalhadoras assalariadas,



crece a uma velocidade impressionante. Essa nova classe trabalhadora não aumenta só em quantidade, ela também passa a se organizar em associações, organizações políticas, reclamando participação política. [...] Não é exagero considerar as profundas transformações políticas e econômicas ocorridas entre 1780 e 1860 - num primeiro momento, na Europa ocidental e na América do norte - como uma ruptura fundamental entre épocas da história da humanidade (HEINRICH, 2018, p. 19-21).

Michael Heinrich apresenta o período entre o final do século XVIII e a metade do XIX como uma época de ruptura na história da humanidade. Não por acaso, o primeiro volume da biografia de Karl Marx por ele escrita se chama *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna*. Para o autor, a vida e a obra de Marx são indissociáveis das radicais mudanças políticas e econômicas que foram testemunhadas pelo filósofo e que no trecho citado estão sucintamente relatadas. O ritmo frenético do desenvolvimento das forças produtivas e as drásticas transformações nas relações de produção, longe de serem questões insuladas, chacoalharam as estruturas do mundo tradicional. Como vimos no capítulo anterior ao debater os trabalhos de Marx, Tilly e Federici, tais mudanças operavam como forças centrípetas, concentrando capitais na mão de uma classe, poderes na mão de uma estrutura administrativa/repressiva, assim como pessoas em espaços diminutos. Dessa forma, capitalismo industrial, Estado moderno e urbanização apresentaram-se como processos associados. Não obstante, tal ordenamento possuía um outro lado: o florescimento de organizações (burguesas e trabalhadoras) de uma nascente sociedade civil, a circulação de ideias consideradas subversivas e as revoltas, sublevações e rebeliões. Por essa razão, Hobsbawm (2010) chamou o referido período de *A era das revoluções*.

Para além da revolução no sentido estrito, isto é, revoltas que buscavam algum nível de ruptura na ordem política e social, o período aqui abordado também foi palco de processos de longa duração que acabaram por revolucionar as formas de vida como até então existiam. Talvez o mais importante desses processos seja a urbanização. A formação da cidade ocidental<sup>13</sup>, processo iniciado ainda sob o regime feudal, foi de fulcral importância para o ocidente e para a modernidade não apenas porque nela surgiu uma incipiente burguesia (em sua variante comercial) que viria a se tornar classe dominante alguns séculos depois, mas

---

<sup>13</sup> Weber apresenta uma diferenciação nada desprezível entre a cidade ocidental e a oriental. Nesta, haveria uma separação entre os soldados e os meios de guerra, a ausência de uma autonomia jurídica e a submissão do todo à centralização patrimonial. Tal classificação, assim como outras que veremos mais adiante, soa-nos embebida por um olhar eurocêntrico que ignora a complexidade de um mundo não cristão onde categorias como liberdade e autonomia podem assumir outras formas. Sendo assim, para evitar tais comparações de cunho orientalista, estamos tratando tão somente da questão da cidade medieval europeia, sem enfatizar diferenciações entre ocidente e oriente.

principalmente porque nela foi produzido o rompimento da dominação tradicional em sua variante feudal (WEBER, 1966). Tal rompimento deu-se por meio da conquista de uma autonomia jurídica de cidadãos autoarmados, o que inverteu uma antiga relação de poder, tornando o soberano de alguma forma dependente de seus súditos. O que nos interessa nesse processo, no entanto, não é observar as de fato existentes origens do indivíduo racional moderno e da cidadania como categoria universal do direito burguês, mas sim o florescer de uma comunidade política com algum grau de autonomia e principalmente “as conjurações, a fraternidade jurada, a associação, em guildas ou entidades semelhantes, de indivíduos livres dos clãs e das castas” (DOMINGUES, 2003, p. 86), o que pode ser considerado um embrião medieval do que viria a ser a sociedade civil moderna. Tal movimento coletivo, segundo a interpretação de Domingues, levou a uma forte democratização social e política daqueles espaços, o que reforça nossa ideia da criatividade social como força centrífuga.

Se Weber observou na cidade medieval europeia algum grau de autonomização política, um rompimento com a dominação tradicional e a abertura de espaços para a ação e organização política burguesa, Lefebvre (1996) observou na cidade moderna e industrial um local propício para a força de trabalho formar organizações, promover ações coletivas e conquistar direitos. À concentração de capitais nas cidades, já observada por Tilly e aqui abordada, foram adicionados outros dois elementos: a concentração de pessoas e a divisão social do trabalho. Tal processo gerou um caldo político e social do qual eclodiram organizações geralmente vinculadas às classes sociais. É no bojo dessa proliferação que nascem movimentos fundados em laços de solidariedade, com alguma projeção temporal, que produzem demandas e que organizam ações coletivas atravessadas por algum grau de conflitividade.

Dentro daquilo que Gramsci chamou de sociedade civil, isto é, associações privadas capazes de operar na esfera ideológica auxiliando a reprodução da forma hegemônica ou produzindo contra-hegemonias, nasceram os modernos movimentos sociais<sup>14</sup> e também, em diálogo com eles, a Teoria Crítica, aqui entendida como um campo de estudos amplo que não se limita à Escola de Frankfurt (BRINGEL; DOMINGUES, 2012)<sup>15</sup>. Antes de mais nada, é

---

<sup>14</sup> Estamos chamando de modernos movimentos sociais para evitar a interessante, porém longa e muitas vezes inócua, discussão sobre se os movimentos sociais são um fenômeno estritamente moderno ou se também existiam movimentos sociais pré-modernos, como por exemplo o movimento camponês na Idade Média.

<sup>15</sup> Bringel e Domingues chamam atenção para, entre outras coisas, o fato de que nos primórdios da Teoria Crítica havia uma aproximação significativa entre intelectuais, movimentos e partidos, citando Marx, Engels, Lenin, Trotski e Luxemburgo como exemplos. Hoje em dia, apesar de tais laços não terem sido totalmente cortados, verifica-se uma tendência de insulamento da reflexão e da prática.

importante observar que a ideia de sociedade civil aqui é uma operação gramsciana com Marx contra Hegel, mas também para além de Marx. Se, para Hegel, o Estado era onde o universal e os particulares se chocavam produzindo uma superação dialética, para Marx, o Estado encarnava a particularidade das relações sociais burguesas, ou seja, da classe dominante no século XIX. Já Gramsci pensa que sociedade e Estado formam um complexo mais fluido no qual a ordenação hegemônica é produzida por meio de um equação particular entre produção de consenso e exercício ou ameaça de exercício da repressão. Isso, é claro, em sociedades que haviam desenvolvido tal complexificação da relação estado-sociedade, o “ocidente”<sup>16</sup>.

Se, para Gramsci, o Estado não era mais apenas o comitê de negócios da burguesia, a sociedade também não era mera corrente de transmissão do pensamento de uma classe hegemônica. É nesse contexto que os movimentos sociais nascem atrelados ao movimento operário. Para o alemão Sombart (1909), um dos pioneiros na tentativa de conceituar os movimentos sociais, estes surgiram como consequência da aparição de uma nova classe vinculada à emergência de um novo sistema produtivo. O operariado teria sua sensibilidade impulsionada pelas tantas contradições vivenciadas no dia a dia das cidades. Tal sensibilidade seria, então, compartilhada nas fábricas, onde os individualismos desapareceriam dando lugar a relações de companheirismo. Até esse ponto, Sombart apenas reproduziu o que há muito um não desprezável número de pensadores socialistas já afirmavam. A originalidade do autor reside justamente no entendimento do movimento operário como uma forma de movimento social vinculado à classe, e na produção de uma tipologia que demonstra as particularidades que esse movimento adquiriu em distintos lugares: na França, um caráter mais revolucionário; na Inglaterra, apolítico; na Alemanha, institucional.

Sobre a classe operária francesa especificamente, Flora Tristán brindou-nos com um potente, ousado e bastante pertinente manifesto político. Nele, a francesa de ascendência peruana inicia apontando a classe operária como “material e moralmente em situação de intolerável miséria e dor” (TRISTÁN, 2015, p. 65), situação essa que ela qualifica como mil vezes pior do que a de um ruminante, pois este ao menos sabe que vai comer no dia seguinte. Ciente de que o governo e os proprietários nada fariam pelos operários, Tristán citou as associações de ajuda mútua como importantes, porém insuficientes do ponto de vista interessado na melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

---

<sup>16</sup> Em sintonia com uma visão evolutiva da história, comum naqueles tempos, Gramsci mantinha uma visão sobre um oriente atrasado onde a sociedade civil ainda não havia se desenvolvido.

Conseqüentemente, ela sugere, anos antes de Marx e Engels fazerem o mesmo, a união universal dos e das operários e operárias no lugar do fracionamento deles em associações locais ou nacionais que se empenhavam em aliviar a miséria em vez de destruí-la. Tristán expôs as circunstâncias desumanas nas quais a classe operária francesa estava imersa, assim como chamou atenção para o até então invisibilizado papel das mulheres como produtoras exploradas. Por fim, ela ainda convocou os operários e as operárias a se organizarem de maneira internacionalista para se livrarem do jugo dos exploradores.

Muito longe de ser trivial, o desvelar da condição dos operários e operárias na sociedade industrial europeia e o pleito por uma união universal de classe apontam para os processos que aqui estamos narrando. Vemos o nascer de uma classe trabalhadora que tomou ciência da sua condição de explorada e aproveitou o algum grau de autonomia conquistado por meio do florescimento de uma liberdade formal – justo aquela sobre a qual está fundado o suposto direito de vender sua força de trabalho – para formar organizações e questionar suas condições de vida. Ao mesmo tempo, Tristán corretamente insiste na questão das mulheres operárias, efetuando uma manobra interessante em que interpela a mulher como um recorte particular dentro do regime de exploração e, ao mesmo tempo, como parte de um universal que é a classe trabalhadora. Nesse sentido, a proposta de uma união operária universal se apresenta como duplamente universal, uma vez que entende o proletariado como sujeito universal e ainda afirma a mulher como parte constituinte dessa universalidade, o que termina por confrontar ideias genéricas sobre a formação progressiva do operariado e suas escalas de ação como, inicialmente, um corpo estritamente nacional, que passa ao internacionalismo e, posteriormente, ao transnacionalismo.

A dicotomia entre as esferas nacional e internacional, longe de ser um fenômeno recente, era parte da própria formação da sociedade capitalista, urbana e industrial. Se pensarmos, por exemplo, na formação da classe operária inglesa pela, na época inovadora, ótica de Thompson (1986), vamos perceber que, mesmo sem o autor se dedicar abertamente ao tema, a questão das escalas de ação permeia uma boa parte das análises da sua obra. Recordemos que, para Thompson, o elemento que fundamenta a classe trabalhadora é a sua experiência, abordagem essa que possui similaridades com a de Sombart, ainda que teoricamente mais sofisticada. A experiência opera como mediação entre a consciência do ser social e o mundo social e, do ponto de vista do operário, ela é concebida a partir de relações objetivas de exploração. Sendo assim, o fazer-se da classe operária (e aqui reside a extrema originalidade de

quem entendeu a instituição da classe como fenômeno relacional e não como determinação econômica) é um fato político, cultural e econômico que floresce da tomada de consciência de uma identidade de interesses compartilhada entre aqueles cujas consciências formam-se da experiência cotidiana de pauperização, exclusão e humilhação. Contudo, cabe ressaltar, essa experiência cujo compartilhamento alcança graus de universalidade, uma vez que a classe operária não possui nacionalidade, é experimentada de maneira profundamente territorial. Se por um lado, a produção no capitalismo industrial era fortemente incrustada no terreno da fábrica, a mundialização da economia capitalista, já observada por Marx e Engels, conectava uma planta industrial em Manchester, um banco em Amsterdão e um indiano faminto em Rajputana. Estava evidente, portanto, a coexistência de uma dimensão territorial de uma classe trabalhadora que se faz nas fábricas, que se imagina como parte da comunidade nacional, que tem parte de sua vida administrada por um Estado; e uma dimensão internacional de um modelo de produção que necessariamente se reproduz em um processo de expansão que pode ser associado ao Estado, mas que nele não se encerra, e uma classe trabalhadora cujas experiências cotidianas podem ser nacionais, mas que pouco a pouco passava a se compreender como parte de um todo, uma classe universal.

A potencialidade de uma abordagem como a de Thompson, que assume a existência de condições sociais objetivas, mas busca compreender as transformações sociais como relação (entre classes e intraclasses) e processo, é que ela possibilita ao analista compreender a nada desprezível diferença entre hegemonia e dominação. Ao pensar a hegemonia não como dominação completa, em que uma classe impõe sua ideologia a outra, que acaba por subordinar-se, mas, sim, como fez Gramsci, a partir de um sistema complexo que envolve o uso ou ameaça do uso da força, a produção e difusão de ideologias e a correlação de forças realmente existente, podemos entender, por exemplo, como foi possível o surgimento de movimentos sociais, partidos, sindicatos e organizações que se opuseram total ou parcialmente à ordem hegemônica. Dessa forma, podemos constatar as condições que propiciaram a existência de um movimento de estatização e mercantilização que, desde acima, produziram forças centrípetas que centralizaram capital e poder, ao passo que um movimento de criatividade e ação social que, desde abaixo, produziu ações e organizações que impulsionaram forças centrífugas por redistribuição e reconhecimento.

O curioso do movimento centrípeto de concentração de capitais e poder é que ele dependeu de um movimento de expansão geográfica do capitalismo. Em outras palavras, o

capitalismo se expandiu territorialmente para poder se reproduzir e concentrar ainda mais poder e capitais nas poucas mãos de uma classe dominante cada vez mais internacionalizada. Se, como vimos anteriormente, o desenvolvimento do modo capitalista de produção exigiu um processo de acumulação primitiva vinculado à exploração colonial, a partir da segunda metade do século XIX, o modo produtivo assumiu aquilo que Lenin (2011) identificou como sua fase superior. O imperialismo, como foi denominado, era grosso modo um processo que envolvia: a) a formação de grandes oligopólios e monopólios, centralizando cada vez mais em poucas mãos o capital extraído da exploração da força de trabalho; b) a expansão de um capital de tipo financeiro que passa a efetivamente controlar a quase totalidade do sistema produtivo; c) a internacionalização da economia principalmente por meio da exportação de capitais.

Para além das questões propriamente econômicas do imperialismo, é importante destacar que tal período também foi marcado por expressões políticas específicas. Os grandes conglomerados econômicos formados naqueles tempos não poderiam existir sem uma estreita relação com os Estados-nacionais, que incentivavam e legitimavam o processo de oligopolização da economia e operavam como verdadeiros braços armados desses oligopólios na criação de tentáculos em territórios diversos ao redor do mundo. Foi nesse período, portanto, que o processo desigual e combinado de desenvolvimento do capitalismo foi mundializado pela força das armas, do capital ou mais comumente da associação entre os dois.

Se, naquele momento, o capitalismo era mundializado em associação com os Estados-nacionais em um movimento de expansão que terminava por concentrar poder e capital na mão de poucas pessoas e Estados, o movimento operário buscava internacionalizar-se para produzir um movimento oposto, de redistribuição de capital e poder, por meio de reformas ou revoluções. É preciso recordar que o espírito do movimento operário era animado por ideais anarquistas e socialistas que, mesmo divididos em diversas correntes, conseguiram produzir o que Besancenot e Lowy (2016) chamaram de “convergências solidárias”, o que foi materializado na Comuna de Paris, em 1871.

Algumas décadas antes da Comuna de Paris, em 1847, foi fundada a Liga dos Comunistas, a primeira organização internacional dos trabalhadores, herdeira da Liga dos Justos que, por sua vez, foi uma dissidência da Liga dos Párias, organização criada por alemães exilados na França e na Inglaterra, em 1834. Ainda que presente em poucos países e operando muito mais como clube secreto do que como organização de massas, a Liga dos Comunistas participou ativamente das revoltas que eclodiram em 1848 e ficaram conhecidas como

Primavera dos Povos. Curiosamente, Engels, ao analisar tal momento, compara os operários comunistas aos cristãos no Império Romano, segundo ele, um “partido da sublevação (...) sem pátria, internacional” (ENGELS, 2012. p. 25).

De maneira geral, do ponto de vista das classes subalternas, a Primavera dos Povos foi derrotada, e a década de 1850 foi um momento de relativo recuo do movimento operário. Braga Vieira (2011) recorda, no entanto, que a mesma década terminaria com uma série de casualidades concretas que alteraram o contexto internacional, promovendo certas aberturas para a retomada das lutas operárias. A pesquisadora cita explicitamente a grande crise econômica de 1857; a guerra de independência da Itália, em 1859; e o início da guerra civil estadunidense, em 1860. Na França, o regime de Napoleão III, debilitado, acaba por reconhecer o direito à sindicalização, algo que já era uma realidade na Inglaterra desde 1825. Nesse contexto, foi realizada, em Londres, a Exposição Mundial, evento que acabou reunindo pessoas de diversas regiões da Europa e, involuntariamente, colocando em contato delegados franceses e operários ingleses. Dois anos depois, em 1864, na mesma capital europeia, foi organizada uma assembleia pública que uniu delegações do operariado francês e inglês, tornando-se o embrião da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), também conhecida como I Internacional.

A I Internacional, como bem aponta Braga Vieira, é beneficiária dos acúmulos políticos de três organizações precedentes: a Sociedade dos Democratas Fraternalis, o Comitê Internacional e a aqui já citada Liga dos Comunistas. Em um primeiro momento, conviviam sob a sigla da AIT comunistas, socialistas e anarquistas das mais variadas orientações. A relação entre os distintos campos político-ideológicos era, simultaneamente, conflituosa e colaborativa. Os debates acalorados sobre a forma e o conteúdo que deveriam ser adotados pelo movimento operário, naquele momento, não impedia que as afinidades, mais notadamente o internacionalismo e o anticapitalismo, fossem estabelecidas como ponto de partida para uma ação conjunta. Como veremos, em 1871 tais afinidades foram postas à prova da maneira mais direta e radical possível.

A Comuna de Paris foi um evento revolucionário efêmero, que ocorreu em 1871, no contexto de desordem política e social decorrente da guerra franco-prussiana. Para além das questões secundárias do que foi a primeira grande sublevação proletária bem sucedida, o que nos interessa é observar o ineditismo de um movimento que suplantou, mesmo que por pouco tempo, parte dos dispositivos do Estado burguês, substituindo-os por uma organização

democrática e pluralista dos trabalhadores. Comunistas, proudhonianos de esquerda, jacobinos, blanquistas<sup>17</sup> e republicanos sociais estiveram juntos do mesmo lado das barricadas. A derrota e a subsequente duríssima repressão empreendida pelo Estado francês, por um lado, intensificaram as disputas internas na AIT<sup>18</sup>; por outro, deixaram um legado imaterial colossal que inspirou a classe trabalhadora europeia e que só seria superado em 1917, com a revolução russa.

Pouco mais de ano após a derrota da Comuna de Paris, foi organizado o Congresso de Haia, ocasião na qual foram expulsos da AIT os anarquistas e a sede da organização foi levada a Nova Iorque. Tal congresso ocasionou, na prática, o fim da I Internacional (o que só aconteceria formalmente em 1876). Hoje, podemos dizer que, apesar do inovador clamor por um internacionalismo proletário, naquele momento, seja pelas dificuldades materiais, seja pelo eurocentrismo como ideologia, o internacionalismo era muito mais um discurso, um desejo, do que uma prática concreta e corriqueira. Havia, sim, articulações entre trabalhadores ingleses, franceses, alemães e belgas, entretanto não passam de incipientes trocas de cartas, manifestos e algum suporte financeiro. Se observarmos, por exemplo, o manifesto de lançamento da AIT, escrito por Marx, veremos que se trata quase que exclusivamente de um grande relato da situação da classe trabalhadora inglesa com algumas breves menções à França e à Alemanha (MARX; ENGELS, s/d). Além do mais, os Estatutos Gerais da AIT, aprovados pouco antes do desmantelamento da organização, deixavam evidente que o caráter da organização dos trabalhadores deveria ser nacional. A dimensão internacional se daria tão somente por meio da AIT. Dessa forma, a associação almejava uma união internacional dos trabalhadores que, na prática, ainda era bastante incipiente.

Se, de um lado, a AIT era uma associação quase que inteiramente europeia e seu internacionalismo era muito mais um projeto do que uma prática concreta, de outro lado, seu discurso sobre uma universalidade da classe trabalhadora, sua empreitada em construir partidos operários nacionais e seu envolvimento com movimentos como a Comuna de Paris,

---

<sup>17</sup> Cabe destacar que, apesar de sua grande influência à época e da importante participação dos seus seguidores na Comuna de Paris, Louis Blanc não era exatamente um grande entusiasta da comuna e estava longe de ser um internacionalista ou um cosmopolita de esquerda. Sua defesa chauvinista da França como a nação cosmopolita em si foi alvo de duríssimas críticas feitas por Engels.

<sup>18</sup> Besancenot e Lowy (2016) atentam para uma curiosa contradição nas análises sobre o fracasso da Comuna de Paris. De um lado, nas suas observações sobre a guerra civil na França, Marx assume uma postura fortemente antiestatista, qualificando o Estado moderno como uma “excrecência parasitária” e afirmando que faltou ao governo provisório um maior esforço na demolição dos aparatos de Estado. Já Bakunin, a quem Marx qualificou como “uma massa monstruosa de carne e banha” (KONDER, 2010. p. 49), reconheceu os esforços dos socialistas em seu combate contra as forças de Versalhes.



representaram uma transformação substancial no modo pelo qual o próprio operariado se enxergava, culminando assim em um importante acúmulo político que não podia ser encerrado nas fronteiras dos Estados-nacionais. Tal acúmulo se realizou a partir do apoio à luta dos trabalhadores ingleses pela ampliação do sufrágio, do protagonismo assumido durante a Comuna de Paris, da disseminação de sindicatos e partidos operários e, principalmente, da circulação dos ideais socialistas entre a classe trabalhadora europeia (SWEEZY, 1959).

Entre 1877, quando foi dissolvida a Internacional de Saint-Imier, organização anarquista majoritariamente composta pelos expulsos da I Internacional, e 1889, quando foi fundada a II Internacional, houve o hiato no qual a classe trabalhadora ficou sem uma organização internacional para chamar de sua. Tal vazio organizacional, assim por dizer, não impediu que partidos proletários nacionais proliferassem em significativo número e estabelecessem laços de cooperação que, segundo Braga Vieira (2011), poderiam ser considerados um verdadeiro exemplo de rede transnacional.

A fundação da II Internacional, em 1889, a partir de um encontro realizado em Paris para celebrar os cem anos da Revolução Francesa, aconteceu em um contexto de acelerada expansão global do capitalismo dentro daquilo que posteriormente viria a ser chamado de imperialismo. Curiosamente, no mesmo momento em que o modo capitalista de produção se alastrava, chegando aos rincões mais profundos do globo, o movimento operário voltava-se para o interior das fronteiras nacionais. Tal movimentação deve-se a uma confluência de fatores. O primeiro e mais significativo foi a expansão do sufrágio na Europa, conquistado a duras penas por meio da luta dos próprios trabalhadores e trabalhadoras. Apesar da enorme discussão formada no seio da II Internacional sobre a participação ou não de partidos operários em processos eleitorais, Przeworski e Sprague (1988) demonstram que a adesão dos socialistas às regras do jogo eleitoral acabaram por permitir avanços sociais nos países onde isso ocorreu. Por outro lado, podemos ver, nessa mesma adesão à democracia liberal, a gênese do abandono, por uma parte das esquerdas, de projetos de fato transformadores, o que culminou na atual miséria política, intelectual e eleitoral da esquerda global, cuja base social trabalhadora, em muitos lugares do mundo, a partir dos anos 1980, acabou por migrar para a extrema-direita ou simplesmente deixou de votar<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Em seu recém lançado livro *Capital e Ideologia*, Piketty (2019) observa que tal processo de transformação das bases eleitorais da esquerda ocorre ao menos desde os anos 1980. A autor aponta como o principal motivo a incapacidade das esquerdas, quando chegam ao poder, de corresponder às aspirações dos trabalhadores.

Não tratamos, aqui, a participação eleitoral dos partidos operários como uma espécie de pecado original. Queremos apenas observar as interseções e cruzamentos labirínticos que, não livre de contradições objetivas e subjetivas, levaram as diferentes organizações da classe trabalhadora a distintas opções táticas e estratégicas que envolvem a recusa ou o alento da opção internacionalista. A ampliação do sufrágio e a adesão de parte do movimento operário à democracia burguesa estava relacionada com o segundo fator que entendemos ter colaborado para o parcial enclausuramento nacional de uma parcela do movimento operário: a formação de uma aristocracia proletária. O debate sobre o referido tema dividiu e segue dividindo marxistas em todo o mundo, porém ainda em 1907, quando o tema da guerra começava a ser debatido, quando nem mesmo o mais perspicaz analista poderia imaginar a tragédia que ocorreria em 1914, Lenin já atentava para o fato de a expansão colonial (o conceito de imperialismo só viria a ser cunhado anos depois) do modo capitalista de produção ter levado certas benesses aos trabalhadores dos centros capitalistas em decorrência da exploração dos trabalhadores das periferias<sup>20</sup>.

A classe daqueles que não possuem nada, mas não trabalham, é incapaz de derrubar os exploradores. Somente a classe proletária, que mantém toda a sociedade, tem o poder de promover uma revolução social bem-sucedida. E agora vemos que, como resultado de uma política colonial de longo alcance, o proletariado europeu chegou parcialmente a uma situação em que não é seu trabalho que mantém toda a sociedade, mas a do povo das colônias que são praticamente escravizados. A burguesia britânica, por exemplo, obtém mais lucros dos muitos milhões de habitantes da Índia e de outras colônias do que dos trabalhadores britânicos. Em certos países, essas circunstâncias criam a base material e econômica para infectar o proletariado de um país ou outro com o chauvinismo colonial (LENIN, 1972. p. 76).

O terceiro e último fator que impulsionou uma parcela da classe operária a voltar sua ação para dentro dos limites dos Estados-nacionais foi o próprio chauvinismo citado por Lenin e alimentado por um crescente sentimento nacionalista que acometeu a Europa no final do século XIX e início do século XX. Segundo Hobsbawm (1990. p. 19), tal processo teria sido uma operação de produção e mobilização de mitos históricos que, por muitas vezes, são

---

20 Tal questão também foi abordada por Marx e Engels quando estes se debruçaram sobre a questão dos proletários irlandeses. Se, por um lado, a dupla, ao tratar do tema, não teve a mesma clareza que Lenin, por outro lado, pesa o fato de terem atentado ao tema 37 anos antes do revolucionário russo. Vejamos: “Em todos os centros industriais e comerciais da Inglaterra, encontra-se, hoje, uma classe operária dividida em dois campos hostis, os proletários ingleses e os proletários irlandeses. O trabalhador inglês comum odeia o trabalhador irlandês enquanto concorrente que serve para baixar o seu nível de vida. Diante do trabalhador irlandês, ele se sente membro da nação dominante e transforma-se, assim, em um instrumento dos aristocratas e dos capitalistas contra a Irlanda, reforçando, com isso, a sua própria dominação. Esse antagonismo é o segredo da impotência da classe operária inglesa, apesar da sua organização” (MARX; ENGELS, 1965. p. 236 -237)

arquitetados pela invenção e supressão de culturas preexistentes. Ele ainda argumenta que o nacionalismo nasceu do alto, da classe média e da pequena burguesia educada, mas acabou transpassando as classes mais baixas por meio de ação e propaganda de governos, ativistas e movimentos nacionalistas.

A partir da penúltima década do século XIX, o nacionalismo europeu associou-se à questão étnica. Hobsbawm (1990) opta por explicar tal associação por dois caminhos, ambos cruciais para o debate que apresentaremos mais adiante sobre migração. O primeiro deles é conjunção da formação de um Estado administrativo moderno e mobilizador com a massificação da política e o surgimento de novos fluxos migratórios, o que proporcionou às elites governantes a capacidade de apontar um outro, o estrangeiro, como passível de culpabilidade em determinadas questões nacionais: uma espécie de significativo vazio a partir do qual é possível articular o antagonismo que sustenta a comunidade nacional. O segundo caminho explicativo é o descontentamento de grupos tradicionais com as transformações decorrentes do processo de modernização.

O colonialismo, a guerra e a participação de socialistas em governos foram os temas ao redor dos quais os debates da II Internacional foram arquitetados. Organizada de maneira distinta daquela que caracterizou a AIT, ela se aproximava do que poderíamos chamar de uma federação centralizada de partidos e sindicatos (BRAGA VIEIRA, 2011). Ainda assim, a organização seguia promovendo campanhas internacionais, como, por exemplo, a que exigia uma jornada máxima de oito horas de trabalho, e realizando seus congressos com intervalos máximos de quatro anos. Com o desenrolar de uma conjuntura de disputas imperiais, chauvinismo exacerbado e veloz corrida armamentista, a guerra começa a se materializar no horizonte, e as discussões da II Internacional tornam-se mais acaloradas. Nessa intensa disputa, nomes como Rosa Luxemburgo, Karl Kautsky, Eduard Bernstein, Otto Bauer, August Bebel, Clara Zetkin e principalmente Vladimir Lenin surgem como protagonistas. Já os anarquistas mantinham uma parcela das suas organizações e quadros participando da II Internacional, entretanto estavam cada vez mais marginalizados e silenciados por comunistas, socialistas e social-democratas.

É nesse contexto que a figura de Lenin começa a ser projetada internacionalmente. Isso ocorreu não só porque os comunistas russos, com o apoio de figuras que posteriormente formariam a Liga Espartaquista, foram os principais opositores à guerra, mas também porque Lenin apresentou a mais sólida contribuição marxista à questão nacional e sobre a sua relação

com o internacionalismo proletário. O teórico e revolucionário partiu da assunção de duas premissas marxianas: a de que uma nação que oprime a outra não pode ser qualificada como livre e a de que a libertação das nações oprimidas é um requisito para a revolução socialista na nação imperante. De maneira perspicaz, Lenin percebe a relação dialética entre o proletariado internacional e a autodeterminação nacional, apontando para a possível superação que geraria uma união universal dos proletários (LÖWY, 2000). O fato é que Lenin interpretava a autodeterminação das nações não a partir de um ponto de vista jurídico, como ele acusava Luxemburgo de fazer, mas sim de um enfoque “histórico-econômico” que o levava a afirmar que tal conceito, na prática, deveria significar autodeterminação política, independência estatal e formação do Estado nacional (LENIN, 1977). Como consequência, tornou-se possível diferenciar um nacionalismo de tipo chauvinista, xenófobo e imperial de um nacionalismo anti-imperialista, isto é, um nacionalismo dos opressores de um nacionalismo dos oprimidos.

Se, por um lado, de nada adiantaram os apelos dos bolcheviques e dos futuros espatarquistas, e a prometida guerra concretizou-se consubstanciando um horror outrora jamais visto, por outro lado, as teses de Lenin sobre a questão nacional acabaram por se revelarem corretas, alimentando, décadas depois, uma série de movimentos de libertação nacional, na periferia global, que acabaram por assumir um caráter socialista. Ademais, a produção teórica de Lenin estava longe de ser desinteressada, afinal ele mesmo era natural de um país periférico cujo atraso, muito em breve, se mostraria uma vantagem.

O fim da guerra, de certa forma, também foi o fim do mundo até então existente. Os EUA deram o seu mais decisivo passo rumo à superação da hegemonia imperial britânica, inserindo-se na economia mundial como seu centro cíclico principal (TEIXEIRA, 1999); caíram os impérios turco-otomano e austro-húngaro, tendo como consequência uma profunda reorganização geopolítica na Europa central, nos Balcãs e no Oriente Médio, locais onde os movimentos nacionalistas ganharam notória relevância; e, por fim, mas não menos importante, a Rússia tornou-se o primeiro Estado socialista da história da humanidade.

De um ponto de vista interessado em examinar e compreender a ação política e suas dinâmicas que ultrapassam o Estado-nacional, vale a pena dedicarmos algumas linhas a uma revolução que pretendia ser apenas um passo de uma revolução global, mas que se tornou um processo nacional com profundas consequências internacionais. A primeira característica que queremos destacar é que, assim como conta a história oficial, a Revolução Russa foi fruto da ação de vanguarda de um partido; entretanto, o que pouco é lembrado é que o processo

revolucionário naquele país reavivou a antiga parceria entre anarquistas e comunistas de 1917 até 1920 (ou 1921, segundo algumas linhas interpretativas). A segunda característica é o fato de a revolução ter ocorrido em um país periférico do sistema mundo capitalista, contrariando as expectativas mais evolucionistas do campo marxista, que esperavam que tal evento ocorresse em um país central. A terceira e última característica é possivelmente aquela que mais interessa a este estudo: o caráter profundamente estatizante que o processo revolucionário foi assumindo, seja por conta da prolongada guerra civil que sucedeu o tomada do poder; do fracasso das revoluções europeias, em especial na Alemanha e na Hungria, que isolaram a Rússia revolucionária (TOER, 2017); ou dos próprios erros de um partido que se deixou engolir pela burocracia estatal (TROTSKI, 1980).

Interessa-nos observar brevemente como um processo social revolucionário que se pretendia parte de um todo global e emancipador, como um movimento propriamente centrífugo, tornou-se um Estado operário que, a despeito das concretas conquistas materiais para a classe trabalhadora nacional, foi engessado e cuja ação, ao mesmo tempo, inspirava e provia suporte para agrupamentos revolucionários ao redor do mundo, bem como homogeneizava e centralizava partidos e organizações em um movimento propriamente centrípeto. Para tal fim, faz-se necessário observamos como operou a III Internacional, também conhecida como Comintern.

Quando, em 1919, por ação da Rússia revolucionária, foi constituída a III Internacional, ainda existia uma moribunda e fracionada II Internacional. Ao contrário desta, organizada como uma federação de partidos e sindicatos, aquela surge como partido comunista internacional com seções nacionais (BRAGA VIEIRA, 2011). Apesar dos amplos debates promovidos em seus anos iniciais, a centralização promovida por Moscou logo passou a significar a imposição de linhas políticas duras, bem como a exigência por disciplina e obediência. Tal conformação assumida pela III Internacional, somada às exigências de reposicionamento do movimento operário, o que incluía a interdição da participação em eleições burguesas, o abandono de toda e qualquer via reformista e a defesa intransigente de um centralismo alegadamente democrático, acabaram por excluir todos aqueles que não aceitaram se adaptar, ou seja, social-democratas, anarquistas e coletivistas, entre outros.

Para o bem ou para o mal, dependendo do ponto de vista do leitor, a tentativa de homogeneização do movimento operário internacional foi bem sucedida. Dezenas de partidos comunistas foram criados ao redor do mundo, em especial onde outrora os tão europeizados

movimentos socialista e anarquista pouco ousaram adentrar: a periferia, isto é, o leste europeu, a Ásia, a América Latina e, em menor grau, a África. Apesar da persistência de movimentos anarquistas, especialmente vinculados ao sindicalismo de base, o sucesso inicial da Revolução Russa e a ação do Comintern foram progressivamente tornando o comunismo o projeto hegemônico nos movimentos de trabalhadores ao redor do mundo<sup>21</sup>, e a bolchevização do movimento comunista tornou-se uma realidade.

Durante os anos 1920 e 1930, a linha política da III Internacional movimentou-se de maneira pendular, ora defendendo uma, frente única dos trabalhadores, ora sustentando a necessidade de fomentar as revoluções sem a cooperação dos anarquistas e dos social-democratas. Destacou-se, naquele período, a ação de alguns órgãos específicos do Comintern cujas intervenções internacionalistas foram, de fato, valorosas para o movimento comunista internacional: a Internacional Sindical Vermelha (1920), a Internacional da Juventude Comunista (1919), o Socorro Vermelho Internacional (1922) e a Internacional Camponesa Vermelha (1923). A despeito disso, era crescente a centralização da organização nas mãos dos revolucionários russos que, dia após dia, tornavam-se burocratas de Estado. Tal processo de homogeneização e centralização imposto ao movimento comunista internacional possuía relação direta com as dinâmicas políticas internas da Rússia e, a partir de 1922, da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), onde os soviets “muito rapidamente se transformaram numa câmara de registro, divulgação e assimilação das decisões do Partido Bolchevique” (AARÃO REIS, 2007. p. 75). Grosso modo, o que afirma Arão Reis sobre os soviets é exatamente o que ocorreu com o Comintern a partir da alegação de que a URSS era a fortaleza sitiada do socialismo e, por conseguinte, precisava ser defendida a todo custo. Como consequência, “a União Soviética, gradualmente, deixou de ser um instrumento de defesa da revolução mundial para que o processo da revolução mundial se tornasse um instrumento de sua defesa” (AARÃO REIS, 2007. p. 133).

É de conhecimento geral que, após a morte de Lenin, a direção do partido bolchevique se engalfinhou em uma batalha pelo poder que progressivamente tomou contornos sanguinários. De um lado estavam os liderados por Trotski, enquanto do outro estavam os liderados por Stalin e Zinoviev. Entre outras coisas, um dos pontos centrais da discórdia entre os grupos era a estratégia a ser adotada pelo movimento comunista internacional. Comumente

---

21 Um exemplo disso aparecerá em nosso terceiro capítulo, em que observamos as publicações políticas da comunidade judaica de Buenos Aires no século XX. Até a década de 1920, as publicações anarquistas eram muito mais numerosas do que as comunistas. Daquela década em diante, essa tendência acabou sendo invertida.

a discórdia é apresentada como Stalin defendendo a construção do socialismo em um país só contra Trotski defendendo a construção internacional. Entretanto, Aarão Reis (2007) corretamente aponta que ambos defendiam a edificação do socialismo na URSS e a revolução mundial, sendo que a discórdia real residia na ênfase dada por cada um ao caráter nacional ou internacional do socialismo. Como bem sabemos, a disputa pelo poder foi vencida por Stalin e sucedida por uma brutal repressão institucionalizada, levada a cabo pelo Estado soviético, contra toda forma de dissidência.

Trotski, forçadamente exilado, reúne parte dos seus seguidores sob a sigla da Oposição Internacional de Esquerda para tentar, entre outras coisas, disputar os rumos da III Internacional. Como bem vimos, não havia espaço naquela organização para qualquer posicionamento que não estivesse minimamente de acordo com a linha política oficial traçada por Moscou. Consequentemente, em 1933, quatro anos após a criação da Oposição de Esquerda Internacional, esta converteu-se em Liga Comunista Internacional, rompendo com o Comintern. A liga durou cinco anos, apesar da sua tímida inserção no movimento operário internacional. Com o objetivo de contornar tal dificuldade para se inserir no referido movimento, para denunciar a dura repressão que os trotskistas sofriam na URSS e para apresentar um renovado programa revolucionário para os trabalhadores de todo o mundo, foi fundada, em 1938, a partir do esforço da Liga Comunista Internacional, a IV Internacional.

A IV Internacional seguia um modelo organizativo muito similar ao da III Internacional, isto é, uma organização global de partidos comunistas operada por meio do centralismo democrático. A grande diferença consistia nas interpretações políticas, seja da realidade da URSS, seja do movimento comunista global. Amparada por um texto escrito por Trotski (2004), chamado “A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional” e que acabou popularmente conhecido como “Programa de Transição”, a IV Internacional tinha como principais linhas políticas a revolução permanente nos países periféricos, a unidade do movimento operário na luta contra o fascismo e o imperialismo, a crítica ao processo de burocratização da URSS e a defesa do necessário caráter internacional da revolução socialista, assim como do caráter internacionalista do movimento operário. Mesmo sem jamais conseguir alcançar a capilarização social que os partidos alinhados com a URSS lograram, os partidos trotskistas se espalharam pelo mundo ganhando especial notoriedade nos círculos intelectuais. Não nos cabe, neste espaço, discorrer sobre os rumos tomados pela organização, no entanto vale comentar que, após a morte de Trotski, a IV Internacional passou por alguns

fracionamentos e reunificações, em um trajeto histórico conturbado que deixou como principal herança a contribuição política e teórica de figuras tão destacadas como heterogêneas, como, por exemplo, Ernest Mandel e J. Posadas.

Dois anos antes da fundação da IV Internacional, ocorreu um evento histórico que foi de fundamental importância para a sua criação e, não menos importante, um exemplo clássico do mais puro internacionalismo proletário. A Guerra Civil Espanhola, que pode, sem exagero nenhum, ser observada como um ensaio da II Guerra Mundial, foi uma das últimas grandes marchas conjuntas de comunistas (stalinistas e trotskistas) e anarquistas, bem como um dos maiores exemplos da danosa bolchevização do movimento operário, o processo de centralização e homogeneização promovido pelo Estado soviético em nível nacional e internacional.

O conflito, que colocou anarquistas, socialistas, social-democratas e frações da burguesia contra os partidários do fascismo, acabou por ganhar repercussão internacional, atraindo um sem-número de combatentes voluntários, partícipes do que entrou para a história com o nome de Brigadas Internacionais. Devido à falta de documentação oficial sobre a participação dos brigadistas, não há consenso sobre quantos foram os combatentes que voluntariamente saíram de seus países para, na Espanha, munidos de um profundo senso de solidariedade, apoiar a República. Andreu Castells (1974), autor de um relevante livro sobre o tema, aponta que foram aproximadamente 59 mil os homens e mulheres que cruzaram fronteiras e, ignorando qualquer tipo de sentimento nacional, arriscaram suas vidas para defender a liberdade e a dignidade de um povo. Entre os brigadistas estavam figuras como o alemão Willy Brandt, que viria a ser chanceler de seu país; Enver Hoxha, que viria a ser primeiro ministro da Albânia socialista; Josip Broz Tito, que tornaria-se presidente e herói libertador da Iugoslávia; Simon Radowitzky, anarquista ucraniano-argentino que ainda será apresentado neste trabalho.

Se a Guerra Civil Espanhola, por um lado, mostrou as sociedades, em especial seus estratos subalternos, como força centrífuga capaz de espalhar braços e pernas de todo mundo pelo território espanhol, lutando em defesa do direito de viver em liberdade, por outro lado, ela também evidenciou a estatização da Revolução Russa como um movimento centrípeto por meio do qual se tentou hegemonizar e disciplinar todo um movimento dinâmico e plural. Löwy e Besancenot (2016) recordam que, em certo ponto, o Partido Comunista Espanhol tornou-se uma mera correia de transmissão do Comissariado do Povo dos Assuntos Internos (NKVD), exercendo dura repressão contra anarquistas e trotskistas, uma vez que era interesse de Moscou



estabilizar a situação na Espanha, freando o processo revolucionário que, segundo o entendimento do Kremlin, poderia sair do controle e gerar um desequilíbrio nas relações entre os Estados europeus. A degeneração da cúpula comunista foi tamanha que até mesmo uma importante liderança trotskista, Andreu Nin, terminaria assassinado por um comando sob as ordens do Kremlin.

*Mundialização dividida: capitalistas e socialistas, centro e periferia*

O movimento operário, em todas as suas variações, mal teve tempo de assimilar a derrota dos republicanos na Guerra Civil Espanhola, uma vez que a II Guerra Mundial foi deflagrada logo em seguida. Não nos interessa adentrar os pormenores da guerra, mas sim suas consequências. Se previamente afirmamos que a I Guerra Mundial iniciou a formação de um novo mundo, a II Guerra Mundial concluiu tal processo. Podemos, do ponto de vista interessado nas dinâmicas sociais para além do Estado-nacional, elencar algumas mudanças que ocorreram após a guerra. A primeira delas foi a construção de uma extensa rede internacional de agências e organizações cujo objetivo era gerar um mínimo grau de governança que garantisse a paz e um mínimo grau de ordenamento no sistema internacional. Os dois exemplos mais destacados são o Sistema da Organização das Nações Unidas (ONU) e o sistema de Breton Woods. A segunda mudança foi a ascensão de uma ordem bipolar, tendo os EUA e a URSS como os polos antagônicos que não só competiam entre si como tratavam de disciplinar aqueles Estados e sociedades considerados como parte da sua esfera de influência. A terceira e última mudança que nos interessa observar é fruto do desenvolvimento desigual e combinado do sistema mundo capitalista que, de um lado, garantiu aos países centrais a possibilidade de construção de um Estado de bem-estar e, por outro lado, manteve as periferias como zonas de exploração, seja de forma direta, por meio de manutenção de laços imperiais ou coloniais, seja indiretamente, pela cooptação das elites locais e pela consolidação da condição econômica periférica. A grande novidade, no entanto, foi que nessa mesma periferia, que seguia com uma inserção dependente dentro do sistema mundo, surgiram inúmeros movimentos de libertação nacional, em especial na Ásia e na África.

Os movimentos de libertação nacional apresentavam características complementares que foram exemplos da ação política em múltiplas escalas. Geralmente mobilizando uma tática de guerrilha profundamente territorial, uma boa parte desses movimentos contou com algum

apoio material advindo de Estados socialistas, em especial a China e a URSS, bem como um apoio moral de movimentos da classe trabalhadora de diversas partes do mundo. Geralmente munidos de um discurso nacionalista, eles acabavam por demonstrar, na prática, a justeza da proposição de Lenin sobre a autodeterminação dos povos, uma vez que esse nacionalismo tinha como principal conteúdo não a xenofobia ou o chauvinismo, mas sim o nacionalismo anti-imperialista que operava como elemento unificador de trabalhadores, setores médios e frações da burguesia interessadas em livrar-se do jugo colonial ou imperialista.

Muitos desses movimentos de libertação nacional contavam com a participação ativa dos comunistas e, durante ou após o processo de liberação, acabaram por assumir um caráter socialista. Na relação estabelecida com esses movimentos e, posteriormente, com os governos deles decorrentes, a URSS revelava o seu duplo caráter, isto é, sua força centrípeta e centrífuga. De um lado, a “pátria do socialismo” agia como tal, promovendo uma ajuda de tipo internacionalista, isto é, provendo todo tipo de assistência material fundada na solidariedade entre os povos. Por outro lado, a mesma URSS que apoiava tais movimentos e governos operava para discipliná-los, enquadrá-los e alinhá-los sob sua área de influência, cerceando assim a autonomia de cada povo na autoconstrução política a partir de suas próprias experiências e inclinações.

Na América Latina, um evento ocorrido em 1959 movimentou o continente e inquietou os EUA e as elites nacionais de uma maneira que não acontecia desde o século XVIII, quando outra ilha caribenha, o Haiti, libertou-se da França e do regime de escravidão. A Revolução Cubana, inicialmente um movimento nacionalista que objetivava derrubar um ditador fantoche, poucos anos depois tornou-se uma revolução socialista, alinhando a pequena ilha à URSS e exportando ao mundo o foquismo<sup>22</sup> como estratégia de tomada do poder e inspirando toda uma geração de latino-americanos a aderirem à luta armada.

A Revolução Cubana é, ao mesmo tempo, um exemplo de como uma luta por libertação nacional torna-se uma revolução socialista; um exemplo de internacionalismo socialista do século XX; e um exemplo de como ideias transgridem fronteiras e inspiram solidariedade internacional e ação local. Em um interessante discurso proferido em 1961, intitulado “De Martí a Marx”, Fidel Castro explica que sua passagem do nacionalismo anti-imperialista ao socialismo internacionalista foi uma necessidade, uma vez que

---

<sup>22</sup> O foquismo é uma estratégia que consiste em formar um foco guerrilheiro para a luta prolongada por meio da qual se esperava que os trabalhadores assumissem consciência da sua condição de explorados.

não existe meio-termo entre capitalismo e socialismo (...) do ponto de vista da marcha da história do mundo, do ponto de vista do grande esforço realizado por todos os povos para se livrarem da fome, da miséria, da exploração do colonialismo, da discriminação, como estão lutando os povos da Ásia, da África, da América Latina, nunca poderíamos ter estado conscientemente ao lado do imperialismo (CASTRO, 2006. p. 287-88).

Para Castro, as condições objetivas com as quais Cuba se deparava tornavam evidente que o capitalismo era necessariamente imperialista e que, para livrar-se de tal violência, era preciso levar a cabo um projeto socialista. Além disso, Castro via com clareza que a África, a Ásia e América Latina compartilhavam uma condição comum de pobreza e discriminação diretamente vinculadas à riqueza dos centros capitalistas. Sendo assim, dentro do que podemos chamar de uma ética internacionalista, era preciso formar uma conexão entre esses povos para prover apoio, trocar experiências e articular ações. Para tal fim, Cuba convocou e sediou, em 1966, a Conferência dos Povos da Ásia, África e América Latina, que ficou conhecida como Tricontinental. Em tal encontro, fizeram-se presentes líderes como Salvador Allende, Amílcar Cabral e Nguyen Van Tien. Outros, como Ho Chi Minh, Kim Il Sung, Chou En Lai e Gamal Abdel Nasser, mandaram mensagens de aprovação. Da conferência, da qual participaram mais de quinhentos delegados e cem observadores de oitenta e um diferentes países, nasceu a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL) (BOZZA, 2018). Ademais, foi produzida uma resolução final que afrontava a então corrente política de coexistência pacífica adotada pela URSS. Nela, entre outras coisas, constava um aberto estímulo à luta armada contra o imperialismo, uma condenação da produção de armas nucleares, uma exigência do desmantelamento de bases militares estrangeiras nos três continentes e uma solicitação veemente do fim do apartheid. Alguns outros documentos também condenavam os ataques ao Vietnã, a invasão de mercenários no Congo, o bloqueio a Cuba e a violência racial na África do Sul. Um ano depois, já metido na selva boliviana, o símbolo máximo do internacionalismo latino-americano, alguém que inúmeras vezes arriscou sua vida lutando em países que não o seu, Ernesto “Che” Guevara, enviou uma mensagem à Tricontinental: “A América, continente esquecido pelas últimas lutas políticas de libertação (...) terá uma tarefa de muito maior relevância: a da criação do segundo ou terceiro Vietnã (...)” (GUEVARA, 2006. p. 305). Tal frase animou os povos explorados da América na mesma proporção que aterrorizou os homens de Estado estadunidenses.

O internacionalismo cubano não era um mero conjunto de discursos ao vento. O governo revolucionário apoiou com tropas e equipamentos, por exemplo, o governo argelino, contra a tentativa marroquina de invasão; o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) durante a guerra civil; e os sandinistas na Revolução Nicaraguense. Contudo, o internacionalismo cubano não se resumiu a armas e soldados. O país, conhecido pelo eficiente e universal sistema de saúde, exportou conhecimento e mão de obra médica para mais de 164 países do mundo (ALTAMIRANO VICHOT, 2019). Muito além de um programa de cooperação, a ação dos médicos cubanos é parte de uma diplomacia pública, mas também uma prática solidária internacionalista baseada nos valores defendidos pela própria constituição cubana que afirma ser apoiada no “internacionalismo proletário, na amizade fraternal, na ajuda, na cooperação e na solidariedade entre os povos do mundo” (CUBA, 2019)<sup>23</sup>.

Um outro movimento de libertação nacional acabou tornando-se o maior exemplo de mobilização de solidariedade internacionalista desde a Guerra Civil Espanhola. Estamos falando da Guerra do Vietnã, entendida aqui como guerra prolongada de libertação nacional, primeiro contra os franceses, depois contra os japoneses e, por fim, contra os estadunidenses. Tal conflito gerou impactos sem precedentes, marcando uma geração e inspirando povos de todo mundo a insurgir contra a dominação e o jugo das potências europeias ou dos EUA. Tariq Ali (2008) conta, em um bonito livro de memórias sobre os politicamente movimentados anos 1960, como a Guerra do Vietnã foi um evento que tocou profundamente aquela geração e que, no caso dele, estudante no Reino Unido, propiciou a organização do movimento estudantil daquele país sob palavras de ordem de apoio ao Vietnã. Um fato curioso por ele contado é que a defesa do Vietnã promovida pelo movimento estudantil inglês era feita a contragosto dos comunistas alinhados a Moscou, que pensavam que uma palavra de ordem em defesa da paz teria maior capacidade de agregar diferentes pessoas. A prática mostrou que os comunistas estavam enganados. As marchas organizadas por Ali e tantas outras lideranças (algumas delas que vieram a formar o que ficou conhecido como New Left) foram extremamente bem sucedidas na denúncia dos horrores cometidos pelos EUA com apoio do Reino Unido.

Os guerrilheiros vietnamitas encontraram na nascente contracultura europeia e estadunidense mais um importante ponto de solidariedade internacionalista. Comumente ignorado pelos estudos sobre internacionalismo, o movimento contracultural do final dos anos

---

<sup>23</sup> Cuba aprovou uma nova constituição no ano de 2019. Entretanto, o trecho citado já fazia parte da antiga constituição e não sofreu qualquer alteração.

1960 e 1970 encampou a luta contra a Guerra do Vietnam e amplificou as denúncias das barbaridades cometidas pelo exército estadunidense contra os inimigos e mesmo contra seus próprios soldados, geralmente meninos pobres e negros<sup>24</sup>. Mark Fisher afirma que, naquela década, surgiu algo que poderia ser pensado como um “comunismo ácido”, um movimento cultural antissistema, mas sem histórico operário, levado a cabo por “renegados de classe como o Pink Floyd, jovens de famílias burguesas que haviam rejeitado seus próprios destinos de classe” (FISHER, 2018. p. 1701). Esses jovens, especialmente nos EUA e na Europa, por meio da música, do cinema, do teatro e da literatura, expressões culturais que desconhecem fronteiras que não as linguísticas, conformaram um movimento de denúncia que foi de crucial importância para a desestabilização do discurso oficial estadunidense sobre a guerra. O movimento transnacional de repúdio à Guerra do Vietnam tornou-se um dos principais ingredientes do caldo político e cultural que produziu, em 1968 e 1969, uma série de eventos e movimentos que não só chacoalharam países, como também deram a impressão de que o próprio capitalismo estava, gradativamente, sendo sitiado.

Os anos de 1968 e 1969 foram palco de uma confluência de movimentos e eventos que, de maneira desigual porém combinada, no centro e na periferia, majoritariamente no bloco capitalista, mas também no bloco socialista, puseram o questionamento de alguns alicerces da balança de poder global na ordem do dia. O repúdio à guerra era intercalado com questões locais que alternavam desde a luta contra à discriminação racial até a libertação nacional. Bandeiras preexistentes, como, por exemplo, as feministas, ganharam ressonância na agenda política de maneira renovada e mais radical. Novas temáticas, como a ecologia e a liberdade sexual, aos poucos, tornavam-se parte do conjunto de demandas dos novos atores que surgiam. Tudo isso convivendo, não necessariamente de forma harmoniosa, com bandeiras e repertórios preexistentes.

A título de exemplificação, podemos citar alguns eventos e movimentos que fizeram daqueles anos um marco na história do século XX. Na América Latina, mais precisamente no Rio de Janeiro e no México, centenas de jovens marcharam contra seus governos. No primeiro, a resposta foi o endurecimento do regime militar. Já no segundo, a resposta foi um massacre. Na China, Mao Zedong levava adiante sua Revolução Cultural, que alentou jovens no mundo inteiro a sonharem com um socialismo sem o desvio burocrático soviético. Lamentavelmente

---

<sup>24</sup> O próprio Tariq Ali chegou a ser homenageado pelos Rolling Stones. A música *Street Fighting Man*, do álbum *Beggars Banquet* (1968), foi escrita após Mick Jagger assistir a Ali comandando uma marcha, em Londres, contra a Guerra do Vietnam.

para esses jovens, a boa repercussão internacional não impediu o posterior fracasso do projeto de engenharia social chinês. Ainda na Ásia, os vietnamitas do norte iniciaram a Ofensiva Tet, perdendo milhares de vidas, mas destruindo moralmente as tropas estadunidenses. Na África, a Guiné Equatorial declarou sua independência, a guerrilha angolana começou a virar o jogo na prolongada guerra contra a ocupação portuguesa, e a Revolução Líbia, de caráter pan-arabista, consagrou-se vitoriosa. Nos EUA, os jovens marchavam contra a guerra; parte do movimento negro formou o Partido dos Panteras Negras; e homossexuais se revoltaram contra a violência policial e o preconceito iniciando a Rebelião de Stonewall. Na Europa ocidental, onde dezenas de universidades foram ocupadas, os jovens ingleses tomaram a embaixada estadunidense, e os operários italianos organizaram gigantescas ondas grevistas no norte industrial. Na Europa oriental, jovens tomaram Praga exigindo um socialismo de fato democrático, humanista e libertário, despertando a ira de Moscou, que invadiu a Tchecoslováquia, massacrou o movimento e mostrou a monstruosa degeneração pela qual passou o sonho de Lenin e outros tantos revolucionários. Todos esses eventos e movimentos, de certa forma, se retroalimentavam a partir das notícias que chegavam do exterior. Ademais, eles, em maior ou menor grau, estavam bebendo do mesmo caldo composto por uma brutal rejeição à guerra, à burocracia e às formas de vida até então propagadas como as únicas possíveis. De maneira geral, em 1968 e 1969, uma boa parte do mundo gritou junto exigindo autonomia, mas tal desejo acabou sendo derrotado pela força das armas ou da cooptação.

O mais conhecido e simbólico movimento daqueles anos foi o maio francês. Este, unindo estudantes e operários, para além de tratar de questões internas francesas, estava marcado por um pronunciado internacionalismo, seja na denúncia das atrocidades cometidas nas colônias francesas, na feroz crítica à Guerra do Vietnam ou na defesa da até então admirada Revolução Cultural. Não por acaso, uma das principais palavras de ordem do maio francês foi “que se danem as fronteiras” (LÖWY, 2000)<sup>25</sup>. Ali (2008. p. 293) recordou que “assim como o sucesso vietnamita inspirara os estudantes, agora o triunfo dos estudantes inspirava os operários” e, dessa forma, o comunismo ácido pequeno-burguês encontrou-se com o operariado e, olhando juntos para o Vietnam, fizeram de Paris sua própria Saigon.

---

25 “Les frontières on s'en fout!”

*Globalização e contrarrevolução neoliberal*

O que podemos interpretar como uma revolta global transnacional marcada por laços de solidariedade entre diferentes povos logo foi derrotada pela contrarrevolução neoliberal global que se seguiu a ela. É bem verdade que, anos depois, o Vietnã conseguiu sua independência e unificação, e que boa parte das bandeiras levantadas por aqueles jovens estudantes e operários em todo mundo jamais voltaram a ser abaixadas; no entanto, o que ocorreu na década de 1970 foi o recrudescimento dos regimes militares da América Latina, a proliferação de guerras civis nos recém-liberados países africanos e o avanço global de um projeto de retomada de poder da elite capitalista (HARVEY, 2008). A essência desse projeto, que também é um poderoso sistema normativo, nada mais é do que a extensão da lógica de mercado às mais distintas esferas da vida, incluindo a própria racionalidade (DARDOT; LAVAL, 2016). São explícitas as reconfigurações impostas às relações entre os humanos, assim como entre os humanos e a natureza. A mercantilização da vida gerou consequências sociais, como a brutal precarização das relações de trabalho, que, ao fim, acabou produzindo uma profunda degradação dos laços sociais (SENNET, 2009); novos conflitos acerca da expropriação dos bens comuns, assim como inéditas dinâmicas de não reconhecimento, fomentando, dessa forma, mais miséria, violência e discriminação; consequências políticas, como o empobrecimento das experiências democráticas, surgimento de tecnocracias governantes e sofisticação dos dispositivos de controle social; consequências ambientais, como a super exploração da natureza e uma permanente produção e distribuição de riscos (BECK, 2010).

É interessante observar como a lógica das forças, que aqui apresentamos, atuou a partir de 1968. De um lado, as sociedades, em um acelerado movimento centrífugo, produziram, reproduziram e reconfiguraram lutas e demandas que brotaram nos mais diferentes rincões do mundo, exibindo vitalidade e pluralidade. Tal florescer de lutas globais não pôde ser encerrado dentro de um determinado Estado ou fronteira, pelo contrário, essas lutas viajaram o mundo fomentando um processo de retroalimentação a partir de ideias e ações de solidariedade. Do outro lado, Estados e Capital operavam um contundente movimento centrípeto por meio do qual o sistema passou a incorporar “as reivindicações por mais autonomia, autenticidade, criatividade, liberdade, até mesmo a crítica à rigidez da hierarquia, da burocracia, da alienação nas relações e no trabalho” (PELBART, 2003. p. 96). A partir de tal incorporação, elementos

que antes eram associados a uma crítica radical do sistema foram postos a trabalhar em benefício daquilo que outrora atacavam.

Os desafios que surgiram às sociedades, a partir da contrarrevolução neoliberal, cada vez mais, conectavam as esferas local, nacional e global. Octávio Ianni corretamente observou a existência de “um universo de objetos, aparelhos ou equipamentos móveis e fugazes, atravessando espaços e fronteiras, línguas e dialetos, culturas e civilizações” (IANNI, 2007. p. 27), o que, segundo ele, teria fomentado a formação de uma sociedade global. Tal afirmação parece um tanto precipitada, uma vez que o efetivo compartilhamento de determinadas técnicas, o atravessamento de fronteiras e até mesmo a ação em escala transacional, por si só, não conformam uma sociedade global. Entretanto, Ianni foi preciso ao observar o fenômeno da globalização na segunda metade do século XX como um movimento de mundialização que repousa sobre uma nova divisão internacional do trabalho. Vejamos:

Está em curso um novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados. As forças produtivas básicas, compreendendo o capital, a tecnologia, a força de trabalho e a divisão transnacional do trabalho, ultrapassam fronteiras geográficas, históricas e culturais, multiplicando-se assim as suas formas de articulação e contradição. Esse é um processo simultaneamente civilizatório, já que desafia, rompe, subordina, mutila, destrói ou recria outras formas sociais de vida e trabalho, compreendendo modos de ser, pensar, agir sentir e imaginar.

A nova divisão internacional do trabalho envolve a redistribuição das empresas, corporações e conglomerados por todo o mundo. Em lugar da concentração da indústria, centros financeiros, organizações de comércio, agências de publicidade e mídia impressa e eletrônica nos países dominantes, verifica-se a redistribuição dessas e outras atividades por diferentes continentes. [...] Forma-se toda uma cadeia de cidades globais que passam a exercer papéis cruciais na generalização das forças produtivas e relações de produção em moldes capitalistas, bem como na polarização de estruturas globais de poder (IANNI, 2007. p. 13 -14).

O interessante dessa explanação citada é que Ianni expõe o modo de produção capitalista como síntese de uma relação dialética entre um movimento centrífugo, que impulsiona o necessário – do ponto de vista do próprio capitalismo – processo de mundialização do modo de produção e exploração, e um movimento centrípeto de concentração de capitais a partir da exploração do trabalho e da comoditização de bens comuns. Em outras palavras, quanto mais o modo de produção se reproduz avançando sobre os territórios de todo o mundo, sobre as subjetividades individuais e coletivas e sobre áreas da vida outrora não comodificadas, mais ele concentra poder e capitais nas mãos de uns poucos indivíduos.



Ianni também acerta quando aponta a formação de cidades globais como pontos nodais de uma cadeia produtiva/extrativa que foi mundializada. O problema é que o acertado diagnóstico sobre cidades cada vez mais globalmente interconectadas e interdependentes que centralizam certas cadeias de comando, serviço e atividades econômicas diversas não necessariamente significa a substituição de sociedades nacionais por uma sociedade global, como ele sugeriu. Nesse sentido, aproximamo-nos mais de Saskia Sassen (2006), que também se debruçou sobre o tema das cidades globais, atentando, porém, para a formação de unidades espaciais que transpassam as escalas estratégicas em vez de serem reduzidas a apenas uma delas. Em outras palavras, a dimensão global não apaga a nacional e a territorial, mas se articula com elas em um movimento que transgride fronteiras e que será exemplificado no próximo capítulo.

Há, no entanto, um ponto a que Ianni, Sassen e este trabalho convergem perfeitamente: o entendimento de que a globalização produz reconfigurações nas noções e práticas sobre aquilo que entendemos como território nacional. Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto (1977), quando o processo aqui narrado ainda não havia tomado as dimensões que possui hoje, notaram o surgimento, nas economias dependentes, do que eles entenderam como enclaves. Estes eram núcleos de atividade econômica controlados diretamente de fora do território nacional. No entanto, o que Cardoso e Faletto observaram como dinamismo de economias centrais em oposição à subordinação periférica na verdade acabou tomando rumos menos nacionais e mais globais, isto é, um dinamismo de um capital cada vez mais transnacional em oposição a Estados-nacionais cada vez menos soberanos.

Uma leitura interessante sobre os enclaves no século XXI nos foi ofertada por Alfredo Falero (2015). Ao contrário das noções clássicas da Teoria da Dependência que focavam na inserção do Estado-nacional no sistema-mundo, o autor observou que os enclaves do século XXI são administrados muito mais por empresas transnacionais do que por Estados-nacionais. Aquelas, por mais transnacionais que sejam, possuem laços com um ou mais Estados-Nacionais. O que nos interessa de fato é salientar como o território e a excepcionalidade nele gerada pelo enclave e suas atividades econômicas acabam por conectar territórios e experiências neles vividas com a escala transnacional com que frequentemente operam as empresas que, diretamente ou indiretamente, administram o enclave. Nesse processo, o Estado-nacional não é anulado, mas sim atravessado e, até certo grau, sequestrado.

Neste ponto do estudo, o leitor poderia questionar: o que as cidades globais e os enclaves capitalistas têm a ver com a ação social para além das fronteiras do Estado-nacional? Somente por meio do entendimento dos contornos globais tomados pelo capitalismo neoliberal podemos compreender as dinâmicas sociais correntes que conectam pessoas ao redor do mundo. Um exemplo, ao nosso ver, bastante esclarecedor: o que têm em comum o sindicato canadense/estadunidense United Steel Workers (USW), a tragédia de Brumadinho e um moçambicano que vivia em Moatize, mas foi reassentado involuntariamente em outra localidade? A luta contra a exploração do trabalho, no caso do poderoso sindicato; da natureza e da vida, no caso das vítimas de Brumadinho<sup>26</sup>; e da sua cultura e modo de vida, no caso do moçambicano. Todos diretamente afetados pela ação de uma só empresa, a Vale S.A., outrora uma estatal, agora uma transnacional de capital aberto que opera diretamente ou indiretamente enclaves no Brasil, Canadá, Moçambique e alguns outros países.

O exemplo da Vale S.A. e sua atuação transnacional podem ser contrastados com a ação do USW. Este, após a tragédia de Brumadinho e da passagem do ciclone Idai em Moçambique, eventos separados por menos de dois meses, organizou uma ação de arrecadação de fundos destinados aos afetados pela Vale nos dois países lusófonos. Nas palavras de um diretor do sindicato: “seja onde for, aqui no Canadá ou em outras partes do mundo, a solidariedade não tem fronteiras. É por isso que nós metalúrgicos precisamos fazer nossa parte e dar uma mão aos que encararam o desastre e também apoiar a construção de uma sociedade mais justa” (USW, 2019).

Cabe frisar que a contrarrevolução neoliberal, a reação virulenta do capital contra os movimentos de 1968, o estado de bem-estar existente em alguns países e o socialismo real envolveram uma inequívoca dimensão transnacional. E, nesse ponto, é mister ressaltar, não se trata de um entendimento de que o capital se lançou a uma intocada dimensão transnacional. Tal espaço, um verdadeiro não lugar, há muito foi serpenteado pelas sociedades, como bem demonstramos ao tratar de eventos que vão desde a Comuna de Paris até o movimento contracultural dos anos 1960. O que observamos, contudo, foi o capital organizando uma fuga do circuito nacional para um circuito transnacional no qual a sua hipermovimentação, vital dentro da atual faceta neoliberal, encontrou menos restrições. Portanto, se por um lado desprezamos interpretações evolutivas que entendem o capitalismo como inicialmente nacional

---

<sup>26</sup> No dia 25 de janeiro de 2019, uma barragem de rejeitos da mineração rompeu, matando mais de 250 pessoas e causando severo impacto ambiental. A barragem era responsabilidade da Samarco, empresa administrada pela Vale S.A.

e posteriormente internacional e transnacional, por outro lado reconhecemos que em distintas épocas ele lança mão de variadas estratégias espaciais que, por ora, seguem necessitando do território para a sua reprodução, seja nas cidades globais, seja nos enclaves periféricos.

No que concerne às sociedades, podemos verificar que tal movimento do capital produz consequências objetivas sobre suas ações políticas. O processo de globalização, do qual a mundialização da economia capitalista faz parte, imprime desafios que as sociedades-civis dificilmente conseguirão enfrentar unicamente no âmbito dos Estados-nacionais ou fora dele. Dessa forma, boa parte dos movimentos e organizações da sociedade-civil se viram lançados ao desafio de estabelecer escalas estratégicas de ação, o que envolve redes de solidariedade e *accountability*, espaços de encontro plurinacionais e ações diretas e indiretas articuladas globalmente e realizadas localmente.

Para além do fato de um mundo mais globalizado exigir uma maior articulação das lutas através de escalas estratégicas que vão do local ao global, há uma outra reconfiguração social pós-1968 que é preciso destacar. Se, até então, boa parte dos conflitos, organizações, demandas e articulações giravam em torno de questões materiais objetivas como a renda, o trabalho, a moradia e a libertação nacional, progressivamente tal cenário foi sendo aberto para novas demandas vinculadas ao que alguns autores identificaram como pluralização das posições do sujeito (LACLAU; MOUFFE, 2010) e descentramento dos sujeitos (HALL, 2006). Grosso modo, tal fenômeno pode ser explicado como uma ampliação das identificações individuais e coletivas que outrora se concentravam quase que somente na nacionalidade e na posição na divisão social do trabalho ou, ao menos, as colocavam como determinantes em última instância. As consequências imediatas da pluralização das posições dos sujeitos foram a heterogeneização das demandas produzidas pela sociedade e a decorrente necessidade das organizações da sociedade-civil e do sistema político de encampar tais demandas. Tal processo pôde ser percebido, por exemplo, a partir do giro ocorrido nos estudos sobre movimentos sociais e no interesse despertado por aquilo que ficou conhecido como “novos movimentos sociais” (GOHN, 2014).

A pluralização de posições do sujeito, longe de incorrer no enfraquecimento das lutas sociais, na verdade se tornou um elemento que, bem articulado, foi capaz de impulsionar movimentos destacados e de longa duração. Um bom exemplo de uma conexão bem sucedida entre a clássica luta por redistribuição e as novas demandas por reconhecimento floresceu a partir do movimento antiapartheid. Especialmente a partir dos anos 1980, as denúncias sobre a

violência racista do Estado sul-africano, em suas dimensões cultural e econômica, ultrapassaram as bolhas dos movimentos negros e passaram a ser abraçadas por artistas, associações da sociedade-civil e Estados (BRAGA, 2011). Dessa forma, foi engendrada uma verdadeira rede transnacional de apoio ao movimento antiapartheid, o que acabou ofertando uma colaboração decisiva para o fim de tal regime, em 1994.

Poucos anos antes do fim do apartheid, o fim de um outro regime abalou o mundo. A queda do muro de Berlim, evento que marcou simbolicamente o fim do socialismo real e a queda do bloco soviético, acabou por colocar em cheque o antigo projeto socialista e por alentar a reorganização do sistema internacional sob uma dinâmica multipolar na qual os projetos contra-hegemônicos não tinham mais um Estado no qual se referenciar. Como consequência imediata, movimentos socialistas ao redor do mundo foram enfraquecidos, e as classes subalternas se viram cada vez mais fragmentadas. Por outro lado, apesar do enfraquecimento dos movimentos contra-hegemônicos como um todo, cresceram as lutas não necessariamente vinculadas aos socialistas, que envolviam dimensões econômicas e sociais objetivas para a vida das pessoas. Estamos falando do incremento dos já citados movimentos antirracista, feminista e ambientalista. Ademais, o fim da URSS abriu um espaço para que as sociedades civis em todo o mundo trouxessem de volta à arena pública debates sobre temas outrora caros a uma parcela dos anticapitalistas, como democracia e autonomia.

Um segundo exemplo interessante sobre como demandas por redistribuição e reconhecimento passaram a se articular de maneira mais horizontal é o levante zapatista de 1994. Este, uma resposta imediata à assinatura de um tratado de livre-comércio entre México, EUA e Canadá, foi muito mais do que um mero levante armado motivado por questões econômicas. Trata-se de uma insurreição indígena camponesa que habilmente articulava apoios na cidade e ações no campo; identidade indígena e condição camponesa; imaginário nacional e práticas transnacionais; universalidade do trabalhador explorado e particularidade da mulher, do indígena, do latino-americano. Ademais, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), muito habilmente, circulou por temporalidades distintas, reivindicando-se herdeiro das lutas contra a escravidão e pela independência, assim como da Revolução Mexicana. “Somos produto de 500 anos de luta”, afirmou o subcomandante Marcos (1994), na primeira frase da primeira declaração da selva Lacandona.

A partir de uma linguagem muitas vezes poética e às vezes até mesmo bem-humorada, de uma ação sobretudo concreta e territorial, de uma organização muito mais horizontal do que

o mundo estava acostumado a ver e de uma militância profundamente engajada em que couberam indígenas, camponeses, estudantes e mulheres, os zapatistas conseguiram amplificar suas vozes e tocar diversos rincões do mundo. Em um interessante artigo, Ana Esther Ceceña (2004) questiona como é possível que essa organização transite desde a reivindicação de culturas ancestrais e cosmovisões específicas até a reivindicação de um mundo onde caibam muitos mundos, isto é, uma comunidade planetária onde os diferentes possam se encontrar sem hierarquias. Tal questão, ao nosso ver, é fundamental para entender a ação social que transgride fronteiras. Vejamos o que diz Ceceña:

Este fenômeno [a submissão dos povos indígenas à exploração, dominação, discriminação e exclusão], produto da modernidade capitalista, que acompanha a chamada globalização, produz uma despossessão e um esvaziamento tão completos que provoca um movimento contrário: a exigência por privilegiar os traços abstratos de equiparação que universalizam o mercado desata uma revalorização de conteúdos particulares, específicos e concretos que destaca a harmonia do diferente e a importância social daquilo que o mercado deprecia, a existência real e específica, carregada de subjetividade e experiências, do ser humano (CECENÁ, 2004, p. 308).

O trecho citado nos é especialmente importante, uma vez que nele estão sintetizados parte dos argumentos que aqui estamos expondo. A autora inicia o parágrafo relacionando a globalização, um movimento centrífugo, com o movimento centrípeto de extração e concentração de capitais. Entretanto, prossegue ela, a síntese da dialética entre tais movimentos de universalização do mercado e concentração de poder e capitais é a revalorização de particularidades que, corretamente mobilizadas, podem gerar um processo de desconcentração de capitais e poder<sup>27</sup>. Segundo a própria, corroborando com nossa tese sobre o movimento centrífugo da sociedade, esta “é, por natureza, o reino da diferença” (CECENÁ, 2004, p. 313), portanto uma utopia universal pode ser fruto de um conjunto de utopias particulares que se articulam contra o sujeito da dominação.

O EZLN contou com uma extensa rede de solidariedade transnacional que continha desde intelectuais destacados, como o português Boaventura De Souza Santos e o estadunidense Michael Hardt, até músicos, como Manu Chao, e futebolistas, como o argentino Javier Zanetti. Nota-se que, apesar da ação concretas sobre o território, o EZLN articula-se em dimensão global e até mesmo intergaláctica, como certa vez afirmaram ao convocar um encontro internacional que ficou conhecido como “encontro intergaláctico”. A ideia surgiu do convite feito pelo porta-

---

<sup>27</sup> Tal processo assemelha-se ao que mencionaremos no terceiro capítulo como dinâmica política da etnicidade.

voz do movimento a todas as formas de vidas sensíveis de outros planetas. Evidentemente, o caráter intergaláctico do evento foi uma licença poética cujo intuito nada mais era do que enfatizar a abertura do zapatismo à diferença, ao mundo onde cabem muitos mundos.

A importância do movimento zapatista é tamanha que Alcântara e Bringel (2020) chegaram a apontar a existência de um “ciclo de solidariedade zapatista” portador de características próprias. A primeira dessas características, vinculada ao que os autores chamam de “um substrato das solidariedades”, está fundamentada sobre o sentimento da esperança e o ideal de autonomia, o que anos depois viria a alimentar parte do espírito que animou o Fórum Social Mundial. O segundo atributo daquele ciclo é a existência de redes de solidariedade compostas e estruturadas sobre uma relação direta com os territórios, com diferentes níveis de engajamento e que recorreram a dispositivos comunicacionais diversos. A terceira peculiaridade era a existência de um repertório de ação que se valeu do amplo uso da internet e de meios de comunicação alternativos, com a diferença, em relação aos dias de hoje, que, naquele período, rechaçava-se a utilização de grandes plataformas e buscava-se criar caminhos alternativos dentro da rede. Por fim, o último atributo da ciclo de solidariedade Zapatista observado por Alcântara e Bringel foi a articulação de escalas de ação a partir do território, vinculando essas comunidades com as redes internacionais de solidariedade ao movimento, que se apropriam do zapatismo e o traduzem para suas realidades locais.

O ideal zapatista de um mundo onde cabem muitos mundos, longe de ser uma ideia jogada ao vento, foi levada muito a sério por milhares de ativistas de diversas localidades. Após os bem-sucedidos protestos em Seattle, em 1999, quando milhares de ativistas ecologistas, anarquistas, feministas, sindicalistas e socialistas oriundos de diversas partes do mundo conseguiram forçar a interrupção e o cancelamento de uma importante rodada de negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), a chamada “Rodada do Milênio”, gerou-se um entendimento de que ativistas das mais diferentes origens nacionais e formações ideológicas não só poderiam voltar a marchar pontualmente juntos, como poderiam e deveriam se articular a partir da exaltação das afinidades e do respeito às diferenças. Com base nesse entendimento, uma série de movimentos sociais, organizações do terceiro setor e intelectuais que integravam um ramo mais reformista do movimento antiglobalização (BRINGEL, ECHART, 2010) articularam-se para organizar um grande encontro que deveria promover uma agenda positiva. Como bem afirmou Teivo Teivainen (2002), então integrante do Conselho Organizador do

FSM, havia uma percepção de que era preciso não apenas ser antialgo, mas também ser uma alternativa a esse mesmo algo, no caso, a globalização neoliberal.

Nasceu, então, em 2001, o Fórum Social Mundial (FSM), tendo Porto Alegre como sua primeira sede. Não por acaso, a data escolhida coincidia com a realização do Fórum Econômico Mundial, realizado em Davos, na Suíça. A intenção era evidente: promover uma articulação de movimentos antagônicos a tudo que representava o encontro de Davos para produzir uma alternativa à homogeneização política e social promovida pelos atores que compunham tal fórum, bem como à ideologia do *There is no alternative* (não há alternativa), slogan neoliberal produzido e popularizado antes mesmo que Fukuyama (1992) elaborasse sua tese sobre o fim da história. Não foi por casualidade, portanto, que o slogan do FSM foi astuciosamente escolhido: “um outro mundo é possível”.

A primeira edição do FSM, para a surpresa de muitos, conseguiu reunir dezenas de milhares de ativistas e organizações oriundos de múltiplas regiões do mundo. Não livres de divergências sobre os mais variados assuntos, ao fim, os ativistas conseguiram se fazer notados. Entretanto, algo nunca ficou muito claro: o FSM seria um ator ou uma arena? Em um interessante artigo, Teivainen (2003) entra nos pormenores de tal discussão que sempre acalentou a organização do fórum. Longe de ser banal, o entendimento sobre a caracterização do FSM estava atrelado a questões como: qual organização pode ou não pode participar<sup>28</sup>? Devemos ou não produzir uma resolução política? Deve ser permitida a participação de homens de Estado? Finalmente, jamais ficou muito claro se o FSM é um ator, uma arena, ou um pouco dos dois. De fato, as fronteiras entre ambas as condições, no caso do FSM, são bastante tênues. O que importa, porém, é que o FSM acabou sendo o primeiro grande exemplo, no século XXI, de ação política que transgride fronteiras. E mais do que isso, a confluência social ali configurada elaborou um grito transnacional que rompeu alguns limites até então estabelecidos para a política do andar de baixo, isto é, dos subalternos, dando destaque a importantes discussões sobre representação transnacional, prefiguração e alternativas objetivas ao estado das coisas.

Vimos até este ponto, que, da metade do século XIX até o fim do século XX, as sociedades empreenderam movimentos e arrolaram-se em eventos que, de diferentes formas,

---

<sup>28</sup> Um exemplo interessante de disputa sobre o que é o FSM e quem o compõe se deu sobre a participação ou não das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), naquele momento ainda uma guerrilha ativa. Após terem participado do primeiro FSM, o conselho organizador anunciou que não mais permitiria a participação de organizações armadas.

atravessaram distintas escalas de ação, transgredindo fronteiras e articulando espaços de contestação do estado das coisas e das coisas de Estado. Em um primeiro momento, que alguns autores pensam como uma modernidade liberal (DOMINGUES, 2013b; WAGNER, 1994), os internacionalismos estavam predominantemente associados à classe operária que proliferava na Europa e em suas associações. Nacionalismos e internacionalismos confrontavam-se em um cenário de desenvolvimento capitalista que, na Europa e nos EUA, fomentou processos de urbanização e industrialização, assim como, no resto do mundo, uma subordinação impositiva aos interesses próprios da dinâmica imperialista. Em um segundo momento, após a II Guerra Mundial, surge o que os já citados Domingues e Wagner chamam de modernidade estavelmente organizada. Naquele período, as forças centrípetas do Estado circularam com especial força, como pudemos observar ao analisar como o sonho soviético da revolução global tornou-se um Hiperestado tomado por uma burocracia operária, por exemplo. O mesmo movimento ainda se revelou na capacidade dos Estados, durante tal período, de monopolizarem, inclusive, os movimentos revolucionários, quase todos nascidos como movimentos de libertação nacional orientados para a criação de Estados, comumente socialistas .

Ao mirar o período histórico abarcado pela modernidade liberal e pela modernidade estavelmente organizada, Bringel (2017) percebe que o internacionalismo realmente existente ainda era profundamente marcado pelos Estados-nacionais, uma vez que, quase sempre, em última instância, aquele estava referenciado nestes. O mesmo Bringel identifica que há, na contemporaneidade, uma “desnacionalização progressiva dos internacionalismos”. Ao nosso ver, tal processo, que se revela no momento presente, começou a ser gerado a partir do fim da modernidade estatalmente organizada, nos anos 1970. A partir do avanço da globalização e do triunfo da contrarrevolução neoliberal, foram gestados movimentos que, cada vez mais, buscavam passar ao largo das estatizações. O próprio movimento global de 1968, em muitos lugares, conformou-se a partir de uma recusa à administração dos Estados sobre as vidas.

Independentemente das possíveis discussões sobre os marcos temporais que indicam quando começaram ou não determinados processos sociais, interessa-nos salientar a interessante hipótese defendida por Bringel. Segundo ele, os internacionalismos e transnacionalismos contemporâneos devem ser lidos dentro da chave da geopolítica da indignação global, por nós lida como a expressão socioespacial do espírito deste tempo presente. Na prática, isso significa expressões de solidariedade internacional muito mais descentradas, relacionais e menos mediadas pelo Estado (BRINGEL, 2017).



### 2.3 Migrante: condição social e sujeito político transnacional

A partir do início da segunda década do século XXI, o FSM passou a contar também com versões temáticas, isto é, fóruns menores, descentralizados e concentrados em um tema considerado relevante para a formação de um outro mundo possível, um mundo onde caibam muitos mundos. Não por coincidência, um dos primeiros Fóruns Sociais Temáticos focou no tema dos migrantes. A partir de agora, trataremos de examinar o fenômeno migratório como um exemplo de fenômeno transnacional. Muito longe de ser um exemplo qualquer, escolhemos tratar da migração e mais propriamente do sujeito migrante não só porque é um tema que está na ordem do dia, mas também porque ele pode ser interpretado como um elemento que transpassa as forças centrípetas do Estado e centrífugas da sociedade, tensionando a tradicional noção de comunidade política, cidadania e suas modernas associações com a nacionalidade, assim como desafiando a ideia de um mundo compartimentalizado em Estados-nacionais que, por meio das fronteiras, demarcam um lado de dentro e um de fora inventados, o que opõe o nativo ao estrangeiro.

Apesar de apontarmos o fenômeno migratório no século XXI como o elefante não branco na sala da globalização neoliberal, pretendemos demonstrar que, em todos os eventos e movimentos aqui anteriormente narrados como exemplos de internacionalismo e transnacionalismo, lá estavam os migrantes, sejam como sujeitos políticos em ação, sejam como mensageiros do leva e traz de informações, experiências e repertórios de ação, organização e produção de demandas.

Um bom exemplo do que queremos apontar surgiu no raiar da modernidade política, na segunda metade do século XVI, durante o processo de independência do Haiti. Durante aquela que foi a primeira revolução de escravos da história, alguns dos negros que lutaram por liberdade já haviam acumulado experiência combatendo na guerra de independência estadunidense. É o caso de Chavannes, que em 1790, mesmo antes da Revolução Haitiana ser iniciada, já havia sido uma liderança de uma revolta de escravos, juntamente com Vicent Ogé, um mestiço de posses que entrou em contato com o pensamento liberal em Paris (JAMES, 2010).

Ainda há um processo mais significativo, que parte do Haiti, relacionado à ação política e à transgressão fronteiriça. A diáspora haitiana, parte integrante da diáspora negra africana, é a denominação conferida ao processo de dispersão do povo negro e mestiço haitiano por

diversas localidades, por mais de duzentos anos – incluindo, hoje, o Brasil. Fugindo da brutalidade do escravismo, do terror e da fome, comuns em violentos movimentos de libertação, milhares de haitianos deixaram o país nas agitadíssimas últimas décadas do século XVIII. C.L.R James (2010) afirma, por exemplo, que após a *Bataille du Cap-français*, em julho de 1793, dez mil haitianos fugiram da ilha, a maioria com destino a Santiago de Cuba e Baracoa<sup>29</sup>, na ilha vizinha, ou aos EUA, mais precisamente Nova Orleans (SCOTT, 2011). Ao chegarem à principal localidade da Lousiana, os haitianos encontraram uma cidade amplamente destruída pelos incêndios de 1788 e 1794 e, é claro, submersa no racismo.

A influência da chegada de tantos haitianos em Nova Orleans pode ser identificada na arquitetura das casas, nos termos em *creole* difundidos até hoje, na presença da religião vodu e também no imaginário político dos negros. O historiador estadunidense de origem haitiana Peniel Joseph (2010) relata, por exemplo, que Frederick Douglass, uma das mais importantes lideranças negras e abolicionistas dos EUA, teria afirmado que os negros estadunidenses se referenciavam no “brilhante exemplo” haitiano e que o líder revolucionário Toussaint Louverture era um nobre libertador e legislador de seu corajoso povo.

Já que iniciamos abordando tal tema, tomemos um outro interessante exemplo de redes transnacionais de migrantes em um contexto de luta por independência. Em um intrigante livro que mescla estudos sobre sociologia, história e literatura, Benedict Anderson (2014) aborda a colaboração dos escritores Jose Rizal e Mariano Ponce para a luta de independência filipina. Anderson habilmente argumenta que, ao migrar das Filipinas para Madrid, Rizal entrou em contato com as ideias nacionalistas que circulavam na Europa. Ideias que por ele foram muito bem mobilizadas para formar a Liga Filipina, organização que, em um primeiro momento, atuou no exílio em defesa da liberdade do referido país. Além disso, Anderson aponta como crucial o apoio ofertado pelos anarquistas espanhóis aos movimentos de independência nas colônias e, principalmente, a inspiração fornecida pela comunidade cubana exilada na Espanha e seu efetivo apoio à luta de independência da ilha caribenha, comandada por José Martí, inicialmente, a partir de Nova Iorque. Ainda que tal teia de relações políticas, inspirações práticas e trocas intelectuais entre migrantes nascidos nas Filipinas e em Cuba não conformasse uma rede transnacional da forma como a imaginamos no século XXI, com alguma generosidade, sim, ela pode ser considerada como tal. O grau de mundialização das articulações

---

<sup>29</sup> Ainda segundo Scott, aproximadamente vinte mil haitianos viviam refugiados em Cuba até 1809, quando o governo da Espanha, durante a ocupação promovida pelo exército de Napoleão Bonaparte, foi pressionado a expulsá-los. A maioria deles partiu para os EUA.

promovidas por tal rede é revelado por meio das cartas enviadas por Ponce<sup>30</sup>. Em sua pesquisa documental, Anderson descobre que o escritor se comunicava com filipinos em Nova Orleans, Paris, Hong Kong e Macau, e com cubanos em Nova Iorque e Paris. Ademais, Ponce também enviou cartas a japoneses, espanhóis, austro-húngaros, e a um holandês, um português, um britânico, um estadunidense, um canadense e um chinês. Cartas essas destinadas a pelo menos quatorze países diferentes.

O movimento de expansão do modo capitalista de produção, durante o século XX, em suas diferentes fases, foi acompanhado por guerras, ocupações e espoliações dos mais variados tipos. Tais processos, por si só, já produziam todo tipo de fluxo migratório, desde pessoas que fugiam da violência e da miséria até exilados políticos, como, por exemplo, aqueles que deram os primeiros passos rumo à fundação da AIT. Para além dessa dimensão mais evidente dos fluxos migratórios, há uma outra, menos evidente a olho nu, que está diretamente vinculada à formação de um sistema-mundo no qual a inserção de cada país na divisão internacional do trabalho, em conjunção com a deterioração dos termos de intercâmbio, produzia pauperização nas periferias e enriquecimento nos grandes centros. Em 1913, Lenin já havia percebido tal processo com bastante clareza.

O capitalismo criou uma forma particular de migração dos povos. Os países em rápido desenvolvimento no aspecto industrial, introduzindo mais máquinas, desalojando os países atrasados do mercado mundial, elevam os salários acima da média e atraem operários assalariados dos países atrasados (LENIN, 1977. p. 88).

Lenin não apenas notou o crescimento significativo dos fluxos migratórios. Ele também foi capaz de articular tal fenômeno político e social com o então vigente estágio de desenvolvimento das forças produtivas e conferiu um caráter progressista a tal movimento, reconhecendo que a migração dos trabalhadores a países desenvolvidos estava “quebrando o embrutecimento bafiento da vida local, destruindo as barreiras e preconceitos nacionais, unindo os operários de todos os países” (LENIN, 1977. p. 89). Se, por um lado, a afirmação de Lenin aparenta estar lotada de um profundo voluntarismo, uma vez que o movimento de migração não necessariamente significa o rompimento dos nacionalismos em prol de uma união operária cosmopolita, por outro lado, ele astutamente notou algo que é bastante caro a este estudo: o

---

30 Explicitamos que a interpretação sobre a rede de ativistas cubanos e filipinos pró-independência como transnacional é inteiramente nossa e não de Anderson. O autor em momento algum se aventura por tal debate, nem afirmando, nem negando o caráter que estamos concedendo a tal rede. Sua única menção ao transnacional foi referindo-se à biblioteca de José Rizal.

movimento migratório também como um movimento de ideias, o que fica claro no perceptível entusiasmo do teórico com o embarque de operários russos para os EUA, o que, segundo ele, poderia ensinar os operários da América a engendrar greves de massas “mais corajosas e mais ofensivas” (LENIN, 1977. p. 90)<sup>31</sup>.

O movimento migratório, como movimento de ideias consideradas perigosas, pode ser muito bem notado na Argentina da virada do século XIX para o XX. Naquele período, o país que abordaremos no capítulo posterior foi destino de centenas de milhares de migrantes, entre eles militantes anarquistas de origens variadas, mas principalmente espanhóis, italianos e russos. Esses migrantes rapidamente lograram adentrar os sindicatos e montar círculos libertários nos quais propagavam as ideias anarquistas trazidas da Europa e as adaptavam à realidade local. A conexão intelectual por eles estabelecidas entre Europa e Buenos Aires era tamanha que, em um primeiro momento, os jornais anarquistas distribuídos na cidade eram produzidos na Europa e trazidos de navio. Referimo-nos aos periódicos *La Question Sociale* e *La Révolte*, ambos compartilhados na cidade portuária a partir da penúltima década do século XIX. Aquele, inclusive, passou a ter uma edição local e ganhou certa proeminência entre os operários após a passagem do anarquista Errico Malatesta pelas cidades de Buenos Aires e Rosário, entre 1885 e 1889 (DOMÍNGUEZ, 2012.; MONTOYA, 1986).

A relação entre o processo social de migração e o processo econômico de expansão do modo capitalista de produção, percebida por Lenin, na América Latina dos anos 1960 e 1970, provocou um interessante debate sobre marginalidade urbana (KOWARICK, 2000; MACHADO DA SILVA, 1971). Tal debate foi retomado, em tempos recentes, com outros contornos, por Saskia Sassen (2014). A socióloga demonstra que a expansão do modo capitalista de produção em sua forma neoliberal – e, nesse ponto, a ideia de expansão deve ser compreendida não apenas como territorial, mas principalmente como avanço sobre bens comuns, bem como sobre distintas esferas da vida, o que inclui o próprio corpo humano e a racionalidade – produz expulsões territoriais. O ponto central do livro é interpretar o fenômeno migratório no final do século XX e no início do XXI não como um emaranhado de processos efêmeros motivados por eventos pontuais (guerra, crise econômica, crise ambiental, etc.), mas como um fenômeno social fruto de um processo sistêmico, ao nosso ver, diretamente vinculado ao que Harvey (2008) chamou de processo de acumulação por espoliação.

---

31 No artigo citado, Lenin comenta ter lido um livro chamado *Imigração e Trabalho*, de Isaac Gúrvitch, publicado em 1912. Lamentavelmente não encontramos tal livro.

Sassen indica três reconfigurações que caracterizam o capitalismo contemporâneo a partir das quais surgiram renovadas formas de acumulação cujas consequências são a brutalização e a expulsão de pessoas de seus territórios. A primeira delas é o desenvolvimento de formações predatórias, isto é, uma junção entre elites globais e capacidades sistêmicas de concentração de riqueza nunca antes vistas na história da humanidade. Nos termos utilizados nesta tese, o processo exposto por ela seria uma aceleração do movimento centrípeto do Capital. Como consequência direta, observa-se um exponencial processo de concentração de renda que aumenta de forma brutal as desigualdades dentro e fora dos territórios nacionais. A segunda reconfiguração foi o incremento do mercado de terras. De acordo com Sassen, a crescente demanda por matéria-prima para as indústrias, bem como o aumento global do preço dos alimentos, fizeram com que a terra fosse um investimento desejável para a especulação, gerando também um substancial crescimento da compra de terras por estrangeiros. O terceiro e último ponto é a financeirização da economia, cujo perigo, segundo Sassen, reside na capacidade de geração de valor mesmo quando famílias, governos e economias empobrecem. Por fim, não menos importante, a autora destaca a morte das terras e das águas, assim como outras questões ambientais complexas, como consequência de tais reconfigurações, em especial do incremento do investimento em compra de terras para a produção de *commodities* que serão financeirizadas.

O que salta aos olhos é a conformação de um mundo que, a partir do processo de globalização neoliberal, abre as fronteiras para a cada vez mais veloz circulação de capitais, mercadorias e informações, ao passo que fecha as fronteiras para os seres indesejáveis, os humanos subalternizados, aqueles mesmos que foram vítimas dos processos de expulsão aqui recém-expostos. Nesse sentido, as fronteiras tornam-se pontos de seleção, categorização e estratificação social que objetivamente limitam o direito humano à migração, bem como os passaportes se tornam elementos de diferenciação entre nacionalidades bem-vindas ou não. Pensando nisso, Zygmunt Bauman (1999) produziu uma metáfora interessante sobre a modernidade contemporânea<sup>32 33</sup>. Segundo ele, há uma tendência de que todos sejamos ou turistas ou vagabundos. Os primeiros viajam porque querem, uma vez que o mundo para eles é demasiado atrativo, e possuem a possibilidade de escolher para onde vão, enquanto os segundos

---

32 Bauman prefere se referir à contemporaneidade como pós-moderna, porém preferimos não utilizar essa categorização e tampouco vamos abrir uma discussão sobre aquilo que pode ser chamado de pós-modernidade, capitalismo tardio, modernidade reflexiva, terceira fase da modernidade etc.

33 Outra metáfora interessante sobre os migrantes foi produzida por Sassen (1999), tratando de diferenciar os “aliens” e os “convidados”.

viajam porque são impelidos. Uma vez que o mundo é demasiado inóspito para eles, movimentam-se para onde é possível.

Se já bem expusemos os fluxos migratórios contemporâneos como majoritariamente decorrentes de um processo de expulsão vinculado ao atual modo de acumulação capitalista, ainda nos falta observar mais propriamente quem é o migrante. Catherine Wihtol De Wenden (2013) apresenta uma interessante discussão sobre a categoria migrante. Segundo ela, as aceleradas mudanças nas formas de mobilidade em nível mundial fizeram com que o número de migrantes triplicasse nos últimos 40 anos, desgastando assim a tradicional dicotomia entre trabalhadores migrantes e refugiados. De fato, o *World Migration Report* (IOM, 2020) aponta que existem mais de 207 milhões de migrantes no mundo. Tal número representa aproximadamente 3,5% da população mundial.

A primeira mudança apontada por Withol De Wenden diz respeito à categoria de refugiado, que não representa mais o modelo arquétipo da Convenção de Genebra de 1951, uma vez que a carta decorrente de tal convenção pensava em indivíduos sofrendo perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas. O que verificamos atualmente são migrações coletivas fruto de perseguições geralmente levadas a cabo não por Estados, mas pela própria sociedade<sup>34</sup>. A segunda mudança diz respeito à existência de migrantes estabelecidos e migrantes temporários. Isso porque, cada vez mais, migrantes temporários tornam-se migrantes estabelecidos, uma vez que, ao chegar à sociedade de destino, esses indivíduos, geralmente indocumentados, encontram dificuldades de retornar para seu país de origem. Por outro lado, a abertura das fronteiras europeias para os cidadãos de determinados países daquele continente, a partir da ratificação do Tratado de Schengen, promoveu a circulação frenética de migrantes na região, borrando, dessa forma, as fronteiras entre o que pode ser considerado um migrante temporário e um migrante estabelecido.

Por fim, Withol De Wenden aponta alguns novos ou renovados tipo de migração. A pesquisadora cita nominalmente a migração por motivos de saúde e a migração devido a questões ambientais – catástrofes naturais, desertificação, empobrecimento do solo, aumento do nível dos mares, para citarmos alguns exemplos. Ainda assim, ela salienta que as migrações estimuladas por crises políticas e econômicas seguem preponderantes. Ela ainda chama atenção

---

<sup>34</sup> Tal mudança é apontada pela própria autora, no entanto a Convenção Relativa ao Estatuto dos Refugiados não diferencia abertamente a perseguição operada pelo Estado da operada pela sociedade civil. Entendemos que, tendo em vista o momento histórico da referida convenção, a autora pressupôs que os atores partícipes tinham em mente a perseguição de Estados a indivíduos.

para o fato de o perfil dos migrantes, outrora majoritariamente homens oriundos de áreas rurais, hoje ser majoritariamente urbano e mais bem dividido em relação ao gênero.

Se já expusemos brevemente as possíveis motivações que fazem um indivíduo ou um grupo migrar, bem como algumas mudanças recentes sobre o perfil de quem migra, agora nos cabe explorar mais amplamente o que é um migrante. Uma definição clássica, com a qual corroboramos, aponta o migrante como um fato social total (SAYAD, 1998), isto é, um portador de uma condição que o afeta como indivíduo, bem como a sociedade, em sua totalidade. Isso quer dizer que, do ponto de vista econômico, social, político, cultural, ser um migrante estipula o indivíduo enquanto ser social. Tal definição nos interessa especialmente, uma vez que Sayad afirma que os migrantes estão excluídos do antagonismo de classes

não tanto devido à sua posição na sociedade e no processo de produção, muito pelo contrário, mas sim devido a seu estatuto de membros excedentes, e excedentes até na classe social à qual se poderiam agregar. Entretanto, isso não significa que os eventuais conflitos que envolvessem o imigrante (quer os iniciem, quer tomem parte contra sua vontade, como que por procuração e, às vezes, mais como pacientes do que como agentes) não fossem conflitos de classe; significa simplesmente que, para os imigrantes que só participam de modo secundário, como que por acidente ou por amálgama, sem grande legitimidade para fazê-lo, esses conflitos são completamente diferentes de simples conflitos negociáveis como o podem ser entre parceiros legítimos e legitimados para fazê-lo, eles são mais do que isto ou, ao menos, são isto de forma secundária e como por agregação ou procuração (SAYAD, 1998. p. 273).

Há algo bastante interessante na abordagem de Sayad e que gostaríamos de destacar. Em primeiro lugar, ressaltamos que corroboramos a visão do autor sobre a condição do migrante como fato social total, bem como a de indivíduo que serpenteia o paradoxo entre o retorno sonhado e um pertencimento inalcançável. Nós também admitimos, em muitos casos, a ideia do migrante como partícipe secundário da luta de classe, uma espécie de segunda classe da classe; não obstante, a condição aqui exposta e a decorrente sujeição fazem parte de apenas uma dimensão do migrante. O que nos interessa, portanto, é salientar a passagem dessa condição de sujeição à condição de sujeito ativo. Tal passagem não significa o apagamento daquela por esta, mas sim o reconhecimento de um sujeito ativo multifacetado no qual se realiza tanto a condição de migrante, isto é, o fato social total aqui já apresentado, quanto o sujeito ativo portador de interesses objetivos, reflexivo e capaz de produzir e articular demandas próprias vinculadas não só à sua condição de migrante como também a aspectos práticos da vida de alguém que também pode ser uma mulher, um trabalhador, um jovem, um religioso,

enfim, um sem-número de identidades pelas quais o migrante pode circular e as quais também pode deslocar.

O ideal do migrante unidimensional, isto é, de um indivíduo cuja condição de migrante ocupa a totalidade do seu ser, por muito tempo permeou tanto as investigações sobre o tema quanto a ação de parte dos movimentos sociais. Novamente, precisamos aclarar que o reconhecimento da referida condição como algo que permeia as mais diferentes esferas da vida não quer dizer que as mais diferentes esferas da vida possam ser resumidas a tal condição. Tal confusão fez com que, por bastante tempo, o migrante fosse visto apenas como objeto de solidariedade internacionalista. Nosso intuito aqui é justamente mostrar um migrante que, longe de ser unicamente um objeto de estudo ou de solidariedade, é muito mais um sujeito político ativo e frequentemente, transnacional. Ressaltamos que não se trata de minimizar a importante solidariedade para com os migrantes que são vítimas das mais distintas formas de violência, mas sim evidenciar seu caráter ativo de resistência perante essas violências.

O próprio estudo que engendramos no capítulo seguinte é um exemplo disso. Ao observarmos os trabalhadores migrantes da economia popular em Buenos Aires, tivemos a oportunidade de constatar o caráter excedente do qual bem falou Sayad. Esse caráter que permeia todas as esferas da vida do migrante, no caso do trabalhador da economia popular, se revela especialmente econômico, uma vez que aqueles homens e mulheres, dentro do exército de mão de obra, são, vamos assim dizer, soldados rasos. A condição migrante os empurra para as margens da sociedade, da economia e da política. Entretanto, verificamos que esse não é um processo unidirecional, muito pelo contrário. O migrante, ao se organizar, ao compartilhar experiências, ao questionar sua própria condição, torna-se sujeito da própria história e, dessa forma, é capaz não de apagar sua condição, mas de provê-la de novos sentidos, muitas vezes, inclusive, desafiando os Estados-nacionais e tensionando a tradicional, e neste trabalho tão salientada, vinculação entre cidadania e nacionalidade, entre comunidade nacional e política legitimada.

Há, recentemente, um maior interesse de acadêmicos e ativistas sobre as tensões impostas à moderna noção de cidadania pela passagem dos fluxos migratórios e pela conversão dos migrantes em sujeitos políticos. Wihtol De Wenden (2013) pensa na cidadania como um conceito em evolução de acordo com as transformações políticas e sociais em curso. A autora observa que a persistência do vínculo entre cidadania e nacionalidade está cada vez mais permeada – e, quiçá, desafiada, acrescentamos – por valores como a socialização propiciada



pela residência local, pelo pluralismo cultural e pela luta contra a discriminação. A autora ainda acrescenta que o incremento da mobilidade global levanta algumas questões que precisam ser debatidas: qual a cidadania apropriada para as populações móveis e de dupla presença? A cidadania transnacional pode ir além do Estado-nacional e prefigurar um Estado pós-nacional? Não nos cabe, aqui, responder a tais questionamentos, no entanto nos interessa considerar sua própria existência como indicações sobre como os fluxos migratórios promovem transmutações nas formas e conteúdos políticos próprios da modernidade.

Mais uma vez adiantando o que abordaremos no capítulo seguinte, se olharmos para a Argentina, país que segundo o *The World Migration Report* é o maior destino de migrantes na América do Sul e onde aproximadamente 4,5% da população é composta por migrantes, poderemos perceber algumas das tensões aqui apontadas. Trataremos o tema de maneira sistemática mais adiante, entretanto podemos desde já apontar que, na província de Buenos Aires, onde os migrantes podem votar e serem votados em nível municipal e provincial, revelam-se tensões como, por exemplo, as apontadas por Isabel Santi (2002). A pesquisadora mostra como, apesar do parcial reconhecimento de alguns direitos de cidadania por parte do Estado, os migrantes seguem apontados como o outro perigoso, o potencial criminoso, o ladrão de empregos<sup>35</sup>. O que argumentaremos adiante é que o migrante – e aqui estamos falando das nacionalidades majoritárias, ou seja, paraguaios e bolivianos –, na Argentina, especialmente por conta da sua etnicidade, afronta todo um imaginário nacional fundado na branquitude e no catolicismo e, dessa forma, afronta também a própria nação que segue sendo imaginada.

A afronta ao imaginário nacional argentino promovida pelos migrantes de pele não branca nos leva a uma outra questão: o migrante é o sujeito próprio da transgressão fronteiriça, mas não só isso. Sua existência é, por si só, o mal-estar da forma Estado. Sayad, em um momento de grande brilhantismo, notou com clareza:

O imigrante põe em risco a ordem nacional forçando a pensar o que é impensável, a pensar o que não deve ser pensado, ou o que não deve ser pensado para poder existir; forçando-a a revelar o seu caráter arbitrário (i.e. não necessário), a desmascarar seus

---

35 Didier Bigo (2002) escreveu um interessante artigo sobre a securitização da questão migratória como tecnologia política transversal usada por diversas instituições como modo de governamentalidade. Segundo o autor, a securitização da questão migratória vai além do crescimento do racismo e da xenofobia por conta dos atos de fala de um renovado campo de extrema-direita. Ela estaria relacionada com: a) a concepção de que o Estado é um corpo para a política e o medo dos políticos de perderem o controle simbólico sobre as fronteiras desse corpo; b) o *habitus* que estrutura os profissionais de segurança e a relação desses atores com a globalização de novas tecnologias de vigilância e controle; c) um mal-estar de alguns cidadãos com as incertezas cotidianas vinculadas a uma sociedade de risco enquadrada pelo discurso neoliberal por meio do qual a ideia de liberdade é associada aos limites impostos pelo perigo e pela insegurança.

pressupostos; forçando-a a revelar a verdade de suas instituições e a expor suas regras de funcionamento. Nesse sentido, o imigrante (e com ele o emigrante) é um escândalo para toda a ordem política, tanto para a ordem política que fez dele um imigrante quanto para aquela que fala dele como seu emigrante: ele é, como diz Hannah Arendt, 'esse grande perigo que a existência de indivíduos forçados a viver fora do mundo comum engendrado', sendo neste caso o mundo comum o mundo nacional que é o único mundo político, pois é elaborado como tal, é politicamente político (SAYAD, 1998. p. 274).

Na mesma linha de abordagens sobre a operação do Estado-moderno e sua vinculação com a nacionalidade, Judith Butler (2018) aponta que tal formação política requer periodicamente algum tipo de banimento de minorias nacionais para obter legitimação. O interessante de tal abordagem é que ela difere dois banimentos de acordo com as fronteiras nacionais. O primeiro, externo, ocorre por meio da expulsão. Já o segundo, interno, ocorre por meio do confinamento. Dessa maneira, migrantes e prisioneiros acabam tornando-se elementos de reafirmação da tradicional noção de soberania. Não por acaso, em todo o mundo, cresce o número de migrantes e prisioneiros no mesmo ritmo que cresce a produção capitalista de humanos excedentes.

Até o presente momento, abordamos inúmeras vezes o migrante, no entanto é impossível falar propriamente de tal sujeito e muito menos de sua ação transnacional sem tocar em suas redes<sup>36</sup>. A primeira questão que deve ser levada em conta é que a migração comumente não é um projeto individual, mas sim familiar e/ou comunitário (LEVITT; NYBERG-SØRENSEN, 2004). María Fernández-Hawrylak e Davinia Heras Sevilla (2019) apontam que, para além dos mais visíveis impactos sociais, econômicos e políticos na sociedade de destino e na de origem, a migração também produz efeitos nas famílias separadas, que acabam por construir laços que superam o da coresidência e da presença física, mantendo vínculos que permitem aos indivíduos continuarem se sentindo parte integrante da unidade familiar. Há, portanto, nesse processo, uma reconfiguração da família, dos seus vínculos emocionais e dos seus acordos econômicos deliberados, o que permite a manutenção dos laços familiares apesar da ausência da interação física cotidiana. Nesse sentido, ainda segundo as autoras, os migrantes acabam por estabelecer laços simbólicos e reais, sendo que estes últimos são geralmente baseados no envio de remessas financeiras.

---

<sup>36</sup> Segundo Grimson (2011), é importante levar em conta quem nem todos os migrantes se identificam como pertencentes a uma determinada nacionalidade. Tal assunção, de antemão, seria uma espécie de essencialização dos migrantes. Por vezes, o sujeito se identifica com uma cidade, uma etnia ou uma comunidade. Sendo assim, as relações por ele não poderiam ser qualificadas como transnacionais, mas sim como translocais.

A questão das remessas financeiras enviadas por migrantes não é algo trivial. Muito longe disso, ela conforma um verdadeiro circuito inferior das redes transnacionais, envolvendo milhares de famílias ao redor do mundo e, em alguns países, representando uma nada desprezível parcela do produto interno bruto (PIB). Segundo o Banco Mundial (2019), em 2019 essas remessas podem ter totalizado o montante de US\$ 551 bilhões, um aumento de 4,7% em relação ao ano anterior. Em um interessante artigo, Alejandro Portes (2011) busca matizar os efeitos econômicos da chegada de remessas financeiras aos países de origem. Ele afirma que, se por um lado, esses migrantes estabelecem redes transnacionais de filantropia e apoio mútuo que de fato assumem um papel relevante para as comunidades de origem, por outro lado, tais remessas podem significar ou não maior desenvolvimento. O desenvolvimento da comunidade de origem a partir do envio de remessas depende, especialmente, do tipo de migração. Portes afirma que a migração permanente comumente é mais prejudicial do que a cíclica. Isso porque quando uma pessoa qualquer, geralmente um jovem, migra para trabalhar e depois retorna com o que conseguiu poupar, tal movimento acaba por dinamizar a economia local, uma vez que as famílias continuam presentes na comunidade, só que agora com maior capacidade de consumo devido às remessas. Já a migração permanente pode gerar efeitos perversos que vão desde a perda da população economicamente ativa até mesmo ao esvaziamento de comunidades, que se tornam verdadeiras cidades e vilas fantasmas.

Após nos dedicarmos a analisar a condição migrante, suas redes transnacionais, suas motivações e sua possível passagem aos status de sujeito político, falta-nos ainda pontuar algumas questões sobre sua ação e organização política antes de propriamente pularmos ao próximo capítulo, no qual produziremos um exame empiricamente orientado sobre um organização específica de migrantes. Sendo assim, começamos questionando: podem os fluxos migratórios ser considerados movimentos sociais? Há estudos que dirão que sim, como, por exemplo, o interessante artigo escrito por Marina Zoloznaya e Theodore Gerber (2012). Nele, os autores observam o reassentamento voluntário dos tártaros da Crimeia e, a partir de tal observação, afirmam haver um ponto cego nos estudos sobre migração: o processo coletivo de decisão de um determinado grupo sobre migrar ou não. Tal processo decisório, quase sempre observado como individual ou familiar, muitas vezes pode ser elaborado em nível comunitário, o que o tornaria muito mais complexo do que um mero cálculo neoclássico de custos e benefícios. Desse modo, para bem compreender o processo decisório, seria importante mobilizar ferramentas de estudos dos movimentos sociais, como, por exemplo, as noções de

enquadramento e de oportunidade política. Se, por um lado, concordamos com os autores e achamos perspicaz a utilização das referidas ferramentas para examinar os fluxos migratórios, em especial a questão do processo decisório, por outro lado tendemos a achar que qualificar tais fluxos como movimentos sociais pode significar um demasiado alargamento do conceito original, o que, por fim, pode acabar por esvaziá-lo de sua capacidade explicativa.

De um ponto de vista interessado em analisar migração e ação política, parece-nos mais proveitoso observar não os fluxos migratórios como movimentos sociais, mas sim os movimentos sociais de migrantes e a participação de migrantes em ações coletivas. Uma interpretação bastante rica sobre o tema foi apresentada por Nina Eggert e Marco Giugni (2015). Os autores argumentam que houve mudanças estruturais nas sociedades ocidentais, o que fomentou a ascensão de mobilizações coletivas promovidas por ou com participação de migrantes. Essas mudanças são: o incremento da mobilidade internacional; a diversificação nacional e religiosa dos migrantes; as transformações nas clivagens sociais e políticas na Europa, o que incluiu a escalada de partidos de extrema-direita, cuja principal bandeira geralmente é a oposição à migração; e o incremento do espaço político supranacional. Tais mudanças teriam projetado a produção de demandas por parte dos migrantes. Essas demandas variam muito dependendo do país de destino e das janelas de oportunidades existentes, entretanto elas podem ser enquadradas em dois eixos: regularização de fluxos migrantes e situação dos migrantes na sociedade de destino. O interessante é que, segundo os autores, na Europa, o primeiro eixo teve mais preponderância nos anos 1990, e o segundo a partir dos anos 2000, o que pode demonstrar que há uma maior participação dos migrantes na produção de demandas não necessariamente vinculadas ao direito à mobilidade e mais vinculadas aos direitos específicos que dizem respeito ao trabalho, moradia, educação e liberdade religiosa. Os autores concluem afirmando que o repertório de ação utilizado pelos migrantes depende muito das oportunidades institucionais e discursivas em cada sociedade, bem como das legislações de cada país; no entanto, verifica-se, de maneira geral, um incremento da organização, da ação e das políticas de confronto com a participação de migrantes e do entrelaçamento dessas ações e organizações com a questão étnica (KOOPMANS; STATHAM, 2000).

Cabe ainda ressaltar que, segundo Portes (2011), é possível observar uma diferença no engajamento de migrantes recém-chegados, dos estabelecidos e dos filhos de migrantes. Segundo ele, o primeiro grupo costuma ser o mais engajado, enquanto o último costuma ser o que menos participa de movimentos e organizações migrantes. Tal questão estaria relacionada

com os laços fixados com a sociedade de origem e com a comunidade migrante, bem como com o grau de assimilação na sociedade de destino.

O incremento da ação política de migrantes nos interessa especialmente para a discussão que faremos a seguir. Como veremos, no caso da Argentina, de fato houve uma maior participação política dos migrantes em tempos recentes, e em tal participação a questão étnica possui uma inegável relevância. Entretanto, veremos que há algumas diferenças em relação aos movimentos e à ação política expostos por Eggert e Giugni. Não só porque, na Argentina, se trata de fluxos migratórios sul-sul, mas principalmente porque os eixos de demandas apontadas pelos referidos autores se entrelaçam e, de certa maneira, são quase indistinguíveis. O que verificamos, portanto, foi uma luta que envolveu afirmação cultural, reivindicação de direitos trabalhistas, demandas por políticas públicas e afirmação da migração como um direito humano inalienável, sem, contudo, ser possível enxergar claramente onde começa uma coisa e onde termina outra.

### 3. UM ESTUDO SOBRE O ATIVISMO MIGRANTE NA CIDADE DE BUENOS AIRES

*"El río entonces una madrugada  
 fue despertado por extrañas voces,  
 palabras dulces o ásperos sonidos,  
 el aire anduvo averiguando qué  
 demonios sucedía, qué lenguaje  
 lo trizaba en cristales asombrados,  
 mientras los inmigrantes descendían  
 con pantalones castigados, los  
 bolsillos llenos de nostalgia y unos  
 sueños, los pocos permitidos por  
 la Compañía de Navegación.  
 Aquí vinieron italianos, turcos,  
 árabes, rusos, búlgaros, judíos,  
 eslovacos, polacos, españoles,  
 con los dedos del hambre en la mejilla,  
 con la lágrima seca en el pómulo,  
 con las espaldas hartas del fusil,  
 del knut, del palo de la policía,  
 aquí vinieron, construyeron casas,  
 relojes, sillas, lápices, pañales,  
 empuñaron la reja, hicieron  
 llover del suelo gotas congeladas  
 de trigo o de maíz, aquí vinieron  
 y edificaron días, esperanzas,  
 árboles, hijos, pájaros, canciones,  
 aquí empezó a dolerles el huesito,  
 mientras el amo alcorta o anchorena  
 mantenía queridas en París,  
 vendía el país por unas esterlinas,  
 paseaba sus polainas por Europa"<sup>37</sup>*

---

<sup>37</sup> Trecho do poema "Un viejo asunto", de Juan Gelman. O poeta era filho de migrantes judeus, morador de Villa Crespo, comunista e torcedor do Clube Atlético Atlanta, assim como León Kolbowski, personagem que abordaremos adiante. GELMAN, Juan. *Gotan*. Barcelona: Booket, 2008.

### 3.1 Passado e presente migrante

O passado e o presente da Argentina estão profundamente marcados por fluxos migratórios dos mais variados tipos. Podemos citar, entre os mais conhecidos, a chegada de espanhóis durante o período colonial (séculos XVI, XVII e XVIII) e durante a Guerra Civil Espanhola (1936 - 1939); a chegada dos italianos, oriundos majoritariamente da Lombardia, Piemonte, Ligúria e Sicília, no final do século XIX e início do XX; a chegada de bolivianos, paraguaios e peruanos durante todo o século XX e a de venezuelanos no século XXI. Também houve movimentos migratórios menos conhecidos, como, por exemplo, o dos armênios que escaparam do genocídio promovido pelos turcos-otomanos durante a I Guerra Mundial; o dos galeses que fundaram uma nada desprezível colônia na província de Chubut; o dos chineses que atualmente administram um sem-número de comércios na cidade de Buenos Aires. Ainda podemos citar os fluxos internos, como o que levou dezenas de milhares de pessoas a se mudarem das mais distintas regiões do país para Buenos Aires no século XX, acompanhando a tendência de êxodo rural comum aos países do sul global; ou mesmo a chamada Conquista do Deserto, campanha civil-militar de ocupação da Patagônia e genocídio das populações originárias que lá viviam.

A abertura do país à chegada de migrantes europeus, no século XIX, foi uma política de Estado. A migração de brancos para a Argentina já era permitida desde a constituição de 1853. Em 1879, como uma das tentativas de resposta à crise econômica pela qual o país passava, o presidente Avellaneda promulgou a Lei de Colonização e Imigração, criando alguns mecanismos de incentivo à chegada de europeus, entretanto foi apenas durante a presidência de Juárez Celman (1886-1890) que tais mecanismos foram realmente utilizados em larga escala (FERNÁNDEZ, 2017).

A edificação dos Estados, na América Latina, foi acompanhada pela instituição do racismo de Estado. A opção por acolher migrantes europeus objetivava manter a Argentina cristã e, sobretudo, impulsionar o embranquecimento populacional associado à ideia de civilização. Se levarmos a sério a literatura como ferramenta de compreensão e construção do mundo social, podemos defender a hipótese de que *Facundo: civilização e barbárie nos pampas argentinos* (SARMIENTO, 1886) foi um livro que teve real influência na fundação daquele país como um Estado-nacional. Não apenas porque o autor se tornou presidente da República, mas principalmente porque seu conteúdo apresenta e prefigura um projeto de nação que é

fundado em um imaginário de civilização vinculado ao trabalho, à educação e à migração europeia.

No que concerne à atração de fluxos migrantes, Buenos Aires sempre foi uma cidade de destaque na América Latina. Isso porque a segunda capital mais ao sul do mundo: a) concentra o poder político e econômico de seus país; b) foi o epicentro do boom econômico que a Argentina viveu no final do século XIX e início do século XX; c) foi o cenário de um dos mais avançados processos de industrialização baseada na substituição de importações que o subcontinente já testemunhou. Tais fatores listados fizeram com que a cidade portuária fosse um destino economicamente atrativo para uma série de pessoas das mais diversas nacionalidades, incluindo os próprios argentinos de outras regiões do país.

A dimensão dos fluxos migratórios que tiveram a cidade de Buenos Aires como destino pode ser notada nas ruas e bairros. Há uma série de áreas identificadas com uma ou outra comunidade. Podemos citar os bairros de Balvanera (mais especificamente a região conhecida como Once) e de Villa Crespo como áreas com marcante presença de judeus; o bairro da Boca, com sua célebre identidade italiana; a Rua Armênia, em Palermo, com todo tipo de instituições e associações da comunidade armênia; o Bairro Chinês, em Belgrano; os coreanos em uma área do bairro de Flores conhecida como Baek-Ku; os bolivianos de Villa Lugano, Villa Soldati e Bajo Flores. Um especial destaque merece o bairro de Constitución, o que proporcionalmente mais recebe migrantes. Lá vive parte das colônias de bolivianos, peruanos, senegaleses e dominicanos. O entorno também abriga uma importante estação de trem que conecta a cidade de Buenos Aires à zona sul do *conurbano* (subúrbio), região que abriga uma significativa parcela dos bairros pobres da área metropolitana. Como veremos adiante, não por acaso aquele bairro abriga a sede da *Confederación de Trabajadores de la Economía Popular*.

Segundo o censo realizado em 2010 e publicado dois anos depois<sup>38</sup>, existem 381.778 estrangeiros vivendo na cidade de Buenos Aires. Tal número corresponde a 13% da população (INDEC, 2012). Esses migrantes estão majoritariamente concentrados na comuna 1, no centro-sul da cidade, e nas comunas 7 e 8, no sul da cidade. Se mirarmos a distribuição territorial desses indivíduos a partir da nacionalidade, veremos que existe um corte muito evidente entre a migração europeia e a latino-americana. Paraguios estão mais concentrados nas comunas 4 e 8, na zona sul da cidade. Os bolivianos também habitam aquela zona, porém majoritariamente

---

<sup>38</sup> Cabe destacar que, tendo sido realizado em 2010, o censo não captou o fluxo migratório de venezuelanos, intensificado a partir da segunda metade da década seguinte.



nas comunas 7 e 8. Já os italianos e espanhóis estão mais espalhados pela cidade, com uma maior presença proporcional nas comunas 2, 13 e 14, as mais ricas. Estamos falando de uma segregação espacial fundada na confluência entre raça, classe e nacionalidade. É mister ressaltar que os números aqui apresentados levam em conta tão somente a Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA), não incluindo os tantos migrantes que vivem na Área Metropolitana de Buenos Aires (AMBA).

A transformação de um determinado bairro, rua ou região da cidade em uma área identificada com uma nacionalidade qualquer nada tem de aleatória. Tais territórios são conformados a partir de redes de relações pessoais, sociais e/ou familiares vinculadas à cadeia de migração (SASSONE; MERA, 2007). Ou seja, geralmente um migrante escolhe uma determinada cercania porque lá encontrará uma rede de cuidado, proteção e acolhimento. Além do mais, nesses bairros, é possível manter parte dos costumes e tradições vinculados à cultura e à religião do país de origem, garantindo ao migrante um certo grau de senso de pertencimento. Apesar de esses espaços muitas vezes estarem inseridos em um sistema de segregação geográfica e social, é lá que essas pessoas encontram uma rede de acolhimento diversa que provê aquilo que muitas vezes o Estado e a sociedade de destino negam.

Pensar o migrante em Buenos Aires a partir do território não é algo banal. É preciso mirá-lo não como um indivíduo no espaço, mas como um indivíduo em uma rede de relações sociais que produz espacialidades (DE CERTEAU, 1994). Isso significa entender o migrante como um ator com capacidade de interagir com a cidade, desde e sobre sua materialidade, moldando sua geografia política e cultural. No caso específico de Buenos Aires, argumentamos que não se trata de uma cidade que recebeu e segue recebendo migrantes, mas uma cidade que foi e é feita, desfeita e refeita incessantemente por migrantes.

Tendo em vista o que aqui expusemos, iremos arquitetar este capítulo com o intuito de associar as discussões históricas e teóricas anteriormente expostas a dinâmicas políticas e sociais práticas por nós observadas durante o trabalho de campo realizado durante um semestre, em Buenos Aires, com uma organização de trabalhadores migrantes. Iniciaremos o capítulo com uma apresentação de parte da história das migrações para a cidade de Buenos Aires com um duplo objetivo: demonstrar a importância dos fluxos migratórios para a construção material e simbólica da cidade e demonstrar as diferenças existentes no processo de recepção e assimilação dos migrantes. Sobre este último ponto, escolhemos abordar os fluxos migratórios de judeus, italianos e bolivianos, justamente para destacar o complexo raça/etnicidade como

marcador das diferenciações entre os migrantes. Logo em seguida, adentraremos mais propriamente o nosso estudo de caso, a Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes da Confederação de Trabalhadores da Economia Popular. Para tal, iniciaremos apresentando a organização que elegemos estudar, o que necessariamente nos levará a dedicar algumas linhas ao tema da economia popular, uma vez que trataremos de migrantes que encontram em tal circuito econômico sua fonte de renda. Posteriormente, analisaremos a organização a partir de algumas chaves específicas. São elas: matrizes discursivas e campo político. Por fim, ainda exploraremos de que maneira tal organização articula escalas de ação a partir das ideias de espacialidade, tradução e difusão.

Desde já adiantamos algumas conclusões. A primeira delas diz respeito à efetiva diferenciação existente na sociedade de destino entre os fluxos migratórios. Esta é marcadamente vinculada ao racismo e ao imaginário nacional fundado sobre o ideal de uma Argentina branca. Tal diferenciação é interessante uma vez que não só o argentino branco incorpora essa categorização colonial que marca o outro como indígena ou negro, como também essa marcação do outro se torna necessária para a produção do branco argentino em oposição, por exemplo, ao indígena boliviano. Tal processo de retroalimentação pode ser entendido como uma “construção de subjetividades coloniais recíprocas” (TIJOUX; MANDIOLA, 2015). Dito isso, é preciso ressaltar que o que verificamos a partir da nossa observação em campo foi uma gradual mudança nas dinâmicas de etnicidade. Se outrora as culturas e as raças não brancas e não europeias, na Argentina, eram exclusivamente um elemento de marcação e marginalização, atualmente tais elementos passam por um processo de ressignificação levado a cabo pelos próprios migrantes e filhos de migrantes, tornando-os cada vez mais símbolos de resistência e ferramentas de articulação de lutas comunitárias.

Finalmente, adiantamos que, ao analisar a Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes a partir de um olhar interessado em observar as suas dinâmicas que transgridem fronteiras, encontraremos uma posição bastante ambivalente. A ambivalência do nosso objeto de estudo, como veremos, reside no fato de se tratar de um sindicato que também é confederação de movimentos sociais, uma organização nacional de atuação territorial e articulações transnacionais. Enfim, trata-se de complexidades próprias da vida social e que dificilmente poderão ser inteiramente captadas pelas teorias. Justamente por isso esse capítulo faz-se necessário para o estudo que estamos produzindo.

*Judeus Gaúchos*

Vamos dedicar algumas linhas para abordar a migração judaica para Buenos Aires, especialmente por conta da ambiguidade sobre a qual repousa a sua recepção no país de destino e porque a história do povo judeu está intimamente ligada a inúmeros fluxos migratórios que formaram a diáspora judaica. Como ficará evidente nas próximas páginas, a cor da pele sempre foi um elemento determinante para a forma como foram recebidas as pessoas na Argentina, uma vez que a questão racial sempre foi um ponto relevante para o imaginário nacional daquele país. Os judeus que chegaram a Buenos Aires, em sua maioria, eram brancos, mas não eram cristãos, o que acabava por lhes conferir uma localização singular dentro da sociedade receptora.

Os judeus começaram a chegar à Argentina na segunda metade do século XIX, fugindo da pobreza e do antissemitismo crescente na Europa. Em um primeiro momento, seu destino não era nenhum centro urbano, mas o interior, onde formaram algumas colônias rurais. A chegada do navio *Wesser* no porto de Buenos Aires, em 1889, trazendo 824 judeus do Império Russo, foi um marco para migração daquele povo para a Argentina (JMELNIZKY; ERDEI, 2005). Entre 1891 e 1896, cerca de dez mil judeus chegaram a Buenos Aires (AVNI, 1983). Tal fluxo seguiu crescendo exponencialmente com a chegada de sefarditas e asquenazim<sup>39</sup>, oriundos de diversas regiões, especialmente do norte da África e do leste da Europa. Os mais abastados abriram pequenos comércios, principalmente na região do Once. Já os despossuídos engrossaram o pujante exército de trabalhadores braçais. Muitos deles terminaram habitando o então bairro operário de Villa Crespo, nascido ao redor da *Fabrica Nacional de Calzados*, aberta em 1888, e da então chamada Boulevard Corrientes, que naqueles tempos começava a ser ocupada por famílias endinheiradas.

Mesmo após o endurecimento das leis migratórias, nos anos 1930, durante o governo militar do General Urriburu, o número de migrantes judeus continuou a crescer. Segundo o censo populacional de 1960 (DIRECCIÓN NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS, 1960), 275 mil pessoas se declararam judias, naquele ano, no território argentino. A enorme maioria era migrante ou filho de migrantes. Para termos uma noção da dimensão e importância do tal fluxo migratório para Buenos Aires, entre 1989 e 1950, havia ao menos 103 publicações

---

<sup>39</sup> Asquenazim é como comumente são chamados os judeus cujas famílias eram da Europa central. A palavra ashkenaz é um termo do iídiche antigo que se refere à Alemanha. Já os sefarditas são os judeus cujas famílias eram da península ibérica e do norte da África.

periódicas em ídiche, sendo que duas delas, o *Di Idische Tzaitung* (O Diário Israelita) e o *Di Presse* (A imprensa), foram impressas diariamente por mais de três décadas (DUJOVNE, 2007).

Em termos de integração e assimilação, os judeus que desembarcaram na Argentina receberam um tratamento ambíguo. Por um lado, em favor dos judeus, contava o fato de a maioria deles serem asquenazim de origem russa, ucraniana e polonesa, isto é, eram brancos. Por outro lado, suas peles claras não os livraram da onda antissemítica que tomou a Europa e o resto do mundo de assalto nas primeiras décadas do século XX. Buenos Aires foi a única cidade da América Latina onde houve um pogrom, que ocorreu em 1919, em meio à repressão ao movimento operário. Contra os judeus, muito especialmente os nascidos na Rússia, também pesava a paranoia antissoviética que assolava o mundo.

Tal relação entre argentinos nativos e judeus recém-chegados está registrada em uma interessante obra literária publicada em 1910: *Los Gauchos Judíos*, de Alberto Gerchunoff (1936). Nela, o autor trabalha tramando uma narrativa ao redor de uma dialética da manutenção e assimilação cultural. Dessa maneira, ele evidenciava uma Argentina que, para os judeus, podia ser interpretada desde o ponto de vista da terra prometida até a decepção com o antisemitismo real<sup>40</sup>.

A presença da comunidade migrante judaica era manifesta em vários espaços da vida social portenha. No que toca ao ativismo político, um famoso exemplo do início do século XX é Simón Radowitzky, um anarquista nascido no Império Russo. Em 1909, Radowitzky promoveu um atentado que assassinou o chefe da polícia da capital, um conhecido repressor do movimento sindical. Ele foi preso e posteriormente exilou-se no Uruguai. Na década de 1930, Radowitzky participou das brigadas internacionais que lutaram na Guerra Civil Espanhola e que neste trabalho já foram abordadas.

Outro exemplo interessante das atividades políticas desses migrantes foi apresentado por meio do levantamento produzido por Dujovne (2008) sobre as publicações judaicas de esquerda, no século XX, na Argentina. Elas revelam tendências locais e globais do campo político de esquerda em cada época. Na primeira década daquele século, essas publicações

---

40 É curioso notar que a figura do Gaúcho surgiu no século XIX, em um contexto de romantismo literário, como imagem do homem argentino do campo em oposição aos migrantes que lotavam os centros urbanos, uma evidente oposição entre a valorização do tradicional contra o moderno. Até hoje em dia o gaúcho é parte incontornável do imaginário nacional argentino. Ver FERRERAS, Norberto. Bandoleiros, cangaceiros e matreiros. Social Banditism historiography in Latin America reviewed. *História*. São Paulo, v. 22, n.2, pp. 211-226, 2003

podiam ser enquadradas, majoritariamente, nas categorias anarquista e socialista sionista, em consonância com a importância que esta tinha nos ciclos judaicos mundo afora e aquela tinha no movimento sindical. Já na década de 1920, foi vertiginosamente expandida a presença de publicações comunistas, um reflexo da Revolução Russa. Entretanto, o que realmente impressiona é a quantidade de publicações: Dojovne afirma ter identificado 337 publicações judaicas periódicas entre 1889 e 1989, sendo que 97 desses boletins, jornais e revistas podem ser considerados como de esquerda.

Se levarmos em conta o valor da cultura popular para a compreensão dos fenômenos sociais, então, na Argentina, o futebol é um fenômeno incontornável. Eduardo Galeano contou que o esporte nascido na Grã Bretanha chegou às margens do Rio da Prata como uma diversão dos jovens de elite, na segunda metade do século XIX, coincidindo com um período de intensos fluxos migratórios para aquela região. Se, em um primeiro momento, o caráter elitista estava explícito na proibição do uso da língua espanhola nas reuniões da Argentine Football Association, em um segundo momento, devido à sua inerente simplicidade, o futebol atravessou as fronteiras dos bairros ricos e tornou-se popular entre trabalhadores. Desde então, o esporte desempenha muitas funções, inclusive a de tradução de modos de vida. Trata-se de uma espécie de esperanto da bola que, como afirmou Galeano (1995), produzia entendimentos entre os trabalhadores expulsos do campo e os trabalhadores expulsos da Europa.

Quando pensamos nos símbolos da presença judaica em Buenos Aires, certamente nos vem à cabeça, entre outras coisas, o bairro de Villa Crespo e o Club Atlético Atlanta (CAA), desde os anos 1920 localizado na Rua Humboldt, a algumas quadras de distância do Cemitério da Chacarita. Ao contrário do Club Atlético River Plate, cujo primeiro presidente era Leopoldo Bard, um judeu, o CAA, cujos torcedores são apelidados carinhosamente de *Los Bohemios*, foi fundado sem nenhuma vinculação com a comunidade judaica portenha, no ano de 1904. Nos anos 1930, os migrantes judeus começaram a acompanhar o crescimento da cidade para o oeste. Villa Crespo tornou-se o destino de muitos deles. Em meados da década recém-citada, já eram aproximadamente 30 mil morando no bairro. Tal cifra significa que aproximadamente 30% dos judeus de Buenos Aires viviam entre o que hoje é a Av. San Martín e a Av. Córdoba (REIN, 2015).

A marcante presença judaica em Villa Crespo foi acompanhada do crescimento do interesse dessa população em relação ao clube do bairro. O futebol não era a única atividade da associação. Sua sede contava com uma biblioteca, piscina e espaços comuns frequentemente

utilizados para celebrar aniversários, comemorar datas patrióticas e sediar bailes, o que acabava por fortalecer os laços sociais dos moradores do bairro, migrantes ou não, judeus ou cristãos.

Em 1922, Osvaldo Simón Piackin tornou-se o primeiro judeu membro da direção do CAA; entretanto, foi na década de 1950 que a identificação entre clube e comunidade aqui abordada foi completamente solidificada. Para tal fim, a figura de León Kolbowski foi de fundamental importância. O famoso presidente, cujo nome está eternizado no estádio da equipe de futebol<sup>41</sup>, era um judeu polonês que chegou a Buenos Aires na década de 1920, fugindo da pobreza e do antissemitismo. Seu pai abriu um pequeno comércio no bairro do Once, e alguns anos depois a família mudou-se para Villa Crespo. Um de seus irmãos retornou para a Polônia e terminou como uma das milhões de vítimas do holocausto. Kolbowski casou-se com uma jovem judia romena e iniciou sua carreira profissional trabalhando com fotografia até conseguir abrir o próprio negócio.

A aproximação do Kolbowski com o CAA não se deu por amor, ao menos não por amor ao clube. Ele era militante do Partido Comunista Argentino (PCA) desde os anos da Segunda Guerra Mundial. Villa Crespo era um bairro onde o PCA logrou criar uma forte capilarização, especialmente entre os judeus. A organização chegou a ter uma das suas maiores seções reunindo-se apenas em ídiche. Entretanto, tal capilarização sofreu um revés após a ascensão de Perón à presidência da república. A partir dos anos 1940, o CAA aproximou-se muito do peronismo, inclusive sofrendo as consequências da desperonização que seguiu o golpe sofrido pelo general, em 1955. Naquele mesmo ano, por orientação do PCA, Kolbowski lançou sua candidatura e venceu a disputa pela presidência do CAA. No período em que Kolbowski esteve à frente da presidência, o CAA teve pela primeira vez um conselho diretor de maioria judaica, fixou sua identidade de clube judeu e progressista, construiu seu novo estádio e viveu seus anos de ouro no futebol. Não por acaso, em 1963, o CAA tornou-se o primeira equipe argentina a jogar uma partida de futebol no Estado de Israel.

Contamos um pouco da história da migração judaica para Buenos Aires a partir das memórias de um bairro e um clube que acabaram tendo suas identidades profundamente marcadas pelos laços com a comunidade em questão. A apresentação de uma breve biografia de Kolbowski também teve a mesma finalidade, uma vez que ela possui paralelos com a vida

---

41 O Estádio Don León Kolbowski, além de muitas partidas de futebol, já foi palco para grandes eventos políticos e de outros esportes. Em 1971, foi palco para uma luta do boxeador e ativista do movimento negro Muhammad Ali. O mesmo local também foi utilizado, em 1973, para o lançamento da candidatura presidencial de Héctor Cámpora, como parte dos preparativos para o retorno de Perón do exílio.

de dezenas de milhares de migrantes judeus naquela cidade. Certa ocasião, seu filho afirmou: “meu pai primeiramente foi ortodoxo, depois comunista e subseqüentemente um fã de futebol; e além do mais era judeu!” (REIN, 2015. p. 112). Ademais, chamamos a atenção para como o associativismo foi um elemento importante para os migrantes, no caso judeus, que chegaram à Argentina. Como veremos ao tratar dos bolivianos e italianos, cada comunidade migrante buscou, por diferentes caminhos, constituir associações exclusivas ou mistas que tratavam de reproduzir tradições da sociedade de origem, estabelecer laços de solidariedade e ajuda mútua, influenciar na vida política do país de destino ou mesmo perseguir algum grau de integração com a sociedade de destino.

### *Tanos e xeneizes*

Um segundo fluxo migratório que acabou por marcar decisivamente a política e a sociedade argentina foi o dos italianos. Tal movimento é comumente dividido em quatro ondas: a primeira, de 1876 a 1900; a segunda, de 1900 a 1918; a terceira, de 1918 a 1945; e a quarta, de 1945 aos dias atuais. Cada uma delas está vinculada a um momento histórico específico do país de origem: a epidemia de cólera na segunda metade do século XIX; a unificação nacional e a crise econômica que a acompanhou; o pré-guerra; as guerras mundiais (DEVOTO, 2008). É impossível saber ao certo o número de italianos que chegaram à Argentina, uma vez que até 1876 não havia nenhum tipo de recolhimento e sistematização dos dados relativos à migração. É o caso do pai do prócer nacional e criador da bandeira argentina Manuel Belgrano, genovês que chegou ao país no século XVIII e não teve sua entrada documentada. O que sabemos é que, apenas durante o século XIX, aproximadamente dois milhões de italianos chegaram à Argentina (SIGNORETTO, 2006), a maioria deles vindo do norte da Itália, uma preferência do governo sul-americano que reproduzia o preconceito contra os naturais do *Mezzogiorno*, em especial os napolitanos (DEVOTO, 2008).

“O argentino é um italiano que fala espanhol, pensa em francês e queria ser inglês”, supostamente afirmou Jorge Luis Borges, o maior escritor argentino e um dos maiores da língua castelhana (PEÑA, 2009). Sem dúvida, a influência daquele país fez com que a Argentina fosse o mais italiana das sociedades latino-americanas. A presença daquela comunidade em Buenos Aires pode ser percebida em variados espaços, e, segundo o governo da Cidade Autônoma de

Buenos Aires, existem mais de mil associações e instituições italianas ativas no território nacional (GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES, 2019).

Quiçá não exista no mundo uma localidade mais italiana fora da Itália do que a Boca. Não se trata de um bairro qualquer, mas de um dos mais importantes e tradicionais da cidade. Localizado no limite sudoeste da CABA, a Boca é assim chamada porque se encontra situada na costa da boca do Riachuelo, onde no século XIX operou o porto mais importante do país, por onde chegaram muitos italianos que ali mesmo se instalaram. Isso porque a região (a Boca e o bairro vizinho de Barracas) atraía indústrias e comércios variados devido à presença do porto (WEISSEL, 2008).

O primeiro italiano a chegar a Buenos Aires lá também morreu. Leon Pancaldo era um importante navegador genovês e foi um dos poucos sobreviventes da expedição de volta ao mundo liderada por Fernão de Magalhães. Em 1537, ele liderou uma expedição para o Vice-reinado do Peru. Devido a problemas com seu navio, acabou aportando na margem do Rio da Prata, no *Puerto de Nuestra Señora Santa María del Buen Aire*, aproximadamente um ano após a sua fundação, onde hoje se encontra o bairro aqui comentado. Poucos anos depois, ele morreu em condições desconhecidas (DE GANDÍA; FERNÁNDEZ REYNA, 1937). O que Pancaldo nunca poderia prever é que, alguns séculos após a sua chegada, aquela costa lamacenta e frequentemente invadida pela água devido às ferozes mudanças na maré seria o lar de dezenas de milhares de italianos, com destaque para os seus concidadãos genoveses.

Um fato curioso sobre a história da confluência entre a Itália e o bairro foi a fundação da República Independente da Boca. Em 1882, um grupo de trabalhadores italianos, insatisfeitos após uma greve e um longo conflito com as autoridades locais, resolveu declarar a independência da Boca, o que durou não mais do que alguns dias. Quando decidiram içar a bandeira da nova república, ninguém ficou surpreso ao ver uma evidente referência à bandeira de Gênova (ANADÓN, 2005).

O bairro é mundialmente conhecido por abrigar a sede e o estádio do Club Atlético Boca Juniors (CABJ), mas o que nem todos sabem é que o grande rival do CABJ, o Club Atlético River Plate (CARV), também nasceu na Boca, e que suas cores, o vermelho e o branco, são um tributo à bandeira genovesa. Fundado em 1901, o CARV saiu da Boca em 1938 e instalou-se na fronteira entre o bairro de Nuñez e Belgrano, perdendo assim seu vínculo mais direto com a comunidade italiana. Ao contrário, o CABJ manteve-se fiel ao bairro onde nasceu em 1905 como consequência de um sonho de seis adolescentes filhos de italianos. Até hoje os torcedores



do Boca seguem carinhosamente apelidados de *xeneizes*, ou seja, genoveses. A identidade italiana e operária segue sendo um orgulho para o clube.

A presença italiana em Buenos Aires não se resume ao bairro da Boca e à sua vizinha Barracas. Um bom exemplo é a transformação da *Plazoleta de los Portones* em *Plaza Italia*, no bairro de Palermo, no ano de 1906. Dois anos antes da mudança de nome, a *plazoleta* ganhou uma estátua em homenagem a Giuseppe Garibaldi, conhecido como “herói dos dois mundos”, figura célebre durante do chamado *Risorgimento*<sup>42</sup>. A construção foi paga com doações recolhidas na comunidade italiana. A praça, naquele início de século, era a primeira da cidade a receber o nome de um país de língua não espanhola, demonstrando assim a importância da colônia italiana para Buenos Aires (LLANES, 1977).

Nem só nas praças e sobrenomes é revelada a presença italiana em Buenos Aires. Ela está evidente nos sorrentinos (massa recheada muito parecida com um ravióli) de cada domingo, no *vitello tonnato* servido na ceia de natal, nas falas com as mãos e, principalmente, no *cocoliche* e no *lunfardo*. O primeiro é uma mescla do italiano oficial com alguns dialetos provinciais e o castelhano, tendo sido popularizado pelo teatro. Hoje em dia ele já caiu em desuso. Já o segundo é um dialeto de rua que segue popular e possui notória influência da língua italiana e suas variações provinciais. A disseminação do *lunfardo* deu-se por meio do tango, cujos compositores costumavam fazer amplo uso do dialeto (BIHAN, 2011). Ao fim, investigadores calculam que existam aproximadamente 200 palavras da língua italiana que foram incorporadas à linguagem popular rio-platense (ZANNIER, 1967).

A presença italiana na Argentina também se manifestou das mais diferentes formas na política. Os operários italianos, por exemplo, foram acusados de trazerem consigo as perigosas ideias anarquistas que inflamavam trabalhadores e, por algumas décadas, sustentavam a temida Federação Operária Regional Argentina (FORA). Não tardou para que aquele olhar para o italiano como elemento civilizador se tornasse um olhar amedrontado que associava os italianos ao anarquismo. Como bem afirma María Migueláñez Martínez (2010), naquele momento a questão social acabou por cruzar com a questão nacional.

Um bom exemplo desse cruzamento é Severino Di Giovanni, um dos mais conhecidos ativistas políticos do início do século XX. Italiano, Di Giovanni se aproximou do anarquismo ainda em sua terra natal, especialmente influenciado pelas ideias do seu conterrâneo Errico

---

<sup>42</sup> *Risorgimento* é o nome pelo qual ficou conhecido o processo de reunificação do Estado italiano durante o século XIX.

Malatesta. Devido às atividades políticas empreendidas, foi obrigado a fugir para a Argentina na década de 1920. Em Buenos Aires, ele participou de uma série de roubos e atentados, com destaque especial para o ataque à embaixada estadunidense como represália à prisão dos também anarquistas e italianos Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti, em Massachusetts (BAYER, 1989). Di Giovanni foi executado, na Argentina, em 1931. Antes de morrer, o ativista pôde testemunhar, na década anterior, a gradual contração do movimento anarquista. Isso ocorreu, em parte, por conta do crescimento do movimento comunista como consequência da Revolução Russa e, em parte, devido à duríssima repressão estatal sofrida pelo movimento operário argentino.

Se do lado dos migrantes italianos trabalhadores houve uma grande adesão aos ideais anarquistas, a partir da década de 1920, do lado dos migrantes italianos ricos ou enriquecidos, houve uma grande adesão ao movimento fascista. É preciso ressaltar que, naqueles tempos, uma parte dos migrantes italianos da primeira e segunda onda já haviam logrado ascender socialmente. Comerciantes e industriais italianos passaram a representar uma significativa parcela da burguesia urbana portenha. Boa parte deles abraçou o fascismo, seja pela possibilidade de afirmação e orgulho da nacionalidade italiana, ou mesmo para utilizar o prestígio internacional dos primeiros anos do regime fascista como atalho para acessar certos privilégios no Estado argentino. Talvez o caso mais exemplar seja o do industrial Vittorio Valdani, que liderou uma associação de empresários fascistas chamada “Grupo Italiano”. Ele também foi o fundador do mais importante jornal italiano em Buenos Aires, *Il Mattino d’Italia*, de linha editorial pró-fascista, que circulou até 1944 (SCARZANELLA, 2004).

Não livre de contradições, como, por exemplo, o preconceito contra os oriundos do *Mezzogiorno*, a regra geral, principalmente durante a primeira e segunda onda de migração, era o bom acolhimento aos “tanos”, como corriqueiramente são chamados os italianos e seus filhos na margem ocidental do Rio da Prata. Sua europeidade, catolicismo e branquitude eram bem-vindos e tinham muito a acrescentar à nação, pensavam os líderes locais. A prova disso é a permanência de uma série de festas, exposições e até um dia oficial para recordar a presença italiana na Argentina, o 3 de junho, dia do nascimento de Manuel Belgrano, prócer nacional anteriormente aqui já citado. A mesma hospitalidade não foi ofertada aos cidadãos dos países limítrofes, como, por exemplo, os bolivianos.

*Bolivianos e boliviantinos*

Se retornarmos ao poema de Juan Gelman, citado na página inicial deste capítulo, iremos perceber que o autor nomeia os migrantes italianos, turcos, árabes, russos, búlgaros, judeus, eslovacos, polacos e espanhóis. Nenhuma menção é feita aos peruanos, paraguaios e bolivianos. É bem verdade que, quando o poema foi escrito, o fluxo migratório daqueles países para a Argentina não era tão intenso como se tornou posteriormente. Tampouco era desprezível o ponto de não ser nem citado, cabe mencionar. O censo populacional divulgado em 1891 – muitos anos antes de Gelman escrever o poema – mostrou que menos de 20% dos migrantes que residiam na Argentina vinham de países limítrofes (Chile, Uruguai, Bolívia, Paraguai e Brasil), enquanto pouco mais de 80% eram europeus. Tal tendência foi aprofundada nas primeiras décadas do século XX e só começou a ser revertida a partir da metade do século (CASSANELO, 2014). Desde então, cresce o número de migrantes limítrofes e diminui o número de europeus. Segundo o último censo, de 2010, 81% dos migrantes que vivem na Argentina são oriundos de países vizinhos (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO, 2012). O mesmo censo indicou que são 345.272 os bolivianos vivendo na Argentina. Entretanto, acredita-se que o número seja significativamente maior, uma vez que há muitos indocumentados que não participaram da pesquisa. A escolha dos bolivianos pela Argentina também é confirmada pelo censo boliviano, que aponta que aquele país é o destino de preferência de aproximadamente 38% dos cidadãos que pretendem migrar. Em segundo lugar está o Brasil, com aproximadamente 13% (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2012).

Se a quantidade de bolivianos na Argentina mudou radicalmente com o passar das décadas, também houve uma transformação no padrão do fluxo migratório. De maneira geral, podemos afirmar que, no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os bolivianos que migravam para a Argentina se deslocavam rumo às províncias do norte, mais próximas do país de origem. Lá trabalhavam majoritariamente no setor agropecuário e mineiro. Inclusive, era comum um tipo de migração pendular, em que o trabalhador se deslocava para uma certa região onde trabalhava durante o período de colheita e depois retornava para seu país de origem. Com a inversão da tendência inicial, na segunda metade do século XX, os bolivianos migrantes começaram a se deslocar predominantemente para Buenos Aires (cidade autônoma e província, muitas vezes trabalhando na primeira e residindo na segunda). A partir de dados extraídos dos censos populacionais organizados pelos governos argentinos, Carina Cassanello

(2014) mostra que, em 1947, mais de 87% dos bolivianos viviam em Salta e Jujuy, as províncias localizadas na fronteira com a Bolívia. Já em 2010, aproximadamente 64% dos migrantes bolivianos na Argentina vivem em Buenos Aires (cidade autônoma e província) e aproximadamente 15% vivem nas províncias fronteiriças já citadas. Tal mudança foi acompanhada por duas transformações no padrão dos fluxos migratórios bolivianos. A primeira delas é a mudança no tipo de inserção laboral. À diferença do início do século XX, nas décadas mais recentes, a maioria dos bolivianos que chegam à Argentina acabam por trabalhar na área do comércio, da indústria manufatureira (especialmente a indústria têxtil), da construção civil ou na economia popular. A segunda transformação está relacionada com uma tendência global nos fluxos migratórios: a feminilização das migrações. Segundo Maria José Magliano (2009), as mulheres passaram a dividir com os homens o protagonismo nos fluxos migratórios como um todo, não somente no caso da migração boliviana. Em parte porque o crescimento dos estudos de gênero romperam a então recorrente invisibilidade da mulher migrante, em parte porque a mulher é uma das vítimas preferenciais da reestruturação produtiva que o capitalismo leva a cabo desde os anos 1970, a partir da ascensão e consolidação do modelo neoliberal, que acaba por suscitar processos de expulsão, como expusemos no capítulo anterior.

Tendo em vista o altíssimo número de bolivianos que migraram para a Argentina nas últimas décadas, é impossível não interpelar as motivações para o incremento de tal fluxo. Sobre esse tema, Natalia Gavazzo (2019) chama a atenção para a necessidade de um duplo olhar que compreenda os fatores de expulsão e de atração. No caso boliviano, o fator central de expulsão é a fragilidade da economia do país de origem, especialmente a partir do terceiro governo de Victor Paz Estenssoro (1985 - 1989), quando houve a implementação do corolário neoliberal e, como consequência, o aprofundamento da segmentação e fragmentação social. Sobre os fatores de atração, Gavazzo recorda que, entre 1991 e 2001, vigorou na Argentina uma política de convertibilidade entre o peso argentino e o dólar estadunidense, atraindo assim trabalhadores interessados em receber em uma moeda supervalorizada em relação ao peso boliviano, até 1986, e ao boliviano, de 1986 em diante. Cabe ressaltar que a crise econômica de 2008, que atingiu a Europa, também acabou por incentivar a migração boliviana para destinos regionais, como a Argentina. Isso porque um outro destino habitual dos migrantes bolivianos é a Espanha, país atingido em cheio pela crise de 2008, quando, então, se tornou economicamente menos atraente para os bolivianos que buscavam uma vida melhor (BABY-COLLIN; CORTES, 2014).

Tendo em vista que o deslocamento em massa de bolivianos para Buenos Aires se deu tardiamente em comparação com os outros fluxos neste texto citados, quando aqueles chegaram à capital argentina, a cidade já havia sido expandida em direção ao norte, ao sul e ao oeste da costa do Rio da Prata. Conseqüentemente, podemos observar que uma parte dos bairros com marcante presença da comunidade boliviana estão localizados na área metropolitana ou no extremo sul da cidade. Neste último encontram-se os bairros de Villa Lugano e Villa Soldati, que, segundo levantamento feito por Cassanello (2014), juntos, em 2001, abrigavam aproximadamente 45% da população boliviana que vive na CABA. Para efeitos comparativos, no bairro de Palermo, o maior e um dos mais ricos da cidade, vivem menos de 2% dos migrantes bolivianos. Dessa forma, fica evidente que, ao contrário dos judeus e italianos, quando se trata de habitação, a comunidade boliviana segue espacialmente muito segregada.

Como não poderia ser diferente, a presença boliviana em Buenos Aires também se manifesta no futebol. No ano de 1978, foi fundada a *Liga Desportiva Boliviana (LIDERBOL)*, uma associação cujo objetivo era organizar partidas de futebol entre times amadores formados por migrantes bolivianos. Posteriormente, também foram fundadas a Liga Deportiva Atlético La Paz e a Asociación Deportiva Simón Bolívar. O curioso é que uma parte das equipes era identificada com o local de origem dos jogadores e uma outra parte era identificada com o local de residência (GRIMSON, 2011).

A vida associativa dos bolivianos em Buenos Aires vai muito além e é muito anterior às associações desportivas. A primeira experiência de organização foi a *Asociación Boliviana de Buenos Aires*, fundada em 1933 por veteranos da Guerra do Chaco. Dois anos depois, foi criado o *Instituto Cultural Argentino Boliviano* (GAVAZZO, 2006). No contexto autoritário dos anos 1970, a solidariedade dos migrantes bolivianos em Buenos Aires foi forjada a partir de uma condição específica: a luta contra a remoção das *villas* (favelas) onde muitos viviam (GAVAZZO, 2019). Naquele momento, surgiram muitas associações de bairro não necessariamente de migrantes, mas por eles majoritariamente compostas. Gavazzo avalia que o resultado daquela contenda entre os moradores das *villas* e o Estado autoritário foi, ao mesmo tempo, o fortalecimento dessas organizações nas comunidades que conseguiram evitar sua remoção e o enfraquecimento das que não lograram obter o mesmo êxito. Após o fim da ditadura, já no novo período democrático, as associações bolivianas encontraram muito mais liberdade de ação e organização. Surge então, em 1995, a *Federación de Entidades Bolivianas (FACBOL)*, que logo se fragmentaria dando origem à *Federación Integrada de Entidades*

*Bolivianas* (FIDEBOL). É relevante notar que, apesar de as inúmeras associações de bolivianos em Buenos Aires terem um caráter eminentemente político, isto é, operam como atores em determinadas disputas sobre a organização da vida social, a enorme maioria delas prefere se definir a partir do seu propósito primário: cultural, esportivo ou econômico (GAVAZZO, 2019).

Apesar da inegável importância das inúmeras associações bolivianas vinculadas a moradia, esportes e trabalho, talvez o que mais represente e unifique a comunidade sejam suas belíssimas festas folclóricas que mesclam catolicismo e tradições quechuas e aimarás. Essas celebrações, normalmente auto-organizadas, fogem das folclorizações estereotipadas. Apesar de possuírem algumas diferenças entre si, de maneira geral, elas seguem os padrões dos festejos mais ilustres do país de origem: o Carnaval de Oruru, a Entrada Universitária e a Festa do Grande Poder em La Paz. Milhares de bolivianos moradores de Buenos Aires e de outras regiões do país, assim como filhos e netos de bolivianos, desfilam pelas ruas divididos em fraternidades, vestindo belos trajes festivos, tocando diversos instrumentos – incluindo o tradicional *siku* – e dançando coreografias próprias, como, por exemplo, a *morenada*, que representa a caminhada dos escravos negros em direção às minas que desde o período colonial rasgam o solo boliviano. O caráter religioso desses festejos é espontaneamente transbordado, tornando tais eventos espaços de sociabilidade nos quais alimentos são compartilhados, conversas são jogadas foras e flertes são lançados. Mais do que o próprio estabelecimento de redes de sociabilidade, essas festas representam uma afirmação da comunidade (ou das comunidades) boliviana(s) como sujeitos partícipes das redes culturais que dão vida à urbe, que fazem do terreno território, que fazem da Argentina um país mais híbrido e pujante do que o imaginário nacional gostaria de permitir.

Como já mencionamos, tais festejos contam com a presença não só dos migrantes bolivianos como também dos seus filhos e netos. Ao contrário do caso dos judeus e dos italianos, aqui já mencionados, o fluxo migratório boliviano não se encerrou no século XX. Tal característica conforma um cenário não livre de contradições no qual migrantes bolivianos convivem com filhos e netos de migrantes. Gavazzo (2019) chama estes últimos de boliviantinos, já que vivem em uma espécie de hibridismo identitário entre a argentinidade e a bolivianidade. O convívio entre os migrantes e seus filhos e netos acaba por configurar conflitos intergeracionais que se desenrolam nas mais distintas esferas da vida social e se manifestam desde o entendimento do que é correto e adequado durante as danças folclóricas até a escolha do parceiro amoroso (de dentro ou de fora da comunidade).

Terminamos de abordar brevemente a história da migração boliviana para a Argentina. Ao contrários dos europeus brancos, os *bolitas*, como são chamados depreciativamente, raramente são apontados como motivo de orgulho para a história argentina, muito pelo contrário: comumente a migração boliviana é tratada como um problema, seja para a segurança pública, seja para a economia. Tal ponto de vista é sustentado pela associação entre racismo e xenofobia que transpassa o imaginário nacional daquele país também como consequência da estatização da política. A referida associação também é materializada na segregação espacial e na desigualdade de renda vinculada aos postos de trabalho colocados à disposição dos migrantes oriundos de países limítrofes. Trata-se, portanto, de uma comunidade estigmatizada, isto é, depreciada a partir de uma atributo qualquer (GOFFMAN, 1975), no caso, o fenótipo que denuncia sua origem. Há, no entanto, uma outra dimensão da migração boliviana que não recebe tanta atenção no imaginário nacional: parte dessa comunidade compõe a base do que chamamos de economia popular.

#### *De frente para a Europa e de costas para os vizinhos*

A existência desta fração de capítulo deve-se à necessidade de expor dois pontos fundamentais para este estudo. O primeiro deles é a apresentação de Buenos Aires como uma cidade de migrantes, isto é, uma urbe criada e recriada a partir dos mais diversos processos migratórios que por meio do tempo fizeram aquele espaço um território de produção e reprodução da vida social. É bem verdade que um sem-número de cidades já foi destino e origem de fluxos migratórios; no entanto, o que torna a capital argentina uma cidade excepcional, como demonstramos nas linhas anteriores, é: a) a enorme quantidade dos assim chamados estrangeiros que, forçadamente ou não, lá buscaram construir suas vidas; b) a diversidade das origens desses fluxos; c) a notável permanência temporal da cidade como destino de fluxos migratórios; d) a colossal contribuição cultural dos migrantes para a construção das múltiplas e entrelaçadas identidades portenhas.

O segundo ponto que justifica a existência desta fração de capítulo é a exposição das diferenciações muitas vezes escondidas sob a categoria *migrante*. Para além da exposição das já comentadas contribuições políticas e culturais à cidade, a opção por apresentar três diferentes exemplos de fluxos migratórios teve como propósito demonstrar que eles não se diferenciam muito no que diz respeito à motivação da migração (crises econômicas – com exceção dos

judeus e armênios, que também sofriam perseguição étnica), condição econômica na chegada (despossuídos) e objetivos pessoais (buscar algum grau de autonomia econômica). Dessa forma, o elemento central do diferenciar entre os fluxos migrantes foi e continua sendo a raça como construção social derivada do poder colonial.

Quando afirmamos que, quando se trata do tema migração, a Argentina está de costas para os vizinhos e de frente para a Europa e que tal posição é fundamentada em um extenso e profundo racismo incrustado naquele Estado e sociedade, não incorremos em nenhum tipo de exagero. Tomemos como exemplo a afirmação proferida por Miguel Pichetto, senador, candidato derrotado a vice-presidente em 2019 e renomada figura política nacional: “Quanta miséria a Argentina pode aguentar recebendo esse imigrantes pobres? [...] Temos que deixar de ser tontos. O problema é que sempre funcionamos como ajuste social da Bolívia e ajuste criminal do Peru” (PICHETTO, 2016).

Pichetto busca fazer uma associação direta entre criminalidade, miséria e migração. Entretanto, a Organização Internacional para as Migrações (OIM), agência vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU), afirma que a migração não é um problema para a economia argentina, pelo contrário, os postos de trabalho ocupados pelo migrantes bolivianos, afirma o estudo, são considerados complementares e adicionais (OIM-CEMLA, 2004), sendo muitas vezes ofícios rejeitados pelos próprios argentinos devido à baixa remuneração e às condições de trabalho. Ademais, dentro de seu discurso xenófobo, Pichetto faz uma associação injustificada entre migração e criminalidade. Se observarmos os delitos julgados na cidade de Buenos Aires nos anos de 2010, 2011 e 2012, veremos que foram 1040 indivíduos condenados. Destes, apenas 23 eram bolivianos, 19 paraguaios e 64 peruanos (INADI; IPPDH, 2014).

Sendo assim, destacamos que, apesar de a condição de migrante ser um fato social total vivenciado por todos os migrantes, as relações de poder próprias das formas modernas de sociabilidade estão vinculada à sua nacionalidade, classe, raça e gênero. Em outras palavras, a condição universal do migrante é permeada por inúmeras particularidades. Do ponto de vista interessado em pensar a ação política que transgride fronteiras, que aqui assumimos, isso significa dizer que o ativismo desses atores, os migrantes, também se configura a partir das chaves aqui citadas. Tal afirmação pode parecer óbvia, mas não é. Isso porque, se por um lado podemos falar dos migrantes e das implicações suscitadas pela sua condição, por outro lado, quando vamos pensar a ação política desses grupos, é indispensável compreender que, para



além de migrantes, são homens ou mulheres, latinos ou europeus, negros ou brancos etc. Tal necessidade ficará evidente nas próximas linhas, ao abordarmos a organização dos trabalhadores migrantes da economia popular.

### 3.2 Um estudo sobre trabalhadores migrantes

Desembarquei em Buenos Aires no dia 09 de julho de 2019, data em que é celebrada a independência nacional. O meu plano era permanecer na cidade por quatro meses, no entanto, ao fim, fiquei quase seis. Poucos dias antes de partir do Rio de Janeiro, escrevi para um amigo boliviano que na primeira infância foi levado a Buenos Aires pela família e jamais retornou à sua terra natal. Foi ele quem me convidou para o lançamento de uma Secretaria de Trabalhadorxs<sup>43</sup> Migrantes, vinculada à CTEP. O convite virtual vinha acompanhado de um texto que reproduzo traduzido do castelhano ao português:

Aproximadamente 30% da população argentina somos trabalhadores da economia popular, em sua maioria imigrantes; neste setor se agudiza a precarização, a discriminação e a repressão institucional diariamente. Os e as imigrantes/refugiadxs somos e temos sido estigmatizados ao redor do mundo. Atualmente, os gestores das políticas neoliberais recrudescem as mesmas em favor dos seus negócios. Particularmente, na Pátria Grande, hoje estamos resistindo a governos como os de Mauricio Macri, Jair Bolsonaro e Iván Duque, que com suas políticas imperialistas marcam um forte retrocesso em matéria de direitos humanos contra as e os imigrantes/refugiadxs. Com esforço e muito trabalho em conjunto, estamos logrando que se reconheça as e os migrantes como verdadeiros sujeitos políticos. Por tudo isso, temos o prazer de convidá-lxs para o lançamento social e político da Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes, que será realizada dia 16 de agosto, às 15:00, na CTEP, Pedro Echague 1265 - CABA. Lutamos onde pisamos, imigrar não é crime!

Imediatamente percebi que era uma boa oportunidade não só para observar os sujeitos políticos aqui interpelados em ação, como para testemunhar o nascimento de uma nova organização. Isso posto, no dia 16 de agosto de 2019, me dirigi à rua Pedro Echague, número 1265, no bairro de Constitución, a poucas quadras de distância da estação de trens que todos os dias levam e trazem milhares de trabalhadores dos subúrbios ao sul da área metropolitana até a parte central da cidade. Ao chegar ao endereço indicado, encontrei um velho edifício com um pátio que outrora deve ter sido um estacionamento de uma manufatura ou depósito que

---

43 A Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes usa oficialmente a linguagem inclusiva, algo muito mais comum na Argentina do que no Brasil.

funcionava na casa de dois andares. Em frente, havia uma ambulância estacionada. Nela estavam desenhados o logotipo da CTEP e duas enormes cabeças: uma do Ernesto “Che” Guevara, guerrilheiro argentino mundialmente conhecido, e outra do Padre Carlos Mugica, mártir e sacerdote símbolo da militância pastoral nas favelas portenhas. No pátio havia aproximadamente uma dezena de barracas vendendo alimentos, bebidas e artesanato de países como Bolívia, Paraguai, Venezuela e Colômbia. Ao fundo, penduradas em um fio, as bandeiras de alguns países sul-americanos, a *Wiphala* e bandeiras com o logo da nova secretaria. No muro lateral, estavam pintados os rostos de Darío Santillán e Max Kosteki, dois jovens assassinados pela polícia, em 2002, perto da estação de trem de Avellaneda, no contexto da crise e dos protestos que tomaram conta da Argentina em 2001 e 2002. No outro muro, estava pintado o rosto de uma senhora lavando roupa e uma mensagem escrita: “isso que chamam de amor é trabalho não remunerado”. Ao fundo, um palco improvisado onde, entre outros, discursaram Esteban “El Gringo” Castro, secretário-geral da CTEP, Rafael Klejzer, secretário-geral da CTEP-Capital, e Alexander Angulo, um jovem militante colombiano que se tornou a principal liderança da STM. Após os discursos inaugurais, quatro senhores subiram ao palco com seus violões para apresentarem a execução de algumas tradicionais canções de protesto latino-americanas.

Passei aproximadamente três horas na sede da CTEP durante o evento de lançamento da STM. Nesse intervalo de tempo, encontrei meu amigo, conversei com alguns militantes e lideranças, comi uma arepa venezuelana e decidi que acompanhar as ações daquela organização poderia ser algo interessante para pensar um tipo de ação política que é ao mesmo tempo territorial e transnacional. Por pouco mais de quatro meses, frequentei reuniões da mesa política, participei de marchas e atividades culturais, assisti a cursos de formação e conversei com militantes e dirigentes da STM. Após voltar ao Rio de Janeiro, segui mantendo contato com Alexander Angulo e acompanhando as ações da STM pelas sempre bem atualizadas redes sociais da organização.

### *A Confederação de Trabalhadores da Economia Popular*

É impossível falar da recente história argentina sem mencionar o fatídico mês de dezembro do 2001 e a crise que naquele momento eclodiu de forma avassaladora. Recordemos que a agenda neoliberal avançou pelas mãos do presidente justicialista Carlos Menem, entre

1989 e 1999. Em tal período, foi adotada boa parte do corolário estabelecido pelo Consenso de Washignton, o que colocou a Argentina em consonância com o projeto global de reestruturação do capitalismo. Empresas foram privatizadas, o mercado foi desregulamentado, as legislações trabalhistas foram flexibilizadas, e a moeda foi ancorada no dólar. Domingues recorda que, naqueles anos, “a indústria caiu de 31 a 17% do PIB, com uma profunda desarticulação da estrutura produtiva e a dissolução da cadeia produtiva” (DOMINGUES, 2009. p. 106). Como consequência, a organização do trabalho sofreu fortes transformações, sendo que as principais foram o incremento da flexibilização e da precarização laboral (BATTISTINI; DINERSTEIN, 1995).

É nesse cenário que começa a ganhar visibilidade a economia popular. Isso porque, segundo Juan Grabois e Emilio Pérsico (2014), dois destacados dirigentes da CTEP, a economia popular é uma consequência da incapacidade do mercado de prover trabalho digno e remunerado a todos. Tal característica foi brutalmente acentuada a partir do incremento da flexibilização e precarização laboral decorrente da reestruturação produtiva neoliberal.

Mas afinal, o que é a economia popular? Provavelmente o primeiro a explorar tal conceito tenha sido José Luis Coraggio (1994), ao observar que na América Latina havia núcleos econômicos fundamentalmente familiares, dependentes do próprio trabalho e articulados em relações de parentesco. Esse núcleos econômicos, longe de serem resquícios pré-modernos, eram decorrentes do moderno modelo capitalista de produção e com ele conviviam. Para Grabois e Pérsico (2014. p. 33), a economia popular pode ser definida como “processos econômicos imersos na cultura popular, baseado nos meios de trabalho acessíveis e no trabalho desprotegido”. Trata-se de um processo de produção e circulação periférica de bens e serviços vinculado ao cotidiano do povo nas periferias, favelas e campos, assim como atravessado por identidades comunitárias, originárias e camponesas, em oposição à cultura hegemônica burguesa. Características essas que, somadas ao desprovisionamento de capital constante, acarretam o relativo afastamento da economia popular dos processos e normalizações relacionadas ao circuito vertical do empreendimento capitalista parasitário, estando, dessa forma, muito mais próxima do que Milton Santos (1979) chamou de circuito inferior. Referimo-nos a catadores, feirantes, ambulantes, artesãos, motoristas de vans, guardadores de carros, carpinteiros, trabalhadores de empresas recuperadas, organizações comunitárias e pequenas oficinas, “gente que sobra”(GALLIANO, 2020, p. 53). À diferença do chamado exército industrial de reserva, sempre apto a retornar ao mercado de trabalho, essas

peças, dentro da lógica utilitária do modo capitalista de produção, são afuncionais ou disfuncionais, nocivas ou irrelevantes, refugos de um sistema arquitetado para a exclusão.

Cabe ainda fazermos uma importante ressalva: economia popular e economia solidária não são a mesma coisa. Ainda que esta componha aquela (FRANÇA FILHO, 2013), a economia popular deve ser vista como um campo da economia, enquanto a economia solidária é um conjunto de tecnologias sociais baseadas no trabalho cooperativo e nas relações comunitárias (VARANDA; BOCAJUVA, 2009).

Segundo o Instituto Nacional de Estadística y Censo (2018), em 2017, 34% dos trabalhadores da Argentina eram informais. Boa parte dessa força de trabalho acabou encontrando nas atividades vinculadas à economia popular uma forma de sobrevivência. Grabois e Pérsico chamam atenção para quatro especificidades desse tipo de trabalhador: não são registrados, ou seja, trabalham em condições informais e não possuem acesso aos direitos trabalhistas garantidos aos trabalhadores regulares; são precarizados tanto quanto ou mais do que os trabalhadores regulares; na maioria das vezes são autônomos, o que não significa que usufruam de autonomia em relação ao mercado e à economia de maneira geral; são infraprodutivos, isto é, produzem menos do que poderiam uma vez que não têm acesso a novas máquinas e métodos de produção.

Os anos 1990 foram tempos desafiadores para os movimentos sociais latino-americanos. Fragilizados pelas novas formas que assumiu a articulação entre repressão, exploração e controle, as iniciativas de organização popular, incluindo os movimentos sociais, sucumbiram, foram domesticados ou buscaram algum grau de reinvenção e de extensão das suas capacidades de representação, tendo muitas vezes a terra e o território como problemas centrais e unificadores (SVAMPA, 2010). Nesse contexto, os trabalhadores da economia popular não foram exceção. De forma muito mais latente do que manifesta, surgiram organizações de trabalhadores de economia popular comumente vinculadas a determinados territórios: a favela, o bairro, a fábrica ocupada, só para citar alguns exemplos possíveis. Parte dessas organizações foram lentamente tecendo o que Breno Bringel e Alberto Falero (2008) chamam de novas horizontalidades, ou seja, articulações horizontais com algum grau de permanência temporal e impulsionadoras de novas formas de produção e circulação que transcendem a lógica puramente econômica.

Uma parte desses movimentos sociais que foram articulados de maneira latente nos anos 1990 logo conformou o que viria a ficar conhecido como movimento piqueteiro, em alusão a

um dos repertórios de confronto por eles mais mobilizado. O movimento era majoritariamente composto por desempregados e empregados precarizados, como os trabalhadores da economia popular. Além dos próprios piquetes, de maneira geral, ele também apresentavam três outras características marcantes: a dinâmica decisória assembleísta; a inscrição territorial; e a participação em *puebladas*, levantes comunitários que objetivam pressionar governos (SVAMPA; PEREYRA, 2003).

Em dezembro de 2001, eclodiu na Argentina uma crise política e econômica de enorme magnitude. Fruto da desastrosa política econômica promovida por Domingo Cavallo – em particular o abandono da autonomia cambial – a crise depauperou a população argentina, afetando especialmente as camadas mais pobres e a classe média. No ano seguinte, a taxa de desemprego chegou ao recorde histórico de 21,5%. Aproximadamente 755.000 argentinos perderam o emprego e 400.000 desistiram de procurar um trabalho remunerado (CLARIN, 2002). Como consequência da crise e da indignação acumulada na década neoliberal, eclodiu um gigantesco ciclo de protestos que derrubou quatro presidentes em um intervalo de doze dias. Estradas foram fechadas no interior do país, as ruas foram tomadas por jovens piqueteiros revoltados com o descaso do governo, e centenas de comércios foram saqueados por pessoas desesperadas. A reação dos governos foi desproporcional, resultando em centenas de presos e dezenas de mortos.

Foi desse caldo social, cozido no calor das ruas, que nasceu a CTEP. Como bem afirmou Grabois (2015), seu surgimento não foi nada espontâneo, mas fruto das vitórias e derrotas de muitos militantes que preparam as condições para o surgimento da organização. Dessa forma, a CTEP deriva do

reagrupamento do movimento piqueteiro, catador, camponês ou de empresas recuperadas, das construções territoriais, das pequenas cooperativas, dos milhares de trabalhadores populares desorganizados, mas com a experiência de luta do dia a dia, contando com a promoção de uma direção que se forjou no calor da resistência ao neoliberalismo e nas lutas sociais deste milênio (GRABOIS, 2015. p. 1).

De acordo com as afirmações de Grabois, podemos entender que a CTEP é fruto do acúmulo político prévio de alguns atores cuja agência se desdobra em associação com uma determinada estrutura econômica, política e social que estimulou a emergência de um novo tipo de trabalhador dentro do um circuito econômico inferior. Sobre o referido acúmulo político, Paula Abal Medina (2017) observa uma certa progressão que levou o trabalhador da economia popular da solidão do desemprego até uma incipiente institucionalização da sua condição,

passando pela ação direta e disruptiva das *puebladas* e piquetes. Tal progressão, ao nosso ver, é real, mas não deve ser entendida como evolutiva, linear e/ou necessária, mas como parte do desdobramento contingente e singular das ações coletivas na Argentina.

É preciso sublinhar que o surgimento da CTEP foi precedido por longos debates sobre o futuro do mundo do trabalho. Francisco Longa (2019) recorda que há muito já se falava sobre a criação de uma central dos movimentos sociais na Argentina. Ele também afirma que as forças políticas mais vinculadas ao kirchnerismo, que naquele momento governava o país, não viam muito sentido em despender esforços na construção de um organização de trabalhadores da economia popular. Baseados numa crença nada razoável no crescimento econômico dos anos que seguiram a crise argentina de 2001/2002, o núcleo duro que cercava Cristina Fernández de Kirchner argumentava que os trabalhadores da economia popular logo seriam absorvidos pela economia formal e abandonariam seus “bicos” e cooperativas. Tal projeção não poderia estar mais errada, o que foi comprovado após a crise econômica que assolou o mundo em 2008, em especial aqueles países que, como a Argentina, possuem a economia dependente da exportação de *commodities*.

A CTEP foi fundada em 2011, mais precisamente no dia 20 de dezembro. Naquele momento, os movimentos mais destacados que compunham a organização eram: *Movimiento Evita*; *Movimiento de Trabajadores Excluidos*; o *Movimiento Nacional de Empresas Recuperadas*. Posteriormente, somaram-se a CTEP a *Frente Popular Darío Santillán*, *Movimiento Popular La Dignidad* e *La Poderosa*.

A ideia que fundamentava a fundação da CTEP partia de uma leitura muito perspicaz sobre as transformações no mundo do trabalho e, como consequência, na representação dos trabalhadores:

A CTEP é necessária porque após dez anos de crescimento ininterrupto em nossa região, aprendemos que o melhora dos indicadores macroeconômicos, o aumento da produtividade, os desenvolvimento tecnológico e o incremento de investimentos não se traduz em trabalho formal e dignidade para todos os nossos companheiros. Compreendemos que no mercado capitalista não há e nem haverá lugar para nós (CTEP, 2019. p. 1).

A CTEP nasceu, portanto, com a pretensão de organizar e representar um sem-número de trabalhadores excluídos dos meios formais de representação sindical. Trabalhadores esses que, longe de caracterizarem um fenômeno marginal, consistem em uma das substâncias primordiais do atual modo capitalista, parasitário e excludente por excelência. Conscientes

disso, as lideranças que encabeçaram a construção da organização escolheram como primeiras palavras de ordem a frase “Somos o que falta” (Muñoz; Villar, 2017).

A organização não é nem um sindicato, nem uma central de movimentos sociais, mas um pouco dos dois. Sua condição é ambígua, e o que podemos afirmar com certeza é que ela foi forjada e é composta por movimentos sociais, isto é, organizações que promovem ações coletivas com algo grau de conflitividade entre elite e desafiantes, autoridades e manifestantes (TARROW, 1994). Em contrapartida, a CTEP origina-se reivindicando a tradição sindical argentina e com a pretensão de representar trabalhadores sem salário e sem patrão. À vista dessa ambiguidade, ela mesmo busca se apresentar como uma “organização gremial independente de todos os partidos políticos, representativa dos trabalhadores da economia popular e suas famílias” (CTEP, 2019). Nas palavras de Grabois (2015, p. 1), a CTEP é a “CGT dos excluídos”<sup>44</sup>. Ainda segundo o dirigente, a organização não deve ser interpretada como um coordenadoria de organizações, mas como uma associação gremial na qual os agrupamentos políticos atuam como tendências internas, às vezes produzindo consensos, às vezes disputando os espaços internos e as orientações políticas.

Apesar da pretensão de se tornar um sindicato, até 2020 a CTEP era legalmente registrada como associação civil. Todavia, no dia 21 de dezembro de 2020, onze dias após Alberto Fernández assumir a presidência da Argentina, nasceu a *Unión de Trabajadores y Trabajadoras de la Economía Popular* (UTEP). Em um encontro no ginásio do *Club Ferro Carril Oeste*, no bairro de Caballito, foi selada a dissolução da CTEP, da *Corriente Clasista y Combativa*, do movimento *Barrios de Pie* e da *Frente Darío Santillán*, assim como a reorganização dessas forças sociais sob a bandeira da UTEP. Enfim, a Argentina possui um sindicato dos trabalhadores de economia popular. Parte do dirigentes da UTEP acredita que agora, com o retorno dos peronistas ao governo – grupo político com o qual as organizações populares possuem alguma abertura ao diálogo – será possível lograr o antigo objetivo de integrar a CGT.

#### *A Secretaria de trabajadorxs migrantes*

Não há nenhum dado confiável que aponte a quantidade de migrantes que encontram na economia popular seu modo de subsistência, mas as conversas com as lideranças da CTEP, a

---

<sup>44</sup> Confederación General del Trabajo de la República Argentina, a CGT, é uma poderosa e histórica central sindical argentina.

observação rotineira das atividades da organização e o simples caminhar pelas ruas da cidade não deixam dúvidas: na Argentina, uma significativa parcela dos trabalhadores da economia popular é composta por pessoas oriundas de países vizinhos. Isso posto, é curioso observar que a CTEP tardou quase oito anos para fundar uma secretaria focada na tão presente condição migrante. Nas próximas linhas, apresentaremos a história da STM, apontando o contexto nacional de ataque aos direitos dos migrantes e as consequentes articulações políticas de resistência como os principais fatores que levaram a Argentina a passar por um processo de aumento da politização da condição migrante.

Para entender o porquê da fundação da STM, no ano de 2019, precisamos observar o episódio mais recente da luta por cidadania promovida por uma parte dos migrantes que vive na Argentina. Como já demonstramos neste capítulo, a história daquele país é marcada pela migração e pelo vai e vem do Estado com relação ao incentivo e ao impedimento de fluxos migratórios. Mesmo após a redemocratização, a Argentina continuou sob uma legislação migratória criada durante a ditadura. Apenas em 2003, durante o governo de Néstor Kirchner, foi apresentada e aprovada uma nova legislação que reconhecia a migração como direito humano essencial e inalienável, além de estender aos migrantes uma série de direitos sociais já garantidos aos cidadãos nacionais. Sete anos depois, já sob a presidência de Cristina Fernández de Kirchner, a lei foi enfim regulamentada, tornando-se uma referência internacional e recebendo o reconhecimento de diversas organizações, como por exemplo a Organização Internacional para as Migrações, que soltou nota afirmando que “a lei e sua regulamentação constituem um avance significativo em matéria de direitos humanos e dos e das migrantes” (ACNUR, 2010).

Em fevereiro de 2017, o presidente Mauricio Macri, de orientação política distinta dos Kirchner, baixou um decreto de necessidade e urgência (DNU) alterando a Lei de Migração. Juntamente com o decreto, veio a criação da Comissão Nacional de Fronteiras. A justificativa para as novas medidas foi um clássico do repertório discursivo xenófobo: a associação não comprovada entre migração e criminalidade. O DNU 70/2017 basicamente endureceu os controles migratórios e passou a permitir a deportação acelerada de migrantes que respondem a processo criminal, não importando se o indivíduo tem família, trabalho e laços sociais no país. Posteriormente, alguns políticos dos círculos próximos a Macri chegaram a aventar a aprovação da obrigatoriedade para migrantes de pagamento pela utilização de serviços públicos como hospitais e escolas.



Frente a tal adversidade, os migrantes não ficaram de braços cruzados. A partir de uma articulação entre diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil, foi formado o *Bloco de Trabajadorxs Migrantes* (BTM), que logo tratou de convocar uma campanha nacional chamada *Migrar no es delito*. O objetivo principal nada mais era do que a revogação imediata do DNU 70/2017. A estratégia dessa campanha estava apoiada em um tripé: o questionamento legal da constitucionalidade do decreto, a difusão virtual de materiais de propaganda e a mobilização para eventos de protesto.

O debate público do BTM, ainda que de maneira incipiente, foi com a primeira greve migrante da Argentina<sup>45</sup>, no dia 30 de março de 2017 – a data foi escolhida para coincidir com uma greve convocada pelas três maiores centrais sindicais do país. A paralisação teve razoável adesão, o que deu ânimo ao BTM para levar a cabo novas ações. É interessante observar a novidade apresentada por essa articulação. Se, como bem vimos, a história argentina é marcada pela participação de migrantes em diversificadas expressões de ativismo político, agora, pela primeira vez, verificou-se uma ampla articulação desses sujeitos em defesa dos próprios direitos como migrantes.

No dia 03 de junho, o bloco participou do ato convocado pelo coletivo *Ni Una a Menos*, uma marcha feminista em defesa da legalização do aborto e da vida das mulheres e de denúncia dos altos índices de feminicídio no país. Na ocasião, as integrantes do BTM alertaram que as mulheres migrantes são alvos preferenciais das políticas misóginas do Estado. Apesar de já estar articulado e em ação, o lançamento oficial do movimento só aconteceu de fato no dia 12 de novembro de 2017, em um evento chamado *Festival Migrante*, que incluía em sua programação uma mesa de debate com destacados defensores dos direitos humanos, uma série de apresentações artísticas e barraquinhas com alimentos de distintas nações, em sua maioria sul-americanas. Durante o evento, foi lida uma carta de apresentação:

Somos imigrantes auto-convocados, homens, mulheres e LGBTs, que nos reivindicamos como sujeitos políticos, contribuindo dia a dia para o desenvolvimento cultural e econômico dos países do mundo. Somos essas mãos negras, mestiças ou brancas que tocaram todas as fronteiras; caminhamos em cada um dos áridos e férteis solos, escalamos montanhas, atravessamos mares e rios; recorremos até o último canto dos cinco continentes. Compartimos nossas comidas, nossas línguas, nosso pão e nosso trabalho. Não há país no globo que não tenha habitantes com uma pele antagônica à oriunda. Somos as e os migrantes, que com dignidade,

---

45 Na história argentina, houve inúmeras greves com a participação de migrantes e até mesmo lideradas e protagonizadas por migrantes, entretanto a referida greve foi a primeira a ser convocada e coordenada por migrantes, tendo como tema central a defesa do direito humano de migrar.

luta e desde baixo, somos parte constitutiva da sociedade, como trabalhadores/as, somos também estudantes, profissionais, filhxs, mães e pais, somos vizinhos e vizinhas com múltiplas identidades convencidxs de que não existem fronteiras (RESUMEN LATINOAMERICANO, 2017. p. 1).

O lançamento oficial do BTM foi o último evento público da articulação naquele ano de 2017. Já no ano seguinte, a agenda de mobilizações foi intensa. Nos dias 30 de janeiro e 05 de março, foram realizados atos públicos em frente ao Congresso Nacional. No dia 09 de abril, houve uma grande marcha que saiu da Av. de Julho, uma das principais da cidade, e deslocou-se até a Casa Rosada. Tais eventos de protestos foram chamados de *Migrantazos*. No dia 24 de agosto, o BTM participou de uma audiência pública na Câmara dos Deputados cujo objetivo era debater o DNU 70/2017. Ainda em 2018, no dia 04 de setembro, data na qual a Argentina comemora o Dia do Imigrante, foi realizada a segunda greve migrante. Essa greve ainda foi repetida pela terceira vez no dia 13 de março de 2019.

Em fevereiro de 2019, ocorreu algo que acabou por dar mais visibilidade e força à campanha *Migrar no es delito*. Vanessa Gómez Cuevas é uma enfermeira peruana que viveu na Argentina por 15 anos. Lá ela casou, teve três filhos e construiu sua vida. Em 2013, Vanessa foi presa e condenada por tráfico de drogas. Ela cumpriu a pena estabelecida pela justiça e, posteriormente, graduou-se em um curso de enfermagem. Certo dia, uma patrulha policial foi até sua casa e pediu que ela a acompanhasse até a delegacia para assinar alguns documentos. Vanessa foi, levando seu filho mais novo, de apenas dois anos. Em casa ela deixou os seus outros dois filhos, de 5 e 14 anos. Ao chegar à delegacia, Vanessa foi presa sem receber nenhuma justificativa. Após passar duas noites com seu filho bebê trancafiada em uma cela sem luz e água, ela foi levada ao aeroporto de Ezeiza e colocada em um voo destinado a Lima, juntamente com a criança de colo. Vanessa, uma trabalhadora migrante, de 33 anos, foi presa, deportada e separada à força de seus dois filhos por ordem da *Dirección Nacional de Migraciones* (DNM). O caso ganhou notoriedade, e Vanessa recebeu o apoio de inúmeras organizações de Direitos Humanos. No dia 03 de julho daquele ano, o BTM voltou às ruas para uma marcha intitulada “*Basta de separar familias*”.

A partir da inserção da CTEP nessa experiência de luta e resistência forjada pela urgência do momento é que nasceu a STM. Como já foi dito, boa parte dos trabalhadores da economia popular são migrantes, por conseguinte, atores portadores de demandas próprias de redistribuição e reconhecimento que não são isoladas, mas articuladas de maneira interseccional. Ademais, a ameaça representada pelo DNU 70/2017 era um espectro que

continuava a assombrar esses trabalhadores. Sendo assim, a CTEP resolveu instituir uma secretaria voltada unicamente à atenção e à organização de trabalhadores migrantes, provendo assessoria jurídica, publicizando demandas coletivas e, se necessário, providenciando ajudas emergenciais. Dessa forma, a STM foi organizada a partir de uma direção política compartilhada, por eles chamada de mesa política, e de uma força tarefa de comunicação, a mesa de comunicação.

\*\*\*

Quando cheguei a Buenos Aires, pouco antes da fundação oficial da STM, a conjuntura do país era bem singular: crise econômica, expectativa política e mobilização social com baixo grau de conflitividade. Contrariando sua principal promessa eleitoral, o presidente Mauricio Macri não logrou a esperada estabilização da economia argentina. Em vez disso, o país vivia um cenário que mesclava alta taxa de inflação, baixo crescimento econômico e desvalorização real do salário mínimo. A crise atingiu, em particular, a classe média e os estratos mais pobres da sociedade. Faltavam alguns meses para as eleições, e o crescente descontentamento da população com a economia dava esperanças eleitorais à oposição peronista, recém-unificada sob a chapa encabeçada por Alberto Fernández e Cristina Fernández de Kirchner. A maioria dos movimentos sociais e sindicais eram, em maior ou menor grau, politicamente próximos do peronismo, ou ao menos da sua versão nacional-popular representada pelos kirchneristas. Dessa forma, levando em conta o cenário aqui apresentado, criou-se entre os dirigentes políticos e sociais uma espécie de entendimento coletivo velado sobre a necessidade de seguir com as mobilizações contra o governo e em defesa das demandas urgentes dos pobres durante a crise, ao passo que também era preciso garantir que tais mobilizações não abrissem espaço para nenhuma interpretação que associasse a oposição com qualquer tipo de radicalismo, algo que poderia ser eleitoralmente prejudicial.

Em uma conversa informal, um militante da STM afirmou que a organização tinha questões próprias para tratar, sendo a principal delas a luta pela derrogação do DNU 70/2017, entretanto, ela acabava sempre arrastada pela conjuntura, o que de fato pude verificar com meus próprios olhos. Naqueles meses de julho e agosto de 2019, devido à crescente crise econômica, a enorme maioria dos movimento sindicais e sociais estava engajada numa campanha por uma Lei de Emergência Alimentar (LEA). O objetivo era cobrar uma série de ações do governo para

minimamente garantir a segurança alimentar da parcela mais pobre da população, na qual está incluída a enorme maioria dos trabalhadores da economia popular, incluindo os migrantes. Assim sendo, a CTEP tratou de protagonizar as mobilizações. O primeiro passo foi a organização de *ollas populares*, isto é, enormes panelas nas quais geralmente são cozidos legumes e outras hortaliças, formando uma sopa ou guisado para alimentar a população necessitada. Tal ação coletiva é comum em Buenos Aires ao menos desde a crise econômica de 1989, quando *ollas* se espalharam pela cidade e pela província, muitas vezes abastecidas de alimentos saqueados pela população cuja fome não era maior do que seus laços de solidariedade (NEUFELD; CRAVINO, 2001). Além disso, juntamente com outras organizações, a CTEP participava das marchas que quase semanalmente tomavam a Avenida 9 de Julho, no centro da cidade.

No contexto da luta pela aprovação e implementação da LEA, um evento de protesto causou controvérsia. No dia 10 de setembro de 2019, faltando pouco mais de um mês para as eleições primárias, que na prática funcionam quase como um primeiro turno do pleito presidencial, diferentes grupos de militantes da CTEP deslocaram-se para ao menos três shopping centers da capital e realizaram atos públicos que incluíram discursos e panfletagens, uma versão do que no Brasil ficou conhecido como “rolezinho”. Os atos ocorreram sem maiores problemas, entretanto uma parcela dos grandes meios de comunicação se apressaram em responsabilizar Grabois, dirigente da CTEP e apoiador da campanha de Alberto Fernández que, dias antes, já havia causado polêmica defendendo publicamente um projeto de reforma agrária, tema sensível em um país no qual o agronegócio é historicamente um ator político extremamente poderoso. A polêmica criada em torno da ação fez com que Rafael Klejzer, secretário-geral da CTEP-capital, viesse a público afirmar que a escolha do método foi equivocada, que os atos nos shopping centers por ora não voltariam a acontecer e que Grabois não tinha qualquer responsabilidade sobre a organização e convocação do protesto (EL TRIBUNO, 2019).

No dia 18 de setembro, o Senado aprovou por unanimidade a LEA, que já havia passado pelo Congresso na semana anterior. Considerada uma vitória dos movimentos populares, a aprovação deu à STM tempo para poder enfim ocupar-se da sua auto-organização.

Ainda no contexto de luta pela aprovação da LEA, a STM conseguiu organizar um cine-debate, no dia 11 de setembro, às 16 horas, na Defensoria Pública da cidade. Para minha surpresa, quando cheguei ao local, deparei-me com um salão lotado, com aproximadamente 50

peessoas em plena tarde de quarta-feira. A liderança que controlava o uso do microfone avisou que demorariam meia hora para começar as atividades porque algo em torno de 30 companheiros estavam atrasados devido às interrupções que ocorriam na linha C do metrô.

Com um atraso um pouco maior do que o anunciado, a atividade começou com uma pequena palestra proferida por Pablo Ceriani, professor, advogado e defensor dos Direitos Humanos. Em seguida, foi exibido um episódio de uma série produzida pelo canal HBO, chamada *Héroes Cotidianos*. O capítulo *Las Patronas* tratava de um grupo de mulheres mexicanas que se organizavam para cozinhar e distribuir água e alimentos para migrantes da América Central que cruzavam o México de trem rumo aos EUA. Essencialmente, o episódio tratou de, ao mesmo tempo, lançar luz sobre o suplício daqueles que precisam cruzar fronteiras com o intuito de buscar meios de subsistência e sobre a ação puramente solidária de mulheres que ajudam pessoas desconhecidas em encontros que não duram mais do que poucos segundos.

Após o fim da exibição, houve uma breve exposição de um representante do setorial da CTEP dedicado exclusivamente aos trabalhadores de rua. Em seguida, começou a atividade coletiva de microfone aberto. Todos em roda, e o microfone circulava de mão em mão. Não havia lista de espera nem controle do tempo, apenas a liberdade para discorrer sobre o que achassem devido. Naquele momento, tive a oportunidade de escutar vários depoimentos que revelavam um pouco da história de cada um ali, além de retratar bem quem eram os migrantes que estavam se organizando na STM. A faixa etária era variada: crianças de colo, adolescentes, adultos e idosos. O número de mulheres e homens era aproximadamente igual. Já a distribuição de nacionalidades era díspar: a maioria dos que lá estavam eram bolivianos, mas também havia peruanos, paraguaios, chilenos, uruguaios, colombianos e um brasileiro que chegou a Buenos Aires ainda bebê. Os nascidos em território argentino eram poucos: meia dúzia de dirigentes políticos, alguns jovens filhos de migrantes e um líder religioso protestante com um lenço verde amarrado em sua maleta, simbolizando o apoio à legalização do aborto.

As narrativas pessoais surgiam estimuladas pela história dos migrantes da série. Uma delas emocionou de forma especial a mim e ao resto dos presentes. Um senhor boliviano de aproximadamente 70 anos contou como foi chegar a Buenos Aires, com a esposa e um filho pequeno, tendo apenas 6 dólares no bolso. As lágrimas escorreram nos olhos de muitos dos presentes no salão. A impressão era de que as narrativas compartilhadas produziam identificação coletiva. Cada um ali parecia reconhecer no sofrimento do outro o seu próprio. Os laços de solidariedade pareciam fortalecidos a partir da troca de experiências que, por sua vez,

se davam a partir do compartilhamento de um sistema de códigos e imagens totalmente cognoscíveis apenas para aqueles que sentiram na própria pele o fato social total do ser migrante.

Após o fim do cine-debate, uma parte dos presentes nos deslocamos para um bar autogestionado pelos trabalhadores da economia popular, no bairro de San Telmo. Sentaram à mesa três dirigentes da STM (um colombiano, uma paraguaia e um argentino), eu e algo em torno de oito senhoras bolivianas. Faltando pouco mais de um mês para a eleição presidencial na Bolívia, o assunto veio à tona de maneira quase natural. Antes de mais nada, é preciso recordar que centenas de milhares de bolivianos vivem na Argentina. Ademais, segundo as regras eleitorais do país andino, o voto no exterior é permitido para o bolivianos que vivem de forma legal nos seguintes países: Argentina, Brasil, Espanha, EUA e Itália. Tendo em vista que, na Argentina, os migrantes que possuem residência permanente regularizada também podem votar nas eleições provinciais<sup>46</sup>, no mês de outubro de 2019, boa parte da comunidade boliviana de Buenos Aires estava sob uma singular condição: aptos para participar de duas eleições distintas, em dois países distintos, no mesmo mês.

Não foi necessário muito tempo para perceber que todas as senhoras bolivianas sentadas à mesa eram entusiasmadas apoiadoras da reeleição do presidente Evo Morales. Logo após o pleito eu descobriria que elas não eram uma exceção, mas a regra. 98.458 bolivianos votaram em território argentino, sendo que mais de 65 mil apenas em Buenos Aires. 82,52% do total dos votos foram destinados à chapa de Evo Morales, contra 8,71% da principal chapa opositora (CLARIN, 2019). Sendo assim, a vitória do partido Movimento ao Socialismo (MAS), na Argentina, foi arrasadora.

Uma das senhoras abriu uma mala e dela retirou vários sacos plásticos com porções individuais de arroz, frango e salada. Após todos recebermos os alimentos, começaram as conversas sobre como andavam as ações de campanha nos bairros onde a maior parte da comunidade boliviana vivia. A comensalidade logo fez a temática estritamente política ser transbordada, e as senhoras começaram a me encher de perguntas sobre o Brasil, que iam desde as motivações para a prisão do presidente Lula, muito querido por todos, até o nome do bairro mais conhecido do Rio de Janeiro, homônimo de uma cidade boliviana.

---

46 Não é garantido ao migrante o direito de votar para presidente. Já para os outros cargos, a extensão do direito varia de acordo com a província. Nos casos específicos da CABA e AMBA, é possível votar para chefe de governo (governador), legisladores provinciais e comuneiros.

O golpe sofrido por Evo Morales reverberou com especial força em Buenos Aires<sup>47</sup>. Seguindo os anseios de uma base majoritariamente boliviana e apoiadora do MAS, a STM foi uma das organizações que tomaram a dianteira na convocação e organização de atos em repúdio aos acontecimentos recém-ocorridos. Pouco tempo antes, a secretaria também participou de uma marcha em solidariedade ao povo chileno, que se levantou contra as medidas neoliberais do governo de Sebastián Piñera. Essa marcha, entretanto, não teve o mesmo grau de mobilização daquelas contra o golpe na Bolívia. Isso porque o número de bolivianos em Buenos Aires é imensamente maior do que o de chilenos e porque Evo Morales era uma figura de destaque para o campo nacional-popular do qual faz parte uma considerável parcela das organizações que compõem a CTEP.

Particpei de duas marchas em repúdio ao golpe na Bolívia. Ambas tiveram roteiros semelhantes: concentração no famoso obelisco da Av. 9 de julho e uma marcha de pouco mais de 1 quilômetro, pela Av Corrientes, até a Embaixada da Bolívia. Inúmeras *Wiphalas* se misturavam as bandeiras de partidos e movimentos. Os ambulantes vendiam desde o *choripan* argentino até a *huminta* boliviana. Muitos bolivianos, diferentemente do que estamos acostumados a ver no Brasil, participaram das marcha juntamente com suas famílias. Ao contrário do que aconteceu semanas antes, na marcha de apoio às manifestações no Chile, desta vez os partidos trotskistas, minoritários na esquerda, não compareceram. O sentimento geral de apreensão com a conjuntura política boliviana era claramente perceptível. Alguns migrantes bolivianos me confessaram o temor de que o novo governo iniciasse represálias contra seus amigos e parentes militantes e apoiadores do MAS que ficaram na Bolívia.

Alguns dias após o cine-debate, antes mesmo das marchas de repúdio ao golpe na Bolívia, fui convidado para participar de uma reunião da mesa política que objetivava organizar uma série de atividades de formação de quadros, chamados de “promotores” pelos dirigentes políticos. Em uma tarde de sexta-feira, reuniram-se na sede da CTEP algo em torno de vinte pessoas: dirigentes da organização, advogados, acadêmicos e ativistas da sociedade civil. Foram organizadas quatro sessões diferentes que seriam apresentadas aos futuros promotores. Estes deveriam replicar em seus bairros o que lhes fora ensinado. As sessões de debate giravam em torno de temas como direitos humanos, movimentos sociais, organização política, migração e refúgio. Particpei de alguns desses debates e pude comprovar que a presença dos militantes

---

47 Não há consenso sobre o caráter da transição governamental na Bolívia, em 2019. Sob o nosso ponto de vista, houve uma ruptura institucional baseada no uso da força e lastreada pelos interesses de uma elite descontente, demofóbica e muitas vezes racista. Por conseguinte, qualificaremos o ocorrido como um golpe.

não era nada insignificante, e era real a convicção dos dirigentes da CTEP sobre a necessidade de qualificar seus quadros para a manutenção e o desenvolvimento da STM<sup>48</sup>.

Essas foram as atividades da STM que presenciei antes de voltar ao Brasil. Mesmo a distância, segui acompanhando as ações da organização e conversando com alguns dos seus dirigentes. Enquanto escrevo este capítulo, a STM está inteiramente mobilizada em decorrência da pandemia do novo coronavírus, uma vez que os trabalhadores da economia popular são um dos grupos economicamente mais vulneráveis durante a quarentena, especialmente aqueles que são migrantes<sup>49 50</sup>. Conseqüentemente, a STM está recolhendo doações de alimentos, organizando *ollas populares* e realizando uma campanha para que a ajuda econômica emergencial que o governo argentino oferece para os nacionais, migrantes e refugiados regularizados seja também estendida para aqueles tantos que não conseguiram regularizar sua situação legal no país. Além disso, a STM busca apoiar os tantos migrantes que resolvem fazer o intrincado retorno aos seus países de origem por motivos vinculados à pandemia.

---

48 Naquela reunião foram produzidos aqueles que seriam os primeiros panfletos da STM. Impressos em uma metade de folha A4 dobrada ao meio, o panfleto continha, na parte da frente, o emblema da STM e as frases: “Migrar é um direito humano!”, “Se luta aonde se pisa!”, “Somos a Pátria Grande!”. No interior havia o seguinte texto cuja tradução reproduzo na íntegra: “A Secretaria de Trabalhadorxs Migrantes nasce da iniciativa das organizações sociais que conformam a CTEP como resposta às políticas anti-imigratórias que está desenvolvendo o atual governo de Mauricio Macri na Argentina. Temos como objetivo a defesa dos direitos dos e das trabalhadorxs imigrantes e refugiados/as em todo o seu alcance legal, queremos proteger nosso direito de migrar sem sermos discriminados ou criminalizados. Assim mesmo, denunciemos a precarização laboral a qual o sistema nacional nos condena. Nos últimos anos o aumento desmedido das tarifas de trâmites legais e documentação, somado à criação do sistema RADEX em 2019, transformaram em inalcançável o acesso ao documento nacional de identidade, seja por falta de recursos, seja pela demora dos trâmites na *Dirección Nacional de Migraciones* (DNM). Por estas razões, buscamos que se anule o DNU 70/2017, já que este permite a expulsão de imigrantes, separa famílias inteiras e viola nossos direitos humanos fundamentais. Desta maneira, lograremos que os/as migrantes sejamos verdadeiros sujeitos políticos na Argentina”. Na parte traseira do panfleto, estavam listados alguns direitos da pessoa imigrante segundo a lei de migrações argentina (Lei 25871): 1- receber atenção médica; 2- estudar; 3- trabalhar; 4- ter acesso à justiça; 5- acessar benefícios da previdência social; 6- receber informações em seu idioma; 7- trazer sua família para viver consigo.

49 Em meia à pandemia, um veículo digital de comunicação popular publicou o relato de um migrante senegalês em Buenos Aires. Papa Diaw vive no bairro de Flores, em um apartamento dividido com outros trabalhadores senegaleses. Ele trabalha como vendedor ambulante e está impossibilitado de exercer sua ocupação e de frequentar as aulas de espanhol oferecidas pelo BTM. Suas maiores preocupações são seus conterrâneos que, como ele, estão impedidos de sair de casa para exercer seu ganha-pão; e a impossibilidade de enviar dinheiro para sua esposa e filho, que ficaram no Senegal. Ver: [https://www.marcha.org.ar/la-pandemia-desde-el-pie-cronica-de-la-migracion-senegalesa-en-flores/?fbclid=IwAR3j0Jdvq6zPISGe9jXT1YL-hogE\\_TfMX6VX8Ijn5XYzkheAiLShTM\\_uo3F8](https://www.marcha.org.ar/la-pandemia-desde-el-pie-cronica-de-la-migracion-senegalesa-en-flores/?fbclid=IwAR3j0Jdvq6zPISGe9jXT1YL-hogE_TfMX6VX8Ijn5XYzkheAiLShTM_uo3F8)

50 Numa pesquisa feita com 1000 migrantes que vivem na Argentina, durante o isolamento obrigatório imposto pelo governo federal, apenas 28% responderam que estava formalmente empregados. 58% dos entrevistados disseram que deixaram de receber salários, sendo que, desses, 77% afirmaram não estar recebendo nenhum auxílio do governo. Ver: <http://revistaanfibia.com/ensayo/migrantes-la-cuarentena-imposible/>



### 3.3 MATRIZES DISCURSIVAS E CAMPOS POLÍTICOS NA CONSTRUÇÃO DA CTEP

Como analisar a identidade de uma recém-criada organização política a partir das ferramentas que a sociologia nos oferece? Acreditamos que podemos desenvolver tal tarefa por dois caminhos distintos, porém articulados: a observação das matrizes discursivas e a localização nos campos políticos existentes.

Em primeiro lugar, precisamos compreender a Política para além da ideia weberiana de uma ação que seja preferencialmente orientada eticamente e que ambiciona influenciar os rumos da associação política tipicamente moderna: o Estado. Sendo assim, vamos assumir que ela é, sim, uma disputa de força, mas que extrapola, e muito, os limites do Estado, uma vez que sempre objetiva a manutenção ou a transformação do mundo social, algo que não se encerra em fronteiras que delimitam territórios, burocracias e exercícios de força legitimados. Dito isso, acreditamos que a ideia de campo político nos pode ser de grande serventia não só para produzir uma espécie de cartografia das relações políticas, mas, principalmente, para compreender as relações intracampais, isto é, as disputas e os arranjos que ocorrem dentro de um determinado grupo que possui algum grau de comunhão dos desígnios.

Para engendrar tal discussão, podemos nos apoiar parcialmente na leitura de Bourdieu sobre os campos políticos. O campo, enquanto categoria, começou a ser pensado por aquele sociólogo para “indicar uma direção à pesquisa, definida negativamente como recusa à alternativa da interpretação interna e da explicação externa” (BOURDIEU, 2012. p. 64) . Isto é, uma tentativa de rejeição do formalismo e do reducionismo e uma afirmação do campo de produção como espaço social de relações objetivas. Trata-se de uma evidente ruptura com a comum percepção do mundo social a partir de relações imediatamente visíveis entre os agentes, que terminavam por mascarar as relações objetivas entre as posições por eles ocupadas.

Sem mais demora, explicitamos o que nos é central: o campo é um espaço estruturado de posições, relativamente autônomo, geralmente impulsionado por indivíduos destacados que estabelecem novos conteúdos e relações de poder entre os atores (BOURDIEU, 2003). Esses atores, indivíduos ou instituições, possuem interesses fundamentais e se relacionam incessantemente entre si. Essas relações são fundamentalmente influenciadas pela posição que cada um ocupa dentro do campo, isto é, a posição de poder calcada na parcela (não fixada)

correspondente a cada um, dentro da distribuição interna de capital específico. Dessa forma, cabe notar que, no projeto bourdiesino, estranhamente, não é possível verificar algum tipo de interação direta entre os agentes, somente ocorrendo interação entre posições (de poder) dentro do campo (DOMINGUES, 2014).

Especificamente sobre o campo político, Bourdieu afirma que

o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de consumidores, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção [de uma representação do mundo social] (BOURDIEU, 2012. p. 164).

Apesar do que reconhecemos como uma tendência global de avanço de um processo de procedimentalização da democracia, o que acaba por retirar dela o seu conteúdo de fato democrático, acreditamos que ainda é cedo para tratarmos os cidadãos não mais como sujeitos, mas como sujeitados políticos reduzidos a meros consumidores. Por outro lado, estamos de acordo com Bourdieu quanto ao campo político como espaço de produção do que ele chama de “produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”, mas que também podemos ler como discursos e práxis politicamente orientados que podem representar – e, ao nosso ver, também prefigurar – o mundo social.

É preciso pensarmos o campo político como um espaço de produção do mundo social sem esquecer que tal espaço não é fixado, mas sim se encontra em constante disputa pelos agentes. Os rumos dessa contenda são resultado das relações estabelecidas entre os subcampos políticos, isto é, as distintas posições dentro do campo.

Há diferentes formas de observar as divisões no campo político, sendo que, na modernidade herdeira da revolução francesa, a divisão entre direita e a esquerda se tornou a forma mais habitual. Não obstante, sem negar a importância de tal divisão, acreditamos que ela pode esconder uma enorme diversidade de variáveis que compõem um determinado campo. É por isso que escolhemos delimitar os campos a partir das matrizes discursivas que influenciam diretamente as interpretações e interpelações sobre o mundo social.

Antes mesmo da análise de discurso ganhar o prestígio e a influência que possui hoje em dia, o sociólogo brasileiro Eder Sader (1988) analisou o surgimento de novos atores sociais

a partir da identificação da matriz discursiva que por eles foi incorporada e transformada. Nas palavras do próprio estudioso:

os diversos discursos que lemos e escutamos numa sociedade num dado período [...] podem ser remetidos a matrizes discursivas que compõem, nessa sociedade e nesse tempo, um modo - e suas variações - de nomear seus problemas, objetivos, valores. Embora se expressem, através do discurso, os antagonismo e mecanismo de poder que constituem as lutas sociais, não iremos encontrar sistemas compartimentados que separem de modo absoluto modelos discursivos de uns e outros (SADER, 1988. p. 59)

Pois bem, o que Sader afirma é que aquilo que é falado e como é falado, assim como aquilo que não é falado ou falado de forma dissimulada, compõe um imaginário, isto é, um sistema simbólico capaz de prover sentido às condições de existência. A emergência de uma dada matriz discursiva significa que houve uma fixação parcial de um sistema compartilhado de referências por meio do qual é possível interpretar o mundo e as aspirações individuais de cada um, assim como articular tais aspirações sob um mesmo projeto político.

Descortinar a matriz discursiva da CTEP e mais especificamente da STM não é algo exatamente simples. Em primeiro lugar, notemos que tais organizações não objetivaram estabelecer uma nova matriz discursiva, pelo contrário, são diretamente tributárias de uma longa e heterogênea tradição que podemos nomear como nacional-popular. O termo nasceu do pensamento de Antonio Gramsci, primeiramente como um adjetivo. O marxista italiano notou a ausência de uma caráter *nazionale-popolare* na literatura de seu país (SCHIRRU, 2019). O que lhe interessava, no entanto, não era a literatura diretamente, mas o papel do intelectual na construção da nação e do povo. Com isso, Gramsci começava a reabilitar um debate sobre o povo e a nação que, naquele momento, era um tanto marginalizado entre os marxistas europeus, tendo em vista o relativamente recente fracasso da II Internacional, às vésperas da I Guerra Mundial, justamente por conta da capitulação de parte da esquerda frente a um nacionalismo de tipo chauvinista e reacionário.

É importante destacar que a nação, tema sobre o qual já discorreremos, é uma das subjetividades coletivas que por excelência caracterizam a modernidade (DOMINGUES, 2009). Na América Latina, durante os séculos XIX e XX, o Estado foi o maior promotor do esforço de criação das nações que, ao contrário da Europa, não foram forjadas nas guerras, ou o menos não na guerra a inimigos externos, outros Estados, mas sim a inimigos internos, os negros e indígenas. Tal esforço só pôde ser concretizado de fato a partir dos anos 1930, em um processo no qual a educação e as políticas culturais foram elementos centrais. Em tais giros

modernizantes, promovidos pelos Estado latino-americanos, os projetos nacionais tendiam quase sempre a homogeneizar a enorme diversidade cultural encontrada na região, apagando, subalternizando e até mesmo aniquilando as múltiplas identidades que compunham o leque cultural latino-americano. Dessa forma, a histórica marginalização de indígenas, negros e mestiços foi incorporada nos projetos nacionais não necessariamente como discurso oficial, mas como prática cotidiana.

O impulso modernizante alavancado pelos Estados não só engendrou identidades nacionais como tratou de integrar as massas, produzindo um movimento de passagem da *plebes* ao *populus* (LACLAU, 2013). Os governos que perpetraram algum grau de rompimento com o regime oligárquico, de Cárdenas, no México; Vargas, no Brasil; Perón, na Argentina, não eram passíveis de enquadramento nas categorias então vigentes: capitalismo, socialismo e fascismo. Dessa forma, acabaram sendo chamados de populistas, categoria essa cunhada por Germani (1971) e utilizada para conceituar governos considerados autoritários que se apoiavam na mobilização das massas outrora excluídas. O fato é que, décadas após começar a ser utilizado, tal conceito padece de uma impressionante polissemia tanto no seu uso analítico como no uso nativo.

Independente dos múltiplos pontos de vista sobre os referidos regimes, o que nos importa observar é que, naquele momento, houve um duplo movimento articulado de incorporação das massas à política e de formação da nação como comunidade imaginada. Evidentemente, tal processo, que envolveu boa parte da América Latina, possui especificidades vinculadas a alguns eventos nacionais, como é o caso da Revolução Mexicana de 1910 e da Revolução Boliviana de 1954; ou a alguns processos políticos sociais, como o surgimento do peronismo, na Argentina, sustentado na associação simbólica entre Perón, pátria e povo (DOMINGUES, 2013). Tais particularidades, por mais importantes que fossem, não apenham o que esse processo narrado apresenta em comum: a criação de uma matriz discursiva e de um campo político nacional-popular que desafiou a antiga ordem oligárquica em suas tantas variações liberais e conservadoras.

O desenvolvimento econômico, a inclusão social e a independência política foram questões-chave aventadas pelo campo nacional-popular dos anos 1930 até os anos 1980 (DOMINGUES, 2009). Do ponto de vista discursivo, o mais central e recorrente era a invocação do povo contra a elite, da nação contra o império, do desenvolvimento contra o atraso. Poderiam ser identificados outros traços discursivos de acordo com cada momento e

lugar, por vezes podendo mesclar o basismo cristão da Teologia da Libertação, o marxismo voluntarista inspirado na revolução cubana, o sindicalismo em suas variedades mais autonomistas ou mais corporativistas, o movimento indígena e, mais recentemente, os movimentos negro e feminista. No entanto, a marca distintiva de tal campo político sempre foi a articulação dessas múltiplas diferenças sob a social, política e necessariamente ambígua imagem do povo.

Nos anos 1990, o campo político e a matriz discursiva nacional-popular chegaram ao ponto mais baixo dos seus percursos históricos devido a uma série de fatores que envolvem diretamente os duros ataques sofridos durante os regimes militares e, principalmente, a ascensão do neoliberalismo. Esse processo sofreu um revés a partir da vitória eleitoral de governos de esquerda e centro-esquerda, na América do Sul, a partir do ano 2000. É indiscutível a heterogeneidade apresentada por esses governos, e ela pode ser constatada a partir da avaliação sobre os diferentes graus de institucionalização, de integração ao sistema, de moderação de críticas ao neoliberalismo e de integração à democracia representativa (PEREIRA DA SILVA, 2011). Entretanto, essas esquerdas, em maior ou menor grau, apresentaram uma característica em comum: o retorno do discurso nacional-popular, dessa vez acrescido de um forte reivindicação de uma identidade comum latino-americana e da defesa da integração regional.

A Argentina, como aqui já foi dito, construiu seu imaginário nacional destacando fortemente suas raízes europeias, ao passo que ignorava quase que completamente a enorme contribuição recebida de seus países vizinhos, em especial a Bolívia e o Paraguai. Tal situação começou a mudar no século XXI, a partir de uma movimentação que nasce da luta dos próprios migrantes e que encontra na sociedade deteriorada pela crise algum espaço para o reconhecimento. A partir daquele choque entre o evento e o ser, a crise de 2001, ocorre o que Grimson (2003) chama de uma “mudança na dinâmica política da etnicidade”, o que acabou por dar visibilidade às diferenças que constituem aquela sociedade, contestando, dessa forma, o próprio projeto nacional argentino, que alhures afirmamos ser virado de frente para a Europa e de costas para os vizinhos.

Uma das consequências diretas da mudança na dinâmica política da etnicidade na Argentina é o crescimento da demanda não só pelo reconhecimento das comunidades latinas, especialmente a paraguaia, a boliviana e a peruana, mas pelo estreitar dos laços com os vizinhos. Essa aproximação englobava as mais diversas arenas, desde a social, na alargada articulação das redes que lutavam contra a implementação da Área de Livre Comércio das Américas

(ALCA), até a estatal, com projetos de cooperação que culminaram na criação da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Isso porque esse encontro da Argentina com a América Latina, por assim por dizer, também se deu no nível governamental, com a chegada das esquerdas ao poder no subcontinente, o que na Argentina ocorreu com a eleição do peronista Nestor Kirchner.

Cabe ressaltar que Bringel e Stronzake (2015) apontam as articulações sociais de luta e resistência contra a formação da ALCA como uma experiência fundamental de convergência da esquerda regional. Ainda que uma convergência negativa, isto é, fundamentada em uma recusa e não em um projeto positivo, podemos assumir que ela foi um marco para a região no que toca à construção de uma identidade política comum entre as esquerdas nacionais. Ainda mais se levarmos em conta, como apontam os citados autores, que a articulação contra a ALCA foi precedida de outras movimentações que também aproximaram os atores contra-hegemônicos latino-americanos. Por exemplo: a I Cúpula dos Povos, em 1998, sediada no Chile; o Encontro Internacional pela Humanidade e contra o Neoliberalismo, em 1994, em Chiapas, México; e a Campanha Continental 500 anos de resistência indígena, negra e popular, organizada desde 1989, como contraponto à celebração oficial dos cinco séculos do “descobrimento” da América.

Com a abertura de novas perspectivas de integração regional, desde acima e desde abaixo, renasce no seio do campo nacional-popular o discurso da Pátria Grande. Se, por um lado, a ideia de uma América latina nasceu de uma construção discursiva a serviço dos interesses do Estado francês comandado por Luiz Bonaparte e em oposição à ideia de hispano-América, tão proveitosa para o Estado espanhol, por outro lado, tal ideia ganhou um potente conteúdo anticolonial e anti-imperialista a partir da noção de Pátria Grande, primeiramente apresentada por Manuel Ugarte, em 1922. O diplomata, intelectual e militante argentino afirmava que, apesar das tantas diferenças entre as repúblicas latino-americanas, nelas era possível verificar “idênticos fenômenos, parecidos dilemas, análogas inclinações e harmônicas finalidades” (UGARTE, 2010. p. 27) . Sendo assim, ele propunha a união federativa dos países do continente americano de tradição e cultura ibérica como forma mais eficiente de resistir às incessantes investidas imperialistas. Apesar de não destinar a devida atenção às tantas outras tradições culturais que compõem este subcontinente, Ugarte inaugura um discurso pan-latino-americanista, que no século XXI recebe contornos populares, anti-imperialistas, e que mais ou menos incluem os povos originários e os negros, o que acaba por tensionar o campo nacional-

popular a partir de dentro, buscando impulsionar uma transmutação para algo que se assemelha mais a um campo plurinacional-popular.

As ideias de campo e matrizes discursivas aqui apresentadas devem ser compreendidas como ferramentas analíticas distintas, porém concretamente associadas. Isso quer dizer que a construção de um determinado campo envolve a construção de uma determinada matriz discursiva, e vice-versa. Dito isso, podemos argumentar que o nascente discurso plurinacional-popular dentro de um campo que ainda é nacional-popular produz interessantes tensões que objetivam superar a condição nacional, o que, para alguns militantes da STM com os quais conversamos, é uma premissa para a edificação de um projeto de Pátria Grande.

A STM é um exemplo do recém-citado processo de produção de uma matriz plurinacional-popular, o que é verificável nos signos, discursos e demandas produzidas e mobilizadas pela organização. A articulação das imagens pertencentes ao sistema simbólico nacional-popular, como, por exemplo, Che Guevara, Padre Mugica e Eva Perón, convivem, no mesmo pátio, com as bandeiras das mais diversas nações latino-americanas, incluindo a *wiphala*, símbolo dos povo originários andinos reconhecido pelo Estado boliviano a partir da aprovação da sua constituição plurinacional. A celebração, nas redes sociais da STM, de personagens nacionais não argentinos, como o colombiano Camilo Torres, o porto-riquenho Pedro Albizu, a peruana Micaela Bastidas e a brasileira Marielle Franco, é parte de um movimento de plurinacionalização do popular: de heróis nacionais a heróis da Pátria Grande. O primeiro panfleto distribuído pela STM não deixa dúvidas, uma vez que, na capa, é possível ler em letras destacadas: “somos a Pátria Grande”.

O discurso da Pátria Grande carrega algo de nacional, de internacional e de pós-nacional que opera com, contra e para além do Estado. Parece algo ambíguo e de fato é. Vejamos, por exemplo, o discurso feito por Rafael Klejzer, secretário-geral da CTEP-Capital, no evento de lançamento da STM. Em certo momento, o dirigente afirmou: “o Capital, em especial o capital financeiro, não tem fronteiras. O último abrigo, a última fronteira para nos defendermos desse capital transnacional financeiro é a fortaleza do Estado-nação”. Pouco tempo depois, ele afirma que a construção da identidade e a organização trabalhadora é o que lhes permite lutar de igual para igual com as associações patronais e “este Estado que nos quer de joelhos”. Por fim, o dirigente destacou ser necessário construir solidariedade internacionalista em “um mundo que compra balas e bombas, mas não salva nossos irmãos africanos no Mediterrâneo e vê o migrante como ameaça”.

No discurso proferido por Klejzer, há uma interessante tensão entre o Estado pensado como garantidor de direitos sociais e mediador dos conflitos entre capital e trabalho e o Estado sentido como operador da violência de classe legitimada e compartimentalizador dos povos. Trata-se de uma ambiguidade, mas não de uma contradição. O mesmo trabalhador da economia popular pode ser beneficiado por programas sociais governamentais e ter sua mercadoria, da qual depende sua renda, apreendida pela polícias nas ruas.

Mais interessante e radical na defesa de uma Pátria Grande é o discurso de Alexander Angulo. Em entrevista dada ao programa de televisão *La tribuna del pueblo*, da comunidade boliviana, o dirigente da STM afirma que

“migrar é um direito humano e a Pátria Grande é nossa, a Pátria Grande se chama América. Chame-se peruano, chame-se colombiano, chame-se boliviano, chame-se paraguaio, todos somos uma só pátria. Quero fazer um chamado à unidade, porque migrantes somos todos (...) a unidade na América Latina deve ser uma fortaleza, uma força (...) foi o capitalismo que criou as fronteiras.”

O mesmo Angulo, em um ato de solidariedade à greve geral que acontecia em sua terra natal, a Colômbia, declarou:

“nós temos que entender uma coisa: não é Colômbia, é o Chile, é o Paraguai, é Bolívia é toda a América que ficou presa nessa ideia de América Latina. O latim não é nosso. É nosso o guaraní, o idioma quechua, o aimará. Hoje, em Cauca, os indígenas estão se levantando como sujeitos políticos. Lá na Bolívia os indígenas campesinos já se levantaram como verdadeiros sujeitos políticos (...) Hoje, na Argentina, colombianos e colombianas como vocês, que tivemos que sair do seus país deixando filhos e filhas, exilados, migrantes, estamos aqui dizendo a esse governo nefasto...”

Em primeiro lugar, cabe destacar que o ato exemplifica uma tendência contemporânea de construção de laços de solidariedade internacionalista não mais centrados na relação partido-partido ou Estado-Estado. O que vimos foi um gesto solidário sociedade-sociedade, envolvendo indivíduos e grupos na Argentina e os trabalhadores que cruzaram os braços na Colômbia. Em segundo lugar, vimos Angulo trazer a etnicidade para o centro do debate geopolítico. A afirmação de uma América muito mais do que latina, ao mencionar algumas das inúmeras línguas dos povos pré-colombianos, é um desafio a todas as noções tradicionais de nação, Estado e pátria engendradas na América Latina por meio da violência colonial que mencionamos no primeiro capítulo deste estudo. Ademais, tal discurso gera uma tensão interna no tradicional campo nacional-popular que cada vez mais é entranhado por um discurso



plurinacional-popular, fruto da já citada elevação da etnicidade e do afrouxar dos laços entre os países latino-americanos.

Outrossim, o surgimento de um debate sobre a língua significa a imposição de uma série de outros problemas (GRAMSCI, 2002). No caso dos migrantes, mais especificamente, verificamos um desafio à política estatizada. Em uma conversa com Gayatri Spivak, Judith Butler (2018) recorda que o Estado é uma formação política que requer o banimento e a destruição periódica de minorias para conseguir um fundamento legitimador para si mesmo. Ora, trata-se de uma afirmação em plena consonância com o primeiro capítulo desta tese, em que tratamos de apresentar o Estado-nacional como fruto de um processo centralizador e hegemoneizante. O sonho e o imaginário da Argentina branca são frontalmente atacados pelo migrante colombiano organizado que recusa o banimento das identidades pré-colombianas e declara uma América de nações múltiplas. A declaração, em uma marcha de solidariedade internacionalista, não são meras palavras combinadas, mas um meio de instanciar e exercer o direito (BUTLER; SPIVAK, 2018). Sendo assim, podemos entender que o discurso plurinacional-popular reitera a existência da nação, mas a tensiona desde abaixo, de forma não autorizada e indesejada pelo imaginários nacionais estabelecidos.

Em resumo, a STM é um braço recém-criado, dentro de uma outra organização muito maior e já consolidada, que objetiva auxiliar o migrante a tornar-se um sujeito político para além da sua condição de fato social total. Tal processo envolve um sem-número de questões, sendo que destacamos o fato de apresentar uma espécie de desafio às modernas noções de cidadania, Estado e nação. Isso porque nos referimos a um tipo de migrante indesejado, como fizemos questão de frisar alhures neste trabalho. Sua cor e sua cultura, recentemente conduzidas ao centro da política, afrontam a branquitude europeia oriunda da migração desejada. A organização de migrantes trabalhadores a partir da articulação entre o fato social total – o migrante – e a classe social – o trabalhador – faz desse sujeito político um ator especialmente desafiador à ordem nacional. A integração entre as demandas por reconhecimento e redistribuição, fundada na associação entre o sujeito migrante que declara sua cultura e o sujeito trabalhador que reclama direitos e maior participação na divisão social da renda, é parte do afloramento de uma forma de cidadania que ultrapassa a tradicional barreira da vinculação entre nacionalidade e direitos políticos.

Por fim, ainda qualificamos a STM como parte integrante de um tradicional campo político latino-americano, o nacional-popular. No entanto, observamos que tal campo se vê cada

vez mais tensionado internamente pela ascensão de um discurso que desafia o elemento nacional, ou ao menos a sua forma mais tradicional. O referido desafio escova a história a contrapelo ao afirmar uma América cultural e etnicamente diversa apagada pela brutalidade colonial que fundou a modernidade na região.

### **3.4 Território, tradução e difusão**

Em um artigo que mapeia os giros teóricos no campo de estudos de movimentos sociais em um contexto global de crescente ativismo transnacional, Bringel (2010) observa que há novos atores provendo uma nada desprezível contribuição empírica para os debates teóricos. Combinadas com uma notável influência dos giros linguísticos e culturais, tais contribuições acabaram por produzir questionamentos sobre os limites da globalização e da modernidade. O autor ainda cita o migrante que chega à Europa como um desses atores que têm influenciado a produção de estudos naquele continente, o que de certa forma vem ao encontro de parte das questões levantadas nesta tese.

Levando em conta nossa observação em campo, podemos afirmar que, do ponto de vista empírico e teórico, os protagonistas dos fluxos migratórios internos do sul global certamente também podem oferecer contribuições das mesma proporção ou até maior. Os militantes da STM, como trabalhadores da economia popular, questionam, em suas lutas cotidianas por redistribuição, as estruturas do modelo neoliberal do capitalismo, do qual eles mesmos são consequência. Esses sujeitos tornam-se sujeitos a partir de um processo coletivo de mobilização e prática. O movimento combinado entre a ação e a reflexão engendra novos entendimentos sobre sua condição e a relação dela com o mundo: “O capitalismo te expulsa do seu país seja por questões política ou econômicas. Quem cria as fronteiras é o capitalismo, mas o capitalismo não tem fronteiras”, afirmou Angulo. O dirigente da STM precisou de poucas palavras para explicitar o que é importante na relação entre a globalização neoliberal e o fenômeno migratório no século XXI. Esse mesmo trabalhador da economia popular, ao declarar sua condição de migrante e associar sua reivindicação por redistribuição econômica à reivindicação por reconhecimento, o faz afirmando sua cultura e etnicidade contra tudo aquilo que é entendido como o nacional.

No mesmo artigo, Bringel ainda apresenta uma proposta de caminho para uma interpretação não eurocêntrica de movimentos contemporâneos. Tal proposta consiste na exploração de três dimensões teóricas e políticas distintas. São elas: a espacialidade, a tradução e a difusão. Para dar prosseguimento ao argumento que aqui estamos elaborando sobre a STM, seguiremos pelo citado caminho.

### *Território*

De maneira simplificada, afirmamos que o território é um espaço geográfico sobre o qual se desenvolvem e se movem relações sociais capazes de produzir intencionalmente uma representação unidimensional da multidimensionalidade inerente a qualquer espaço (MANÇANO FERNADES, 2005). Como já afirmamos aqui, embasados em algumas reflexões produzidas por Svampa (2010), a terra e o território tornaram-se elementos medulares na organização de uma significativa parte dos movimentos sociais latino-americanos do final do século XX e início do século XXI. Mas isso quer dizer que em algum momento o território não foi importante para os movimentos sociais? A questão é complexa. Toda ação é necessariamente produzida sobre um determinado espaço, porém, nem todo espaço é um território. Na América Latina, a fragmentação e a dispersão produtiva impostas pela globalização neoliberal associada à consolidação de um forte aparato repressivo estatal, aperfeiçoado durante décadas de combate aos inimigos internos (existentes ou imaginados) criados na Guerra Fria, produziram um brutal processo de desterritorialização das lutas sociais que atingiu seu auge nos anos 1990. Em outras palavras, as consequências da edificação do modelo neoliberal, que envolveu a acelerada comodificação dos bens comuns, tratou de impedir as ações que fazem do espaço um território. Com isso, não tratamos de afirmar que houve o desaparecimento concreto de um determinado território, mas sim que houve uma interdição da sua constituição como espaço de ação política e social contestatória. Por conta disso, mas não só, os movimentos sociais adentram os anos 1990 em um claro processo de retração. Sendo assim, o que estamos presenciando em tempos recentes não é um retorno ao espaço entendido como concretude, e sim uma reterritorialização como alavanca de ação, isto é, a retomada de certos espaços como lócus prioritário do desenvolvimento de relações sociais que, se organizadas, conservadas temporalmente, capazes de produzir demandas e gerarem algum grau de conflito, tornam-se movimentos sociais.

A retomada que mencionamos se assemelha parcialmente ao processo pelo qual passou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), o exemplo utilizado por Bringel e Falero (2008) em um interessante artigo que trata de pensar as redes transnacionais de movimentos sociais a partir das suas construções socioterritoriais. Tal movimento social é profundamente vinculado à terra nos mais variados sentidos que essa afirmação pode ter. Desde a ação/organização das atividades mais básicas do cotidiano dos militantes camponeses até a demanda principal do movimento, isto é, a exigência de uma reforma agrária popular, o MST atua desde e sobre a superfície do território, no caso, rural. Entretanto, seja pelas imposições de uma economia capitalista globalizada em que as grandes multinacionais possuem um papel medular no controle e exploração da produção de alimentos, seja porque as lideranças do movimento perceberam que a articulação de redes transnacionais de apoio e solidariedade são benéficas para a própria luta, a esfera de atuação do MST foi ampliada para além dos limites do Estado-nacional brasileiro. Tal processo, salientam os autores, não deve ser observado como uma mera extrapolação da escala de ação do movimento ou como forma abstrata de composição do espaço, mas como uma concreta e dinâmica conexão fundada em um objetivo comum que enfatiza a dimensão temporal-móvel do território.

Apesar das ostensivas diferenças entre um movimento rural e uma organização urbana, no que toca à questão do território, podemos observar algumas semelhanças entre a STM e o exemplo que utilizamos no parágrafo anterior. A principal delas é a vinculação das suas ações a um determinado espaço geográfico que, a partir da ação militante, torna-se um território. A dimensão socioterritorial da STP reside justamente na clara compreensão que possuem as lideranças da organização de que precisam se fazer presentes nos bairros. Como já foi dito, a CTEP nasce da confluência de uma série de movimentos sociais que foram organizados a partir de experiências comunitárias de luta contra os efeitos das crises econômicas. Além disso, as comunidades migrantes estão concentradas em determinadas regiões da cidade, o que facilita a produção de uma espécie de cartografia da ação política migrante. O curso de formação política realizado pela STM, aqui anteriormente citado, buscava formar novas lideranças e as dividiam por bairro. Dessa forma, era a segmentação do espaço e sua utilização que marcava a divisão entre as novas lideranças da organização, os promotores.

Duas particularidades sobre a disposição socioterritorial da STM nos interessam especialmente. A primeira é o caráter não fixado do território do trabalhador da economia popular, sendo ele migrante ou não. Apesar da relevância para a organização que possuem os

bairros onde vivem as comunidades migrantes, o trabalhador da economia popular faz da rua seu território, podendo ser uma rua específica ou qualquer uma, aquela que, naquele dia, por algum motivo utilitário, foi escolhida como espaço de geração de renda. Tomemos como exemplo um vendedor ambulante, um guardador de carros ou um catador. Se perguntarmos a qualquer um deles qual é o seu local de trabalho, muito provavelmente escutaremos que é a rua. Pode ser uma rua específica, um bairro ou mesmo um sem-número de ruas que mudam de acordo com o que ele avalia que naquele dia é mais interessante. Entretanto, o que não muda é o caráter flutuante dessa territorialização. Imaginemos um vendedor de frutas. Ele monta sua pequena banquinha pela manhã, trabalha durante a tarde e desmonta-a à noite. No dia seguinte, ele pode ou não armar sua banquinha no mesmo local. O que nos interessa é que diariamente ele faz da rua ou das ruas seu território por meio de um microprocesso cotidiano e fugaz de territorialização-desterritorialização-reterritorialização, processo a partir do qual o circuito inferior da economia urbana se reproduz no trabalho precário e informal.

A segunda particularidade está mais relacionada com a condição migrante do que com o trabalho na esfera da economia popular. Mançano Fernandes (2005) também afirma que o território é produzido por uma determinação resultante da interação entre uma ação propositiva e uma ação receptiva. O ato de migrar é em si um movimento de ação propositiva que culmina na chegada a um destino no qual a ação receptiva – como vimos ao comparar os fluxos migratórios dos judeus, italianos e bolivianos para Buenos Aires – pode ocorrer das mais variadas formas, desde o acolhimento até a rejeição. Sendo assim, os migrantes, longe de conformarem um conjunto de indivíduos lançados a um novo espaço, são muito mais sujeitos que conformam territórios a partir das suas relações com a sociedade de destino e com a sociedade de origem, em um circuito político, econômico, social e cultural incessante. Sendo assim, por meio do referido circuito que leva e traz hábitos, capital, informação, memórias e crenças que transgridem fronteiras, produz-se um tipo específico de territorialidade: a deslocada. “Se luta onde se pisa” é uma das mais repetidas palavras de ordem da STP.

O caráter deslocado da territorialidade migrante confere à prática política da STP um elemento prefigurativo. A Pátria Grande enunciada se realiza no encontro de culturas que, não livre de assimetrias, faz da cidade de Buenos Aires o espaço de convívio de línguas, crenças e histórias que desafiam a pequenez do imaginário nacional e, por meio da luta por redistribuição e reconhecimento, formam sujeitos que se reconhecem muito mais como irmãos do que como argentinos, brasileiros, colombianos, paraguaios ou bolivianos.

Outro ponto diretamente vinculado à territorialidade é a questão da escala de ação. Se o trabalhador migrante da economia popular faz das ruas seus territórios, ao participar da STM, ele extrapola esse território, atravessando distintas escalas não livres de imbricações. O local, nacional e regional, isto é, a rua, o Estado-nacional argentino e a América Latina, se encontram na Rua Pedro Echagüe 1265. Se, por um lado, verificamos a produção de demandas por políticas públicas que são destinadas ao Estado-nacional, por outro lado vemos operar redes de solidariedade transnacional entre organizações da sociedade civil que se retroalimentam na realização da ajuda mútua e na trocas de experiências. Isso sem contar que os próprios migrantes, com bastante frequência, buscam maneiras de influenciar a política da sociedade de origem, seja organizando manifestações e abaixo-assinados na sociedade de destino, seja na interlocução com seus familiares e amigos que lá permanecem.

### *Tradução*

Com bastante frequência, em conversas com sujeitos migrantes ou em estudos sobre a experiência migratória, deparamo-nos com o tema da linguagem, já brevemente abordado aqui. A língua, em última instância um código compartilhado, carrega consigo uma série de nuances nem sempre observáveis por aqueles que não estão diretamente envolvidos na sua utilização. Aos migrantes, a língua é comumente um fator-chave na escolha do destino, assim como pode ser uma enorme barreira para sua adaptação. Ela é o fundamento da cultura de um povo e, mais importante do que isso, ela é a ferramenta do cotidiano, a base da colaboração sobre a qual são fundadas todas as sociedades. Sobre o impacto de uma nova língua para o migrante, a escritora Syria Poletti, que nasceu na Itália e migrou para a Argentina, afirmou: “mudar de idioma foi como mudar de alma; acho que foi o mais difícil, o mais doloroso e, talvez, o mais lindo” (SERAFIN, 2004, p. 16).

Segundo o mito judaico-cristão apresentado no antigo testamento da Bíblia, a criação das diferentes línguas foi um castigo de Deus aos homens, quando estes tiveram a audácia de tentar, ainda em vida, alcançar o reinos dos céus. A pluralidade linguística era apresentada, portanto, não apenas como um castigo divino, mas principalmente como um impedimento para futuras ações coletivas dos subalternos.

De um ponto de vista interessado em observar as ações políticas que transgridem as tradicionais noções de Estado, nação e cidadania, achamos imprescindível produzir uma leitura epistêmica da linguagem, o que pode representar

sua recuperação como espaço de vida para liberar o pensamento de suas inércias e ataduras; transformar a liberdade do silêncio em caminho, voltar a falar como a aventura do viajante que respira a imensidão do cosmos em cada palavra. Buscar uma linguagem que arraste, para além dos significados, a existencialidade que, transformada em conteúdo, requer se expressar com veracidade. Voltar às palavras como som de um roçar profundo, áspero e também luminoso, entre a força do homem, livre em si mesmo quando não há mediações de retórica, e as coisas, que são encarnações daquilo que se torna essa mesma força quando, por se juntar com outro ou por criar universos de significação no marco de uma ordem, perdem sua liberdade para tornar-se meramente comunicação (ZEMELMAN, 2007. p. 136)

No trecho citado, Zemelman fala da linguagem como potencial ferramenta de libertação, assumindo um posicionamento oposto ao da linguagem como punição e compartimentalização babilônica. É impossível negar que o sem-número de línguas existentes, por mais belas expressões culturais que sejam, acabam por dificultar as articulações internacionais e transnacionais, contudo trata-se de empecilho contornável graças à existência da tradução. Surge então uma figura importante para o ativismo transnacional: o tradutor.

A tradução é uma forma, defendeu Walter Benjamin (2011) em seu conhecido prefácio sobre o tema. Como tal, ela pode assumir variados conteúdos e sua utilização pode servir aos mais diversos fins. Do ponto de vista de um movimento com algum grau de ação e articulação transnacional, os fins mais óbvios são a tradução de documentos, abaixo-assinados ou de reuniões e encontros internacionais. Todavia, se pensarmos em uma organização de migrantes, a tradução não só assume um caráter fulcral na comunicação, como também nas questões cotidianas que envolvem o encontro de culturas e cosmovisões distintas. Isso fica bastante evidente no livro de Gavazzo (2019) sobre os jovens filhos de migrantes bolivianos e paraguaios em Buenos Aires. A antropóloga cita que é com certa frequência que esses jovens filhos de migrantes atuam como tradutores para os pais que não dominam inteiramente a língua da sociedade de destino. Entretanto, ainda mais interessante é observar esses jovens como tradutores em um sentido mais amplo que transborda o sistema linguístico. De certa maneira, eles operam como um elo entre a obra original, a sociedade de origem, e a versão, a sociedade de destino.

A partir de uma leitura de Benjamin, Derrida analisa a tradução pela olhar da falta. O reino do sagrado que os humanos tentavam alcançar por meio da Torre de Babel “não é jamais

atingido, tocado, pisado pela tradução. Existe o intocável e nesse sentido a reconciliação é somente prometida.” (DERRIDA, 2002. p. 51). A impossibilidade de reprodução original de uma determinada obra é a falta com a qual precisa lidar o tradutor e o migrante. Por outro lado, assume Derrida, a tradução em si é um ato de complementar, de construir sem jamais alcançar, como o mito afirma que fizeram os humanos na Babilônia. Logo, a tradução dos códigos de uma sociedade de destino é, ao mesmo tempo, a impossibilidade de completo acesso à totalidade codificada e um rearranjo dessa totalidade.

Nesse sentido, a ação política dos migrantes torna-se uma espécie de jogo de tradução da sociedade de destino, inalcançável em sua totalidade, transmutável a partir da tradução. Gavazzo e Gerbaudo Suárez (2020) apontam que os filhos de migrantes paraguaios, quando se organizam politicamente, passam a ser portadores de um capital militante que propicia um saber-fazer específico que pode ser mobilizado na arena política. Pensamos que o mesmo pode servir não só aos filhos, mas também aos migrantes. Esse tipo de tradução nos pareceu muito evidente quando, em uma ação da STM, uma senhora confessou: “aqui aprendi meus direitos”.

### *Difusão*

Toda ação política é necessariamente uma ação comunicativa que se desdobra sobre os mais variados terrenos. Por conseguinte, é essencial para qualquer organização ou movimento social pensar com quem e como quer se comunicar. Para tal, é preciso produzir uma mensagem elaborada a partir de determinados cuidados tanto com a forma quanto com conteúdo. Um exemplo de difusão e recepção, aqui anteriormente relatado, foi o ato público promovido pela CTEP em alguns shopping-centers de Buenos Aires, em defesa da aprovação da LEA. Quando questionado, uma liderança da organização confirmou que se inspiravam nos rolezinhos que haviam ocorrido anos antes no Brasil.

Movimentos sociais e organizações da sociedade civil necessariamente precisam se comunicar. Os atos de comunicação ocorrem a partir de discursos, mas também a partir de ações. Formas e conteúdos de mobilização, assim como repertório de protesto, viajam o mundo tão rapidamente quanto permite o desenvolvimento das tecnologias de comunicação. O vai e vem das práticas e ideias que perfuram fronteiras, assim como o movimento de pessoas, inspira, provoca e abastece as dinâmicas políticas locais. O território que produz também é o que recebe



ativamente o que foi produzido, em um movimento de retroalimentação incessante que configura a dimensão politicamente ativa do andar de baixo da globalização neoliberal.

Sobre a STM, cabe a nós responder o que, como e para quem a organização transmite suas práticas. Podemos pensar a partir de três escalas de difusão: a interna, a nacional e a regional. A primeira delas diz respeito ao que é compartilhado dentro da organização. Como já vimos, a CTEP é também uma articulação de movimentos sociais. Sendo assim, ela acaba operando também como um espaço de encontro, disputa, colaboração e troca de experiências entre distintos movimentos. No caso da STM, tendo em vista a particularidade de englobarem uma militância migrante, as trocas se dão no nível político e também cultural, fortalecendo laços de solidariedade baseados principalmente na noção de irmandade inerente à Pátria Grande prefigurada. Já a difusão em nível nacional é a que, do ponto de vista pragmático, mais interessa à organização. Suas bandeiras, demandas e práticas reverberam pelo território nacional e em maior grau pela cidade de Buenos Aires por meios tradicionais e do boca a boca promovido pelos militantes e por uma relativamente extensa rede de meios de comunicação populares vinculados ao ativismo comunitário ou sindical. Além disso, é interessante observar que a organização faz intensivo uso das redes sociais promovendo ao menos uma postagem diária cujo conteúdo pode oscilar entre divulgação de eventos de protesto recém-ocorridos ou futuros, campanhas de solidariedade, datas comemorativas, aniversário de morte ou nascimento de figuras identificadas com o campo nacional-popular e denúncia contra governos e Estados que, de alguma maneira, atacam os direitos dos migrantes. As mesmas redes sociais, cujo conteúdo é produzido na língua mais falada no continente, acabam por conectar a STM com indivíduos espalhados por toda a América, especialmente com aqueles que vivem em países onde o fluxo migrante para a Argentina é maior, notadamente Paraguai e Bolívia.

Se a STM é produtora de práticas e discursos difundidos em diferentes escalas, ela também é receptora de práticas e discursos produzidos mundo afora. Um exemplo disso foi a adoção de um repertório antigo, como a greve, adaptando-o a uma tendência contemporânea que é a migrantalização do trabalho precário. O BTM, do qual muitos militantes da CTEP já faziam parte antes mesmo da constituição da STM, optou por mobilizar tal repertório a partir da observação de experiências similares ocorridas na Europa. O interessante é que, apesar de estarem muito atentos aos movimentos de migrantes na Europa e nos EUA, as lideranças da STM têm muito claras as diferenças entre fluxos migratórios sul-norte e sul-sul, frisando que este, apesar de inserido na mesma lógica capitalista de expulsão e atração, racismo e

precarização laboral, possui características particulares que na Argentina envolvem: uma lei de migração mais permissiva, um sistema produtivo menos desenvolvido, níveis de desigualdade social mais acentuados.

#### 4 COMPÊNDIO

Neste capítulo, tratamos de apresentar o migrante como um sujeito que se constitui a partir do seu engajamento, que é político, mas também é processado na esfera da cultura. Mostramos que, para além da sua condição de fato social total, ele é um ator capaz de produzir demandas próprias e inseri-las na agenda política local. Ressaltamos a dimensão ativa e singular de um sujeito caracterizado principalmente por ser o estrangeiro estranhado, o outro do nós, o transgressor de fronteiras, o elefante não branco na sala do imaginário nacional. Para tal fim, optamos por transitar por algumas questões. Qual a relação dos fluxos migratórios com a cidade de Buenos Aires e quais eram e são suas principais características? Quais tensões e relações apresentam os migrantes em relação às noções de Estado, nação e cidadania? A observação da formação e da ação de uma organização de trabalhadores migrantes pode nos dizer algo sobre as correntes formas de ativismo nas diferentes escalas de ação política?

Introduzimos este capítulo expondo as imbricações entre a história da cidade de Buenos Aires e os fluxos migratórios que foram por ela atraídos. Trata-se de uma cidade que foi e continua sendo construída por migrantes das mais variadas origens. Apesar da grande contribuição que trouxeram e da conquista do reconhecimento legal de uma igualdade formal entre os não nativos, o tratamento desigual dispensado a eles é evidente. Essa desigualdade se revela na dimensão material e simbólica, isto é, tanto no acesso à renda e na distribuição geográfica das suas moradias, quanto na construção do imaginário nacional sobre a migração. Notadamente, o racismo é um elemento que estrutura a relação da sociedade argentina com os migrantes, traçando uma clara linha divisória entre os brancos, facilmente assimilados como parte do nós, o nacional; e não brancos, permanentemente estigmatizados como o outro, o estrangeiro.

Para além do celebrado passado de fluxos migratórios dos brancos, católicos e europeus, buscamos ressaltar a existência de um dinâmico e mais recente fluxo de homens e mulheres que chegaram dos países vizinhos, notadamente Bolívia, Paraguai e Peru. Estes, com suas peles geralmente mais escuras e suas tradições culturais híbridas com origens europeias e pré-colombianas, perturbam as pretensões homogeneizantes de um imaginário que projeta a nação como um epígono da civilização europeia. Mais do que isso, essas pessoas, que em sua maioria migraram por motivos econômicos, ao participarem de algum tipo de articulação de

reivindicações por redistribuição e/ou reconhecimento, tornam-se sujeitos políticos que desafiam a tradicional noção de cidadania vinculada à nacionalidade. Esses sujeitos, ao recusarem se sujeitar às limitações impostas pela força centralizadora da política estatizada, transgridem as fronteiras modernas da política transformando a si mesmos e à sociedade de destino.

Para pensar a ação política de migrantes em Buenos Aires, dedicamo-nos a observar o ativismo dentro da STM da CTEP. A escolha relaciona-se não só com a oportunidade única de observar o nascimento de uma organização, mas também com as características *sui generis* que ela apresenta. São elas: a organização de um tipo de trabalhador muito característico do atual estágio do modo capitalista de produção e a articulação entre demandas econômicas concretas e uma luta por reconhecimento que traz a etnicidade ao centro do debate político, questionando assim o passado e o presente embranquecido da Argentina.

O que vimos na STM da CTEP foi um tanto de migrantes trabalhadores da economia popular formando laços de solidariedade e engendrando um processo político-pedagógico conjunto de entendimento sobre o mundo social que os cerca, o que necessariamente envolve o questionamento do seu próprio lugar nesse mundo. Trata-se de um límpido processo reflexivo de autoconstrução como sujeito político capaz de produzir demandas democráticas a partir do que Domingues (1999) chamaria de uma subjetividade coletiva.

Por fim, tratamos de elaborar uma breve análise da STM partindo de alguns possíveis marcos interpretativos. Primeiramente, tratamos de compreender o status ambíguo da CTEP como articulação de movimentos sociais e sindicato, para então localizá-la dentro do campo político orientado pela matriz discursiva nacional-popular que retornou ao centro do cenário latino-americano e muitas vezes encontra-se imbricada com outras matrizes, como, por exemplo, a marxista e a autonomista, como afirma Svampa (2010). A partir dessa localização, notamos que ela produz, dentro de tal campo, uma tensão com a noção de nacional a partir da reivindicação e prefiguração de uma Pátria Grande que envolve todos os povos da América.

Após a exposição e a análise teoricamente orientada da ação política migrante na cidade de Buenos Aires, pudemos concluir que: a) em consonância com o primeiro capítulo desta tese, vimos que o Estado-nacional argentino opera como uma força centrípeta por meio da qual busca administrar a política, utilizando a moderna noção de cidadania como meio de autorização ou impedimento da participação dos indivíduos e sustentando-se sobre um imaginário nacional racializado. Apesar dos recentes câmbios na legislação argentina que acabaram por conferir

direitos para as comunidades migrantes, estas seguem inseridas em um contexto de marginalidade e de incorporação parcial na vida política. Nacionalidade, gênero, classe e raça seguem sendo importantes marcadores de diferenciação sobre quem é mais ou menos indesejado na sociedade argentina; b) em consonância com o segundo capítulo desta tese, vimos que o ativismo migrante se revela como uma força centrífuga que, ao mesmo tempo, opera como tradutor de modos de vida, como mecanismo de afirmação da diferença e como ferramenta de expansão da comunidade política para além dos limites previamente estabelecidos pelo Estado. Dessa forma, concluímos observando o migrante como um sujeito político capaz de transgredir, reinventar e tensionar as mais diferentes fronteiras políticas, sociais e culturais, como pudemos ver na prefiguração de um projeto de Pátria Grande onde caibam muitos povos e culturas com direitos iguais.

## CONCLUSÃO

Encerramos esta tese com a agradável sensação de que, ao mesmo tempo em que conseguimos levantar e responder a boas questões, deparamo-nos com inúmeras outras problemáticas que poderiam fazer deste um trabalho sem fim. Tendo em vista que todo desfecho envolve alguma falta, este não será diferente. No trajeto percorrido por nós, cada percurso escolhido significou a negação de um sem-número de outros possíveis. Assim é tudo na vida. Entretanto, apesar da incontornável condição, estamos convictos de que o que nos era central desde o princípio jamais deixou de o ser; e de que, sobretudo, o eixo escolhido para organizar este trabalho transpassou cada frase e cada reflexão aqui contidas.

Iniciamos esta tese afirmando que examinaríamos e discutiríamos a ação política que transgride fronteiras. Grosso modo, nosso modesto intuito nada mais era do que demonstrar que, apesar do processo de estatização da política, ela jamais se encerrou dentro dos limites materiais e simbólicos da forma Estado. A partir de tal hipótese, desdobraram-se inúmeras questões, hipóteses secundárias e elucubrações. Todas elas vinculadas às dicotomias entre Estado e sociedade; nacional e internacional; nativo e estrangeiro. Longe de aceitarmos tais dicotomias como dadas, o que fizemos foi tentar atravessá-las e, de certa maneira, superá-las a partir do reconhecimento da complexidade daquilo tudo que não cabe nas tipificações, do que se perde nas ferramentas analíticas, do que transborda os esquemas explicativos.

Afinal, o que significa transgredir fronteiras? Se a geografia é a história no espaço, como bem apontou Reclus (1905), então a cartografia é uma técnica de representação da história. Cada linha em um mapa condensa histórias de guerra, colaborações, disputas por recursos, paixões e ódios. Por conseguinte, as fronteiras também são formadas como relações sociais. Nesse sentido, elas assemelham-se à estrutura da mercadoria, como relação social coisificada, isto é, como uma relação entre pessoas escamoteada por uma objetividade fantasmagórica e aparentemente racional (LUKÁCS, 2012). Transgredir fronteiras é, acima de qualquer coisa, transgredir essa objetividade coisificadora, evidenciando assim que a ação política é sempre produzida de pessoas para pessoas, nos mais diferentes espaços.

Para pensar a relação entre a ação política e o espaço, iniciamos este trabalho analisando como se deu a formação das esferas nacional e internacional. Para tal, nos apropriamos de uma linha argumentativa sobre a formação do Estado moderno como encadeamento associado à

formação do modo capitalista de produção. Vimos que tal associação foi fundada em um processo de concentração de poder e capitais nas mãos de uma classe que progressivamente foi tomando para si o controle das forças produtivas e das forças repressivas. Tal processo, como bem vimos, não é só material, ele também é profundamente simbólico. A dimensão simbólica do processo de formação dos Estados envolveu especialmente a imposição daquela forma de organização da comunidade política como a única forma legítima. Em associação com a nascente nação imaginada, o Estado passou a ser o legítimo corpo detentor do poder de enunciação de quem é ou não é parte da comunidade política. O curioso é que, se o Estado nasce como uma das formas possíveis de organização da sociedade e das suas disputas sobre a construção do mundo social, ele termina sendo o agente legitimado e de legitimação da política. Trata-se, portanto, de uma inversão de papéis, o que, em linguagem popular, poderia ser descrito como o rabo abanando o cachorro.

A essa inversão de papéis estamos chamando de estatização da política, ou seja, o movimento de centralização da política dentro dos entrelaçamentos de relações sociais que compõem a forma Estado. Tal processo é parte do que identificamos como um movimento centrípeta natural ao Estado. Este nada mais é do que um movimento circular de atração ao centro, no caso, ao centro da rede de poder e administração da vida que compõe o Estado. Isso quer dizer que ele centraliza força, poder e, principalmente, legitimidade. É essa natureza, portanto, que se choca com as ações políticas das sociedades que são nacionais, mas que no Estado-nacional não se encerram.

No segundo capítulo, tratamos de exemplificar como as sociedades modernas transgridem fronteiras a partir de sua ação política. Argumentamos centralmente que, apesar dos limites impostos pela forma Estado e da força centrípeta que sustenta essa forma e empurra ao centro dela toda e qualquer produto da criatividade social com intuito de enquadrá-lo, adestrá-lo, colonizá-lo e quiçá transformá-lo em uma força que produz valor dentro de um modo de produção que cada vez mais se vale do trabalho imaterial, as sociedades seguiram criando relações e formas de vida para além dos já citados limites. Sendo assim, apresentamos as noções de internacionalismo e de transnacionalismo como conceitos capazes de dotar sentido explicativo às ações que transgridem fronteiras. Em seguida, seguimos um percurso histórico por meio do qual evidenciamos a transgressão de fronteiras nos mais diversos tipos de eventos e movimentos políticos ocorridos desde a segunda metade do século XIX. Por intermédio desse percurso, chegamos à conclusão de que, apesar das diferenças de conteúdo ideológico, dos

variados repertórios de ação e das estruturas sobre as quais se deram as ações, as sociedades em movimento sempre engendraram algum grau de transgressão fronteiriça. Isso porque, como aqui defendemos, a criatividade social é uma força centrífuga, isto é, uma força que circula afastando os elementos do mesmo centro a que a força centrípeta do Estado atrai. Sendo assim, entendemos que, em parte, a relação entre Estado e sociedade que compõe o que no início deste trabalho chamamos de Estado ampliado é, na verdade, uma relação dialética entre forças que atraem e rechaçam, que homogeneizam e heterogeneizam, que ampliam e estreitam horizontes.

Ao apresentarmos o migrante como indivíduo portador de uma condição singular, destacamos que essa singularidade consiste justamente no atravessamento das forças centrípetas do Estado e centrífugas da sociedade. O indivíduo ou o grupo que decide ou se vê obrigado a migrar torna-se imediatamente parte de uma categoria cujas características passam a interceder na totalidade da vida social. Mais do que um objeto de estudo ou um destino de solidariedade, o migrante é um sujeito político multifacetado e atravessado por dilemas que conectam sociedade de origem e de destino em um movimento circular que forma uma espécie de limbo entre o local e o global, o destino e a origem, o nacional e o internacional. É justamente nesse limbo que as forças centrípetas e centrífugas se encontram e se confundem, tornando migrante o indivíduo ou o grupo, uma consequência do processo de expulsão comum ao atual estágio do modo capitalista de produção.

No terceiro e último capítulo, elaboramos uma análise empiricamente orientada sobre uma organização de trabalhadores migrantes na cidade de Buenos Aires. Tal análise, fruto de um trabalho de campo, permitiu-nos evidenciar como o objeto migrante, a vítima da expulsão, o destino de compaixão, torna-se o sujeito político migrante, o ator operador da própria virtude e fortuna. Trata-se, portanto, de um capítulo cujo argumento central é a defesa do entendimento do migrante enquanto ator político singular capaz de ocasionar incômodos que tocam o âmago de certas estruturas da modernidade: a nação como comunidade política autorizada e o nacional como imaginário que determina pertencimento ou exclusão da referida comunidade.

Ao apresentar três fluxos migratórios históricos que tiveram a cidade de Buenos Aires como destino – o judeu, o italiano e o boliviano –, mais do que destacar a capital argentina como uma cidade historicamente atravessada pelas mais distintas redes de migrantes, tentamos apontar que a diferença no tratamento ofertado aos distintos povos e nacionalidades é a realização material do entroncamento entre imaginário nacional e racismo. Isso significa dizer que, a despeito de a categoria migrante englobar todos aqueles que saíram de sua terra natal



para viver em um outro território nacional, ela oculta diferenças objetivas e subjetivas no que diz respeito à recepção desses grupos e indivíduos na sociedade de destino. Se olharmos especificamente para os migrantes de países limítrofes à Argentina, veremos que sua pele, sua fisionomia e a sua cultura foram e continuam sendo tratadas como elementos alheios ao imaginário nacional. É justamente nesse ponto que reside o caráter mais fortemente transgressor da migração para Buenos Aires: o incômodo causado pela elevação da etnicidade como elemento de afirmação política, social e cultural dos marginalizados. Tal afirmação de uma etnicidade não branca desafia o imaginário de uma Argentina caucasiana e católica que permeou os sonhos de tantos líderes nacionais, de Sarmiento a Macri.

Se, neste ponto, ainda não ficaram claras as interseções entre os capítulos, trataremos, agora, de executar um último esforço explicativo. Grande parte do nosso primeiro capítulo tratou de demonstrar o processo de estatização da política. Dentro desse processo, são forjados os imaginários nacionais como ferramenta de ordenamento simbólico do real. Tal ordenamento surge fundado sobre uma dinâmica de homogeneização do social e de elevação de uma particularidade à condição de universal, o que podemos entender como uma construção de hegemonia. A produção de um imaginário nacional hegemônico, como bem vimos ao discutir a questão da particularidade e da universalidade, necessariamente não só envolve a elevação de um particular à condição de universal como exige a manutenção dos outros particulares como um lado de fora necessário para a existência do lado de dentro. É justamente por meio dessa operação que é fundada a comunidade nacional como a portadora da cidadania, isto é, do acesso a determinados direitos e deveres por meio da autorização do Estado. Tal autorização necessariamente envolve uma negação, um outro desautorizado, que no caso é o estrangeiro. Sendo assim, podemos entender como o migrante limítrofe ocupa esse lado de fora do imaginário nacional argentino.

Se o movimento centrípeto do Estado produz um imaginário nacional hegemônico e excludente, o movimento centrífugo da sociedade produz contra-hegemonias que questionam tal exclusão. É nesse ponto que o segundo e o terceiro capítulo se encontram. O que observamos na ação e organização dos migrantes em Buenos Aires foi justamente uma contestação prática da hegemonia do Estado-nacional sobre a política. Ao reivindicarem direitos tradicionalmente considerados exclusivos aos nativos, ao reafirmarem publicamente sua cultura e ao se engajarem na vida política serpenteando de forma autorizada ou não a soberania estatal, esses

sujeitos acabam por forçar reformulações dos limites a eles estabelecidos, bem como por induzir transformações nas sociedades e cidades de destinos.

Por fim, é com satisfação que encerramos este trabalho concluindo que, apesar dos tempos difíceis em que vivemos, da persistência de um mundo cada vez mais desigual, ainda há lutas e resistências e, portanto, esperança. Cada vez mais distantes dos grandes projetos modernos de transformação que proliferaram no século XX, o que percebemos ao acompanhar a militância diária dos trabalhadores migrantes foi a existência de uma contra-hegemonia cotidiana que opera transformações moleculares. Em cada encontro no pátio da sede da CTEP, em cada marcha, em cada *olla popular*, prefigura-se a desejada transformação social. Não se trata do delírio liberal-individualista sobre mudar o mundo com um somatório de atitudes individuais. O que presenciamos foi a consumação de uma espécie de pedagogia da luta, um empreendimento necessariamente coletivo. Testemunhamos indivíduos que conjuntamente tomaram consciência da sua condição e que passaram a saber que sabem muito sobre si e sobre o mundo. Tal processo, sustentado pelas experiências cotidianas, é o cerne do que aqui evidenciamos como uma passagem do migrante de objeto a sujeito da história.

## REFERÊNCIAS

- AARÃO REIS, Daniel. *Uma revolução perdida: a história do socialismo soviético*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- ABAL MEDINA, Paula. Los movimientos obreros organizados de Argentina (2003-2016). In: ABAL MEDINA, P.; NATALUCCI, A.; ROSSO, F. *¿Existe la clase obrera?*. Buenos Aires: Le monde diplomatique, Capital Intelectual, 2017.
- ACNUR. Argentina: se reglamentó la Ley Nacional de Migraciones. Buenos Aires, 2010. Disponível em <https://www.acnur.org/noticias/historias/argentina-se-reglamento-la-ley-nacional-de-migraciones>. Acesso em 19 jun. 2023.
- ALCÂNTARA, Livia; BRINGEL, Breno. Dos zapatistas aos indignados: mudanças na geopolítica das solidariedades transnacionais. *Educ. Soc.*, v. 41, 2020.
- ALI, Tariq. *O poder das barricadas: uma autobiografia dos anos 60*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- ALTAMIRANO VICHOT, Alina. La cooperación médica cubana: ¿Diplomacia Pública?. *Revista Política Internacional*, n. 1, 2019.
- ANADÓN, Ana. Los talleres del pueblo en el barrio de La Boca (1910-1956). In: Congreso Iberoamericano de Investigación Artística y Proyectual (CiDIAP), I, 2005, La Plata. Disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/40825>. Acesso em 19 jun. 2023.
- ANDERSON, Benedict. *Sob três bandeiras: anarquismo e imaginação anticolonial*. Campinas-SP; Fortaleza-CE: UNICAMP; Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ARISTÓTELES. *Política*. Brasília: UnB, 1989.
- AVNI, Haim. *Argentina y la historia de la inmigración judía: 1810-1950*. Buenos Aires; Jerusalem: AMIA; Manes Press, 1983.
- AZZI, María Susana. *Antropología del tango: los protagonistas*. Buenos Aires: Ed. Olavarría, 1991.
- BABY-COLLIN, Virgine. CORTES, Geneviève. Nuevos despliegues del campo migratorio boliviano frente a la crisis. *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n. 106-107, p. 61-83, 2014.
- BATTISTINI, Osvaldo; DINERSTEIN, Ana Cecilia. Desocupados, precarizados y estables: alienación y subjetividad del trabajo. *Realidad Económica*, n. 134, 1995.

- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.
- BAYER, Osvaldo. *Severino Di Giovanni, el idealista de la violencia*. Buenos Aires: Legasa, 1989.
- BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *A tarefa do tradutor: escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Duas Cidades, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Para uma crítica da violência. In: BENJAMIN, Walter. *Escritos sobre mito e linguagem*. São Paulo: Editora 34; Duas Cidades, 2011.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? *Cadernos Pagu*, n. 53, 2018.
- BESANCENOT, Olivier. LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora UNESP, 2016.
- BIGO, Didier. Security and Immigration: Towards a Critique of the Governmentality of Un-ease. *Alternatives* 27, Special Issue, 2002. Disponível em <https://doi.org/10.1177/03043754020270S105>. Acesso em 19 jun. 2023.
- BIHAN, Ulysse Le. *Italianismos en el habla de la Argentina: herencia de la inmigración italiana. Cocoliche y lunfardo*. Oslo: Universitetet I Oslo, 2011. Disponível em <https://www.duo.uio.no/bitstream/handle/10852/25849/MASTEROPPGAVExIxSPANSKxH FxVxRx2011.pdf?sequence=1>. Acesso em 19 jun. 2023.
- BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Lisboa: Edições Sociedade Unipessoal, 2003.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: Cursos no College de France (1989 – 1992)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOZZA, Juan Alberto. Tricontinental: Perspectivas y debates en la nueva izquierda latinoamericana e internacional. JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNLP, X, 2018, Ensenada. *Actas*. Ensenada, Universidad Nacional de La Plata, 05 a 07 de dezembro de 2018. Disponível em <http://sedici.unlp.edu.ar/handle/10915/79243>. Acesso em 19 jun. 2023.
- BRAGA VIEIRA, Flávia. *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre internacionalismos e a Via Campesina*. São Paulo: Alameda, 2011.
- BRAGA, Pablo de Rezende Saturnino. *A rede de ativismo transnacional contra o apartheid na África do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

BRINGEL, Breno. Ativismo transnacional, o estudo dos movimentos sociais e as novas geografias pós-coloniais. *Estudos de Sociologia*, n. 16. Dossiê Especial da Associação Latino-americana de Sociologia (ALAS), 2010.

BRINGEL, Breno. Com, contra e para além de Charles Tilly: mudanças teóricas no estudo das ações coletivas e dos movimentos sociais. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 3, p. 43-67, 2012.

BRINGEL, Breno. Movimientos sociales y la nueva política de la indignación global. In: BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey (Org.). *Protesta y indignación global*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

BRINGEL, Breno; DOMINGUES, José Mauricio. Teoria crítica e movimentos sociais: interseções, impasses e alternativas. In: GOHN, Maria da Glória; BRINGEL, Breno (Org.). *Movimentos sociais na era global*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

BRINGEL, Breno; ECHART, Enara. 10 anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. *Ciências Sociais*, UNISINOS, v. 46, n. 1, 2010.

BRINGEL, Breno; FALERO, Alfredo. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. *Cadernos CRH*, v. 21, n. 53, p. 267-286, 2008.

BRINGEL, Breno; STRONZAKE, Janaína. La lucha contra ALCA: aprendizajes, resistencias y construcciones colectivas. In: POZAS, Luis Miguel Uharte; PUENTE, Unai Vázquez. (Org.). *La década ganada en América Latina: una mirada analítica a las luchas populares*. Bilbao: Universidad del País Vasco, 2015, p. 83-94.

BROWNMILLER, Susan. *Against Our Will: Men, Women and Rape*. Nova York: Fawcett Books, 1975.

BUTLER, Judith; SPIVAK, Gayatri. *Quem canta o Estado-nação? Língua, política, pertencimento*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo en América Latina*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 1977.

CASSANELLO, Carina Alejandra. *Historia reciente de los inmigrantes bolivianos en la Argentina, 1970-2000: trayectorias migrantes, redes sociales y transnacionalidad*. 2014. 227 p. Tese de doutorado em Ciências Sociais e Humanas. Universidad Nacional de Quilmes, Bernal, Argentina, 2014. Disponível em <https://ridaa.unq.edu.ar/handle/20.500.11807/67>. Acesso em 19 jun. 2023.

CASTELLS, Andreu. *Las Brigadas Internacionales de la guerra de España*. Barcelona: Editorial Ariel, 1974.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO, Fidel. De Martí a Marx. In: LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

CECEÑA, Ana Esther. El zapatismo: de la inclusión en la nación al mundo en el que quepan todos los mundos. In: GÓMEZ, José María. *América Latina y el (des)orden global neoliberal: Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

CLARIN. *Crisis laboral: 5.666.000 personas con problemas de trabajo*. Buenos Aires, 26/07/2002. Disponível em [https://www.clarin.com/economia/desocupacion-alta-historia-215\\_0\\_H1EQP4gRtx.html](https://www.clarin.com/economia/desocupacion-alta-historia-215_0_H1EQP4gRtx.html). Acesso em 19 jun. 2023.

CLARIN. En Argentina, Evo Morales arrasó con más del 80% de los votos. Buenos Aires, 22/10/2019. Disponível em [https://www.clarin.com/politica/argentina-evo-morales-arraso-80-votos\\_0\\_-g-hHcen.html](https://www.clarin.com/politica/argentina-evo-morales-arraso-80-votos_0_-g-hHcen.html). Acesso em 19 jun. 2023.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CORAGGIO, José Luis. *Economía urbana: la perspectiva popular*. Quito: Instituto Fronesis, 1994.

CTEP. *Nosotros*. Buenos Aires, 2019. Disponível em: <http://ctepargentina.org/nosotros/>.

CUBA. Constituição de la República de Cuba. 2019. Disponível em <http://www.granma.cu/file/pdf/gaceta/Nueva%20Constituci%C3%B3n%20240%20KB-1.pdf>. Acesso em 19 jun. 2023.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaios sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1, Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

DE GANDÍA, Enrique; FERNÁNDEZ REYNA, Manuela. *León Pancaldo y la primera expedición genovesa al Río de la Plata: estudios históricos*. Buenos Aires: Imprenta Maggiolo, 1937.

DERRIDA, Jacques. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

DEVOTO, Fernando. J. *Historia de los italianos en la Argentina*. Buenos Aires: Editorial Biblos, 2008.

DIRECCIÓN NACIONAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS. *Censo Nacional de Población 1960*. Buenos Aires, 1960.

DOMINGUES, José Mauricio. *Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DOMINGUES, José Mauricio A Cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: DOMINGUES, José Mauricio. *Do ocidente à modernidade: intelectuais e mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DOMINGUES, José Mauricio. *América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

DOMINGUES, José Mauricio. Imaginário e política na modernidade: a trajetória do peronismo. *Cadernos de trabalho NETSAL*. v. 1, n. 2. Rio de Janeiro, 2013.

DOMINGUES, José Mauricio. *Modernidade global e civilização contemporânea: para uma renovação da Teoria Crítica*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013b.

DOMINGUES, José Mauricio. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DOMINGUES, José Mauricio. Questões Sociais Existenciais, Tendências de Desenvolvimento e Modernidade. *Dados*, vol. 59, n. 1, 2016.

DOMINGUES, José Mauricio. *Emancipação e história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

DOMÍNGUEZ, Lucas. La edición de libros y folletos en la conformación del anarquismo argentino. In: *Primer Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición*. La Plata, 2012.

DUJOVNE, Alejandro. Cartografía de las publicaciones periódicas judías de izquierda en Argentina, 1900-1953. *Revista del Museo de Antropología*, v. 1, n. 1. Disponível em <https://doi.org/10.31048/1852.4826.v1.n0.5401>. Acesso em 19 jun. 2023.

DUJOVNE, Alejandro. Diáspora, nación y lengua: la palabra impresa en idish como territorio de la diáspora judía en Argentina. JORNADAS INTERESCUELAS/DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, XI, 2007, San Miguel de Tucumán. *Actas*. San Miguel de Tucumán, Facultad de Filosofía y Letras, 19 a 22 de setembro de 2007. Disponível em <https://cdsa.academica.org/000-108/18>. Acesso em 19 jun. 2023.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EGGERT, Nina. GIUGNI, Marco. Migration and social movements. In: DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (Org.). *Oxford Handbook of Social Movements*. Oxford: Oxford University Press, 2015.

EL TRIBUNO. “Nos equivocamos”, dijo Rafael Klejzer, el líder de la CTEP que irrumpió en los shoppings. Salta. 11/09/2019. Disponível em <https://www.tribuno.com/salta/nota/2019-9-11-18-48-0—nos-equivocamos-dijo-rafael-klejzer-el-lider-de-la-ctep-que-irrupio-en-los-shoppings>. Acesso em 19 jun. 2023.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENGELS, Friedrich. Prefácio [ao *As lutas de classes na França de 1848 a 1850*, de Karl Marx (1895)]. In: MARX, Karl. *As lutas de classes na França*. São Paulo: Boitempo, 2012.

FALERO, Alfredo. La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio. *Revista Nera*, ano 18, n. 28, 2015.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

FEDERICI, Silvia. *Calibán y la bruja: mujeres, cuerpo y acumulación primitiva*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2010.

FERNÁNDEZ-HAWRYLAK, Maria. HERAS SEVILLA, Davinia. Familias transnacionales, familias inmigrantes: Reflexiones sobre su inclusión en la escuela. *Revista de Sociología de la Educación*, v. 12, n. 1, 2019.

FERNÁNDEZ, Alejandro. La ley argentina de inmigración de 1876 y su contexto histórico. *Dossiê Imigrações*. Almanack, n. 17, p. 51-85, 2017.

FISHER, Mark. *K-Punk: the collected and unpublished writings of Mark Fisher form 2004 - 2016*. Londres: Repeater Books, 2018.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Curso no College de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, Território, População*. Curso no College de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? *Cadernos EBAPE.BR*, v. 11, n. 3, 2013.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

GALEANO, Eduardo. *Futebol ao sol e à sombra*. Porto Alegre: L&PM, 1995.

GALLIANO, Alejandro. *¿Por qué el capitalismo puede soñar y nosotros no?* Breve manual de las ideas de izquierda para pensar el futuro. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2020.

GAVAZZO, Natália; GERBAUDO SUÁREZ, Débora. Desigualdades generacionales y prácticas políticas en las juventudes migrantes paraguayas en Buenos Aires. *Migraciones*, n. 48. 2020.



GAVAZZO, Natália; GERBAUDO SUÁREZ, Débora. *Boliviantinos y argenguayos: una nueva generación de jóvenes migrantes e hijos de inmigrantes en Buenos Aires*. Buenos Aires: Grupo Editor Universitario, 2019.

GAVAZZO, Natália; GERBAUDO SUÁREZ, Débora. *Immigrants in the imagination of the nation: latin americans in Argentina in the early 21th century*. 2006. 43 p. Dissertação de mestrado em Estudos Latino Americanos. University of London, London, 2006.

GERCHUNOFF, Alberto. *Los gauchos judíos*. Buenos Aires: 1936.

GERMANI, Gino. *Política y sociedad en una época de transición*. Buenos Aires: Paidós, 1971.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora Unesp 1991.

GOBIERNO DE LA CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES. Historia de la colectividad. Disponível em <https://baxcolectividades.buenosaires.gob.ar/historia/Italiana>. Acesso em 19 jun. 2023.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

GRABOIS, Juan. *¿Qué es la CTEP? Resumen Latinoamericano*. Buenos Aires: 2015.

GRABOIS, Juan. PÉRSICO, Emilio. *Organización y economía popular*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CTEP – Asociación Civil de los Trabajadores de la Economía Popular, 2014.

GRAMSCI, Antonio. Notas para uma introdução ao estudo da gramática. In: GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRIMSON, Alejandro. La vida política de la etnicidad emigrante: hipótesis en transformación. *Estudios Migratorios Latinoamericanos*, v. 17, n. 50, p. 143-160, 2003.

GRIMSON, Alejandro. Doce equívocos sobre las migraciones. *Nueva Sociedad*, n. 23,. 2011. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/doce-equivocos-sobre-las-migraciones/>. Acesso em 19 jun. 2023.

GRIMSON, Alejandro. *Relatos de la diferencia y la igualdad: los bolivianos en Buenos Aires*. Buenos Aires: Eudeba, 2011b.

GUARNIZO, Luis Eduardo; SMITH, Michael Peter. The Locations of Transnationalism. In: GUARNIZO, Luis Eduardo. SMITH, Michael Peter (Org.). *Transnationalism from Below*. New Brunswick: Transaction Publishers, 1998.

GUEVARA, Ernesto. Mensagem à Tricontinental. In: LOWY, Michael. (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, David. *Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da Filosofia do Direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEINRICH, Michael. *Karl Marx e o nascimento da sociedade moderna: biografia e desenvolvimento de sua obra*. Volume 1: 1818-1841. São Paulo: Boitempo, 2018.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSBAWM, Eric. *A era das revoluções, 1789-1848*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

HOBSON, John Montagu. *Los orígenes orientales de la civilización de occidente*. Barcelona: Editorial Crítica, 2006.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

INADI, Instituto Nacional contra la Discriminación, la Xenofobia y el Racismo; IPPDH, Instituto de Políticas Públicas en Derechos Humanos. *La situación de las personas migrantes regionales en la Ciudad de Buenos Aires: acceso a derechos sociales y estadísticas de criminalidad*. Buenos Aires, 2014.

INFOBAE. *Polémicas declaraciones de Miguel Pichetto sobre los inmigrantes*. Buenos Aires, 02/11/2016. Disponível em: <https://www.infobae.com/noticias/2016/11/02/polemicas-declaraciones-de-un-senador-k-sobre-los-inmigrantes/>. Acesso em 19 jun. 2023.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Séries históricas anuais de taxa de letalidade violenta no estado do Rio de Janeiro e grandes regiões*. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/Arquivos/SeriesHistoricasLetalidadeViolenta.pdf>. Acesso em 19 jun. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. *Censo nacional de población, hogares y viviendas 2010*. Censo del Bicentenario: resultados definitivos. Serie B, n. 2. Buenos Aires : Instituto Nacional de Estadística y Censos – INDEC, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA Y CENSO. *Informes técnicos*, v. 2, n. 194, 2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. *Censo nacional de población y vivienda 2012*. La Paz, 2012.

IOM. *The world migration report*. Genebra. 2020. Disponível em [https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr\\_2020.pdf](https://publications.iom.int/system/files/pdf/wmr_2020.pdf). Acesso em 19 jun. 2023.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os Jacobinos Negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2000.

JMELNIZKY, Adrián. ERDEI, Ezequiel. *La población judía en Buenos Aires: estudio socio-demográfico*. Buenos Aires: AMIA, 2005.

JOSEPH, Peniel. *Haiti's revolt inspired U.S. black activists*. 27 jan. 2010. Disponível em <http://edition.cnn.com/2010/OPINION/01/26/joseph.african.americans.haiti/index.html>. Acesso em 19 jun. 2023.

KONDER, Leandro. *Em torno de Marx*. São Paulo: Boitempo, 2010.

KOOPMANS, Ruud. STATHAM, Paul. *Challenging immigration and ethnic relations politics: Comparative European perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2000.

KOWARICK, Lucio. *Escritos Urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LACLAU, Ernesto. Universalismo, particularismo e a questão da identidade. In: LACLAU, Ernesto. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LACLAU, Ernesto. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LACLAU, Ernesto; CHANTAL, Mouffe. *Hegemonía y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

LEFEBVRE, Henri. *Writings on Cities*. Oxford: Blackwell Publishers, 1996.

LENIN, Vladimir Ilich. The International Socialist Congress in Stuttgart. In: *Lenin Collected Works*. Moscou: Progress Publishers, 1972.

LENIN, Vladimir Ilich. A Revolução Proletária e o Renegado Kautsky. In: *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1977a.

LENIN, Vladimir Ilich. O que é autodeterminação das nações? In: LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1977b.

LENIN, Vladimir Ilich. O Capitalismo e a Imigração dos Operários. In: LENIN, Vladimir Ilich. *Obras Escolhidas em Três Tomos*. Lisboa: Edições Avante, 1977c.

- LENIN, Vladimir Ilich. *O Imperialismo: etapa superior do capitalismo*. Campinas: FE/Unicamp, 2011.
- LEVITT, Peggy; NYBERG-SØRENSEN, Ninna. The transnational turn in migration Studies. *Global Migration Perspectives*, n. 6, 2004.
- LLANES, Ricardo. Antiguas plazas de la ciudad de Buenos Aires. *Cuadernos de Buenos Aires XLVIII*. Buenos Aires: Municipalidad de Buenos Aires, 1977.
- LONGA, Francisco. *Historia del Movimiento Evita*. La organización social que entró al Estado sin abandonar la calle. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2019.
- LÖWY, Michael. *Nacionalismos e internacionalismo: da época de Marx até os nossos dias*. São Paulo: Xamã, 2000.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert. *Revolta e melancolia: o romantismo na contracorrente da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- LUKÁCS, Gyorgy. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- LUKÁCS, Gyorgy. *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012a.
- LUKÁCS, Gyorgy. *Lenin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012b.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. *Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade*. 1971. 142 f. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1971.
- MAGLIANO, María José. Migración, género y desigualdad social: la migración de mujeres bolivianas hacia Argentina. *Revista Estudios Feministas*, v. 17, n. 2, 2009.
- MANÇANO FERNANDES, Bernardo. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista Nera*, ano 8, n. 6, 2005.
- MARCOS, Subcomandante. *Primera declaración de la selva Lacandona*. 1994. Disponível em <http://enlace Zapatista.ezln.org.mx/1994/01/01/primera-declaracion-de-la-selva-lacandona/>. Acesso em 19 jun. 2023.
- MARX, Karl. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *O Capital: Crítica da economia política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Selected Correspondence*. Moscou: Progress Publishers, 1965.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naify, 2013
- MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. In: GREGOR, Helena Chávez Mac (Org.). *Estética y violencia: Necropolítica, militarización y vidas lloradas*. México: UNAMMUAC, 2012, p. 130-139.
- MIGUELÁÑEZ MARTÍNEZ, María. 1910 y el declive del anarquismo argentino: ¿Hito histórico o hito historiográfico? ENCUENTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES, XIV, 2010, Santiago. *Actas del XIV encuentro de Latinoamericanistas españoles: congreso internacional, 200 años de Iberoamérica (1810-2010)*. Santiago de Compostela: Universidad de Santiago de Compostela, 15-18 set. 2010, p. 436-452.
- MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy N. Espaço mundial e ordem política contemporânea. *Caderno CRH*, v. 19, n. 48, 2006.
- MILL, John Stuart. *Considerations on representative government*. Ontario: Batoche Books Litimited, 2001.
- MONTOYA, Eva Golluscio. Círculos Anarquistas y circuitos contraculturales en la Argentina del 1900. *C.M.H.L.B. Caravelle*, n. 46, 1986.
- MUNDY, Paul (Eds.). *The atlas of migration: facts and figures about people on the move*. Berlim: Rosa Luxemburg Stistung, 2019.
- MUÑOZ, María Antonia. VILLAR, Lidia Inés. Confederación de Trabajadores de la Economía Popular (CTEP en la CGT). Entre la organización sindical y el conflicto político social (Argentina, 2011- 2017). *Crítica y Resistencias: Revista de conflictos sociales latinoamericanos*, n. 5, 2017.
- NEUFELD, María Rosa; CRAVINO, María Cristina. Los saqueos y las ollas populares de 1989 en el Gran Buenos Aires. Pasado y presente de una experiencia formativa. *Rev. Antropología*, v. 44, n. 2, p. 147-172, 2001.
- NOGUEIRA, João Pontes. MESSARI, Nizar. *Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OIM-CEMLA. *Relevamiento y diagnóstico de las asociaciones de la colectividad boliviana en Argentina*: Informe final. Buenos Aires: OIM-CEMLA, 2004.

PATEMAN, Carole. *El contrato sexual*. Barcelona: Anthropos; México: Universidad Autónoma Metropolitana, Iztapalapa, 1995.

PELBART, Peter Pál. *Vida Capital: ensaios de biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

PEÑA, Ángel. *Buenos Aires: Rayuela de Cortázar*. ABC, Sevilha. Disponível em [https://www.abc.es/cultura/libros/abci-buenos-aires-rayuela-cortazar-200903150300-913786418982\\_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fes.wikipedia.org%2F](https://www.abc.es/cultura/libros/abci-buenos-aires-rayuela-cortazar-200903150300-913786418982_noticia.html?ref=https%3A%2F%2Fes.wikipedia.org%2F). Acesso em 19 jun. 2023.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. *Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

PIKKETY, Thomas. *Capital et Idéologie*. Paris: Seuil, 2019.

PORTES, Alejandro. Migración y desarrollo: un intento de conciliar perspectivas opuestas. *Nueva Sociedad*, n. 233, 2011.

POULANTZAS, Nicos. *Estado, poder y socialismo*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

PRZEWORSKI, Adam; SPRAGUE, John. *Paper Stones: a history of electoral socialism*. Chicago: University of Chicago, 1988.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. *Novos Rumos*, ano 17, n. 37, p. 04-28, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RECLUS, Élisée. *L'Homme et la Terre*. Paris: Librairie universelle, 1905.

REIN, Raanan. *Fútbol, jews, and the making of Argentina*. California: Stanford University Press, 2015.

REINISCH, Jessica. Introduction: agents of internationalism. *Contemporary European History*, v. 25, 2016.

RENAN, Ernest. O que é uma nação? *Revista Aulas*, v. 2, n. 2, p. 1-21, 2006.

RESUMEN LATINOAMERICANO. *Argentina: se presentó el Bloque de los y las trabajadoras migrantes (BTM) para luchar contra el racismo y la xenofobia*. Buenos Aires, 2017. Disponível em <https://www.resumenlatinoamericano.org/2017/11/13/argentina-se-presento-el-bloque-de-los-y-las-trabajadoras-migrantes-btm-para-luchar-contra-el-racismo-y-la-xenofobia>. Acesso em 19 jun. 2023.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTI, Isabel. Algunos aspectos de la representación de los inmigrantes en Argentina. *Amérique Latine Histoire et Mémoire. Les Cahiers ALHIM*, n. 4, 2002. Disponível em <https://doi.org/10.4000/alhim.474>. Acesso em 19 jun. 2023.

SANTOS, Milton. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SARMIENTO, Domingo. *Facundo: civilización y barbarie en las pampas*. Nova Iorque: D. Appleton y compañía, 1886.

SASSEN, Saskia. *Guests and aliens*. Nova Iorque: The New Press, 1999.

SASSEN, Saskia. *Cities in a world economy*. Thousand Oaks: Sage/Pine Forge, 2006.

SASSEN, Saskia. *Expulsions: brutality and complexity in the global economy*. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

SASSONE, Susana María; MERA, Carolina. Barrios de migrantes, espacios interculturales: coreanos y bolivianos en la Ciudad de Buenos Aires. CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA, XXVI, 2007, Guadalajara. *Acta Académica*, online, 2007. Disponível em <https://cdsa.academica.org/000-066/1015.pdf>. Acesso em 19 jun. 2023.

SAYAD, Abdelmalek. *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SCARZANELLA, Eugenia. Industriales y comerciantes italianos en Argentina: el apoyo al fascismo, 1922-1955. *Ciclos en la historia, economía y sociedad*, ano 12, v. 12, n. 28, 2004.

SCHIRRU, Giancarlo. Nacional-popular. *Revista Outubro*, n. 32, 2019.

SCHMITT, Carl. *The concept of the political*. Chicago: The University of Chicago Press, 2007.

SCHMITT, Carl. *Teología política*. Madrid: Trotta Editorial, 2009.

SCOTT, Rebecca. J. Paper thin: freedom and re-enslavement in the diaspora of the haitian revolution. *Law and History Review*, v. 29, n. 4, 2011.

SENNET, Richard. *A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SERAFIN, Silvana. *Immigrazione friulana in argentina: Syria Poletti racconta...* Roma: Bulzoni, 2004.



SIEYÈS, Emmanuel. *¿Qué es el Tercer Estado?* Ensayo sobre los privilegios. Madrid: Alianza, 2003.

SIGNORETTO, Alberto. *La colonia italiana: su aporte a la defensa y a la evolución del país*. Buenos Aires: Ed. Centro Cultural San Marco, 2006.

SOMBART, Werner. *Socialism and the social movement*. Londres: J.M. Dent & co, 1909.

STREECK, Wolfgang. *Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.

SVAMPA, Maristella. PEREYRA, Sebastián. *Entre la ruta y el barrio: la experiencia de las organizaciones piqueteras*. Buenos Aires: Biblos, 2003.

SVAMPA, Maristella. Movimientos sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina. *OneWorld Perspectives*. Working Papers 2010. Kassel: Universitat Kassel, 2010.

SWEEZY, Paul. *Socialismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1959.

TARROW, Sidney. *Power in movement: Social movements, Collective action and Politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

TEIVAINEN, Teivo. The World Social Forum and global democratisation: learning from Porto Alegre. *Third World Quarterly*, v. 23, n. 4, pp 621-632, 2002.

TEIVAINEN, Teivo. *The World Social Forum: Arena or actor?*. In: LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA) MEETING, XXIV, 23-26 mai. 2003, Dallas. Disponível em [https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781403981080\\_11](https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781403981080_11). Acesso em 19 jun. 2023.

TEIXEIRA, Aloizio. Estados Unidos: a “curta marcha” para a hegemonia. In: FIORI, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das Nações*. Petrópolis: Vozes, 1999.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

TICKNER, Judith Ann. *Gender in international relations: feminist perspectives on achieving international security*. Nova York: Columbia University Press, 1992.

TIJOUX, María Emilia; MANDIOLA, Simón Palominos. Aproximaciones teóricas para el estudio de procesos de racialización y sexualización en los fenómenos migratorios de Chile. *Polis: Revista Latinoamericana*, n. 42, 2015.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

TILLY, Charles. Guerra y construcción del estado como crimen organizado. *Revista Académica de Relaciones Internacionales*, n. 5, 2006.



- TOER, Mario. *A 100 años de la revolución rusa: el influjo de un estremecido fulgor*. Buenos Aires: Nuevos Tiempos, 2017.
- TRISTAN, Flora. *União Operária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- TROTSKI, Leon. *A história da revolução russa*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- TROTSKI, Leon. *Programa de transição: a agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta Internacional*. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2004.
- UGARTE, Manuel. *La patria grande*. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2010.
- USW. *Steelworkers Humanity Fund contributes \$58,950 to support disaster recovery here and abroad*. Disponível em <https://markets.businessinsider.com/news/stocks/steelworkers-humanity-fund-contributes-58-950-to-support-disaster-recovery-here-and-abroad-1028259780>. Acesso em 19 jun. 2023.
- VARANDA, Ana Paula. BOCAYUVA, Pedro Claudio Cunca. *Tecnologia social, autogestão e economia solidária*. Rio de Janeiro: Fase, IIPUR, LASTRO, UFRJ, 2009.
- VERTOVEC, Steven. *Transnationalism*. Londres: Routledge, 2009.
- WAGNER, Peter. *A sociology of modernity: liberty and discipline*. Nova Iorque: Rutledge, 1994.
- WEBER, Max. *The city*. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.
- WEBER, Max. *Ensaio de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- WEISSEL, Marcelo. *Arqueología de La Boca del Riachuelo: puerto urbano Buenos Aires, Argentina*. Buenos Aires: Fundación de Historia Natural Félix de Azara, 2008.
- WITHOL DE WENDEN, Catherine. *El fenómeno migratório en el siglo XXI: migrantes, refugiados y relaciones internacionales*. México: FCE, 2013.
- WORLD BANK. *Data release: remittances to low- and middle-income countries on track to reach \$551 billion in 2019 and \$597 billion by 2021*. 2019. Disponível em <https://www.knomad.org/publication/migration-and-remittance-data-update-remittances-low-and-middle-income-countries-track>. Acesso em 19 jun. 2023.
- ZALOZNAYA; Marina. GERBER, Theodore P. Migration as social movement: voluntary group migration and the crimean Tatar repatriation. *Population and Development Review*, 38, 2012.
- ZANNIER, Guido. *Influenza dell'italiano sulla lingua scritta rioplatense (Secondo Periodo: 1853–1915)*. Montevideo: Lena & Cia, 1967.

ZEMELMAN, Hugo. *El ángel de la historia: determinación y autonomía de la condición humana*. Barcelona: Anthropos, 2007.